

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	8
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	12
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	57
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	58
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	73
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	74
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	75
1.10 Informações de sociedade de economia mista	78
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	79
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	80
1.13 Acordos de acionistas	81
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	83
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	84
1.16 Outras informações relevantes	85
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	98
2.2 Resultados operacional e financeiro	114
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	116
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	117
2.5 Medições não contábeis	118
2.6 Eventos subsequentes as DFs	123
2.7 Destinação de resultados	124
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	126
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	127
2.10 Planos de negócios	128
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	129
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	130
3.2 Acompanhamento das projeções	131

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	132
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	153
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	155
4.4 Processos não sigilosos relevantes	160
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	167
4.6 Processos sigilosos relevantes	168
4.7 Outras contingências relevantes	169
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	170
5.2 Descrição dos controles internos	173
5.3 Programa de integridade	175
5.4 Alterações significativas	179
5.5 Outras informações relevantes	180
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	181
6.3 Distribuição de capital	186
6.4 Participação em sociedades	187
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	190
6.6 Outras informações relevantes	191
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	192
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	199
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	200
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	204
7.4 Composição dos comitês	221
7.5 Relações familiares	231
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	232
7.7 Acordos/seguros de administradores	233
7.8 Outras informações relevantes	234
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	236

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	240
8.3 Remuneração variável	244
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	246
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	252
8.6 Outorga de opções de compra de ações	253
8.7 Opções em aberto	254
8.8 Opções exercidas e ações entregues	255
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	256
8.10 Outorga de ações	257
8.11 Ações entregues	258
8.12 Precificação das ações/opções	259
8.13 Participações detidas por órgão	260
8.14 Planos de previdência	261
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	262
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	264
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	265
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	266
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	267
8.20 Outras informações relevantes	269
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	271
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	272
9.4 Outras informações relevantes	273
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	274
10.1 Descrição dos recursos humanos	276
10.2 Alterações relevantes	277
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	279
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	282
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	283
10.5 Outras informações relevantes	286
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	288
11.2 Transações com partes relacionadas	289
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	290
11.3 Outras informações relevantes	291
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	292
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	293
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	294
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	302
12.5 Mercados de negociação no Brasil	303
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	304
12.7 Títulos emitidos no exterior	305
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	306
12.9 Outras informações relevantes	307
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	308
13.1 Declaração do diretor presidente	309
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	310
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	311

1.1 Histórico do emissor

Nossa Companhia foi constituída com o objetivo de criar um complexo educacional brasileiro, focado no ensino superior e caracterizado por aliar qualidade pedagógica para nossos estudantes com resultados financeiros para nossos acionistas. Este objetivo se mostrou viável a partir da experiência significativa de um grupo de gestores que, de um lado, possuem vocação para o setor educacional e, de outro lado, agregam experiência no gerenciamento de empresas, incluindo processos de planejamento e reestruturação.

Essa combinação de vocação e experiência, aliada ao forte espírito empreendedor de nossos integrantes, fez com que nossos acionistas fundadores, antes mesmo da nossa criação formal, dessem início à jornada do grupo em 2003, quando foi feita a aquisição da Minas Gerais Educação S/A., mantenedora do Centro Universitário UNA ("UNA"), na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tradicional instituição de ensino superior da capital mineira.

Em 2006, nossos acionistas fundadores também se tornaram os únicos associados da Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS, mantenedora do Centro Universitário Monte Serrat ("Unimonte"), instituição criada na década de 70, na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo. Ao ingressar na Unimonte nossos fundadores foram capazes de realizar uma reestruturação administrativa, financeira, acadêmica, de imagem e de pessoas, com foco na gestão integrada (sobretudo no âmbito financeiro e de pessoas) e integração acadêmica com a UNA, proporcionando ganhos significativos em qualidade de ensino. A Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS foi convertida, na forma da Lei, em sociedade anônima sob a denominação Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A., da qual a Companhia hoje detém 100% do capital social. A Instituições de Ensino Superior ("IES") mantida pela Unimonte teve sua denominação alterada em 2018 para Centro Universitário São Judas Tadeu – Campus Unimonte, passando a estar completamente integrada à Universidade São Judas Tadeu.

No início de 2009, nossa controlada então denominada Instituto Mineiro de Educação e Cultura UniBH S.A. ("IMEC") adquiriu os direitos sobre a manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte ("UniBH"), da FUNDAC-BH. Fundado em 1964, o UniBH se tornou uma referência no ensino, pesquisa e extensão na região e é hoje uma das instituições mais tradicionais da capital mineira. Seguindo os exemplos de reestruturação da UNA e Unimonte, promovemos uma ampla e significativa reestruturação do UniBH, que se encontrava em delicada situação financeira. Em setembro de 2018 foi aprovada a alteração do nome empresarial do IMEC, que passou a ser denominado IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A. Desde sua aquisição o UniBH já contava com um curso de Medicina e em 2016 recebemos a autorização para um aumento de vagas, levando referido curso a contar com 160 vagas anuais.

No segundo semestre de 2009, após um acordo em uma disputa societária envolvendo nossos acionistas fundadores e os então acionistas minoritários das nossas controladas UNA e Unimonte, nossos acionistas fundadores detentores da maioria do capital dessas sociedades conferiram suas participações à Companhia. A partir de então, passamos a ser detentores de 62,75% do capital social de tais controladas. Os demais 37,25% do capital social das controladas permaneceram sob titularidade de outra sociedade pertencente aos antigos acionistas minoritários até 20 de dezembro de 2012, quando adquirimos participação societária residual minoritária em todas as controladas, passando a deter 100,0% do capital social da UNA, UniBH e Unimonte.

Em abril de 2012, admitimos como sócio, através de um aumento de capital, o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, que passou a deter, em operações sequenciais à época, 28,54% do nosso capital social.

Em março de 2013, em um movimento de verticalização de nossos negócios na cidade de São Paulo, adquirimos 58,0% das ações da BR Educação Executiva S.A. ("BR Educação") e o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações conferiu ao nosso capital os demais 42,0% das ações de emissão da BR Educação, o que nos levou a deter 100,0% das ações desta companhia. A BR Educação era titular de 50,0% do capital social da HSM do Brasil S.A. e da HSM Educação S.A., empresas focadas na educação continuada, principalmente para a área corporativa, sendo os demais 50,0% detidos, à época, pelas sociedades RBS Participações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A., com as quais foi assinado um acordo de acionistas.

No primeiro semestre de 2013, como forma de otimizar a gestão do grupo, iniciamos uma reestruturação com o objetivo de segregar os ativos imobiliários anteriormente detidos por nossas controladas em duas sociedades detidas integralmente por nossos acionistas fundadores.

Em 24 de outubro de 2013, a CVM deferiu o nosso pedido de registro de emissor na categoria "A", bem como o nosso pedido de registro de nossa oferta pública de ações. Na ocasião, contávamos com 49 mil alunos distribuídos em 17 campi em 3 Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 10 de abril de 2014, assinamos o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, através do qual nossa subsidiária integral Brasil Educação S/A (nova denominação da Minas Gerais Educação S.A.) adquiriu 100% do capital social

1.1 Histórico do emissor

da sociedade mantenedora da Universidade São Judas Tadeu, sediada na capital do Estado de São Paulo. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 18 de junho de 2014.

Em abril de 2014, o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações vendeu parte de sua participação no capital da Companhia no mercado e parte ao Península Fundo de Investimento em Participações, zerando completamente sua posição acionária em nosso capital em maio de 2015.

Em 17 de dezembro de 2014, celebramos Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Acionária, Distrato do Acordo de Investimento e do Acordo de Acionistas, Transação e Outras Avenças através do qual a BR Educação Executiva S.A. (“BREE”), nossa subsidiária integral, adquiriu a totalidade das ações das HSM, tornando as HSM subsidiárias integrais da BREE. Dessa forma, nós passamos a deter, indiretamente, 100% das ações das HSM, sendo encerrados consequentemente os acordos de acionistas das HSM, até então vigentes.

Em 18 de dezembro de 2015, assinamos o Instrumento Particular de Investimento, Reestruturação da SOCIESC e outras Avenças, através do qual a PGP Educação S.A. (“PGP”), nossa subsidiária integral, assumiu a titularidade de todos os direitos sobre a Sociedade Educacional de Santa Catarina (“SOCIESC”), sediada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Fundada em 1959, quando da criação da Escola Técnica Tupy, a SOCIESC é uma das maiores referências de ensino de qualidade na Região Sul do país. A partir do ano 2000, expandiu fortemente suas atividades, para atuação em diversas modalidades de ensino (do Ensino Fundamental à Pós-Graduação), com unidades presenciais em 5 cidades de Santa Catarina (Joinville, Florianópolis, Blumenau, São Bento do Sul e Balneário Camboriú) e na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Desde julho de 2017 nossa estratégia de expansão orgânica abriu mais duas unidades no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Itajaí e Jaraguá do Sul. Recentemente, com a aprovação da aquisição do Unicuritiba, passamos a utilizar exclusivamente essa nova marca adquirida na cidade de Curitiba, pelo que a SOCIESC deixou de atuar no Estado do Paraná, concentrando suas atividades em Santa Catarina.

Em 04 de março de 2016, aprovamos a formação de uma sociedade, em *joint venture*, com o tradicional grupo Le Cordon Bleu, denominada “Le Cordon Bleu Ânima Educação Ltda.” (“LCB Ânima”), através da qual a Companhia e o grupo Le Cordon Bleu detêm participação de 50% cada. Fundada em 1895 e construída em mais de um século de tradição e excelência, a rede Le Cordon Bleu está comprometida com a inovação e as melhores práticas de Gastronomia, Hospitalidade e Gestão através de uma rede internacional, com presença em mais de 20 países, contando com excelência em ensino, aprendizagem e pesquisa, realizados em conjunto com o desenvolvimento de produtos e serviços de altíssimo padrão de qualidade. No mês de maio de 2018 foi inaugurado o “Instituto de Artes Culinárias Le Cordon Bleu São Paulo”.

Em 28 de junho de 2016 assinamos o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa subsidiária integral PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., celebrou um negócio jurídico que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da FACEB Educação Ltda., mantenedora da Faculdade Alis de Bom Despacho e da Faculdade de Educação de Bom Despacho, sediadas na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais. Até então com aproximadamente 4,3 mil alunos distribuídos em um portfólio de cursos diversificado e de alto valor agregado, incluindo Direito, Engenharias, Arquitetura, Medicina Veterinária e Agronomia, a Alis Educacional S.A. já era referência na região em que atuava e reconhecida pelo seu compromisso com a inovação e com a qualidade de ensino. Dentro da nossa estratégia de expansão, as mantidas Alis Educacional S.A. passaram a ser denominadas UNA. Em 3 de maio de 2017, seu projeto de excelência possibilitou à Faculdade UNA de Bom Despacho (“UNA Bom Despacho”) o credenciamento como Centro Universitário UNA de Bom Despacho. A UNA Bom Despacho abriu em 2017 uma nova unidade na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais e no ano de 2018 uma nova unidade na cidade de Jataí, no Estado de Goiás, ampliando o alcance da marca UNA para além do Estado de Minas Gerais. Em 2019 uma nova unidade da UNA foi aberta no Estado de Goiás, na cidade de Itumbiara.

Em 12 de agosto de 2016, assinamos o Instrumento Particular de Compromisso de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa controlada HSM do Brasil S/A passou a ser titular da totalidade de quotas e direitos da sociedade GKT Treinamento Consultoria e Editora Ltda., cujo nome fantasia é “Academia de Estratégia” — ACAD”. A ACAD tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e tem por objeto social a prestação de serviços de treinamento em geral, incluindo desenvolvimento gerencial e profissional, capacitação executiva e desenvolvimento estratégico, consultoria educacional, organização, produção e promoção de eventos e edição de livros. A ACAD já foi incorporada na HSM do Brasil S.A. com integral consolidação das atividades.

Em 3 de outubro de 2016 assinamos o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa subsidiária integral PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., celebrou um negócio jurídico que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da Politécnico Participações Ltda (nova denominação da Eurolatino Participações Ltda) e Instituto Politécnico de Ensino Ltda., mantenedores da Faculdade Politécnica de Uberlândia e da Faculdade Politécnica de Goiás, sediadas nas cidades de Uberlândia e Catalão, Estados de Minas Gerais e Goiás, respectivamente.

1.1 Histórico do emissor

Então com aproximadamente 2,3 mil alunos matriculados, distribuídos em 14 cursos de graduação presencial, são incluídos neste portfólio 4 cursos de Engenharia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, entre outros. Seguindo nossa estratégia de marcas regionais e expansão, as faculdades oriundas dessa aquisição se tornaram Faculdades UNA.

Em 01 de novembro de 2017, a BR Educação, nossa subsidiária integral, foi cindida, com versão total de seu patrimônio para a HSM do Brasil S.A. e PGP. Em virtude da cisão, a HSM do Brasil S.A. e a PGP, até então nossas controladas indiretas, passaram a ser nossas subsidiárias integrais. A cisão total da BR Educação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, de forma a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração, na PGP, das atividades educacionais, em especial cursos, e a concentração, na HSM do Brasil S.A., das atividades relacionadas a eventos corporativos, criação e alienação de conteúdo, edição e produção de conteúdo relacionado à educação corporativa.

Em 01 de dezembro de 2017, o Instituto Politécnico de Ensino Ltda. incorporou a Politécnico Participações Ltda. Desta forma, a PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., nossa subsidiária integral, passou a ser a titular de 100% do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, controladas pela Companhia, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades no Instituto Politécnico de Ensino Ltda.

Em 2018, a SOCIESC foi transformada, na forma da Lei, em sociedade anônima, hoje denominada Sociedade de Educação Superior e Cultura – SOCIESC S/A, da qual a PGP Educação S/A detém, na presente data, 100% do capital social.

Em 01 de janeiro de 2018, a HSM do Brasil S/A incorporou a ACAD. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades na nossa controlada HSM do Brasil S/A. Todas as operações acima listadas visam assegurar a expansão das atividades do Grupo no âmbito educacional.

Em 22 de fevereiro de 2018, os acionistas aprovaram a alteração do nome empresarial da até então “GAEC Educação S.A.” para “ÂNIMA HOLDING S.A.”, vez que a Companhia é conhecida no mercado por “Ânima” e, também, com vistas a retratar sua atividade principal.

Em 18 de julho de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos sobre a Manutenção de Instituição de Ensino Superior e outras Avenças, por meio do qual a PGP, firmou negócio jurídico que resultou na titularidade da manutenção e dos direitos da Faculdade Jangada, sediada na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. A transação representou um importante passo em nosso plano de expansão em Santa Catarina. No início de 2018, a SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA - SOCIESC S.A. (“SOCIESC” ou “UniSociesc”) iniciou suas atividades em Jaraguá do Sul, cidade que está a menos de 50Km de Joinville, onde se encontra sua principal operação. Seguindo nossa estratégia de expansão, a Faculdade Jangada passou a ser denominada Faculdade SOCIESC de Jaraguá do Sul.

Em mais um importante passo para nosso plano de crescimento na região do oeste de Minas Gerais e Goiás, reforçando nossa atuação na cidade de Catalão, Estado de Goiás, foi celebrado, em 01 de agosto de 2018, o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual a Brasil Educação S.A., nossa subsidiária integral, passou a ser titular da totalidade das quotas da CESUC Educação SS Ltda. (“CESUC”), mantenedora do Centro de Ensino Superior de Catalão, e da Sociedade Catalana de Educação Ltda, mantenedora da Faculdade de Ensino Superior de Catalão e da Faculdade de Tecnologia de Catalão – FATECA. O CESUC é a principal instituição de Ensino Superior de Catalão e contava então com aproximadamente 2,5 mil alunos matriculados, distribuídos em 9 cursos de graduação presencial, incluídos neste portfólio cursos de Engenharia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Psicologia entre outros. A integração do CESUC com a UNA possibilita a captura de sinergias, compartilhamento de melhores práticas e novos investimentos, buscando sempre melhorar continuamente a qualidade do ensino por meio da integração e valorização das comunidades acadêmicas e dos times de gestão. Mantendo nossa estratégia de expansão, a CESUC teve sua denominação alterada para UNA Catalão.

Ainda no final de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Transferência de Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, por meio do qual a Brasil Educação S.A., passou a ser titular da manutenção e dos direitos da Faculdade Divinópolis (FACED), sediada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. Fundada em 1969, a FACED é uma das principais instituições de Ensino Superior de Divinópolis, com aproximadamente 800 alunos e 5 cursos de graduação (administração, direito, ciências contábeis, moda e psicologia). A transação acelerou o processo de crescimento orgânico, da UNA na cidade, fortalecendo nossa posição competitiva na cidade com relevante incremento na oferta de vagas.

Em 2019 deu-se a criação da Inspirali, uma sociedade não operacional constituída com o objetivo de criar um complexo educacional brasileiro focado no ensino superior de Medicina, e caracterizado por aliar qualidade pedagógica aos seus estudantes a resultados financeiros para seus acionistas.

1.1 Histórico do emissor

Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações (“Península FIP”), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais (o “Acordo de Acionistas com o Península FIP”).

Em agosto de 2019 celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A., um negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda. e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda. – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 5 unidades, sendo um centro universitário localizado na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contavam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. A Companhia acredita que a transação apresenta alto potencial de criação de valor a seus acionistas, especialmente em relação à taxa interna de retorno do investimento, representando um passo muito importante em sua estratégia de expansão, com a primeira operação na região Nordeste, e um portfólio que inclui dois cursos de Medicina: um curso já autorizado com 126 vagas anuais, em seu terceiro ano de funcionamento e um curso autorizado em fevereiro de 2020, com início de funcionamento no segundo semestre de 2020, com 50 vagas. Desta forma, esta Transação marca a entrada estratégica da Companhia na Região Nordeste e, também, o fortalecimento da vertical de Saúde do Grupo Anima, que vem sendo implementada por uma equipe especializada, de dedicação exclusiva e com vasta experiência na implantação e autorização de mais de 50 cursos de Medicina no Brasil, em IES Privadas e Públicas ao longo dos últimos anos.

Em novembro de 2019, assinamos Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE ocorrida em fevereiro de 2020, e do MEC. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Como resultado da transação, caso exerça a opção objeto do referido Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, a Companhia potencializará sua posição como uma das instituições mais relevantes no mercado de ensino superior brasileiro de alta qualidade, assumindo, com as marcas UniSociesc e UNISUL, posição de liderança no Estado de Santa Catarina, um dos maiores mercados do Brasil, e com alto atributo de excelência acadêmica e garantindo presença em 7 das 11 maiores praças deste Estado. A UNISUL possuía 1,3 mil alunos de Medicina. Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade da vendedora. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação de eventuais créditos, inclusive dos aluguéis dos imóveis onde estão instalados os campi das IES UNISUL, já que permaneceram no domínio dos vendedores, com aluguel para nós. Além da UNISUL ser reconhecidamente uma marca de forte reputação e entre as líderes da região, proporcionou à Companhia aumentar de forma relevante seu número de vagas de medicina, em regiões prósperas do país e cidades com elevado potencial de aumento de vagas, se e quando o marco regulatório permitir, fortalecendo ainda mais a “vertical da saúde”. O perfil institucional da UNISUL se encaixa perfeitamente com a estratégia da Companhia: marcas locais fortes e de referência em qualidade acadêmica em seus respectivos mercados.

Em dezembro de 2019 foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A. (“VC Network”), empresa criada para concentrar escolas mistas, assim entendido aquelas instituições de ensino superior que possuem simultaneamente cursos de medicina e cursos de outras especialidades (“cursos ex-medicina”), um negócio jurídico que resultou na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possuía cerca de 5.200 estudantes. O crescimento da base de alunos associado as sinergias acadêmicas e administrativas nos fazem estimar as sinergias dessa operação em R\$ 29,2 milhões/ano em 2025. Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade dos vendedores. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação dos aluguéis dos imóveis onde está instalado o campus da UNICURITIBA, já que permaneceram no domínio dos vendedores, com aluguel para nós. A operação já está bem estabelecida, não indicando necessidade de CAPEX adicional relevante. Com esta união, a Companhia visa potencializar todas as características que tornaram o UNICURITIBA uma das instituições de ensino superior mais destacadas no país e, ao mesmo tempo, abrir novos horizontes de crescimento e amadurecimento. Portanto, a expectativa é que o UNICURITIBA possa atuar de maneira ainda mais estratégica em frentes diversas, como o aprimoramento da experiência e aprendizado dos seus alunos, a consolidação do portfólio de cursos em linha com as necessidades do mercado, e a maior adaptação à evolução do mundo e das nuances do universo do trabalho. Para a Companhia, a integração com o UNICURITIBA intensifica

1.1 Histórico do emissor

os recentes movimentos promovidos no Sul do País, na busca por ampliar a oferta de educação de qualidade a um número cada vez maior de brasileiros.

Em maio de 2020, adquirimos 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da FASEH, que possui cerca de 1.034 estudantes na cidade de Vespasiano, região metropolitana de Minas Gerais. A Faseh possui um curso de medicina, autorizado em 2003, que atualmente conta com 100 vagas, sendo considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima, ou seja 5, resultados de vistoria do Ministério da Educação realizada em 2018, destacando-se pela intensa utilização de tecnologia e equipamentos de ponta. Além da Medicina, a IES conta com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, estando sua reputação principalmente estabelecida na área da saúde. Para a Companhia, a integração da FASEH representa o fortalecimento da vertical de saúde, Inspirali, somando um curso de Medicina nota máxima do MEC, adicionando também diferencial estratégico na área da saúde e possível expansão do portfólio, como alavanca de valor incremental. Em novembro de 2025, a Inovattus, controlada da Companhia, adquiriu quotas da Faseh correspondentes a 10,7% do capital total. Com essa operação, a Inovattus passou a deter 83,9% do capital social da FASEH, mantendo-se como sua controladora. Em fevereiro de 2026, a Inovattus adquiriu quotas da Faseh correspondentes a 10,521% do capital total. Com essa operação, a Inovattus passou a deter 94,422% do capital social da FASEH, mantendo-se como sua controladora.

Em julho de 2020, assinamos uma opção de compra, por meio da subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A. ("INSEGNARE") com todos os sócios do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A. ("CESG") que resultou na aquisição do controle da Sociedade, detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG – UniFG. Em setembro de 2025 exercemos, por meio da Inspirali Educação S.A. ("Inspirali"), os direitos opção de compra para aquisição de 45% do capital social da CESG, passando a deter 100% do capital social. Responsável pela formação de 3,8 mil alunos, o UniFG desenvolve o ensino, pesquisa e extensão por meio de 25 cursos de Graduação - em áreas do conhecimento como Saúde, em especial Medicina, com 50 vagas anuais autorizadas na sede e um curso, aprovado em 2022, na cidade de Brumado, também com 50 vagas anuais, além dos cursos de Direito e Engenharia, e de Pós-Graduação, incluindo um Mestrado em Direito (o 1º no interior do Norte e Nordeste do País).

As transações mencionadas acima, realizadas em 2020, não estiveram sujeitas à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sendo os resultados das adquiridas já consolidados em nossos resultados a partir dos meses em que realizadas.

Em 18 de novembro de 2020, a Dysgu Educacional Ltda., subsidiária da Companhia, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças e demais instrumentos conexos, visando a aquisição do controle societário da MEDROOM, empresa de base tecnológica (startup) líder no Brasil no desenvolvimento de soluções em tecnologias imersivas (Realidade Virtual – RV e Realidade Aumentada - RA) para educação médica. O novo hub oferecerá, para as startups, programas de desenvolvimento de negócios que incluem conexão com grandes empresas, mentoria, espaço de trabalho, programas da SingularityU Brazil, acesso à rede global da Singularity University e a programas específicos realizados internamente com startups e grandes corporações.

Em novembro de 2020, foi celebrado um contrato de aquisição dos ativos e operações do Grupo Laureate no Brasil ("Transação"), com total alinhamento com nosso posicionamento de alta qualidade, com a tradição e origem de nossas marcas e gozam de sólida reputação em seus respectivos mercados. A operação foi condiciona à aprovação pelo CADE.

Em 21 de janeiro de 2021, após 10 meses atuando sob cogestão, exercemos em o direito de aquisição da titularidade da manutenção sobre a Universidade Do Sul De Santa Catarina – UNISUL. Com o fechamento da transação, a Universidade UNISUL passou a ser mantida pela Ânima Educação.

Em 30 de abril de 2021 adquirimos 100% das cotas do Centro Educacional De Formação Superior LTDA - CEFOS ("CEFOS"), mantenedora das Faculdade De Direito Milton Campos e Faculdade De Administração Milton Campos. As Faculdades Milton Campos (as Faculdades) são instituições particulares de ensino superior, localizadas em área nobre da região metropolitana de Belo Horizonte (MG). Criada em 1972 por iniciativa de duas dezenas de juristas, professores da UFMG, advogados e outros profissionais liberais, a Faculdade de Direito nasceu com o objetivo de instituir em Minas Gerais um curso de Direito que oferecesse ensino jurídico de alta qualidade e desse aos alunos condições de refletir sobre o exercício profissional e contribuir para seu aperfeiçoamento. As Faculdades possuem 3 cursos autorizados, sendo destaque o curso de Direito, que possui 801 alunos (do total de 1.082 alunos da IES). Autorizado em 1975 e com 374 vagas anuais autorizadas, o curso é considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima (5), de acordo com o Ministério da Educação, sendo o primeiro colocado na aprovação da OAB em Minas Gerais e o 5º no Brasil entre as instituições privadas, diferenciando-se pela alta qualidade do ensino e do corpo docente.

1.1 Histórico do emissor

Em 12 de maio de 2021 a aquisição de todos os ativos brasileiros do Grupo Laureate foi aprovada, sem restrições, pela Superintendência Geral do CADE, tendo referida decisão transitado em julgado e, portanto, se tornado definitiva, nesta data. Conforme pactuado, superada a condição suspensiva da aprovação pelo CADE, o fechamento final da transação com a integração das atividades dos ativos brasileiros da Laureate que se tornaram de titularidade do grupo Ânima Educação aconteceu no dia 28 de maio de 2021, o mesmo ocorrendo com os ativos que transferidos, na mesma data, pela Ânima Educação ao fundo Farallon.

A atuação em geografias complementares e relevantes é mais uma das características desta operação. A aquisição nos permitiu expandir a presença em mercados que correspondem atualmente a 75% do total de matrículas no ensino superior brasileiro. Além disso, a Companhia passou a contar com novas vagas de Medicina em cidades importantes do País, o que tornou a Companhia um grupo educacional ainda mais destacado nesse segmento no país, como a segunda maior representante do país em número de alunos e vagas de medicina, e a de melhores indicadores do MEC, entre todas as grandes empresas desse segmento. As marcas diferenciadas, em localização privilegiada e complementar, a significativa ampliação da atuação no segmento da educação médica, somadas a um amplo leque de sinergias potenciais, tornaram essa operação uma oportunidade única de ampliação de nosso propósito, escala e impacto na sociedade.

Em 7 de julho de 2021 celebramos um contrato que resultou na aquisição de parte das ações ordinárias e preferenciais da Gama Academy ("Gama Academy"), uma plataforma digital para formação de habilidades tecnológicas, com a aquisição total concluída em 2023. A Gama Academy é uma Edtech, que seleciona e capacita profissionais na área de tecnologia.

Em 29 de junho de 2021, anunciamos a celebração de contratos de alienação para a Bahema Educação S.A. ("Bahema"), das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau ("EIs"), do Colégio Tupy ("COT") em Joinville, além de um compromisso de sublocação de espaços nos campi das IES da Companhia, para abertura de escolas da Bahema.

Em 29 de novembro de 2021, anunciamos um grande passo para a Inspirali, nossa vertical de medicina criada em 2019: uma aliança estratégica, por meio de um Acordo de Investimentos e Outras Avenças ("Acordo de Investimentos") com a DNA Capital Consultoria Ltda. e fundos de investimentos em participações sob sua gestão ("DNA Capital"), que resultou em um investimento de R\$ 1,0 bilhão, em 31 de março de 2022, na INSPIRALI S.A. ("Inspirali"), subsidiária da Ânima Educação, e a uma participação correspondente da DNA Capital na Inspirali equivalente a 25,0% de seu capital social total e votante. A DNA Capital foi fundada em 2013 com o objetivo de empoderar companhias líderes em saúde, conectando, acelerando e otimizando empresas que estão criando o futuro do setor. É um dos maiores investidor em *healthcare* da América Latina e um dos mais reputados da indústria. A aliança estratégica com a DNA Capital permite uma conexão entre academia e o *healthcare*, promovendo a integração entre os desafios da vida real e suas soluções a partir das práticas da saúde e parceiros. Além de contribuir para a experiência e empregabilidade dos estudantes, potencializar o *lifelong learning* e aceleração da expansão, colocando a Inspirali na vanguarda do mercado de educação médica. Desta forma, criando muito valor de longo prazo para nossos *stakeholders*.

No dia 30 de novembro de 2021, assinamos, por meio da controlada Inspirali Educação S.A. ("Inspirali"), um contrato de compra e venda de participação societária e outras avenças e demais instrumentos conexos ("Contratos"), em que celebramos uma transação, que resultou na aquisição imediata do controle do IBCMED Serviços De Educação S.A. ("IBCMED"), uma plataforma digital para a formação de pós-graduação de profissionais de saúde, além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026. O IBCMED foi fundado em 2015, com objetivo de capacitar profissionais da área médica através de cursos de pós-graduação *lato sensu* e já é uma referência nacional na educação médica continuada e obteve resultados expressivos nos últimos anos, contando com uma rede de mais de 5 mil médicos que já participaram de seus cursos. Em 04 de julho de 2023 foi exercida a opção da aquisição da totalidade de participação.

Em 2 de janeiro de 2022, realizamos a venda de 51.546.392 ações da VC Network para a Inspirali, pelo valor de R\$ 2.100.000 mil, correspondentes a 49% do total de suas ações.

Em 3 de janeiro de 2022, realizamos um aumento de capital na Inspirali, mediante o aporte de 6.260.188 ações de sua titularidade, correspondentes a 6% do capital da VC Network, ao valor patrimonial de R\$ 255.040 mil. Com esse aporte em bens a partir dessa data, a entidade VC Network passou a ser controlada, de forma direta, pela Inspirali, que detém 55% de seu capital social. A VC Network passou então a ser uma sociedade entre Ânima Holding e Inspirali, e o veículo exclusivo pelo qual Ânima Holding e Inspirali passaram a deter e gerir as instituições de ensino superior mistas.

Em 8 fevereiro de 2022 a Ânima Educação e a Telefônica Brasil firmaram um contrato de investimento para a constituição de uma joint-venture na área de educação, a Vivae, que têm por intuito operacionalizar uma plataforma digital de educação com cursos livres de capacitação, em plataforma digital, com foco em educação continuada e empregabilidade em áreas

1.1 Histórico do emissor

como, por exemplo, Tecnologia, Gestão, Negócios e Turismo. Em outubro 2025 a VivaE passou por combinação de negócio com a Ada Tecnologia e Educação AS ("Ada").

Em 31 de março de 2022, foi aprovada a conversão da totalidade das ações ordinárias nominativas da VC Network de titularidade da Ânima, equivalentes a 45% do seu capital social, em ações preferenciais nominativas, com direito a voto. Às ações preferenciais ficou garantida a distribuição de dividendos fixos e prioritários, equivalentes ao lucro líquido do respectivo exercício social (após realizadas as reservas legais), que não for oriundo dos cursos de Medicina, observados ainda os critérios de rateio de despesas e receitas, fixados de acordo com as normas legais e contratuais aplicáveis. Tais critérios foram revisados por firma internacional independente de auditoria e aprovados pelo nosso Comitê de Administração e Riscos. Também foi assinado, entre nós e Inspirali, um acordo que prevê mecanismos de compensação e indenização para o caso de eventual resultado da operação relativa aos cursos de medicina ser afetada pela operação referente demais cursos ou vice-versa.

Com um importante passo de estruturação de governança corporativa, em 27 de julho de 2023 a Inspirali, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") concedeu à Inspirali Educação S.A. ("Inspirali") o registro de emissor de valores mobiliário na categoria "B". Esse registro permite à Inspirali acessar o público em geral por meio de emissões de títulos de dívida e foi realizado para fins de cumprimento de obrigação contratual assumida pela Inspirali no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures.

Em 16 de fevereiro de 2024, em continuidade ao Acordo de Investimentos e Outras Avenças firmado e anunciado em 2021, nós e DNA Capital formamos um Termo de Ajuste de Participação Societária e Outras Avenças ("Termo de Ajuste"), que resultou em um ajuste na participação da DNA Capital na Inspirali equivalente a 0,99%, levando a DNA Capital a uma participação total final na Inspirali equivalente a 25,99% de seu capital social total e votante.

A Inspirali recebeu autorização, em 11 de julho de 2024, para a abertura do curso de graduação de Medicina da Faculdade Una de Tucuruí, localizada no município de Tucuruí, no estado do Pará, no âmbito do programa Mais Médicos, com número total de 50 vagas.

Em dezembro de 2024 a Inspirali anunciou que sua controlada, o IBCMED, adquiriu a sociedade Eu Médico Residente Ltda. ("EMR"), que oferece cursos preparatórios para residência médica a alunos de todos os estados brasileiros, com programas de alta qualidade e uso de inteligência artificial. A chegada da EMR tem como objetivo fortalecer a estratégia de educação médica continuada da Inspirali, complementando seu portfólio e potencializando o relacionamento com alunos na jornada de aprendizado contínua da carreira médica.

Em janeiro de 2025 a Ânima anunciou a criação da primeira universidade dedicada à *creator economy* em parceria com a Agência Califórnia, a "Community Creators Academy", como objetivo capacitar *creators* de diferentes áreas e profissões, oferecendo ferramentas para o desenvolvimento de carreiras sustentáveis na economia digital.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

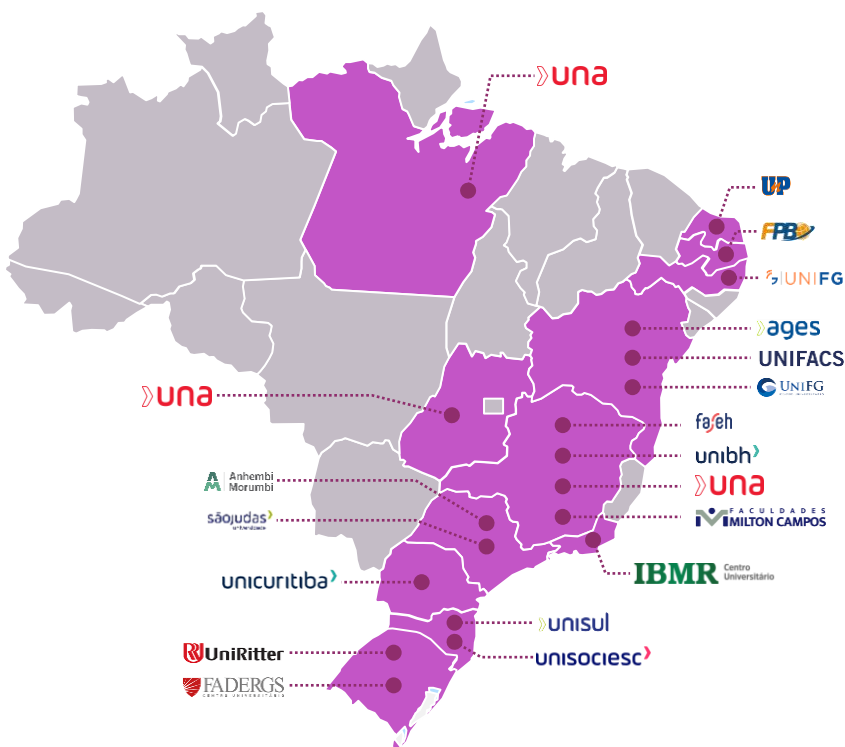
Com o propósito de transformar o Brasil por meio da educação, a Ânima é um dos maiores e mais inovadores ecossistemas de ensino superior de qualidade para o país, com um portfólio de marcas valiosas e atuação relevante em educação continuada na área médica. A companhia reúne mais de 360 mil estudantes em cursos de graduação, pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e cursos livres, distribuídos em 18 instituições de ensino superior — entre universidades, centros universitários e faculdades — além de cerca de 500 polos educacionais em todo o Brasil.

Ao longo de mais de 23 anos de atuação no ensino superior brasileiro, a companhia consolidou sua presença nacional por meio de instituições com campi localizados em 12 estados — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Pará — além de polos de apoio distribuídos por todo o território nacional.

As instituições de ensino superior do Ecossistema Ânima operam sob marcas reconhecidas em suas regiões, como UNA, Anhembi Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UNIBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UniCuritiba, FPB, UniSul, FASEH, UNIFG-PE e IBMR. O Ecossistema conta ainda com a Inspirali, frente que reúne todos os cursos de Medicina da companhia.

Também integram o Ecossistema marcas especialistas em suas áreas de atuação, como HSM, HSM University, EBRADI (Escola Brasileira de Direito), Le Cordon Bleu São Paulo, SingularityU Brazil, Community Creators Academy, Learning Village — primeiro hub de inovação e educação da América Latina — além do Instituto Ânima.

Marcas com operação de Ensino presencial



Marcas especialistas



A Companhia tem por objeto social: (i) a administração, direta ou indireta, de atividade de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, à administração, direta ou indireta, de atividades de treinamento, pesquisar, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar ou manter cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura; (ii) a participação, na qualidade de acionista ou quotista, em outras sociedades ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior; (iii) a aquisição e administração de imóveis destinados a consecução do seu objeto social; (iv) a consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e atividades de teleatendimento ("call center"); e (v) a prestação de serviço de processamento de dados.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nossos Princípios

O que nos move

- Transformação – **transformar o país pela educação é o que nos move.**
- O aluno – **o aluno é o centro da escola e o professor é a sua grande inspiração.**
- Tecnologia – **a tecnologia é um dos pilares do nosso projeto de transformação do país.**
- Confiança – **confiamos em nossas escolas e nossos filhos estudam nelas.**
- Interação – **em uma escola, até as paredes educam. A educação está em cada interação.**
- Líderes – **nossos líderes são empreendedores.**
- Futuro – **o resultado não é um fim, mas o meio para se construir o futuro.**
- A Ânima – **a Ânima é da Ânima.**
- Liberdade e lealdade – **entregamos o que prometemos com liberdade na discussão e lealdade na execução.**

Nossa companhia tem como princípio preservar e fomentar a interação entre professores e estudantes, respeitando a autonomia e características de seus docentes, em equilíbrio com os ganhos de escala e de qualidade auferidos com a padronização de diretrizes curriculares, processos e sistemas. Nosso modelo acadêmico, que começou a ser implantado desde 2008, é fundamentado em uma metodologia educacional própria que contempla forte interdisciplinaridade, com foco no desenvolvimento de competências, além de uma organização curricular modular, na qual são estabelecidas linhas de formação com indicação dos elementos básicos de progressão do estudante no curso. O modelo de currículo modular proporciona grande flexibilidade para a gestão acadêmica, e acreditamos resultar em qualidade superior de ensino, evidenciada pelos rankings e resultados de avaliações divulgados pelo MEC anualmente.

Entendemos que o setor de educação no Brasil apresenta grande potencial de crescimento e consolidação por diversas razões, dentre as quais destacamos:

- (i) crescimento populacional, bem como do mercado de trabalho;
- (ii) aumento da renda familiar;
- (iii) aumento da demanda por mão de obra qualificada;
- (iv) recente e crescente oferta de crédito educacional pelo setor privado;
- (iv) fragmentação do setor, que está em meio a um processo de consolidação.

Possuímos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas de educação, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz em capacidade de conciliar escala com oferta de ensino de alta qualidade. Atentos às oportunidades de M&A, fomos disciplinados e resilientes, realizando movimentos de expansão de nossa proposta, por meio da aquisição de instituições de ensino com marcas fortes e tradicionais, de alta reputação, alinhadas com nosso posicionamento, e com potencial de ganhos significativos de margem, consolidando a oportunidade de edificar nossas estratégias de crescimento com verticais de ensino abrangendo não somente a graduação, mas também relacionadas a toda a vida de nossos alunos.

Em 2014, a Ânima Educação se estruturou para participar do Programa Mais Médicos (PMM), tendo tido sucesso nos certames de 2014 e 2017 e em 2019, instituiu a vertical de Medicina, denominada Inspirali e que em 2021 se tornou uma empresa do grupo, que reúne os cursos de medicina da Ânima Educação. O programa Mais Médicos é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidade Básicas de Saúde (UBS), além da oferta de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.

A Inspirali, teve em sua criação uma equipe, que há mais de 10 anos assessorou 54 Instituições de Ensino Superior dentre as quais 19 Universidades, 17 Centros Universitários e 18 Faculdades na elaboração de seus projetos político-pedagógicos para implantação e/ou reestruturação de cursos de Medicina.

Como resultado do esforço do Programa Mais Médicos, a companhia venceu a concorrências (como nas cidades de Cubatão no Estado de São Paulo, e na cidade de Tucuruí, Estado do Pará). Os últimos movimentos de M&A realizados pela Ânima Educação também aumentam a exposição da Inspirali, com aquisição de instituições com cursos de medicina em seu portfólio. A Inspirali modernizou a proposta acadêmica dos Cursos de Medicina da companhia e mapeou instituições de ensino de medicina em todo o território Brasil com perfil compatível com o da Ânima Educação, contribuindo assim para o pipeline de fusões e aquisições, como foram os casos das Faculdades Ages de Medicina em 2019; da Faseh. UniFG e UniSul

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

em 2020; e da UAM, UNP e UNIFACS em 2021. Atualmente, a Inspirali conta com 12 mil alunos matriculados em nossos cursos de Medicina, majoritariamente localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país, as mais privilegiadas. Para informações sobre número de vagas e amadurecimento de vagas campus a campus e ano a ano, acesse nossa [planilha interativa no site de RI](#). Com lançamento de novo edital do Programa Mais Médico em 2023, a Inspirali participa com propostas para novos cursos de medicina.

A Inspirali, em linha com a tendência do setor, foca também em desenvolver soluções que agreguem valor a todo o ciclo de vida de nosso aluno: admissão, escola médica, residência médica e a sua Educação Médica Continuada (cursos de pós-graduação).

Em 2022 a Inspirali firmou uma aliança estratégica com a DNA Capital para um importante passo para seguirmos criando valor para os principais *stakeholders*: alunos, equipe e acionistas diante da oportunidade de conexão entre academia e o setor de saúde, promovendo a integração entre os desafios da vida real e suas soluções a partir das práticas da saúde e parceiros - além de contribuir para a experiência e empregabilidade dos estudantes, potencializar a educação médica continuada e manter nossa firme rota de expansão, colocando a Inspirali numa posição de vanguarda – com um diferenciado ecossistema do mercado de educação médica inserido no setor de saúde.

Nosso portfólio inclui a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Acreditamos ser líderes em termos de participantes no mercado de organização de grandes eventos de gestão empresarial, com público médio anual de oito a nove mil participantes, que, em sua maioria, são altos executivos de grandes empresas. Os eventos organizados pela HSM no Brasil têm por objetivo estimular a discussão de temas de vanguarda de gestão global, e contam com a participação de conferencistas mundialmente reconhecidos, como Yuval Noah Harari, Michael Phelps e Peter Diamands.

A HSM, fundada há mais de 30 anos, também se destaca por oferecer soluções educacionais como Cursos In Company, que integram metodologia e acompanhamento diferenciados para atender às necessidades das empresas no desenvolvimento de seus colaboradores e líderes. Adicionalmente, a HSM é responsável pela Revista HSM Management, além do HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão.

Em 2016, a Ânima lançou a Escola Brasileira de Direito (EBRADI), instituição que oferece cursos de Pós-Graduação 100% on-line, além de cursos preparatórios para o exame da OAB (também oferecido integralmente à distância). Nossos cursos possuem como patronos os principais nomes do direito brasileiro, como Ives Gandra, Humberto Theodoro Junior, Pedro Paulo Teixeira Manus, dentre outros.

Em maio de 2018, foi inaugurado um relevante projeto da Ânima Educação: a Le Cordon Bleu São Paulo. Formada a partir de uma joint venture com a Le Cordon Bleu Paris, a Ânima trouxe para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a principal rede de escolas de culinária e hospitalidade do mundo, com 35 institutos em 20 países. A Le Cordon Bleu Paris combina inovação e criatividade com tradição através de seus certificados e diplomas. A instituição, agora também paulistana, está dedicada a fornecer o mais alto nível de instrução culinária e de hospitalidade através de programas de nível mundial.

Desde 2016, iniciamos um processo de evolução digital, quando adotamos a metodologia *Lean* para resolução de problemas relacionados aos serviços acadêmicos e financeiros prestados aos nossos alunos. Rapidamente aprendemos que tecnologia seria um meio fundamental para o atingimento de nossos resultados, mas que exigiria muito mais de nossos esforços de transformação.

Então, em 2018, demos início a uma nova fase: Transformação digital. Muito além de encontrar soluções baseadas em tecnologia, estamos mudando nossa forma de interagir e trabalhar. Nossas decisões precisavam ter o aluno no centro e ser orientadas por dados. Tecnologia não poderia mais ser um departamento, mas uma competência das áreas de negócios. Com essas referências demos um novo sentido para a nossa jornada e potencializamos nossa contribuição para transformar o país pela educação.

Contamos com *squads*, distribuídas em times multidisciplinares com competência e autonomia para desenvolver produtos e serviços conectados a um fluxo de valor orientado pela centralidade no aluno. Como base, as squads trabalham com foco em gerar impacto de negócio e garantir valor para todos os stakeholders. O desafio é contínuo com ciclos de entregas mais curtos e experimentação, aprendizado e adaptação como premissas essenciais.

Em 2019 ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, e na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. No mesmo ano, criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

especialização à distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

No início de 2025, a anunciamos a primeira universidade dedicada à creator economy, um mercado que deve atingir meio trilhão de dólares até 2027, em parceria com a Agência Califórnia, a “Community Creators Academy”.

A Ânima se destacou em 2019 entre as 150 empresas mais inovadoras do Brasil, de acordo com o Valor Inovação Brasil (julho de 2019), se posicionando em terceiro lugar no ranking do setor de serviços. Ainda em 2019 a Ânima figurou no Anuário Época Negócios 360º Melhores Empresas do Brasil como a melhor companhia do setor de educação no quesito Governança Corporativa, e a segunda melhor na dimensão de Visão de Futuro. A Companhia foi eleita pela CNN a empresa mais notável na categoria educação no ano de 2020. Em maio de 2021 recebemos o reconhecimento da revista Exame de melhor ESG (referente a práticas ambientais, sociais e de governança) no segmento Educação na premiação “Melhores ESG”. Entre 2021 e 2025 fomos premiados pela Institutional Investor Magazine / Extel nas categorias no setor de Educação (Melhor CEO, Melhor CFO, Melhor Profissional de RI, Melhor Time de RI, Melhor Programa de RI, Melhor Evento Investidor/Analista, Melhor ESG) e sempre ocupando os primeiros lugares do ranking. Em 2021 fomos escolhidos como o Melhor Departamento Financeiro no setor Educação e em 2022 como Melhor Departamento de Compliance no Finance & Law Summit Awards.

Movimentos recentes de expansão, somados à base de ativos de medicina em maturação resultarão em um aumento significativo dos resultados operacionais, a execução do processo de integração desses novos projetos tem sido bem-sucedida.

A tabela abaixo apresenta nossos principais indicadores financeiros e operacionais.

Indicadores Financeiros (dados Gerenciais ²) R\$ milhões (exceto em %)	2025	2024	Δ 2025/ 2024
Receita Líquida	4.023,7	3.801,4	5,8%
Lucro Bruto Ajustado	2.713,8	2.557,7	6,1%
<i>Margem Bruta Ajustada</i>	67,4%	67,3%	0,1pp
Resultado Operacional Ajustado	1.795,8	1.651,5	8,7%
<i>Margem Operacional Ajustada</i>	44,6%	43,4%	1,2pp
EBITDA Ajustado	1.492,2	1.361,0	9,6%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	37,1%	35,8%	1,3pp
EBITDA Ajustado ex-IFRS16	1.206,8	1.084,9	11,2%
<i>Margem EBITDA Ajustada ex-IFRS16</i>	30,0%	28,5%	1,5pp
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	123,8	85,1	45,3%
<i>Margem Líquida Ajustada</i>	3,1%	2,2%	0,9pp
Geração de Caixa Operacional	1.488,9	1.291,2	15,3%
Geração de Caixa da Empresa	860,0	783,6	9,7%

Indicadores Operacionais	2025	2024	Δ 2025/ 2024
Base de Alunos Total ¹	371.345	375.758	-1,2%
Base de Alunos Ensino Acadêmico ¹	324.247	333.639	-2,8%
Tiquete Ensino Acadêmico Ânima Core (R\$/mês)	872	828	5,4%
Tiquete Ensino Acadêmico Ensino Digital (R\$/mês)	242	224	7,7%
Tiquete Ensino Acadêmico Inspirali (R\$/mês)	9.825	9.360	5,0%

¹ Média do período; Ensino Acadêmico é representado pelos alunos da graduação, pós-graduação stricto sensu, ensino básico e técnico.

² Para explicação e conciliação dos ajustes realizados, consulte o item 2.5 “Medições não contábeis”.

Partindo de uma operação inicial em 2003 com cerca de 3,8 mil estudantes matriculados, apresentamos um crescimento sólido e constante de nossos resultados nos últimos 23 anos, tanto por crescimento orgânico, quanto por aquisições.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. Produtos e Serviços Comercializados

Atualmente, organizamos nossas atividades em quadro segmentos operacionais, quais sejam:

Ânima Core: Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais, no ensino presencial e semipresencial, em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec e prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos intercompany, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

Inspirali Educação Médica: Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.

Ensino digital: Compreende a cursos de graduação e pós-graduação, cujas atividades são desenvolvidas no formato de ensino a distância, utilizando plataformas digitais e tecnologias de informação e comunicação.

Corporativo: Atividades relacionadas a governança e gestão de toda operação do Grupo, além de despesas financeiras de empréstimos contraídos para expansão das operações.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como nos exercícios sociais encerrados em 2024, as nossas receitas foram compostas (i) pelo recebimento de mensalidades decorrentes da prestação de serviços educacionais relativos ao ensino superior, prestados em nossos campi e (ii) pelos valores relativos aos serviços educacionais de educação executiva continuada.

Para maiores informações sobre os nossos serviços prestados e sobre nossas unidades de ensino e instalações, vide nessa Seção 1 deste Formulário de Referência.

b. Receita Proveniente do Segmento e sua Participação na Receita Líquida da Companhia.

Na tabela abaixo a nossa receita líquida para últimos exercícios sociais:

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
	Receita líquida	Participação na receita líquida (%)
	(R\$ milhões)	
Segmento de Ânima Core	2.159,9	53,7%
Segmento Ensino Digital	331,4	8,2%
Segmento Inspirali Educação Médica	1.532,4	38,1%
Segmento Corporativo	-	-
Total	4.023,7	100,00%

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	
	Receita líquida	Participação na receita líquida (%)
	(R\$ milhões)	
Segmento de Ânima Core	2.106,4	55,4%
Segmento Ensino Digital	298,8	7,9%
Segmento Inspirali Educação Médica	1.396,1	36,7%
Segmento Corporativo	-	-
Total	3.801,3	100,00%

c. Lucro ou Prejuízo Resultante do Segmento e sua Participação no Lucro Líquido da Companhia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Indicamos na tabela abaixo o nosso lucro líquido em cada um desses segmentos para os últimos exercícios sociais:

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
	(Prejuízo) Lucro líquido	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
	(R\$ milhões)	
Segmento de Ânima Core	396,6	154,5%
Segmento Ensino Digital	143,3	55,8%
Segmento Inspirali Educação Médica	429,2	167,2%
Segmento Corporativo	(712,4)	(277,5%)
Total	256,7	100%

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhões)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ânima Core	422,3	206,6%
Segmento Ensino Digital	97,5	47,7%
Segmento Inspirali Educação Médica	355,0	173,7%
Segmento Corporativo	(670,4)	(327,9%)
Total	204,4	100,0%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

Os serviços educacionais ofertados pelas instituições que integram a Ânima Educação são de graduação (tecnológica, bacharelado e licenciatura), pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado), cursos de idiomas, cursos e programas de extensão e educação executiva, nas modalidades presencial e digital, além de projetos de consultoria a empresas e órgãos públicos, em diferentes áreas de atuação. Todos os produtos e serviços ofertados aos alunos estão organizados em uma perspectiva da aprendizagem ao longo da vida (“Lifelong Learning” ou “Educação Continuada”) e compõem de forma integrada o Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A).

a. Características do processo de distribuição

A modalidade de ensino presencial é ofertada pela Ânima em todos os seus segmentos de atuação (graduação, pós-graduação e cursos livres). Os cursos presenciais mesclam diferentes metodologias de ensino a fim de assegurar que o processo de aprendizagem se dê de forma autônoma, individualizada e efetiva. Mesmo na modalidade presencial, a tecnologia está presente em todas as práticas acadêmicas, mediante a utilização de modernas plataformas de aprendizagem. Dentre elas merecem destaque:

- **Ulife - Sala de Aula Virtual:** ambiente digital de aprendizagem da respectiva unidade curricular, que favorece o desenvolvimento de atividades síncronas e assíncronas e a interação professor-aluno e entre alunos;
- **Academia de Futuros Profissionais (AFP):** componente curricular ofertado aos estudantes ingressantes, com foco no desenvolvimento acadêmico, por meio de uma jornada formativa voltada ao autoconhecimento, à preparação profissional, ao protagonismo, à autonomia e à autogestão. Sua estrutura articula experiências síncronas e assíncronas, com trilhas de conteúdo e avaliação que aproximam a formação acadêmica dos desafios contemporâneos do mundo do trabalho.
- **Ebradi OAB 100%:** programa de verificação e acompanhamento da aprendizagem, exclusivo para os concluintes do curso de Direito, voltado à empregabilidade por meio da preparação do futuro egresso para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil e para concursos públicos;
- **Laboratórios de simulação realística e cenários virtuais de práticas:** cada área de conhecimento possui recursos tecnológicos para o desenvolvimento de habilidades e competências de tomada de decisão.

As práticas educacionais adotadas pela Ânima estão em constante e ininterrupto processo de revisão e atualização, a fim de assegurar que a vivência prática da profissão e o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais necessárias ao perfil do egresso pretendido ocorram, efetivamente, do primeiro ao último dia do curso. Esse movimento de repensar o modo e a forma como ensinamos e aprendemos tem como marco o ano de 2008, momento no qual a Ânima definiu sua opção pelo regime modular para estruturação de seus currículos.

A modularização deu oportunidade à construção de matrizes curriculares inovadoras, interdisciplinares e flexíveis, possibilitando a utilização de modernos recursos tecnológicos no, até então, tradicional ambiente universitário, além de assegurar eficiente gestão financeira e melhor alocação dos recursos da companhia.

Por meio de um rigoroso processo de qualidade, que vai da concepção acadêmica dos cursos à gestão da oferta semestral de turmas e disciplinas, concebemos um modelo próprio de gestão que, além de atender a todos os requisitos legais e institucionais, assegura diferenciada qualidade acadêmica, ranqueando nossos cursos de graduação nas melhores posições, segundo dados oficiais do Ministério da Educação. A expertise do modelo de gestão concebido pela Ânima está na conciliação entre qualidade acadêmica e eficiência operacional.

A evolução de nossos indicadores e o crescimento exponencial das operações da companhia ao longo dos mais de 20 anos nos instigou a buscar, constantemente, a melhoria dos nossos produtos e o aprimoramento dos processos acadêmicos.

Imbuídos na missão de transformar o país pela educação, iniciamos, em 2015, o projeto de convergência curricular, entendendo ser esse o primeiro esforço para a concepção de um modelo acadêmico robusto, escalável e gerenciável. A primeira etapa do projeto, dedicada à uniformização das matrizes curriculares para as IES Ânima, foi concluída no primeiro semestre de 2016, apresentando ganhos acadêmicos e operacionais, já apurados, muito consistentes.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em outubro de 2016, a companhia redesenhou sua estrutura organizacional e, dentre outras mudanças, instituiu a Vice-Presidência Acadêmica, que incorporava a estrutura da anterior Diretoria Acadêmica, tendo como escopo principal assegurar a evolução constante do modelo acadêmico e a criação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A), com implementação de um piloto em agosto de 2017.

Sinergia entre projeto acadêmico e plano de negócio

A liderança da vice-presidência acadêmica alinha o projeto acadêmico da Ânima aos objetivos estratégicos do negócio. A liderança se destaca por uma gestão orientada por dados, com profunda sensibilidade institucional e visão sistêmica. Sua atuação conecta com agilidade as transformações da educação superior às necessidades do ecossistema Ânima, articulando inovação acadêmica, eficiência operacional e sustentabilidade de longo prazo.

Com sólida trajetória na educação superior e entusiasta da tecnologia aplicada ao ensino, nosso líder impulsiona o fortalecimento do E2A – um projeto acadêmico robusto, conectado às demandas do profissional de hoje e dos futuros possíveis. Desde sua concepção, o E2A tem como premissas a formação por competências, a interdisciplinaridade, a empregabilidade e a valorização da jornada docente, integrando tecnologias educacionais, ambientes híbridos e metodologias ativas.

O E2A vem sendo continuamente aprimorado como parte de um compromisso institucional com a excelência acadêmica e com a responsabilidade de formar profissionais preparados para atuar em um mercado em constante mudança. Esse aprimoramento decorre de um processo permanente de escuta dos nossos educadores e estudantes, combinado à análise criteriosa de resultados acadêmicos e indicadores externos de qualidade.

As adaptações curriculares refletem, assim, uma postura propositiva e responsiva, capaz de antecipar tendências e manter a coerência entre o projeto acadêmico, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o plano de negócios da companhia. Essa integração entre visão acadêmica e sustentabilidade operacional, sustentada por dados e por diálogo contínuo com a comunidade acadêmica, consolida a Ânima como uma referência em educação superior inovadora, responsiva e de impacto.

Currículos integrados

A IES tem como propósito a emancipação dos estudantes por meio de currículos integrados e focados no desenvolvimento de competências, visando transformar o país por meio da educação. O currículo é, portanto, concebido e implementado considerando os contextos local, nacional e, quando pertinente, internacional, em articulação estratégica com outras instituições de ensino superior (IES) e centros de pesquisa do ecossistema Ânima.

Essa articulação estratégica se materializa em:

- **Cocriação de unidades curriculares (UCs):** desenvolvimento colaborativo de UCs com especialistas de outras IES e centros universitários, abordando temas emergentes e relevantes para os contextos local e nacional, garantindo interdisciplinaridade e atualização do conteúdo programático.
- **Mobilidade acadêmica e intercâmbio de conhecimentos:** incentivo à mobilidade acadêmica (territorial e digital) de estudantes e professores entre as IES do ecossistema, promovendo a troca de experiências, a disseminação de boas práticas e o enriquecimento curricular com diferentes perspectivas pedagógicas.
- **Participação em redes e fóruns de discussão:** engajamento ativo em redes e fóruns de discussão promovidos pelo ecossistema Ânima, abordando temas como inovação curricular, formação de professores e avaliação da aprendizagem, contribuindo para um projeto educativo alinhado com as demandas da sociedade.
- **Benchmarking e adaptação de modelos curriculares:** análise comparativa de modelos curriculares inovadores e eficazes, adotados por IES de referência no Brasil e no exterior, visando aprimorar continuamente o projeto formativo.

A adoção do currículo integrado, nesse contexto, é estratégica. Reconhecendo a complexidade do mundo contemporâneo e a necessidade de formar profissionais aptos a enfrentar desafios multifacetados, a instituição supera a fragmentação do conhecimento, promovendo a articulação entre diferentes áreas do saber, estimulando a visão sistêmica e preparando os estudantes para atuar de forma colaborativa, criativa e engajada na construção de um futuro mais justo e sustentável.

A concepção do currículo integrado visa, portanto, promover uma compreensão global do conhecimento, criando unidades de conhecimento que façam sentido para o estudante e permitam o desenvolvimento de competências sólidas, tanto técnicas quanto socioemocionais. Essa abordagem reflete-se em todas as instâncias da IES e do curso, e em suas relações com o

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

mundo externo, qualificando a atuação profissional e fomentando habilidades para uma atuação consciente, ética e sensível às necessidades locais, globais, socioambientais e relacionais.

Além disso, a integração promove uma maior conexão com o mundo do trabalho, proporcionando aos estudantes a oportunidade de vivenciar a realidade social e profissional. Sob a orientação de educadores, eles desenvolvem projetos que abordam problemas contemporâneos complexos.

Os cursos oferecidos pela Ânima, desenvolvidos com a colaboração de professores e coordenadores de todo o ecossistema, são organizados em unidades curriculares integradas. Esses cursos são estruturados em diferentes níveis de ambiência, focando principalmente nas competências a serem desenvolvidas. Rompe-se com a ideia de currículo pautado na “distribuição de disciplinas em grades” em que o conhecimento é “prisoneiro” de pontos de vista singulares, definitivos, estanques e apartados, e passa-se a considerar a unidade curricular organizada por competências como a unidade mínima do currículo, trabalhando temas que superam as tradicionais barreiras disciplinares, com a atuação de pelo menos dois professores que trabalham de forma integrada no planejamento das aulas, atividades, desempenhos e avaliações.

A evolução da matriz curricular para um novo tempo: inovação, eficiência e valor acadêmico real

A Ânima Educação consolida sua posição de liderança no setor educacional ao adotar uma matriz curricular inovadora, fundamentada em uma estrutura radial que alia qualidade acadêmica com eficiência operacional. Essa transformação estratégica responde diretamente às demandas contemporâneas de qualidade acadêmica, empregabilidade, protagonismo discente e sustentabilidade financeira, quatro pilares essenciais para uma operação educacional de alto valor agregado.

Diferentemente dos modelos tradicionais, lineares e sequenciais, a evolução da matriz organiza o percurso formativo dos estudantes em níveis de complexidade crescente, o que garante um desenvolvimento progressivo e articulado de competências. Os componentes curriculares são distribuídos de forma a respeitar relações de precedência acadêmica – ou seja, cada unidade de aprendizagem é posicionada conforme os conhecimentos prévios necessários, garantindo fluidez na oferta dos componentes curriculares, coerência e robustez formativa. Esse desenho permite que o estudante avance com clareza sobre o seu processo de desenvolvimento, promovendo autonomia e senso de propósito – características centrais para o engajamento e a formação de profissionais preparados para cenários complexos e dinâmicos.

Essa evolução de matriz organiza o percurso formativo dos estudantes em níveis progressivos de complexidade, ancorados em fundamentos da neurociência que respeitam o modo como o cérebro aprende e se desenvolve. Ao considerar as relações de precedência entre os conteúdos – os chamados predecessores – o que significa que cada nova competência é construída com base em estruturas cognitivas já consolidadas, esse modelo não só garante coerência e fluidez na jornada acadêmica discente, como também potencializa a aprendizagem ao alinhar a arquitetura curricular com o funcionamento natural da mente humana.

A estruturação dos cursos por níveis e a racionalização dos pontos de interdependência entre as unidades curriculares permite uma alocação eficiente da carga horária dos professores, reduzindo sobreposição de conteúdos e promovendo maior aproveitamento das expertises acadêmicas. Trata-se de uma solução curricular que reduz desperdícios operacionais sem comprometer – ao contrário, potencializando – a qualidade do ensino. Refere-se a uma solução que concilia excelência pedagógica com sustentabilidade financeira, ampliando a margem operacional sem comprometer a entrega educacional.

A concepção curricular dos cursos da Ânima também está fortemente conectada com metodologias ativas, tecnologias educacionais e práticas de aprendizagem imersiva, como simulações e projetos integradores, desde os níveis iniciais. Essa combinação garante ao estudante vivências alinhadas às exigências do mundo do trabalho e acelera o desenvolvimento de competências socioemocionais, cognitivas e técnicas, reforçando a empregabilidade como diferencial competitivo.

Com essa reformulação estratégica, a Ânima entrega ao mercado uma solução de alto desempenho, construída com base na melhor ciência sobre aprendizagem, orientada por evidências e desenhada para gerar impacto real na vida dos estudantes e nos indicadores de sucesso da companhia. Uma matriz que traduz o que há de mais avançado em educação superior: inovadora, eficiente e centrada no desenvolvimento humano em sua plenitude. Em um setor pressionado por custos crescentes e pela necessidade de diferenciação, a matriz da Ânima representa o que há de mais avançado em design curricular.

Unidades curriculares (UCs)

Em consonância com as demandas de um mundo em constante transformação, a estrutura curricular da instituição adota uma abordagem inovadora centrada em unidades curriculares (UCs). As UCs representam a espinha dorsal de um currículo

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

integrado, projetado para promover o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício profissional, abrangendo conhecimentos, habilidades e atitudes.

A organização curricular por meio das UCs amplia a flexibilidade curricular e a capacidade de personalizar o percurso de aprendizagem de cada estudante. Ao romper com a linearidade e os pré-requisitos característicos das disciplinas, as UCs permitem que os estudantes avancem em seus próprios ritmos, explorando temas de seu interesse e construindo um conhecimento mais significativo. Essa abordagem favorece a criação de comunidades de aprendizagem, em que a colaboração, a troca de ideias e o apoio mútuo são incentivados.

As unidades curriculares estão agrupadas em diferentes níveis, cada qual representando um estágio de desenvolvimento de competências. Dentro de um mesmo nível, os estudantes têm a flexibilidade de cursar as UCs sem uma ordem predefinida, respeitando seus interesses e ritmos de aprendizagem. Embora dentro de um mesmo nível as unidades curriculares ofereçam flexibilidade, existe uma ordem ideal de oferta que visa otimizar a aquisição de competências. A decisão final sobre a alteração dessa ordem ideal, contudo, recai sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), que, com sua expertise e conhecimento do currículo, pode adaptar a sequência para melhor atender às necessidades específicas da turma ou do projeto pedagógico do curso.

Percurso formativo personalizado

Para além da organização em unidades curriculares, o currículo da instituição incorpora outros elementos de flexibilização e inovação, visando a hiperpersonalização do percurso formativo. Entre eles, destacam-se a **UC Dual**, que promove a integração efetiva entre teoria e prática ao inserir os estudantes em ambientes reais do mundo do trabalho desde o início do curso, por meio de parcerias com empresas e órgãos públicos; e a **UC Personalizável**, uma unidade curricular optativa que permite ao estudante moldar seu percurso formativo de acordo com seus projetos, momento de vida e interesses profissionais. Além disso, é ofertada a **UC Exploratória**, que proporciona aos estudantes a oportunidade de explorar áreas de conhecimento diversas, ampliando seus horizontes e incentivando a interdisciplinaridade.

Todas as experiências que se vivenciam dentro e fora da Instituição de Ensino, e que se constituem como instrumentos viabilizadores da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão passaram, desde 2019, a integrar o currículo. Os projetos e atividades de extensão compõem 10% da carga horária dos cursos, cumprindo a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, mas principalmente promovendo a aplicação dos conhecimentos em projetos que promovem a relação da Universidade com as demandas da sociedade. Estes projetos são também instrumentos para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, novas experimentações e desenvolvimento de novas competências, o que permite ofertar ao estudante um ensino autônomo, personalizado, sólido e crítico processo de formação.

Extensão como prática transformadora

A distribuição das atividades extensionistas ao longo da matriz garante que o estudante não apenas alcance o mínimo exigido pela legislação, mas também se envolva continuamente com experiências práticas, sociais e transformadoras ao longo de todo o curso, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento de competências relacionadas à valores humanos, cidadania, ética, responsabilidade social e resolução de problemas reais e complexos da sociedade.

As ações de extensão são orientadas pelo Plano de Desenvolvimento Extensionista (PDE), construído coletivamente e com base no mapeamento das potencialidades e necessidades de cada território. O PDE define as áreas prioritárias de atuação, público-alvo, vocações locais e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU — sendo obrigatório que cada projeto esteja vinculado a pelo menos um ODS.

As ações extensionistas presenciais são contextualizadas, respondendo a demandas locais e sendo realizadas diretamente nas comunidades. Essa proximidade fortalece o vínculo entre universidade e sociedade, promovendo desenvolvimento regional e justiça social.

As ofertas também estão conectadas a programas institucionais que reforçam o caráter prático, presencial e plural da extensão universitária, a saber:

- **Ânima Plurais:** diversidade e combate à discriminação em suas diferentes formas.
- **Internacionalização:** oportunidades com foco em carreira internacional.
- **Ciência da Felicidade:** promoção da saúde física, mental e bem-estar.
- **Aprendizagem Dual:** oportunidade de conexão com empresas através de desafios da profissão.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A extensão transforma-se em ambiente potente de aprendizagem, onde se vivenciam os quatro pilares da educação da Unesco: aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser. O estudante vivencia o mundo real, aplica seus conhecimentos, desenvolve competências e se torna agente de mudança social.

Essa vivência proporciona não apenas o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas sobretudo humanas, estimulando a empatia, o trabalho coletivo e o protagonismo na transformação de realidades.

Assim, a extensão universitária é parte estruturante da formação acadêmica e está presente de forma efetiva, contínua e distribuída na matriz curricular. Com forte ênfase em ações presenciais, ela fortalece o compromisso da universidade com a transformação social e com o desenvolvimento dos territórios. Por meio da extensão, a formação cidadã, ética e comprometida se concretiza, reforçando o papel da educação superior na construção de um mundo mais justo, democrático e sustentável.

Especificamente, a conexão com os territórios locais se configura como a oportunidade pulsante para as transformações que cada iniciativa extensionista indica como meta e plano de ação. Cada estudante, independente da sua modalidade de graduação, desenvolve ações de mapeamento local e intervenção em seus próprios territórios de vivência e convivência, construindo um grande mapa de ações em diferentes locais do país. Tal exercício é possível através da integração da concepção da Extensão universitária está assentada em dois pilares: i) emprego da tecnologia a serviço da aprendizagem; ii) currículo pensado e organizado a partir das necessidades do aluno do século 21. Ao disponibilizar um projeto de formação para o estudante em qualquer tempo e onde quer que ele esteja, a antiga sala de aula, marcada pelo excesso de aulas expositivas, se transmuta em um espaço contemporâneo, híbrido, entendido como a sala de aula ampliada, voltado ao desenvolvimento de competências e habilidades mediante a realização de práticas, experimentações, problematizações, vivências e demonstrações de desempenho. Além de preparar o aluno para a vivência profissional, as salas de aulas ampliadas geram senso de comunidade, sociabilidade, convivência, coletivismo e senso de pertencimento.

Para uma evolução da matriz curricular, os estudantes terão a oportunidade de organizarem o seu percurso formativo extensionista através de uma sequência progressiva que inicia desde o primeiro semestre, quando personalizarão com as ofertas de cursos, projetos ou atividades de prestação de serviço. Esse percurso progressivo orientará o caminho de reflexão e ação que discuta desde propósito de carreira e altruísmo, até a intervenção diretamente na comunidade.

Academia de Futuros Profissionais

Academia de Futuros Profissionais - No currículo dos cursos, a Academia de Futuros Profissionais (AFP) é ofertada aos estudantes ingressantes com o propósito de articular desenvolvimento pessoal, trajetória acadêmica e preparação para o mundo do trabalho. Por meio de uma proposta formativa estruturada, a iniciativa promove experiências de aprendizagem voltadas ao autoconhecimento, à reflexão sobre projeto de vida e carreira, ao fortalecimento de competências para o futuro e ao desenvolvimento de autonomia, protagonismo e autogestão. Ao longo desse percurso, os estudantes ampliam sua capacidade de compreender sua formação, reconhecer seus potenciais e se preparar de forma mais intencional para os desafios profissionais contemporâneos.

Aulas híbridas

Desde 2018, a Ânima Educação iniciou uma jornada de atualização de seus sistemas para viabilizar a flexibilização e personalização da aprendizagem de modo que a mediação pelo presencial ou digital, quando a legislação assim permitir, seja uma escolha do aluno, atendendo suas preferências e necessidades. A alteração regulatória por meio da Portaria MEC Nº 2117/2019, que aumenta o limite da oferta digital nos cursos presenciais de 20% (vinte por cento) para 40% (quarenta por cento), vai ao encontro da tendência de maior flexibilização no formato de aprendizagem, em linha com este posicionamento estratégico da Companhia.

Estudos recentes revelam que a educação híbrida, ao combinar metodologias e tecnologias, envolvendo a interação entre atividades educativas presenciais e online, potencializa a construção de aprendizagens significativas. Esta abordagem se apresenta como uma premissa do ecossistema de aprendizagem Ânima, tanto na modalidade de ensino presencial ou a distância.

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) é utilizado para estudo dos materiais didáticos e interação entre alunos e professor tutor para discussão dos conteúdos e esclarecimento de dúvidas. Os encontros presenciais são destinados ao desenvolvimento de atividades de aplicação de conhecimentos, discussão, sínteses, atividades de avaliação e autoavaliação da aprendizagem, realização de exercícios, dentre outras, conforme características de cada área de conhecimento e sempre levando-se em conta o uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Material didático

O material didático digital do Ecossistema Ânima posiciona-se como elemento central na oferta de experiências de aprendizagem transformadoras, indo além da disponibilização de conteúdos ao integrar tecnologia, ciência e design educacional inovadores. A abordagem pedagógica combina fundamentos da Neuroaprendizagem, baseados em evidências científicas sobre o funcionamento do cérebro, com o modelo de Aprendizagem Radial, promovendo engajamento por meio de experiências colaborativas, interativas e multissensoriais.

Desenvolvido por professores conteudistas especialistas (mestres e doutores), o material assegura rigor acadêmico e autenticidade. A Inteligência Artificial atua como suporte à estruturação inicial, enquanto a curadoria, validação e adequação pedagógica permanecem sob responsabilidade integral do docente autor. A produção é conduzida e supervisionada por equipes acadêmicas e técnicas da Sintechtica EdTech, garantindo alinhamento curricular, consistência metodológica e padrão de qualidade.

A experiência de aprendizagem é operacionalizada na plataforma Ulife, que integra recursos multimodais, textos autorais, vídeos, podcasts e objetos interativos (infográficos, quizzes, flashcards), estruturados segundo os princípios da Neuroaprendizagem e do Design Universal para a Aprendizagem (DUA). Esse ecossistema favorece múltiplos estilos de aprendizagem, amplia o engajamento e potencializa a retenção de conhecimento.

A acessibilidade e a inclusão são premissas estruturantes, contemplando responsividade, contraste visual, linguagem clara, navegação intuitiva e feedbacks contínuos. O objetivo é garantir uma experiência equitativa e eficiente para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Complementarmente, o Ecossistema Ânima disponibiliza acesso a bibliotecas virtuais parceiras (como Pearson, Minha Biblioteca, Ebsco e Senac), ampliando o repertório acadêmico com conteúdos atualizados de editoras reconhecidas, fortalecendo a jornada formativa.

No que se refere à governança e qualidade, o processo conta com um fluxo estruturado de Qualidade Acadêmica, com validação baseada em indicadores robustos. Adicionalmente, o sistema ROMA (Registro de Ocorrências em Materiais de Aprendizagem) assegura a captura, triagem e tratativa ágil de eventuais inconsistências, sustentando um ciclo contínuo de melhoria.

Portanto, o material didático digital consolida-se como um ativo estratégico do Ecossistema Ânima, integrando excelência acadêmica, inovação pedagógica e tecnologia para potencializar resultados de aprendizagem em escala.

Cursos na modalidade a Distância – EaD

Educação a Distância (EaD) no Ecossistema Ânima consolida-se como um pilar estratégico de inovação, escala e democratização do ensino superior no Brasil. Desde 2010, com a criação do Instituto Una de Educação a Distância, a Ânima vem ampliando sua atuação por meio de soluções digitais que redefinem a experiência de ensino-aprendizagem, com foco em qualidade, acessibilidade e protagonismo do estudante.

A expansão estruturada teve início com o credenciamento da Una para EaD em 2014 e, posteriormente, com a incorporação de diversas instituições ao modelo, ampliando a capilaridade da oferta para múltiplos cursos e polos em todo o território nacional. Atualmente, a EaD está presente em quase todas as marcas do Ecossistema Ânima, consolidando uma operação robusta, integrada e alinhada às demandas contemporâneas da educação.

A proposta pedagógica é centrada no estudante e sustentada por metodologias ativas, trilhas personalizadas e experiências multimodais. Os materiais didáticos, integram tecnologia, neurociência e design educacional, enquanto a lara, agente de inteligência artificial e ressignificação da aprendizagem, potencializa a aprendizagem em momentos assíncronos, apoiando os estudantes na construção do conhecimento por meio de interações como sínteses, traduções, transcrições e aprofundamento de conteúdos.

As experiências de aprendizagem digital da Ânima diferenciam-se pelo caráter inovador e pela amplitude das oportunidades acadêmicas ofertadas aos estudantes da EaD. Para além do conteúdo curricular, o ecossistema proporciona vivências como programas de internacionalização, iniciação científica, aprendizagem dual e outras iniciativas que ampliam o repertório acadêmico e a conexão com o mercado e a sociedade.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O conteúdo acadêmico é desenvolvido por especialistas e complementado por bibliotecas virtuais de referência, assegurando acesso contínuo a materiais atualizados e de alta qualidade. Todo o processo é suportado por equipes acadêmicas e técnicas, garantindo uma jornada de aprendizagem fluida, inclusiva e orientada a resultados.

Metodologia

Na Ânima, o processo ensino-aprendizagem se orienta pelo uso de metodologias ativas, valorizando, portanto, a colaboração, a interação, a congruência entre atividades teóricas e práticas desafiadoras, envolvendo situações diversificadas que favorecem a aplicação do conhecimento em situações reais ou simuladas envolvendo a futura profissão, assim como o uso de estratégias diversificadas de engajamento dos estudantes com o apoio intensivo de tecnologias e recursos e objetos digitais de aprendizagem.

Os docentes dos cursos participam de espaços de formação permanente para atuar no currículo e desenvolver competências de literacia digital. Além disso, são mestres e doutores com conhecimento profundo nas temáticas da sua docência.

Em cada Unidade Curricular, o processo ensino-aprendizagem é conduzido por dois professores que trabalham de forma integrada no Ulife sala virtual, que é a plataforma digital da Ânima para o desenvolvimento das aulas. Na sala de aula virtual do Ulife, além de um material produzido exclusivamente para as unidades curriculares dos cursos EAD, os estudantes e professores contam com diversas ferramentas e recursos de aprendizagem e de comunicação.

Os conteúdos de estudo são produzidos a partir de um trabalho cuidadoso de curadoria realizado e organizado por um professor especialista e posteriormente é transformado em um material dialógico e interativo pelas equipes da área de Aprendizagem Digital, com a inserção de diversos recursos como *motion videos*, infográficos, podcasts, recursos gamificados etc., com vistas a promover a melhor experiência de aprendizagem aos estudantes.

Os alunos estudam o material e outros que são disponibilizados pelos professores da unidade curricular, em grupo e individualmente, de formas síncrona e assíncrona. Na sala de aula virtual, estudantes e professores contam ainda com diversas ferramentas de comunicação assíncrona, além de trilhas para o desenvolvimento de projetos.

As escolas do ecossistema Ânima buscam desenvolver os talentos e competências dos seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. A aprendizagem é entendida como um processo ativo. Nesse sentido, o papel do educador se transforma e os currículos precisam incorporar a aprendizagem ativa e engajar os estudantes no processo de aprendizagem.

Para isso, o currículo do curso contempla novas ambientações e formas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. Em termos didático-metodológicos de abordagem do conhecimento, isso significa a adoção de metodologias que permitem aos estudantes o exercício permanente do pensamento crítico, da resolução de problemas, da criatividade e da inovação, articulados a um itinerário de formação flexível e personalizado.

No contexto da matriz curricular, são previstos projetos e trabalhos que promovem a integração entre os conhecimentos adquiridos e a realidade, fortalecendo a concepção de conhecimento como uma rede de significados. Isso possibilita uma visão global e sistêmica do saber, considerando o contexto histórico-social em uma perspectiva relacional e de interdependência com o universo acadêmico e o mundo do trabalho. As experiências de aprendizagem dos estudantes permitem alinhar seus desejos, interesses e objetivos profissionais às demandas sociais e da comunidade local, reafirmando a função social da instituição de ensino superior (IES) e a relevância da aprendizagem.

Este processo se concretizará pelo uso metodologias ativas de aprendizagem, comumente empregadas com o intuito de favorecer a autonomia e despertar o interesse do estudante, estimulando sua participação nas atividades em grupo ou individuais. As metodologias ativas consideram o estudante como sujeito social, não sendo possível o trabalho sem a análise das questões históricas, sociais e culturais de sua formação. Nesse contexto, em uma abordagem interacionista, o estudante não é visto como um ser passivo, que apenas recebe informações e conhecimentos, mas sim como um ser ativo, que faz uso de objetos e gera suas significações para conhecer, analisar, aprender e, por fim, desenvolver-se. Aqui, o estudante é o autor de sua aprendizagem.

Didaticamente, com a adoção das metodologias ativas, o curso conquista uma maior eficiência na atividade educativa, deslocando o papel do educador de mero transmissor de um conhecimento estanque para o de mediador, que favorece, de forma ativa e motivadora, o aprendizado do estudante crítico-reflexivo.

As metodologias ativas contribuem efetivamente para o desenvolvimento das competências necessárias ao egresso que se espera formar, considerando atividades pedagógicas que estimulem o pensamento crítico-reflexivo, o autoconhecimento e a

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

autoaprendizagem. Para isso, estão no escopo o uso de diversas metodologias ativas, como a sala de aula invertida (*flipped classroom*), a instrução por pares (*peer instruction*), o PBL (*project-based learning e problem-based learning*), o *storytelling*, dentre outras, de acordo com as especificidades do curso e das unidades curriculares, havendo inclusive capacitações e programas de treinamento para os educadores.

Para que as metodologias ativas aconteçam, não nos limitamos a todo o aparato oferecido pela infraestrutura. No contexto da proposta pedagógica do curso, subsidiada pelo Ensino para a Compreensão (EpC), o conceito de compreensão está vinculado ao desempenho. Ter desempenho é mais do que "saber", é "pensar a partir do que se sabe".

Dessa forma a organização do trabalho pedagógico é orientada para uma constante atividade cognitiva dos alunos e alunas, para a interação, debate e construção colaborativa dos conhecimentos. Elementos essenciais que embasam as metodologias ativas.

Neste contexto, as ferramentas tecnológicas e a infraestrutura desempenham um papel fundamental como suporte e cenário para o desenvolvimento e construção dos desempenhos por meio de metodologias ativas. Vale destacar que essas metodologias promovem uma conexão significativa com o conhecimento construído, ou seja, não se trata de atividades realizadas apenas por si mesmas.

A utilização de metodologias ativas e ferramentas tecnológicas é um dos focos das propostas de formação continuada dos professores. Além disso, o uso da IA em geral e dos *chatbots* em particular são temas de debates durante os momentos de formação, visando sua aplicação com senso crítico, análise, autonomia e criatividade. Dessa forma, essas tecnologias são colocadas a serviço dos estudantes e professores, atuando como apoio e não como detentores do saber.

Em síntese, as metodologias ativas conectam as experiências de aprendizagem à realidade dos alunos e aos problemas do mundo real. Elas colocam o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, incentivando sua autonomia na busca do conhecimento, estimulando sua capacidade crítica e reflexiva sobre o que está aprendendo e promovendo situações em que ele possa vivenciar e aplicar suas aprendizagens na prática.

Elas promovem a aprendizagem ativa, possibilitando que os alunos mobilizem os seus conhecimentos nas mais diversas situações, com flexibilidade e capacidade de resolução de problemas. O professor é um parceiro ativo neste processo, criando experiências de aprendizagem em que os alunos possam vivenciar a colaboração, o compartilhamento de ideias e a pesquisa ativa.

Os estudantes são incentivados a refletir e a se posicionar criticamente sobre problemas reais relacionados à futura profissão. Eles são estimulados a tomar decisões individuais e em grupo, propor soluções e avaliar resultados.

Esse protagonismo do estudante é também enfatizado a partir da ciência **matética (a arte do aprender)**. Esse conceito, apesar de menos difundido que o de **didática (a arte de ensinar)**, é igualmente significativo, visto que focaliza a perspectiva do aluno e o processo ativo de construção do conhecimento.

No centro da proposta pedagógica da Ânima Educação está uma visão contemporânea e integrada do processo de aprendizagem, que vai além da simples transmissão de conteúdo. Essa abordagem considera que ensinar e aprender são ações complementares e interdependentes, e que a excelência educacional exige tanto estratégias eficazes de ensino quanto o fortalecimento das capacidades individuais de aprendizagem. Para isso, nossa matriz curricular é construída com base em dois pilares igualmente relevantes: a didática, compreendida como a arte de ensinar, e a matética, a arte de aprender — conceito ainda pouco difundido, mas essencial para formar estudantes protagonistas, capazes de conduzir ativamente sua trajetória acadêmica. Essa integração se ancora, ainda, nas descobertas da neurociência educacional, que oferece os fundamentos científicos para compreender como o cérebro aprende e como podemos, de forma intencional, desenhar experiências formativas mais eficazes.

Enquanto a didática valoriza a ação do educador, preocupando-se em estruturar conteúdos e métodos que facilitem a transmissão do saber, a matética coloca o estudante como protagonista, reconhecendo que o aprender é uma atividade dinâmica e pessoal. Ela parte do princípio de que o aluno precisa desenvolver autonomia e estratégias próprias para assimilar e internalizar conhecimentos de maneira significativa e duradoura.

A compreensão da diferença entre didática e matética é fundamental, pois enfatiza que o sucesso da educação depende não apenas das estratégias de ensino adotadas pelo professor, mas também das habilidades, disposições e métodos próprios que o estudante utiliza para aprender. Desse modo, o papel do educador, além de ensinar, passa a incluir o estímulo e o desenvolvimento dessas habilidades matéticas, possibilitando que o aluno se torne um aprendiz autônomo e eficaz.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Portanto, ao afirmar que **matética** integra nossa metodologia tanto quanto a **didática**, ressaltamos a importância do equilíbrio que buscamos entre ensinar e aprender no ecossistema **Ânima**. Este equilíbrio garante que a educação não se limite a um ato unilateral de transmissão, mas se consolide como um processo colaborativo, dinâmico e enriquecedor, em que ensinar e aprender se complementam, gerando resultados positivos para toda a comunidade acadêmica.

Além disso, o entendimento da **didática** e da **matética** encontra forte respaldo nas descobertas da neurociência educacional, que oferece uma base científica sólida para compreender como o cérebro humano aprende.

A **didática**, com seu foco no ensino, corresponde diretamente à ideia neurocientífica de que o cérebro humano é sensível a estratégias pedagógicas específicas, como organização clara dos conteúdos, estímulos sensoriais diversificados, emoções positivas e metodologias ativas. Quando professores adotam métodos didáticos eficazes, favorecem a ativação de áreas cerebrais associadas à memória, atenção, interesse e motivação—fatores essenciais ao processo de aquisição do conhecimento.

Por outro lado, a **matética**, como arte do aprender, dialoga intimamente com o princípio neurocientífico da neuroplasticidade cerebral. A neuroplasticidade é a capacidade do cérebro de formar e reorganizar conexões neurais em resposta às experiências e aprendizagens individuais. Assim, aprender é, fundamentalmente, um processo ativo, em que o cérebro constrói conhecimento de maneira personalizada, integrando novas informações às já existentes através de conexões neurais fortalecidas pela repetição, interesse e significado pessoal.

O conceito **matético** enfatiza justamente essa autonomia e atividade pessoal do aprendiz, destacando práticas como o estudo autônomo, a autorreflexão, a autoavaliação e o gerenciamento do próprio aprendizado. Esses processos são comprovadamente eficazes do ponto de vista neurocientífico, já que reforçam a memória de longo prazo e estimulam a formação de circuitos neurais robustos e duradouros.

Assim, ao integrar **didática**, **matética** e neurociência educacional, a **Ânima** pode desenhar metodologias mais completas e eficazes, capazes de potencializar o aprendizado. Enquanto a **didática** guia os professores na seleção e organização das melhores estratégias de ensino, a **matética** oferece aos alunos ferramentas para que se tornem aprendizes ativos e autorregulados, capazes de aproveitar plenamente as potencialidades neuroplásticas do cérebro.

Dessa forma, relacionar esses conceitos promove não apenas uma educação eficiente, mas uma aprendizagem profunda, significativa e cientificamente fundamentada, essencial ao desenvolvimento integral e sustentável dos estudantes universitários.

Ainda, no que tange a acessibilidade metodológica do currículo, enfatizamos que se concretiza na diversificação das abordagens adotadas para atender às necessidades de atendimento especializado e criar acessibilidade curricular para todos os estudantes, especialmente aqueles que necessitam de estratégias e recursos específicos para aprender com equidade. Para garantir a acessibilidade plena, diversas ações são realizadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI).

Em suma, a abordagem **didático-metodológica**, no conjunto das atividades acadêmicas do curso, favorece o aprimoramento da capacidade crítica dos estudantes, do pensar e do agir com autonomia, além de estimular o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em um processo permanente e dinâmico, estabelecendo a necessária conexão reflexiva sobre si e sobre a realidade circundante, em específico com temas contemporâneos, como ética, sustentabilidade e diversidade cultural, étnico-racial e de gênero.

Estão inclusas dentro dessas metodologias o ensino híbrido (*blended learning*), abordagem metodológica na qual estudantes e educadores desenvolvem interações tanto no ambiente presencial como no ambiente online. Assim, as atividades presenciais são complementadas pelas atividades online e vice-versa, e os objetivos são alcançados com a interação efetiva entre as duas formas de ensino. Essa modalidade permite maior flexibilidade, interação e colaboração entre os estudantes, maior acessibilidade e interatividade na disponibilização de conteúdos. Com a constante evolução das tecnologias digitais, as atividades online envolvem tanto momentos síncronos - que são gravados para que o aluno se aproprie das discussões quantas vezes quiser e no momento que lhe for mais apropriado - quanto assíncronos, além de utilizarem recursos tecnológicos que dão dinamismo às aulas e atividades.

A instituição tem a inovação como um de seus pilares e a entende como um processo contínuo e de construção coletiva que se concretiza em um currículo vivo e em movimento que, com o apoio das tecnologias, busca integrar as experiências da formação profissional àquelas oriundas da relação com o mundo fora da escola.

Sendo assim, no currículo do curso, a hibridez é entendida como uma forma de traduzir um importante princípio: a integração. Nos currículos integrados, as Unidades Curriculares promovem um movimento de cooperação profissional e de integração

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de pessoas e saberes, refletindo nas diferentes comunidades de aprendizagem frequentadas pelos estudantes durante seu percurso formativo. Isso aproxima a experiência acadêmica da realidade social e profissional.

Como recursos de ensino-aprendizagem, são utilizadas as salas de aula virtuais do Ulife, um dos muitos ambientes do ciberespaço. Elas podem ser usadas como ferramentas para aulas síncronas e assíncronas das unidades curriculares digitais, cursos e projetos de extensão, realização de eventos, workshops, entre outros. Nesses ambientes, os objetos físicos são substituídos por recursos educacionais digitais. Além disso, temos a sala de aula invertida, ou *flipped classroom*, em que os alunos estudam previamente o material organizado e indicado pelo educador no ambiente virtual. Posteriormente, a aprendizagem continua no ambiente físico, onde o educador orienta, esclarece dúvidas e propõe atividades e debates sobre o tema estudado.

Como ferramenta de desenvolvimento da metodologia de ensino híbrido, o Ulife é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ou Learning Management System (LMS), desenvolvido pelo grupo Ânima Educação. Ele proporciona aos alunos acessibilidade aos materiais didáticos a qualquer momento e em qualquer lugar, utilizando smartphones, computadores e outros dispositivos. Além disso, o Ulife facilita interações e trocas entre estudantes e educadores, permitindo feedback por meio de ferramentas textuais e audiovisuais, e incentivando a pesquisa e a produção de conhecimento.

É premissa do Ulife ser uma ferramenta em constante evolução, que já conta com vários e importantes recursos para a vida estudantil, como o Portal de Vagas, em que o estudante encontra oportunidades de estágio e emprego em diversas áreas. O portal disponibiliza trilhas de conteúdo, artigos e atividades elaboradas especificamente para o desenvolvimento profissional. Consultores online de carreira auxiliam na preparação dos estudantes para o mundo do trabalho, ao passo que uma área para a gestão de estágios acelera os processos necessários para a formalização dos contratos.

O Ulife é uma plataforma de ensino-aprendizagem, de acompanhamento da vida acadêmica e de planejamento da carreira profissional, que auxilia o estudante no decorrer de todo o seu percurso formativo, bem como na sua preparação para o mundo do trabalho.

Programas Acadêmicos

Programas Acadêmicos é uma área estratégica vinculada à Diretoria de Design Curricular e à Vice-Presidência Acadêmica, responsável pela concepção e gestão de programas que apoiam a jornada do estudante no ensino superior, com foco em aprendizagem, permanência e sucesso acadêmico.

É uma área estrutura sua atuação em iniciativas que ampliam o engajamento, fortalecem o pertencimento e contribuem diretamente para indicadores de retenção, desempenho e conclusão dos cursos.

Atualmente, a área conduz quatro programas:

1. Ingressantes Tardios

Programa estruturado para apoiar todos os estudantes do Ecossistema Ânima que ingressam após o início oficial do semestre, mitigando impactos acadêmicos e fortalecendo sua integração à jornada universitária. A iniciativa atua de forma sistêmica para reduzir riscos de evasão e acelerar a adaptação acadêmica.

O programa está organizado em quatro frentes principais:

- **Comunidade de Ingressantes Tardios no Ulife:** ambiente dedicado com trilhas de aprendizagem e conteúdos estruturados, que orientam o estudante desde o início de sua trajetória;
- **Encontros online síncronas:** encontros com foco em temas estruturantes da formação acadêmica, promovendo engajamento e desenvolvimento de competências essenciais;
- **Catálogo de apoio Unidades Curriculares prioritárias:** materiais direcionados no Ulife, incluindo resumos, apresentações e conteúdos complementares, facilitando a recuperação e acompanhamento das Unidades Curriculares; **Capacitação e suporte institucional:** formação continuada para docentes e coordenadores via Sala Mais, além de uma página exclusiva com diretrizes, orientações e recursos para identificação, acolhimento e engajamento dos ingressantes tardios.

Com essa abordagem integrada, o programa amplia o acesso ao conteúdo acadêmico, fortalece o vínculo com a instituição e contribui diretamente para indicadores de permanência e sucesso dos estudantes.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

2. Início da Jornada (IDJ)

O Início da Jornada (IDJ) é o curso estruturante da Jornada do Calouro, desenvolvido para apoiar estudantes ingressantes da graduação desde o primeiro acesso ao Ulife. O programa centraliza conteúdos essenciais de ambientação acadêmica, desenvolvimento de competências e orientação institucional, promovendo uma entrada mais segura, autônoma e engajadora na vida universitária. O curso conta com a participação da **IA.RA**, a Inteligência Artificial da Ânima, que auxilia os estudantes no entendimento do conteúdo acadêmico, fazendo uma interação em cada ambiente disponível.

Seu principal objetivo é facilitar a adaptação acadêmica inicial e fortalecer a permanência estudantil, atuando de forma preventiva sobre desafios comuns do início da graduação.

A estrutura do IDJ integra, de forma articulada, diferentes frentes estratégicas:

- **Assessment Diagnóstico e IA.RA Skills:** o percurso formativo inicia com um teste de competências que avalia habilidades fundamentais dos estudantes. A partir desse diagnóstico, a IA.RA Skills personaliza recomendações e trilhas de aprendizagem, além de oferecer suporte contínuo ao estudante ao longo dos conteúdos, ampliando a efetividade do processo formativo;
- **Nivelamento Acadêmico:** iniciativa voltada ao fortalecimento de competências essenciais, com foco em leitura e interpretação de textos e raciocínio lógico. Com base no assessment inicial, os estudantes são direcionados, de forma personalizada, para os cursos de **Leitura e Interpretação de Texto** e/ou **Raciocínio Lógico**, disponíveis no Ulife, garantindo maior aderência às suas necessidades formativas;
- **Meu Universo Acadêmico:** frente dedicada à ambientação do estudante ao ecossistema universitário, apresentando o modelo acadêmico, recursos institucionais e possibilidades de trajetória formativa, estimulando o protagonismo, o planejamento dos estudos e o engajamento desde o início da jornada.

Ao consolidar essas iniciativas em uma jornada única, orientada por dados e apoiada por inteligência artificial, o IDJ amplia a eficiência operacional, melhora a experiência do estudante e contribui diretamente para indicadores de retenção e sucesso acadêmico.

3. Monitoria Acadêmica

Programa que potencializa o processo de ensino e aprendizagem por meio do apoio entre pares, fortalecendo o desempenho acadêmico, o engajamento estudantil e a formação colaborativa.

Organiza-se em duas modalidades:

- **Monitoria Acadêmica em Unidades Curriculares (UCs):** voltada ao apoio em Unidades Curriculares já cursadas pelos monitores, contribuindo diretamente para a aprendizagem dos estudantes. Pode ocorrer nos formatos digital, presencial ou híbrido;
- **Monitoria Acadêmica em Projetos de Extensão:** direcionada a iniciativas extensionistas, conectando o aprendizado acadêmico a experiências práticas e de impacto social, também nos formatos digital, presencial ou híbrido.

Como evolução do programa, destaca-se a implementação do **Banco de Talentos unificado**, que centraliza os estudantes inscritos para atuação como monitores. A partir desse modelo, docentes e coordenadores passam a selecionar os monitores por meio de um dashboard institucional, com base em critérios previstos em Edital, o que aumenta a agilidade e a transparência do processo, além de reduzir etapas operacionais e ganhos de eficiência na alocação.

Os monitores atuam em parceria com docentes e coordenação ao longo do semestre e ao final do ciclo, desenvolvem portfólios de atividades que evidenciam sua contribuição acadêmica, além de possibilitar certificação e desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais.

4. Extensão Universitária & Tecnologias Sociais

A **Extensão Universitária** constitui um eixo estratégico da formação acadêmica na Ânima Educação, articulando ensino, pesquisa e prática social para conectar o conhecimento acadêmico às demandas concretas da sociedade.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Por meio do modelo de **Extensão Matriz E2A Radial**, a instituição estrutura projetos integrados ao currículo e reunidos em 9(nove) Programas orientados por impacto social mensurável e alinhados às diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse modelo promove a interdisciplinaridade, a conexão direta com desafios reais e o desenvolvimento de competências técnicas, humanas e cidadãs.

Inserida na matriz curricular dos cursos de graduação, a extensão posiciona o estudante como protagonista na construção de soluções para problemas reais, ao mesmo tempo em que fortalece a presença institucional nos territórios, amplia o impacto social e consolida o compromisso da Ânima com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social

Acolher

O Acolher é um projeto de acolhimento para todos os alunos ingressantes do Ecossistema Ânima de Aprendizagem. O objetivo do projeto é tirar dúvidas, aconselhar, direcionar e ajudar o aluno a concretizar o sonho da graduação. É um projeto de aluno para aluno, de veteranos para calouros! O Acolher visa aumentar o engajamento e a sensação de pertencimento dos nossos estudantes

Todo o acolhimento acontece a partir de grupos liderados por estudantes veteranos, chamados gerúndios. Cada gerúndio representa uma grande área do conhecimento:

- Codando (TI & Computação)
- Cuidando (Ciências Biológicas & da Saúde)
- Engenheirando (Engenharias)
- Desembolando (Ciências Humanas - Psicologia e Serviço Social)
- Ensinando (Ciências Humanas - Licenciaturas)
- Veterinando (Ciências Agrárias & Meio Ambiente)
- Endireitando (Ciências Jurídicas)
- Negociando (Gestão e Negócios)
- Comunicando (Comunicação & Artes)
- Projetando (Arquitetura e Urbanismo & design)

Liderando

O Projeto Liderando tem como objetivo estimular o engajamento dos estudantes no processo de representação, para atuarem na defesa dos interesses discentes no plano institucional, fortalecendo o diálogo com corpo docente e coordenadores de curso e prestando assistência para a mediação de conflitos.

Pós-graduação

A educação continuada ocupa papel estratégico no Projeto Acadêmico e no Plano de Negócios da Ânima Educação, consolidando-se como um dos principais vetores de crescimento e retenção ao longo da jornada do aluno. A partir de 2014, com a entrada no ensino a distância, a companhia iniciou a expansão da pós-graduação EaD, acelerada em 2016 com a construção de portfólios de alta qualidade e forte aderência ao mercado, incluindo parcerias relevantes, como a realizada com a EBRADI na área do Direito. Esse movimento foi sustentado por um redesenho curricular baseado em ampla pesquisa de mercado, com foco no desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e de empregabilidade.

Em 2020, a companhia avançou para um modelo curricular disruptivo, permitindo maior flexibilidade, personalização da jornada e certificações intermediárias. Essa estratégia fortalece a proposta de valor ao aluno e aumenta a atratividade comercial. Nos anos seguintes, a Anima atuou sobre o portfólio e passou a ofertar pós-graduação de 12 (doze) e 6 (seis) meses de integralização. Tanto as modalidades presenciais quanto as virtuais são utilizadas como metodologias para a prestação de nossos serviços de educação executiva continuada.

Em 2026, a estratégia do modelo curricular segue avançando com foco na personalização da formação acadêmica. Nesse contexto, os alunos podem acessar experiências customizáveis, como mentorias desenvolvidas em parceria com empresas (ensino dual), reforçando a conexão direta com o mundo do trabalho. O modelo atual combina oferta de cursos de pós-graduação presencial e EAD, experiências síncronas e assíncronas e plena integração com o Ecossistema Ânima de Aprendizagem. Paralelamente, a educação executiva continuada amplia a presença da companhia no segmento B2C e B2B, por meio de eventos, conteúdos e experiências desenhadas a partir de análise de demanda e tendências de mercado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Esse conjunto de iniciativas posiciona a Ânima como um dos principais players nacionais em educação continuada, com um portfólio escalável, inovador e alinhado às transformações do mercado de trabalho, sustentando o crescimento e a geração de valor no longo prazo.

Educação Executiva Continuada

Criada para fortalecer conexões no mercado corporativo a **Ânima Soluções** reforça nosso compromisso com a inovação, qualidade e a capacidade de atender às demandas dinâmicas do setor. Oferecemos às empresas de todos os segmentos um portfólio completo de produtos, serviços e soluções acadêmicas, integrando as instituições e marcas do **Ecossistema Ânima e fomentando uma aprendizagem contínua**. Com atendimento estratégico, personalizado e alinhado às necessidades dos clientes, consolidamo-nos como referência em soluções inovadoras para este mercado.

O Projeto de Inovação da Ânima

A Ânima tem como um dos seus pilares estratégicos a “Qualidade e Inovação Acadêmica”, e por isso tem tradição em propor e implementar inovações acadêmicas e pedagógicas em suas Instituições de Ensino Superior. Suas escolas foram as primeiras no Brasil a adotar o ensino modular em todos os seus cursos, o que garantiu uma engenharia de currículo inteligente e equilibrou a equação qualidade de ensino, escala e eficiência operacional.

Posteriormente, mais um passo inovador foi dado, ao propor a inserção da interdisciplinaridade na matriz curricular de todos os cursos de suas instituições, o que, por consequência, vem criando um espírito empreendedor e inovativo nos nossos estudantes e professores. Isto se refletiu no fato de que nossos alunos e professores estão sendo premiados em diversos concursos de inovação. Como exemplo, somos bicampeões do Prêmio Santander de Inovação (2013 e 2014), e há seis anos temos premiado as melhores iniciativas de inovação em sala de aula. Assim, está no DNA acadêmico da Ânima inovar e aprimorar seus processos de ensino e aprendizagem.

Em 2016, a Ânima Educação resolveu mais uma vez desenhar um projeto de educação que estivesse à frente de seu tempo. Observando os mais relevantes debates sobre educação inovadora no Brasil e no mundo, bem como algumas iniciativas que aconteciam dentro de suas próprias escolas, desenhamos um conceito de educação que se materializa em uma revolução em três esferas: no conteúdo, no método e na gestão. Buscamos mudar o que ensinamos, como ensinamos e como nossas escolas estão estruturadas para isto. Para materializar esse conceito, definimos o nosso Plano Estratégico de Inovação, ao qual demos o nome de Ecossistema Ânima de Aprendizagem que consiste em um ambiente equilibrado, totalmente voltado para aprimorar o processo de aprendizagem e que conecte os diferentes stakeholders da educação: alunos, professores, familiares, funcionários e outros. Assim, seus quatro pilares são: Projeto de Vida, Itinerário Formativo Flexível, Novo Docente e Ambiência Digital, os quais estão harmonicamente construídos de forma que todos levem o aluno a aprender mais, o professor a ensinar melhor e a escola a fazer mais sentido e oferecer produtos e serviços que atendam à formação de um cidadão do século 21.

O Ecossistema Ânima de Aprendizagem adotou, em 2020, um currículo integrado e por competências, alinhado aos conceitos educacionais do século XXI, que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. As habilidades são a chave essencial para iniciar uma prática profissional para enfrentar problemas da vida real. Para que isso aconteça, o currículo da Ânima é projetado para ter alunos de diferentes cursos e matrículas na mesma classe, organizados em níveis de ambiência. O Core Curriculum é adotado por grandes universidades em todo o mundo e tratam assuntos que dizem respeito ao nível do ensino e proporcionam uma visão global da realidade. Nestas unidades alunos de diversos cursos compartilham a mesma sala. As unidades curriculares de área tratam de temas comuns à uma área de conhecimento e os alunos de diversos cursos da mesma área compartilham o ambiente, o que proporciona mais riqueza nas discussões e no trabalho colaborativo. Já as unidades de curriculares específicas apresentam temas e desafios específicos da carreira escolhida. De uma forma geral, as unidades curriculares não possuem pré-requisitos, desenvolvendo competências e abordando todo o conteúdo necessário para desenvolvê-lo, o que permite a convivência de alunos de diferentes semestres de ingresso, permitindo o desenvolvimento de *networking* e a aprendizagem por pares, contribuindo também para uma melhor eficiência operacional.

A Ânima, em seu Plano Estratégico de Inovação, adota um caminho radicalmente diferente das escolas que operam com números expressivos de alunos pois, ao invés de empacotar e padronizar conteúdos e despersonalizar o professor, ela oferta uma formação personalizada, mesmo em escala. Para além disso, ela cria renovados papéis da atuação docente (tutor e mentor), adotando metodologias de aprendizado ativo, e que, por conseguinte, geram mais significado para professores e alunos, e propondo a construção de novos espaços (reais e virtuais) de criação e socialização de conhecimento. A transformação proposta pela Ânima dá novo significado à relação entre as pessoas – professores, estudantes, funcionários, familiares, comunidade e mercado –, mas também à relação entre esses entes e o conhecimento. Portanto, o projeto Ânima caminha para a construção de um ambiente, real, virtual ou híbrido, que aprimore o processo de ensino e aprendizagem.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Propomos inovações nos processos de aprendizagem por meio de novos tipos de relacionamento alunos/ professores/ escolas, criando a possibilidade de o estudante construir um itinerário formativo flexível e personalizado, estruturado com base em seu projeto de Vida & Carreira (resultante de quem ele é, do que ele quer e de nossa proposta de formação), ancorado por um professor que passa a atuar muito mais como tutor e mentor deste estudante do que como mero curador/criador/transmissor de conteúdo. Nossa revolução educacional ainda se estrutura na criação de espaços de experimentação, de inovações, de socialização de conhecimento e da conexão de múltiplas plataformas.

Em essência, nosso modelo acadêmico resgata a concepção original da educação, do latim educere, que significa “guiar para fora” ou “fazer emergir”, colocando o estudante como protagonista do processo de aprendizagem e reconhecendo o desenvolvimento de suas competências ao longo da jornada acadêmica.

Além da ciência didática, que explora os fundamentos, condições e modos de ensinar, ampliamos nossa abordagem ao incorporar a ciência matética, cujo princípio central é compreender como ocorre a aprendizagem significativa e duradoura.

Essa perspectiva busca proporcionar ambientes de aprendizagem emocionalmente favoráveis, sustentados por estratégias acadêmicas alinhadas às descobertas mais recentes da neurociência. O currículo está fortemente ancorado na neurociência da aprendizagem, privilegiando espaços educativos personalizados que valorizam e respeitam a singularidade do estudante. Assim, reforçamos a ideia de que o protagonismo estudantil e a hiperpersonalização são essenciais não apenas para potencializar as competências, mas também para transformar realidades, promovendo impactos sociais profundos fundamentados em evidências científicas consistentes.

O Plano Estratégico de Inovação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem

Academia de Futuros Profissionais: desenvolvimento e preparação para o futuro do trabalho

A Academia de Futuros Profissionais (AFP) no Ecossistema Ânima constitui um componente curricular estratégico voltado aos ingressantes. Sua proposta é promover uma experiência formativa que articula autoconhecimento, desenvolvimento pessoal e preparação profissional, fortalecendo especialmente autonomia, protagonismo e autogestão ao longo do início da trajetória universitária.

Estruturada no primeiro semestre dos cursos, a AFP, como componente curricular, foi concebida para apoiar o estudante na construção de uma relação mais consciente com sua formação, conectando projeto acadêmico, desenvolvimento de competências e compreensão dos desafios contemporâneos do mundo do trabalho. Sua base metodológica se apoia na neuroaprendizagem, no uso de tecnologia e IA e em uma lógica de formação contínua, orientada à inovação no ensino.

Na prática, a experiência combina diferentes estratégias de aprendizagem, incluindo momentos síncronos, atividades assíncronas, trilha gamificada no Ulife, práticas na DreamShaper e encontros com especialistas de mercado. Esse desenho favorece uma formação mais conectada, aplicada e dinâmica, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de reflexão sobre futuro, carreira, autoria e desenvolvimento de competências.

A proposta também se sustenta em uma rede de atores pedagógicos que acompanha e potencializa a experiência estudantil. Esses profissionais organizam trilhas, conduzem encontros, acompanham a evolução dos estudantes, oferecem feedbacks, orientam avaliações e estimulam a autonomia, a reflexão crítica e a autogestão da carreira.

Ao reunir desenvolvimento integral, mediação pedagógica qualificada e aproximação com o universo profissional, a AFP contribui para que o estudante ingressante compreenda melhor seu percurso formativo, reconheça seus potenciais e se prepare, desde o início da graduação, para atuar de forma mais intencional, responsável e protagonista em sua trajetória acadêmica e futuro profissional.

Flexibilização e Personalização do Percurso Formativo

Oferece ao estudante a possibilidade de ele realizar uma trajetória acadêmica que esteja em alinhamento com seu próprio Projeto de Vida, isto é, que ele possa construir um caminho de formação que, por um lado, atenda às exigências acadêmicas específicas do exercício de uma atividade/profissão, mas ao mesmo tempo reflita seus desejos profissionais futuros.

Operacionalmente, as equipes acadêmica e de tecnologia da informação da Ânima farão uma reengenharia de currículos, bem como adequação dos sistemas, para darem conta dessa transformação. Ao final, queremos que o aluno possa, junto a seus tutores/mentores, construir uma trajetória acadêmica e profissional que tenha real significado e seja ancorada em unidades curriculares (obrigatórias por áreas de conhecimento), e Projetos de Extensão de seu interesse (que façam sentido na formação, mas que resultem de escolhas tutoradas) e Unidades Curriculares Personalizáveis (aquelas que dão o tom

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

personalista à formação). Esta flexibilização permite exercitar o conceito de autonomia de escolha do estudante, que somada ao direcionamento do Projeto de Vida & Carreira, formará um aluno mais completo e mais realizado.

UCs Personalizáveis

As unidades curriculares (UCs) personalizáveis são oferecidas exclusivamente na modalidade digital e não fazem parte do conjunto de UCs que compõem a matriz do curso. Elas permitem que o estudante personalize seu percurso formativo conforme seu projeto, seu momento e seu interesse de vida e profissional. As UCs do curso atendem plenamente às exigências estabelecidas pelos organismos competentes, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), o catálogo de cursos superiores de tecnologia e demais normativas relacionadas ao ensino superior. O estudante tem a oportunidade de escolher uma UC que esteja em oferta em outros cursos da instituição, abrangendo diversas áreas de conhecimento. Na sua essência, a UC Personalizável tangibiliza e reforça nosso projeto de personalização curricular e do percurso formativo.

Aprendizagem Dual

A Aprendizagem Dual faz parte das experiências de aprendizagem dos estudantes do ecossistema Ânima, na perspectiva do *Life Long Learning*, integrando universidade e mundo do trabalho. As duas esferas atuam em conjunto na formação dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para os desafios das profissões e do mercado de trabalho. Esta metodologia inovadora de aprendizagem se dá por meio da integração entre a universidade e os desafios reais do trabalho, com a inserção dos nossos estudantes em atividades desenvolvidas com empresas parceiras, ampliando os conhecimentos e aplicando as competências adquiridas.

A Aprendizagem Dual possibilita uma formação conectada às necessidades do mundo do trabalho e amplia a vivência e aplicação prática dos conhecimentos em cenários reais ao longo do percurso formativo dos estudantes. As vivências nestes cenários reais também intensificam o desenvolvimento das competências socioemocionais, tão necessárias para atuação em todas as profissões e áreas de atuação. O conjunto dessas experiências ao longo do curso diminui a distância entre estudantes e empresas, candidatos e vagas, expectativas e realidade, teoria e prática, pois, para os desafios atuais e futuros é necessário formar profissionais capazes de criar, liderar, comunicar, negociar, analisar, executar, adaptar, mudar e transformar a realidade.

No ecossistema Ânima, foram mais de 500 600 empresas parceiras na Aprendizagem Dual e 650 unidades curriculares duais ofertadas no ano de 2025 para mais de 200 mil estudantes.

Como parte do compromisso da instituição com a inovação pedagógica e a preparação integral para o mundo do trabalho, o curso adota práticas de Aprendizagem Dual ao longo do percurso formativo dos estudantes. Inspirado no modelo alemão, o conceito de Aprendizagem Dual consiste na integração estruturada entre a formação acadêmica e a vivência profissional, proporcionando experiências reais em ambientes organizacionais desde os primeiros períodos da graduação.

Essa abordagem, reconhecida como uma prática pedagógica inovadora e significativa, conecta teoria e prática por meio de diferentes estratégias de aprendizagem ativa e colaborativa, que fortalecem a formação de um profissional crítico, autônomo e alinhado às demandas contemporâneas da sociedade e do mercado.

No ecossistema Ânima, a Aprendizagem Dual se materializa por meio de múltiplas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, de forma intencional e alinhada ao currículo do curso. Dentre essas possibilidades, destacam-se:

- **Unidades Curriculares Duais (UCs Duais):** momentos em que empresas parceiras co-constroem com a universidade desafios reais de aprendizagem. Nessas UCs Duais, os estudantes interagem diretamente com profissionais do setor produtivo, desenvolvendo competências a partir de projetos aplicados que fazem parte da matriz curricular.
- **Programa Dual de Imersão Profissional:** atividades estruturadas de imersão em empresas, nas quais os estudantes vivenciam a rotina da profissão, propõem soluções práticas e agregam valor às organizações por meio de entregas reais. Esse programa complementa e aprofunda o processo formativo com base em desafios autênticos.
- **Aceleradora Profissional Dual:** iniciativa na qual empresas e universidade desenvolvem trilhas de formação personalizadas, selecionando e desenvolvendo talentos a partir de suas competências e aspirações. Os estudantes são selecionados, capacitados e acompanhados em programas de recrutamento e seleção que integram a formação acadêmica e o desenvolvimento profissional com inserção efetiva no mercado de trabalho.

A presença da Aprendizagem Dual no curso contribui diretamente para o desenvolvimento de competências profissionais, sociais e cognitivas, promovendo uma aprendizagem significativa, situada e com alto grau de contextualização. Além disso,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

atende com excelência aos critérios de qualidade estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), agregando valor aos seguintes aspectos: inovação metodológica, articulação teoria-prática, apoio ao discente e práticas avaliativas alinhadas à realidade profissional.

Dessa forma, o curso não apenas promove o protagonismo estudantil e a aprendizagem ativa, mas também fortalece a função social da instituição de ensino superior, ao contribuir para a formação de egressos preparados para transformar realidades em seus territórios de atuação.

O projeto de inovação da Ânima, consolidado no Ecossistema Ânima de Aprendizagem, posiciona o grupo como referência nacional em transformação pedagógica com impacto escalável. Com mais de 500 unidades curriculares duais, 500 parcerias com empresas e um modelo integrado de ensino modular, interdisciplinar e personalizado, a Ânima demonstra sua capacidade de entregar qualidade acadêmica com eficiência operacional e formação altamente conectada ao mundo do trabalho – atributos que sustentam seu crescimento e liderança no setor de educação superior privado no Brasil.

Tecnologias Educacionais

A transformação digital na educação superior exige mais do que a adoção pontual de tecnologias: requer governança sólida, escuta ativa da comunidade acadêmica e disciplina na tomada de decisão, para a avaliação de riscos, impacto e sustentabilidade. Do ponto de vista da tecnologia, a Ânima busca garantir que cada investimento em soluções educacionais esteja alinhado à estratégia acadêmica, gere valor pedagógico mensurável e seja escalável no longo prazo.

Nesse sentido, estruturamos uma governança contínua para mapeamento de gaps e identificação de novas tecnologias e plataformas educacionais, ancorada em três pilares complementares. O primeiro é a realização sistemática de pesquisas de satisfação com estudantes, que nos permite avaliar usabilidade, aderência pedagógica e contribuição real das ferramentas ao processo de aprendizagem. O segundo pilar é a composição de grupos de trabalho nas gerências ligadas à Vice-Presidência Acadêmica, responsáveis por mapear o uso das ferramentas existentes, identificar lacunas por área do conhecimento e propor evoluções com base em evidências. O terceiro pilar, e talvez o mais estratégico, é a escuta qualificada da governança acadêmica: participação ativa em reuniões de colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), além do diálogo direto com docentes nos workshops semestrais de formação pedagógica e tecnológica (Sala+). Essa escuta garante que decisões tecnológicas não sejam top-down, mas construídas junto a quem vive a sala de aula e conhece os desafios reais da prática docente.

Complementarmente, instituímos uma governança clara para o processo de avaliação da adoção de novas ferramentas educacionais. Nenhuma tecnologia é escalada sem passar por etapas bem definidas de experimentação e validação. Iniciamos com provas de conceito (PoCs), que permitem testar viabilidade técnica, integração com nosso ecossistema e aderência aos objetivos pedagógicos. Em seguida, avançamos para projetos-piloto controlados, aplicados em cursos ou unidades específicas, com acompanhamento próximo das equipes acadêmica e tecnológica. Todo o processo é orientado por coleta sistemática de dados como engajamento, aprendizagem percebida, impacto em competências práticas e eficiência operacional, que subsidiam decisões de continuidade, ajustes ou descontinuação. Essa disciplina reduz riscos, aumenta previsibilidade de retorno e assegura decisões baseadas em dados, e não apenas em tendências de mercado.

Essa abordagem estruturada já possibilitou a adoção de plataformas de alto impacto pedagógico e estratégico. Um exemplo é a plataforma de situações clínicas simuladas (Paciente 360), que amplia significativamente a formação prática na área da saúde, permitindo ao estudante vivenciar cenários complexos em ambiente seguro, com tomada de decisão clínica orientada. Outro exemplo é o Núcleo de Práticas Jurídicas Digital, que moderniza a formação em Direito ao integrar práticas jurídicas reais em ambiente digital, alinhando ensino, extensão e inovação. No campo dos projetos integradores, adotamos a DreamShaper, plataforma que apoia o desenvolvimento de projetos colaborativos nas unidades curriculares, fortalecendo competências como pensamento crítico, trabalho em equipe e resolução de problemas. Para a prática técnica, investimos em laboratórios virtuais da ALGETEC, que permitem experiências digitais em áreas como engenharia e tecnologia, e em uma robusta infraestrutura de virtualização de laboratórios de informática (VDI), garantindo acesso equitativo a softwares especializados para estudantes, independentemente de localização ou capacidade computacional pessoal.

O passo mais relevante dessa trajetória ocorre em 2025, com o desenvolvimento de nossa agente de Inteligência Artificial e Ressignificação da Aprendizagem, IARA. IARA nasce como um ativo estratégico, desenhado para atuar como aceleradora da aprendizagem, apoiando estudantes, docentes e gestores acadêmicos. Do ponto de vista do estudante, a IARA promove a personalização do ensino, acompanhando o estudante desde seu ingresso, com análise de competências, apoio durante seus estudos, nos componentes curriculares pelo aluno, à preparação para o mercado por meio de simulações de entrevistas de emprego.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Para o docente, funciona como uma aliada no planejamento, na curadoria e na análise do processo de aprendizagem. Para a gestão, abre possibilidades avançadas de learning analytics, apoio à tomada de decisão e eficiência operacional. Mais do que uma ferramenta, IARA materializa nossa visão de tecnologia educacional: ética, centrada no aprendizado, personalizada, integrada aos processos acadêmicos e orientada a dados.

Em síntese, nossa estratégia em tecnologias educacionais combina governança robusta, escuta ativa, experimentação controlada e inovação proprietária. Esse modelo protege o investimento, potencializa o impacto acadêmico e posiciona o grupo de forma competitiva em um cenário cada vez mais orientado por experiências digitais de aprendizagem de alta qualidade.

Ânima Lab

O espaço é um centro de inovação voltado à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo. É ainda um centro de treinamento e capacitação de pessoas, um lugar de convívio e troca de conhecimentos. No Ânima Lab, alunos, professores e comunidade podem desenvolver produtos e projetos, contando com suporte de profissionais com experiências em *startups*. O Ânima Lab surgiu de uma extensiva pesquisa feita pela instituição junto às escolas mais inovadoras do Brasil e do mundo. Diante dessas pesquisas, descobrimos que além de ter um bom currículo, bons professores mentores e tecnologias disponíveis, precisávamos mudar as metodologias de aprendizagem e os espaços disponíveis. Assim, o Ânima Lab é um grande espaço de aprendizagem, uma sala de aula ampliada e diferenciada.

Ânima Hub: empreendedorismo de base tecnológica

Alinhado com o terceiro princípio da Ânima – “A tecnologia é um dos pilares do nosso projeto de transformação do país”, foi criado o Ânima Hub, uma rede de laboratórios temáticos com o objetivo de catalisar e fomentar oportunidades de inovação e empreendedorismo de base tecnológica nas áreas do conhecimento do Ecossistema Ânima.

O Ânima Hub é organizado em duas camadas, sendo a primeira constituída por laboratórios temáticos que englobam diferentes áreas do saber: Ciências Jurídicas, Saúde, Engenharias, Ciências Agrárias, etc. O estudante participante encontra um espaço de atuação em que pode aplicar as especificidades do seu curso, contudo, essa atuação pode ocorrer em um laboratório de outra área do conhecimento, o que promove uma integração com estudantes e professores com diferentes enfoques e formações. A segunda camada de organização do Ânima Hub são as *squads*: grupos de trabalho, vinculados aos laboratórios temáticos, onde estudantes e professores de áreas diversas, juntamente a parceiros externos (a depender do projeto), desenvolvem soluções de base tecnológica com pesquisa aplicada, visando impactar a comunidade local. Essas características definem o escopo das *squads* que atuam no Ânima Hub como atividades de pesquisa aplicada com aplicabilidade em caráter extensionista, com capacidade de culminar em produtos registrados e conexão com demandas de mercado.

Estudantes das 10 áreas do conhecimento, organizados em *squads*, desenvolvem soluções tecnológicas em parceria com estudantes e professores da área de tecnologia. Em 2024, no Ânima Hub foram atendidas mais de 1000 squads em 113 laboratórios temáticos.

Seguindo a perspectiva da personalização da jornada do aluno, o Ânima Hub é a área que oferece uma rede de laboratórios híbridos e temáticos com o objetivo de identificar, desenvolver e acelerar soluções tecnológicas inovadoras que integram teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Para tal, é necessário um ambiente que fomenta soluções disruptivas, oferecendo aos estudantes um espaço seguro de empreendedorismo focado em inovação de base tecnológica nas mais diversas áreas de formação, além de auxiliar nos processos de registro de software e patentes, culminando em impacto regulatório e na geração de novas tecnologias com amparo jurídico.

Ânima Nest: Núcleo de Desenvolvimento de *Startups* dos Estudantes da Ânima

Junto ao contexto do Ânima Lab, foi criado o Ânima Nest (Programa de Desenvolvimento de Startups dos Estudantes da Ânima), um espaço dedicado ao desenvolvimento de projetos inovadores propostos por estudantes das escolas da Ânima. O Ânima Nest é um programa de pré-aceleração de startups, com o objetivo de fomentar atividades de inovação e empreendedorismo no âmbito educacional, incentivando a comunidade acadêmica a se engajar em ações inovadoras.

O programa seleciona projetos que serão desenvolvidos pelas equipes dos estudantes, com o apoio de uma programação intensa de cursos e oficinas durante oito semanas. Essas atividades são elaboradas para desenvolver o modelo de negócio de cada projeto. Além da programação fornecida e trilha de desenvolvimento, o Ânima Nest oferece orientações com docentes especializados. Adicionalmente, as equipes selecionadas têm acesso gratuito aos espaços de coworking do Ânima Lab.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em 2025, o Ânima Nest atendeu 768 projetos no programa de pré-aceleração. A iniciativa fortalece a formação em habilidades e competências empreendedoras, focando na estruturação e desenvolvimento de ideias, com a participação de empresas parceiras para captação de recursos e materialização dos projetos. Os estudantes podem submeter seus projetos ao programa e, por meio dos encontros formativos, recebem suporte intelectual e técnico para desenvolver e acelerar suas ideias, que podem culminar em negócios ou soluções para desafios de empresas existentes.

Além disso, o Ânima Nest oferece ambientes formativos de convivência entre estudantes de diferentes cursos, configurando laboratórios integrados que contribuem para o desenvolvimento transversal de habilidades e competências ligadas ao empreendedorismo, atendendo a diferentes áreas de conhecimento de forma integrada.

Instituto Ânima de Inovação, Pesquisa e Cultura

O Instituto Ânima, sem fins lucrativos, foi criado com o objetivo de expandir as atividades do anterior Instituto UNA de Responsabilidade Social, fundado em 2005, e aproveitar a expertise histórica em pesquisa, tecnologia e inovação da UniSociosc. Sua finalidade é fomentar, estimular e desenvolver atividades ligadas à cultura, às artes, ao turismo, ao desenvolvimento social e sustentável, à ciência e à educação, do nível básico ao superior.

Além disso, o Instituto Ânima promove e executa atividades e pesquisas de caráter científico e tecnológico, inclusive em parcerias com instituições públicas ou privadas e órgãos de fomento como FINEP, MCTI, CNPq, FAPEMIG, FAPESC, BNDES e BID. Atualmente, o instituto conta com vários projetos nas áreas de Projetos Culturais, Sociais e de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica.

Em 2023, intensificou-se a integração das atividades de pesquisa do Instituto Ânima com o Ânima Core, seja em parceria com os programas de pós-graduação stricto sensu em todo o ecossistema, seja desenvolvendo atividades de pesquisa junto aos cursos de graduação, com destaque para a área de Ciências Biológicas e da Saúde.

Em 2024 e 2025, a integração do Instituto Ânima com os Programas Stricto Sensu (Mestrados e Doutorados) e a Graduação foi ainda mais consolidada, através da gestão de bolsas para pesquisadores, estudantes e profissionais da saúde e da organização de um fluxo organizado para captação e gestão de oportunidades oriundas de diversos órgãos de fomento para interagir com os ecossistemas locais e regionais de inovação em cidades e Estados e, assim, gerar produtos inovadores a partir das pesquisas feitas pelos pesquisadores da Ânima. Dessa forma, completa-se o processo de ciência, tecnologia e inovação.

Ulife: plataforma de relacionamento virtual

Não há como discutir educação inovadora ou educação do século 21 sem pensar nos relacionamentos virtuais e ambientes digitais. Assim, a construção de uma plataforma de relacionamento virtual é imprescindível ao processo de inovação da Ânima. Batizado de Ulife (Sua Vida e Vida Universitária), uma plataforma digital para conectar estudantes, professores, conteúdos e espaços de aprendizagem para a melhoria do processo de aprendizagem. Desenvolver e implantar uma plataforma digital para dispositivos móveis de relacionamento aluno-aluno, aluno-professor e aluno-escola é parte estratégica da construção da ambiência digital da Ânima. Queremos saber quem é este nosso aluno, o que ele sabe, o que faz e o que quer fazer, ao mesmo tempo que queremos conectá-lo a possíveis tutores e mentores e dar a ele o conteúdo que lhe for pertinente. Queremos, com a plataforma, materializar o nosso entendimento de que uma vida de sucesso é uma vida equilibrada entre quatro aspectos: o conhecimento formal, o conhecimento informal, a experiência de vida e a experiência profissional. Também, pretendemos desenvolver e implantar um algoritmo de recomendação que permita indicar, a partir do perfil do aluno, do seu projeto de vida e das recomendações de seu professor-mentor, conteúdos formais e informais, produtos e serviços que façam sentido àquele estudante. Por fim, incorporar constantemente o máximo de tecnologias que facilitem o aprendizado de maneira adaptativa, permitindo direcionamento de conteúdo de forma personalizada para o aluno.

Em 2023 foi realizado um processo de pesquisa e escuta com professores e estudantes de todas as escolas do Ecossistema Ânima, que subsidiou a implantação de melhorias Ulife relacionadas às funcionalidades e usabilidade. Além disso, cada área de conhecimento realiza estudos, juntamente com os professores em jornada, de tecnologias que proporcionem a melhoria da aprendizagem dos alunos e a da organização do trabalho pedagógico dos docentes, seja no contexto e especificidades das áreas de conhecimento bem como inovações que possam potencializar o E2A. Esses novos recursos são debatidos nos programas de formação de professores e de gestão da unidade mínima do currículo (Gestão por UC). Essas tecnologias, ao serem selecionadas, são introduzidas primeiramente em projetos pilotos, acompanhados pelos docentes, gestores acadêmicos e pelas equipes da Transformação Digital. Durante a execução dos projetos são analisados os ganhos efetivos em termos de aprendizagem ou do apoio ao trabalho docente, além da viabilidade da utilização em escala. Ao final de um

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

semestre letivo pode-se decidir pela introdução da tecnologia no projeto pedagógico, pela continuidade do piloto ou por seu encerramento. Todo esse processo conta com a participação dos docentes que conduzem as unidades curriculares.

Desenvolvimento Docente

A área de Desenvolvimento Docente da Ânima estrutura sua atuação a partir de uma abordagem orientada por dados e centrada no professor como agente estratégico da qualidade acadêmica e da escalabilidade do modelo educacional. Essa atuação se fundamenta em três eixos complementares: (i) o conhecimento aprofundado do perfil docente, considerando trajetórias, áreas de atuação e necessidades específicas de desenvolvimento; (ii) a oferta de experiências de desenvolvimento personalizadas, que geram valor direto para o exercício da docência no contexto do Ecossistema Ânima de Aprendizagem; e (iii) o apoio contínuo ao trabalho docente, por meio de tecnologias, comunidades de prática e mecanismos de reconhecimento, com foco em tornar mais fluida, eficiente e significativa a atuação do professor no seu cotidiano acadêmico, reduzindo complexidades operacionais e ampliando sua capacidade de foco na aprendizagem dos estudantes. Ao integrar desenvolvimento profissional, apoio à prática pedagógica e valorização docente, a área contribui diretamente para a padronização com qualidade, a redução de variabilidade na entrega acadêmica e o fortalecimento dos indicadores de desempenho institucional, como engajamento estudantil, retenção e qualidade percebida.

A partir dessa lógica de atuação, a Ânima estrutura um ecossistema robusto de desenvolvimento docente, reconhecendo que mudanças significativas na educação dependem essencialmente da atuação dos professores. O aprimoramento do ensino e da aprendizagem está diretamente relacionado ao engajamento docente, à sua evolução contínua e à sua capacidade de assumir novos papéis frente às transformações do ensino superior contemporâneo.

Sala Mais e Simpósio Docente

Nesse contexto, destaca-se o Sala Mais, programa estruturante de desenvolvimento docente da Ânima, que promove a evolução contínua dos professores por meio de trilhas alinhadas ao Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A). O programa articula investigação de temas estratégicos para o ensino superior com o enriquecimento do repertório metodológico, tecnológico e criativo dos docentes, garantindo conexão direta com a prática acadêmica.

Essa abordagem permite não apenas o desenvolvimento individual dos professores, mas também a disseminação consistente das práticas pedagógicas do modelo acadêmico da Ânima em larga escala, assegurando alinhamento institucional, eficiência na implementação curricular e maior previsibilidade na qualidade da entrega acadêmica.

Complementarmente, o **Simpósio Docente**, integrado às ações do Sala Mais, consolidou-se como um dos principais mecanismos institucionais de mobilização, alinhamento e engajamento docente em escala, que marca o início do semestre e reúne a comunidade acadêmica para celebrar os resultados alcançados e as perspectivas futuras, além de ser um momento de reflexão do fazer docente.

Na edição de **2026.1**, o evento foi estruturado a partir do tema *“Da Neurociência aos Futuros Possíveis: a potência humana na aprendizagem que transforma”*, conectando ciência da aprendizagem, desenvolvimento humano e inovação educacional. A programação integrou, de forma intencional, o Simpósio e as oficinas do Sala Mais, ampliando a aplicabilidade prática dos conteúdos no cotidiano docente e fortalecendo a implementação da Matriz E2A Radial.

Os resultados evidenciam a evolução consistente do modelo:

- mais de 2.600 docentes inscritos no Simpósio, com 58,1% de participação
- 2.753 docentes inscritos no Sala Mais, com 65,7% de participação
- mais de 6 mil interações registradas nas atividades formativas
- crescimento de 37,9% na participação do Sala Mais em relação a 2025.1, indicando aumento relevante de engajamento
- ampliação do interesse docente em temas estratégicos como inteligência artificial aplicada à aprendizagem e práticas pedagógicas inovadoras

A estruturação das oficinas em trilhas temáticas, como neurociência, metodologias ativas, tecnologias digitais e inovação educacional, aliada à disponibilização de kits estruturados de apoio, fortaleceu a continuidade do aprendizado e ampliou o impacto das ações no cotidiano acadêmico.

Já na edição de 2025, o Simpósio Docente apresentou resultados expressivos de engajamento e consolidação institucional, com:

- mais de 3.100 docentes com alta permanência nas transmissões digitais

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- picos de audiência próximos a 5.000 acessos simultâneos
- participação presencial de mais de 1.200 docentes
- superação dos índices históricos de visualização e permanência
- fortalecimento da cultura institucional de desenvolvimento contínuo

Esses resultados consolidam o Simpósio e o Sala Mais como plataformas estratégicas de desenvolvimento docente em escala, com impacto direto na qualidade acadêmica e na capacidade de implementação consistente do modelo educacional.

Horário Coletivo

Como complemento ao desenvolvimento contínuo, o **Horário Coletivo** configura-se como um espaço institucional estruturado de desenvolvimento docente, realizado de forma periódica e voltado principalmente aos professores de jornada e às lideranças acadêmicas. Os encontros acontecem em formato híbrido, combinando momentos online com atividades presenciais nas respectivas instituições de ensino, o que amplia o alcance e garante aderência às especificidades locais.

Para o semestre de 2026.1, o Horário Coletivo foi reestruturado com base nas diretrizes do modelo E2A Radial e nas demandas docentes identificadas em pesquisas institucionais, especialmente a Pesquisa Pulsar. A análise desses dados evidenciou a necessidade de promover discussões mais contextualizadas por área de conhecimento e por regional, além de fortalecer o relacionamento entre docentes em grupos menores e mais próximos. Também foram realizados ajustes na dinâmica dos encontros, com foco na redução da sobrecarga percebida, especialmente entre professores de jornada.

A partir dessa reestruturação, o modelo passou a operar em dois formatos complementares: um Horário Coletivo Nacional, realizado online e com foco em alinhamento institucional e temáticas estratégicas, e um Horário Coletivo Local, conduzido pelas instituições, voltado às especificidades das áreas, marcas e regionais. Essa organização permitiu equilibrar consistência institucional com flexibilidade local, ampliando a efetividade das discussões e a aplicabilidade dos conteúdos.

Os encontros são orientados por temáticas relevantes e conectadas ao cotidiano acadêmico, incluindo inteligência artificial, neurociência, avaliação por competências, modelagem curricular, inovação pedagógica, saúde mental docente, diversidade e inclusão, além da integração entre ensino, pesquisa e extensão. A estrutura dos encontros também incorpora princípios da taxonomia de neuroaprendizagem, garantindo maior intencionalidade pedagógica nas interações.

O modelo inclui mecanismos contínuos de acompanhamento e melhoria, com mensuração da satisfação docente, coleta de percepções ao longo dos encontros e ajustes na programação conforme necessário. Além disso, foi estruturado um ambiente digital de apoio, com orientações e conteúdos complementares, ampliando o acesso e garantindo continuidade do desenvolvimento, inclusive para docentes que não puderam participar dos encontros.

Essa abordagem fortalece o Horário Coletivo como um espaço efetivo de desenvolvimento aplicado, promovendo alinhamento institucional, disseminação de boas práticas e maior integração entre docentes. Como resultado, contribui diretamente para a consistência na execução do modelo acadêmico, para o fortalecimento da cultura colaborativa e para a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Pós-graduação Futuros Acadêmicos e Currículos Integrados

Como parte da estratégia de valorização e desenvolvimento estruturado do corpo docente, a Ânima investe na pós-graduação lato sensu “**Futuros Acadêmicos e Currículos Integrados**”, oferecida gratuitamente aos professores do ecossistema.

A iniciativa foi concebida a partir de evidências institucionais, especialmente dos resultados da Pesquisa Pulsar Docente, que apontaram oportunidades relevantes no fortalecimento do reconhecimento e do pertencimento docente, bem como na necessidade de iniciativas estruturadas alinhadas ao desenvolvimento individual e coletivo. Nesse contexto, a pós-graduação consolida-se como uma ação estratégica para o fortalecimento da cultura acadêmica, do engajamento docente e da aderência ao modelo E2A Radial.

O programa já contou com turmas com ingresso em 2025.1, 2025.2 e 2026.1, demonstrando continuidade e capacidade de escala. Na edição inicial, foram ofertadas 1.000 vagas, com 834 docentes matriculados, incluindo professores horistas, docentes em jornada e profissionais com atuação híbrida entre funções acadêmicas e administrativas.

Com certificação pela Universidade Anhembi Morumbi, o curso é estruturado em Unidades Curriculares organizadas por competências docentes, digitais e socioemocionais, abordando temas como neurociência da aprendizagem, fundamentos do currículo radial, metodologias inovadoras, avaliação formativa e uso de tecnologias digitais e inteligência artificial na educação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Um dos diferenciais estratégicos do programa é a proposta de colocar o docente na posição de estudante, promovendo uma experiência imersiva no Ecossistema Ânima de Aprendizagem. Essa vivência amplia a compreensão prática do modelo acadêmico, fortalece a aderência às diretrizes institucionais e acelera sua aplicação no contexto da sala de aula.

Além disso, o programa contempla certificações complementares, reforçando o reconhecimento institucional e o desenvolvimento contínuo dos professores, ao mesmo tempo em que fortalece o alinhamento com o modelo educacional e os objetivos estratégicos da companhia.

Ao integrar desenvolvimento, reconhecimento e experiência prática, a pós-graduação “Futuros Acadêmicos e Currículos Integrados” contribui diretamente para o fortalecimento da cultura acadêmica, para o aumento do engajamento docente e para a consolidação de um modelo educacional consistente, escalável e orientado à qualidade.

Novos espaços de socialização de conhecimento

A Ânima reconhece que a aprendizagem no ensino superior contemporâneo ultrapassa os limites da sala de aula tradicional. Nesse contexto, os espaços acadêmicos são concebidos como ambientes integrados que favorecem a interação, a colaboração e o desenvolvimento do estudante em múltiplas dimensões.

A transformação dos ambientes de aprendizagem constitui um pilar do modelo acadêmico, ao promover experiências mais conectadas, interdisciplinares e significativas, fortalecendo o engajamento e o sentimento de pertencimento.

A proposta integra ambientes físicos e digitais de forma complementar. Nos espaços físicos, são priorizadas estruturas que favorecem metodologias ativas, colaboração e flexibilidade pedagógica. Nos ambientes digitais, amplia-se o acesso ao conhecimento, à interação e à personalização da experiência acadêmica.

Essa abordagem contribui para a melhoria da experiência do estudante, fortalecendo o engajamento ao longo da jornada, as relações interpessoais e a aprendizagem significativa.

Além disso, esses espaços impactam diretamente a atuação docente, ao oferecer condições mais adequadas para a aplicação de práticas inovadoras e alinhadas ao modelo E2A.

Como resultado, a Ânima consolida um ecossistema de aprendizagem integrado, colaborativo e centrado na experiência, no qual os espaços atuam como facilitadores do desenvolvimento, da inovação e da construção coletiva do conhecimento.

Hub Docente

Paralelamente, a Ânima investe na criação de ambientes estruturados de colaboração e desenvolvimento profissional. Nesse contexto, destaca-se o **Hub Docente**, plataforma integrada ao Microsoft Teams que centraliza comunicação institucional, desenvolvimento contínuo e colaboração entre professores de todas as instituições do ecossistema.

O Hub Docente consolida-se como uma infraestrutura estratégica para execução do modelo acadêmico, permitindo, entre outros aspectos:

- centralização e padronização da comunicação acadêmica;
- oferta de trilhas contínuas de desenvolvimento profissional;
- compartilhamento de boas práticas pedagógicas;
- fortalecimento de comunidades de aprendizagem entre docentes;
- incentivo ao engajamento e reconhecimento por meio de mecânicas gamificadas;
- apoio inteligente com uso de inteligência artificial, facilitando o acesso à informação e ao desenvolvimento contínuo.

Ao integrar desenvolvimento, comunicação e acompanhamento de desempenho docente em um único ambiente, o Hub Docente reduz variabilidade na entrega acadêmica, simplifica a rotina docente e aumenta a eficiência operacional em escala, contribuindo diretamente para a qualidade do ensino e para o sucesso dos estudantes.

Esse conjunto integrado de iniciativas posiciona o desenvolvimento docente como uma das principais alavancas de qualidade, engajamento e escalabilidade do modelo educacional da Ânima.

O investimento contínuo da Ânima em desenvolvimento docente, tecnologia educacional e cultura de inovação pedagógica posiciona o grupo como referência em educação superior no Brasil. Essa estratégia fortalece a capacidade de escalar o

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

modelo acadêmico com qualidade, garantindo consistência na experiência do estudante, melhoria contínua dos indicadores institucionais e sustentação do crescimento da companhia no longo prazo.

O portfólio da Ânima

As Instituições de Ensino Superior da Ânima Educação oferecem um portfólio completo de cursos que abrange todos os níveis educacionais, da educação básica à pós-graduação. São disponibilizados cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, programas de graduação tecnológica, licenciaturas, bacharelados, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações e MBAs) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

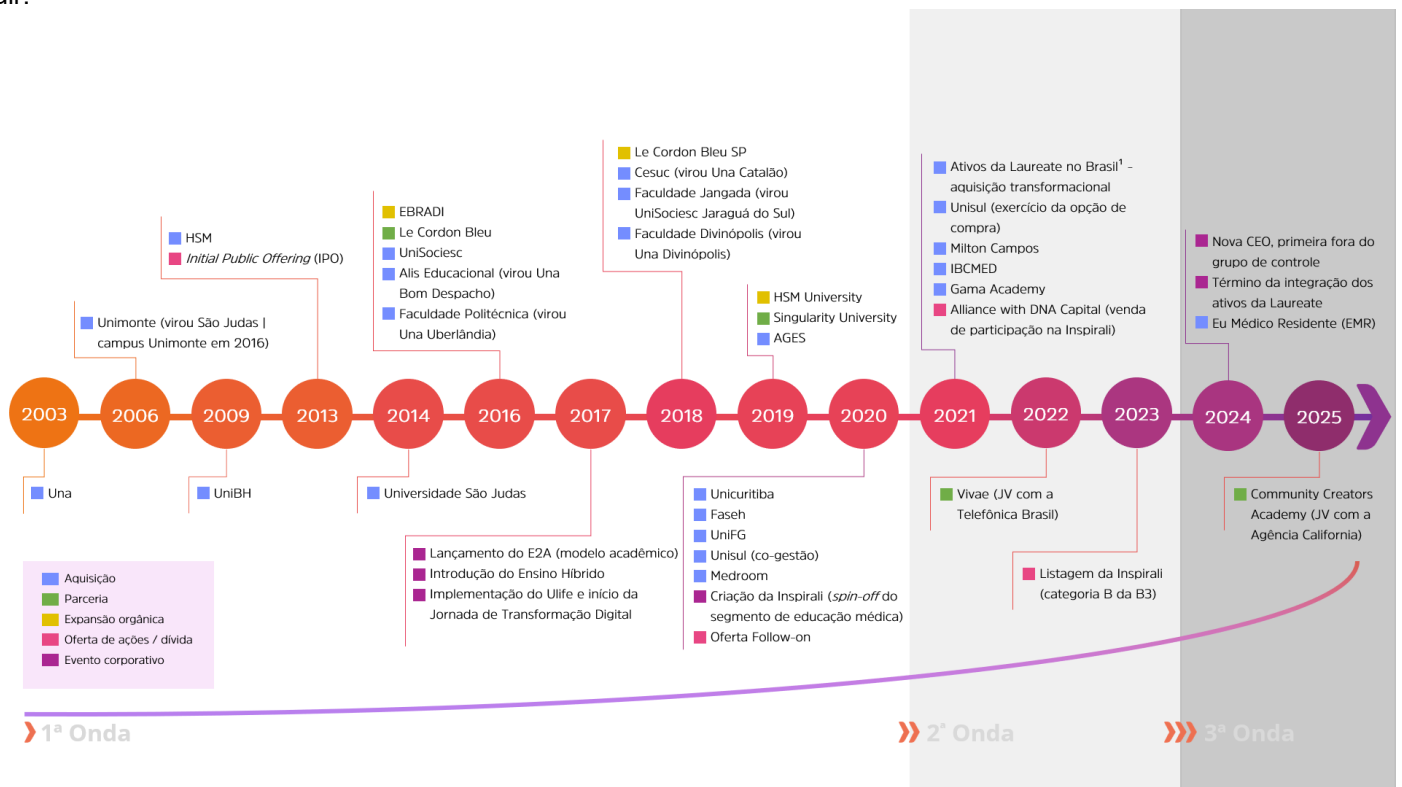
Este portfólio é sistematicamente organizado no Catálogo de Cursos Ânima, que subsidia os gestores acadêmicos na definição da oferta de cursos por campus, com base em análises detalhadas do perfil socioeconômico, das tendências de mercado e das demandas regionais. A estratégia assegura uma oferta acadêmica flexível, regionalmente relevante e alinhada ao conceito de aprendizagem ao longo da vida (Lifelong Learning).

A lista completa dos cursos ofertados em cada unidade é disponibilizada de forma transparente nos sites institucionais de cada IES Ânima, garantindo fácil acesso às informações para alunos, candidatos e demais stakeholders.

b. Características do processo de distribuição

A prestação de nossos Serviços Educacionais ocorre por meio das nossas instituições de ensino superior - presentes nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Pará – bem como pela nossas marcas especialistas em suas áreas de atuação, com a HSM, HSM University, SingularityU Brazil (dedicadas a educação executiva continuada), EBRADI (Escola Brasileira de Direito), Le Cordon Bleu (SP) (dedicada ao ensino da gastronomia e hospitalidade), e Learning Village, primeiro hub de inovação e educação da América Latina, e pela Inspirali, dedicada ao ensino de Medicina, além da Community Creators Academy, voltada para a creator economy.

Em ordem cronológica, a trajetória de evolução da Ânima Educação, por meio de suas marcas e instituições pode ser vista a seguir:



INSTITUIÇÕES DE ENSINO E MARCAS/SUBSIDIÁRIAS LIGADAS À ÂNIMA EDUCAÇÃO

>> Una

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Com mais de 60 anos de tradição em ensino superior, o Centro Universitário Una, que integra o Ecossistema Ânima - maior e mais inovador ecossistema de qualidade de ensino do Brasil, oferece mais de 130 opções de cursos de graduação. Foi destaque na edição 2022 do Guia da Faculdade, iniciativa da Quero Educação com o jornal 'O Estado de São Paulo', com diversos cursos estrelados em 4 e 5 estrelas. A instituição preza pela qualidade acadêmica e oferece projetos de extensão universitária que reforçam seus pilares de inclusão, acessibilidade e empregabilidade, além de infraestrutura e laboratórios de ponta, corpo docente altamente qualificado e projeto acadêmico diferenciado com uso de metodologias ativas de ensino. A Una também contribui para democratização do Ensino Superior ao disponibilizar uma oferta de cursos digitais com diversos polos de educação. Mais informações: www.una.br

>> UniBH

Com recém-completos 61 anos de fundação, o UniBH alia tradição e inovação acadêmica, fazendo parte do maior e mais inovador ecossistema de educação para o Brasil: o Ecossistema Ânima. Reconhecido pelo MEC como um dos melhores centros universitários privado de Belo Horizonte, a instituição oferece mais de 100 cursos de graduação e pós-graduação e investe constantemente em melhorias no ensino, reforçando a educação transdisciplinar, focada no desenvolvimento de profissionais do futuro. Mais informações: www.unibh.br

>> Universidade São Judas Tadeu

Com mais de 50 anos de história, a São Judas tem Conceito Institucional máximo concedido pelo Ministério da Educação (MEC). Com 11 unidades localizadas na Capital, Grande São Paulo e Baixada Santista, conta com mais de 130 cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu. A instituição combina qualidade e acessibilidade, tradição e inovação, com o uso de novas metodologias educacionais, laboratórios multidisciplinares de aprendizagem integrada e programas de desenvolvimento de competências socioemocionais. Além disso, o estudante aprende na prática desde o primeiro dia de aula, em seus mais de 200 laboratórios e núcleos de atendimento à população. Mais informações em www.usjt.br.

>> UniSociesc

Com vocação para a inovação, a UniSociesc oferece ambientes maker, coworkings e espaços pensados para estimular a troca de conhecimentos e experiências. Integrante da Ânima Educação, o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade para o país, a instituição há 67 anos se dedica à formação de profissionais e à transformação de vidas, desenvolvendo competências, talentos e carreiras.

Presente em Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville (duas unidades) e São Bento do Sul, a UniSociesc oferece ampla diversidade de cursos. São mais de 70 opções em seu portfólio, além de uma estrutura de laboratórios diferenciada, entre as mais completas e modernas da região. A instituição ainda contribui para a democratização do Ensino Superior ao disponibilizar cursos digitais com diversos polos dentro e fora de Santa Catarina. Mais informações em www.unisociesc.com.br.

>> AGES

Há 43 anos, a Ages nasceu com o propósito de levar educação de qualidade ao interior do Nordeste, ampliando as oportunidades para as pessoas da região. Com raízes firmes em Paripiranga (BA), a instituição expandiu sua atuação para os municípios baianos de Jacobina, Irecê e Senhor do Bonfim. Desde 2019, a Ages integra o Ecossistema Ânima, o maior e mais inovador ecossistema de ensino de qualidade para o Brasil. Atualmente, oferece mais de 40 cursos de graduação e pós-graduação. Na área de serviços à comunidade, a instituição se destaca por meio da CliAges, que já realizou mais de 25 mil atendimentos nas áreas de saúde e bem-estar. Reconhecida por sua excelência acadêmica, a Ages recebeu nota máxima do MEC no campus de Paripiranga, que hoje é um Centro Universitário. Saiba mais em: www.ages.edu.br

>> UniFG – BA

Com 23 anos de atuação, a UniFG tem sido um agente de transformação no interior da Bahia por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Presente nas cidades de Guanambi e Brumado, oferece 20 cursos de graduação e conta com a maior infraestrutura universitária da região. Reconhecida com conceito máximo (nota 5) pelo MEC, a UniFG passou a integrar, em 2020, o Ecossistema Ânima, o maior e mais inovador ecossistema de qualidade para o Brasil. A excelência acadêmica se reflete também nos resultados: uma pesquisa com egressos realizada em 2023 mostrou que 83% dos formandos da UniFG se inserem no mercado de trabalho logo após a graduação. Seguindo essa tendência, o curso de Direito da instituição é avaliado com nota máxima pelo MEC, e o compromisso social se concretiza através do Centro Integrado de Saúde e Serviço (CISS), que já realizou mais de 100 mil atendimentos à comunidade. Saiba mais em: www.centrouniversitariounifg.edu.br

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

>> Faseh

A Faseh - integrante do Ecossistema Ânima, está localizada no município de Vespasiano, no Vetor Norte, área em expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tem como missão educar, produzir e socializar o saber universal a partir do Ensino, Extensão e Pesquisa, visando contribuir para o desenvolvimento de um cidadão crítico e ético e oferecer a mais alta qualidade de ensino para formar profissionais preparados para o mercado de trabalho. A faculdade tem como carro-chefe o curso de Medicina que recebeu nota 5 do MEC, estando entre um seleto hall de instituições de Ensino Superior que têm a pontuação máxima no curso. Mais informações em www.faseh.edu.br.

>> UNIRITTER

A UniRitter integra a Ânima Educação, o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade para o país. Com 55 anos de tradição, é reconhecida como uma das instituições de ensino superior mais conceituadas e inovadoras de Porto Alegre e Canoas. A instituição oferece mais de 70 cursos de graduação presenciais e semipresenciais, além de diversas opções de especialização. Se destaca pela qualidade da educação transformando seus estudantes e educadores em profissionais capacitados para se adequar e transformar as demandas da sociedade, sempre atentos às questões socioambientais e de diversidade. Também contribui para a democratização do Ensino Superior ao disponibilizar oferta de cursos digitais com diversos polos no Rio Grande do Sul. A UniRitter recebeu a pontuação máxima (nota 5) do Ministério da Educação (MEC) em relação à avaliação de credenciamento institucional.

>> FADERGS

A FADERGS faz parte da Ânima Educação, o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade para o país. Com mais de 20 anos de atividades, tem como missão levar a educação de qualidade para um número cada vez maior de pessoas.

A FADERGS conta com uma estrutura completa e diferenciada, com mais de 10 ambientes de aprendizagem voltados ao atendimento da comunidade. A instituição reforça seu foco na prática, na empregabilidade e na cultura empreendedora desde o início da graduação.

Além disso, contribui para a democratização do ensino superior ao oferecer cursos digitais em diversos polos no Rio Grande do Sul. A instituição também recebeu nota máxima, conceito 5, na avaliação de Recredenciamento Institucional realizada pelo Ministério da Educação.

>> IBMR

O Centro Universitário IBMR é integrante do maior e mais inovador ecossistema de qualidade para o Brasil: o Ecossistema Ânima. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o IBMR é o segundo melhor centro universitário privado do estado do Rio de Janeiro, com campi localizados na Barra, Botafogo e Catete. São mais de 55 anos de tradição em ensino superior, oferecendo mais de 60 opções de graduações nas modalidades presencial, semipresencial e EAD. O IBMR evidencia seu comprometimento com a educação, democratizando o acesso ao Ensino Superior por meio da disponibilização de uma ampla carteira de cursos digitais em diversos polos dentro e fora do Rio de Janeiro. A instituição também estimula a educação continuada, oferecendo cursos de pós-graduação lato sensu e extensão.

>> UNP

Com 44 anos de tradição e inovação, a UnP é a única universidade privada do Estado do Rio Grande do Norte a integrar o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade do país. A universidade possui milhares de alunos entre os campi em Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação lato sensu, Mestrados e Doutorados. Como formadora de profissionais, a instituição tem compromisso com a cidadania, sempre pautada nos valores éticos, sociais, culturais e profissionais. Este propósito direciona o desenvolvimento e a prática de seu projeto institucional e dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece para a comunidade. Para mais informações: www.unp.br.

>> FPB

Há 20 anos no mercado educacional da Paraíba, a FPB se consolida como referência em inovação, sendo a única faculdade privada do Estado a integrar o Ecossistema Ânima, o maior e mais inovador ecossistema de qualidade em educação para o Brasil. Com seu pioneirismo, foi a primeira a implantar os cursos de graduação em Gastronomia na região, além de manter o curso de Nutrição mais antigo da rede particular ainda em funcionamento na Paraíba. Já formou mais de 8 mil profissionais e oferece hoje mais de 30 cursos de graduação e 100 de pós-graduação, nas modalidades presencial e digital. Pelo Enade

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

2023, a FPB foi reconhecida como a melhor faculdade privada de Administração em João Pessoa e oferece o melhor curso de Direito entre as instituições privadas de todo o Estado. Também se destaca por sua infraestrutura de excelência, que inclui o maior e mais completo complexo gastronômico educacional do Estado, mais de 30 laboratórios modernos na área da Saúde, Clínica de Psicologia com atendimento gratuito à comunidade, além de espaços de prática profissional como a Agência Júnior, o Núcleo de Apoio Contábil (NAF), Complexo de Comunicação e Escritório Modelo de Arquitetura. Para saber mais, acesse www.fpb.edu.br.

>> UNIFACS

Há 54 anos transformando vidas por meio da educação, a Universidade Salvador (UNIFACS) é parte do Ecossistema Ânima, o maior e mais inovador ecossistema de ensino de qualidade para o país. Presente em Salvador, Lauro de Freitas e Feira de Santana, a UNIFACS oferece mais de 100 cursos de graduação e pós-graduação em todas as áreas do conhecimento, aliando tradição, inovação e compromisso social. Reconhecida como a melhor universidade privada da Bahia e uma das 10 melhores do Brasil (IGC/MEC 2021), a instituição se destaca pelo investimento contínuo em infraestrutura, tecnologia educacional e conexão com as demandas do mercado, além de possuir um corpo docente de excelência com profissionais renomados. Com mais de 15 anos em Feira de Santana, consolida sua liderança também no interior do estado. Com uma trajetória sólida e de impacto, a UNIFACS segue olhando para o futuro com a certeza de que pode fazer ainda mais pela Bahia e com a Bahia. Saiba mais em: www.unifacs.br.

>> UNIFG-PE

Há 24 anos, a UniFG atua no mercado educacional de Pernambuco e integra o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade para o país. O Centro Universitário tem como inspiração o tripé “prática, próxima e plural”, o que viabiliza a aplicabilidade prática às aulas e projetos, proximidade com o aluno, respeito e valorização das pluralidades. A UNIFG oferece mais de 50 cursos de graduação e mais de 100 cursos de pós-graduação, disponibilizados nas modalidades presencial e digital. Com nota máxima no MEC, é líder da região, em Jaboatão dos Guararapes, e já entregou ao mercado mais de 16 mil profissionais formados. Contempla uma infraestrutura, que proporciona experiências práticas reais, com o aporte de 70 laboratórios modernos, piscina olímpica, academia de musculação, estúdio audiovisual, cozinha industrial, Escritório Modelo de Arquitetura, Agência de Comunicação e quadra poliesportiva. Na área de responsabilidade social, oferece serviços gratuitos ao público nas áreas de Saúde, Negócios e Direito, por meio do Centro Integrado de Saúde (CIS), Núcleo de Atendimento Contábil (NAF), e da UNIFG Comunidade. Para mais informações: UNIFG: Preparação Completa para o Mercado de Trabalho

>> Universidade Anhembi Morumbi

A Universidade Anhembi Morumbi, integrante do maior e mais inovador ecossistema de qualidade para o Brasil: o Ecossistema Ânima, oferece programas de graduação, graduação tecnológica e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, distribuídos nas áreas de Ciências da Saúde; Turismo e Hospitalidade; Negócios; Direito; Artes, Arquitetura, Design e Moda; Comunicação; Engenharia e Tecnologia e Educação. Além disso, a Medicina da Universidade Anhembi Morumbi é parte da Inspirali, um dos principais players de educação continuada na área médica do país. Seus cinco campi estão localizados nas regiões da Avenida Paulista, Vila Olímpia, Mooca, São José dos Campos e Piracicaba.

Possui laboratórios de última geração e diferenciais como a internacionalidade, já tendo enviado, desde 2006, milhares de alunos do Brasil para realização de cursos no exterior, além de receber centenas de estudantes estrangeiros em seus campi, que se tornaram locais multiculturais para o aprendizado. A Anhembi Morumbi também contribui para democratização do Ensino Superior, ao oferecer cursos digitais com diversos polos dentro e fora de São Paulo. Além disso, o aluno aprende na prática desde o primeiro dia de aula.

>> UniCuritiba

Com mais de 75 anos de tradição, o UniCuritiba consolida uma trajetória de excelência acadêmica e forte conexão com o mercado. É reconhecido como uma das instituições mais respeitadas do Paraná e destacado pelo MEC entre as melhores de Curitiba (PR).

O curso de Direito, um dos melhores do país, possui o selo OAB Recomenda em todas as edições, além de ser referência na área de Medicina Veterinária, evidenciando seu padrão de qualidade.

Integrante da Ânima Educação, o maior e mais inovador ecossistema de ensino de qualidade para o país, oferece mais de 70 cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento, bem como pós-graduação, mestrado e doutorado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Além, de contar com uma estrutura completa e diferenciada com mais de 60 laboratórios e professores mestres e doutores com vivência prática e longa experiência acadêmica e profissional. O ensino do UniCuritiba é alinhado às demandas do mundo do trabalho, com metodologias ativas, vivências multidisciplinares e estímulo ao networking

>> UniSul

Com mais de 60 anos de história em Santa Catarina, a UniSul integra a Ânima Educação, o maior e mais inovador ecossistema de ensino de qualidade para o país. A universidade possui campi em Tubarão, Pedra Branca, Florianópolis (Continente e Ilha), Araranguá, Criciúma, Braço do Norte e Itajaí.

Em seu portfólio, reúne mais de 70 cursos de graduação e 100 especializações, além de cursos de mestrado e doutorado. Entre os destaques da pós-graduação stricto sensu estão Ciências da Saúde, com nota 6 na avaliação da CAPES, e os programas de Administração, Ciências da Linguagem e Educação, reconhecidos com nota 5.

A UniSul também contribui para a democratização do Ensino Superior ao oferecer cursos digitais com diversos polos dentro e fora de Santa Catarina. Presente de forma ativa nas comunidades em que está inserida, a universidade se destaca ainda por seus projetos de extensão.

>> Milton Campos

Integrada ao Ecossistema Ânima Educação em 2021, a Faculdade Milton Campos agrega ao seu legado mais de 50 anos de história, um modelo contemporâneo de ensino e estrutura alinhada às atuais práticas do Direito. Reconhecida como líder em aprovações na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Minas Gerais, especificamente entre as instituições privadas com mais de 100 alunos inscritos, e tendo conquistado o almejado "Selo Nacional OAB Recomenda" em todas as edições desde 2001, a instituição tem como premissa o foco na excelência e no compromisso com o ensino qualitativo do Direito em Minas Gerais.

Consciente de seu papel social, a Faculdade Milton Campos estabelece parcerias com a comunidade e desenvolve ações que promovem o acesso à justiça e a capacitação jurídica, especialmente para aqueles que não têm recursos para obter assistência jurídica especializada. Com um corpo docente altamente qualificado e uma abordagem pedagógica centrada no aluno, a instituição oferece uma experiência educacional enriquecedora que prepara os estudantes para os desafios do mercado de trabalho e para a promoção da justiça social.

Localizada em um ambiente acadêmico inspirador e equipada com recursos tecnológicos de última geração, a Faculdade Milton Campos oferece uma variedade de cursos de graduação em Direito, além de programas de Pós-graduação *lato sensu*, Mestrado stricto sensu e cursos de extensão que ampliam o conhecimento e a *expertise* dos profissionais da área jurídica.

Comprometida com a inovação e a pesquisa jurídica, a instituição investe constantemente no avanço tecnológico e na atualização de sua infraestrutura, proporcionando aos alunos uma formação sólida e abrangente que os capacita a enfrentar os desafios do mundo jurídico contemporâneo.

Para mais informações e detalhes sobre os programas oferecidos pela Faculdade Milton Campos, visite www.mcampos.br

>> INSPIRALI

Integrada ao Ecossistema Ânima Educação em 2021, a Milton Campos agrega ao seu legado de mais de 50 anos de história, um modelo contemporâneo de ensino e estrutura alinhada às atuais práticas do Direito. Líder em aprovações na OAB em Minas e certificada pela OAB como a melhor escola de Direito do estado – tendo conquistado o almejado “Selo OAB Recomenda” em todas as edições –, a Instituição tem como premissa o foco na excelência e no compromisso com o ensino qualitativo do Direito em Minas Gerais.

>> HSM

Desde sua fundação, em 1987, a HSM acompanha o que há de mais inovador em gestão, trabalhando ao lado das lideranças de negócios para alcançar sua missão de transformar o país por meio do desenvolvimento de líderes e organizações. A marca passou a fazer parte da Ânima em 2013.

A HSM é uma plataforma de conhecimento, que faz a ponte entre o cenário global e a realidade brasileira, construindo redes colaborativas que impactam o desempenho das empresas e de suas equipes, e colocando as vozes mais importantes do mundo atual dos negócios em contato com executivos e gestores nacionais.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em sua trajetória, realizou mais de 400 eventos, com a presença de mais de 120.000 executivos de 9.000 empresas, 135 edições da Revista HSM Management, além de 64 livros e mais de 20 mil assinantes da plataforma HSM Experience. Foram mais de 350 mil pessoas treinadas, mais de 16 mil projetos, 1,9 MM horas de treinamentos e mais de 350 professores e mentores.

Esse diálogo constante acontece nos eventos, nos programas customizados de educação executiva para médias e grandes empresas e no conteúdo distribuído pelas mais diversas e atuais plataformas de mídia. Mais informações e detalhes em www.hsm.com.br.

>> EBRADI (Escola Brasileira de Direito)

Fundada no final de 2016 pela Ânima Educação, em parceria com profissionais atuantes neste mercado há mais de 16 anos, a EBRADI (Escola Brasileira de Direito) oferece ensino de altíssima qualidade a distância, que engaja alunos com aulas voltadas à prática da advocacia, oferecendo base de conhecimento completa para atuação na área de especialização de preferência. Nasceu para se tornar referência em ensino digital na área jurídica.

O portfólio é sustentado por serviços exclusivos, conteúdo de alta qualidade e tecnologia que permeiam uma metodologia própria e inovadora, que unem a comodidade do aprendizado a distância com o acompanhamento especializado. Além de reunir grandes nomes do Direito e os melhores professores da área, a EBRADI oferece cursos pautados no ensino adaptativo e colaborativo, especialmente desenhados para elevar o padrão de empregabilidade e transformar a vida dos alunos. Mais informações e detalhes em www.ebradi.com.br.

>> Le Cordon Bleu

O Le Cordon Bleu é a principal rede global de institutos de artes culinárias e gestão de hospitalidade, que faz parte da história e possui uma rica herança acumulada ao longo de 129 anos. Hoje, o Le Cordon Bleu está presente em mais de 20 países, com 35 escolas e tem a Ânima Educação, no Brasil, como um de seus parceiros estratégicos. Por meio do vínculo entre ambas, em maio de 2018, foi inaugurada na cidade de São Paulo a primeira escola da rede no Brasil: o Instituto de Artes Culinárias Le Cordon Bleu São Paulo. Neste e nos próximos anos, a parceria se expandirá para outras marcas do Ecossistema Ânima, em outros Estados do Brasil. Mais informações e detalhes em <https://www.cordonbleu.edu/sao-paulo/home/pt-br>

>> SingularityU Brazil

A instituição nasceu de uma parceria estratégica entre a Ânima Educação, por meio da HSM, e a Singularity University (SU), renomada universidade do Vale do Silício, nos Estados Unidos.

O objetivo é entregar versões locais dos programas transformadores da SU para empresários e executivos brasileiros. Localizada em São Paulo, a SingularityU Brazil visa ajudar as corporações brasileiras e líderes a entender melhor o impacto de tecnologias exponenciais, antecipar tendências e prepará-los para agir. Através de modelos e ferramentas de estratégias, liderança e inovação, a SingularityU Brazil ajudará as empresas a se reinventarem para navegar melhor pelo futuro.

A SU iniciou suas atividades no Brasil em abril de 2018, com o SingularityU Brazil Summit, em parceria com a HSM. Este evento, permitiu que se iniciasse um projeto que tem o potencial de contribuir para uma das transformações mais revolucionárias de nosso país. Mais informações e detalhes em www.singularityubrazil.com.

>> HSM University

A HSM, a mais completa plataforma de educação corporativa do Brasil, criou a HSM University. A marca chegou ao ecossistema Ânima em 2019, com o objetivo é oferecer cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

A HSM University dispõe de cursos livres e de pós-graduação voltados para o aprimoramento das competências mais requisitadas pelo mercado de trabalho. Os módulos são compostos por treinamento de habilidades que farão a diferença quando colocadas em prática. Todas elas se baseiam em conceito e ferramentas extraídos dos grandes pensadores da gestão do país e do mundo. Mais informações e detalhes em www.hsmuniversity.com.br.

>> Gama Academy

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Gama Academy é uma Edtech, fundada por Guilherme Junqueira, em 2016, que seleciona e capacita profissionais na área de tecnologia. A Gama Academy é uma referência nacional na capacitação de habilidades digitais e obteve resultados expressivos nos últimos anos, tendo formado e/ ou treinado mais de 30 mil alunos e atendido mais de 650 empresas, com um crescimento de receita superior a 300% em 2020.

Por meio da sua plataforma educacional de qualidade (NPS de 93), que já conta com mais de 270 mil profissionais, o objetivo é formar habilidades para diminuir o gap crescente de talentos na área de tecnologia. A Gama Academy atende clientes B2C e B2B ajudando a selecionar candidatos e/ou desenvolver colaboradores com habilidades, que incluem programação, design, marketing, vendas e soft skills.

>> Instituto Ânima

Além de suas instituições de ensino superior e marcas subsidiárias, a Ânima também possui um instituto: o Instituto Ânima. É uma entidade sem fins lucrativos, que atua em projetos em diversas áreas do conhecimento, desenvolvendo iniciativas como: projetos de integração entre as instituições Ânima; projetos sociais, culturais e de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação); captação de recursos; desenvolvimento e licenciamento; e gestão de startups.

O Instituto Ânima nasceu a partir de movimentos derivados da atuação de duas escolas que fazem parte da Ânima Educação. Em 2005, o Centro Universitário Una criou o Instituto Una de Responsabilidade Social, a fim de dar suporte às pesquisas e às atividades culturais e de extensão da instituição. Depois, este somou seus esforços com o histórico social de pesquisa, tecnologia e inovação da UniSociesc, no sul do País, gerando, a partir desta integração, o que hoje é o Instituto Ânima.

O objetivo é o fomento, o estímulo e o desenvolvimento de atividades ligadas à cultura, às artes, ao turismo, ao desenvolvimento social e sustentável, à ciência e à educação do nível básico ao superior. Além disso, é papel do Instituto Ânima promover e executar atividades e pesquisas de caráter científico e tecnológico, inclusive em parcerias com instituições públicas ou privadas e órgãos de fomento como FINEP, MCTI, CNPq, FAPEMIG, FAPESC, BNDES e BID, entre outros. Mais informações e detalhes em www.nossoinstitutoanima.com.br.

CAMPI

No início de 2026, possuíamos cerca de 75 unidades de ensino superior, distribuídos em 12 estados. A grande maioria dos nossos *campi* funciona em imóveis alugados e conta com a infraestrutura adequada para a prestação de serviços de educação, incluindo bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios específicos adequados aos cursos ofertados, auditórios, espaços voltados à inovação e empreendedorismo, entre outros. Ao inaugurar ou adquirir novos *campi*, normalmente construímos ou reformamos as instalações existentes a fim de adequá-las aos nossos padrões, visando garantir a qualidade e características de nossa marca.

Processos

Possuímos processos profissionais de captação e permanência, de alunos em nossas instituições de ensino. Todos os nossos processos são estruturados de forma a apresentarem atribuições claramente definidas para os nossos colaboradores. O andamento dos mesmos é metodicamente controlado por meio de indicadores de desempenho previamente definidos. Nosso método de gestão busca obter níveis elevados de eficiência operacional e padronização de procedimentos, de modo a facilitar a replicação e controle de nossas IES.

Atração

No final de 2023 e início de 2024, foram realizadas reestruturações no time de Atração, que hoje conta 4 áreas ligadas diretamente à Vice-presidência de Marketing e Vendas, sendo elas: Comercial, Marketing, Planejamento, Pricing Indicadores

A Diretoria Comercial, composta pelas áreas:

- **Central de Atendimento ao Candidato:** área destinada para atender exclusivamente candidatos, atuando em todas as etapas da Jornada de atração, da inscrição à matrícula. Com atendimento presencial, CAC's distribuídas em todas as unidades.
- **Relacionamento Empresas & Escolas:** Equipe dedicada para relacionamento com escolas e empresas com foco em promover nossas marcas, por meio de ações de ativação, divulgação e eventos, contribuindo significativamente na captura de *leads* e matrículas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- **Operações comerciais:** área composta pelo NAPS, departamento estruturado para organizar todos os processos seletivos (vestibulares) das instituições, garantindo a regulação e a lisura no processo de seleção dos candidatos e **área de melhoria contínua**, que dá suporte a todo time de atração, definindo processos e fluxos de vendas, além de buscar soluções e inovações para evolução da jornada de atração.
- **Contact Center:** equipe de Call Center dedicada para conversão do funil. Atualmente, tendo como principal canal de contato WhatsApp, os operadores de maneira ativa ou receptiva, dão suporte aos candidatos para evoluírem no processo de admissão, da inscrição à matrícula, esclarecendo dúvidas sobre cursos, modelo acadêmico, diferenciais das nossas escolas, processo seletivo etc.
- **Comercial da Pós-Graduação e Novas receitas:** A área de Novas Receitas é responsável por desenvolver e implementar estratégias inovadoras para aumentar as fontes de receita da companhia. Focamos em identificar oportunidades de mercado, criar parcerias estratégicas e lançar novos produtos e serviços que atendam às necessidades emergentes dos nossos estudantes. Nossa equipe trabalha de forma colaborativa para impulsionar o crescimento sustentável, diversificando as fontes de renda e garantindo a competitividade da empresa no mercado. Na educação continuada, o time atua ativamente na atração de candidatos para programas de pós-graduação e cursos livres, utilizando diversos canais de comunicação, incluindo WhatsApp e e-mail.

A Diretoria de Estratégia e Produtos, composta pelas áreas:

- **Gerência de portfólio:** responsável pela definição de portfólio de ofertas e análises de concorrentes, dados do censo INEP, benchmarks no Brasil e Exterior, além de outras ferramentas de inteligência competitiva para melhor definição das estratégias de portfólio e produtos, maximizando a participação no mercado e posicionamento das marcas.
- **Gerência de precificação:** Possuímos uma área de Pricing que define a estratégia de preços da Ânima, que está alinhada com seu posicionamento de qualidade e baseada no gerenciamento de dados, considerando a maximização de receita e margem. Com base nos estudos com um de nossos conselheiros, Antonoaldo Neves, CEO da TAP Air Portugal em 2019, conseguimos analisar muitos aspectos dos dados do perfil do aluno e definir uma estratégia de preços personalizada. Obtemos e analisamos detalhes como Index de preços vs arena competitiva, tendências de mercado, mapa de valor percebido, taxas de conversão, margem bruta e performance por SKU. Com isso, todas essas informações são consideradas na composição do preço sugerido ao aluno, além da demanda e localização do curso para maximizar nossa receita.
- **Pesquisa & Estratégia:** fornece informações que suportam o negócio de maneira transversal para diferentes vice-presidências. O trabalho consiste em entender o perfil e a satisfação de nossos alunos, além de avaliar a eficácia de nossas práticas institucionais e a posição de nossas marcas no mercado em termos de força de marca (brand equity). Realizamos estudos e pesquisas para as nossas 18 marcas de graduação presencial, além da graduação EAD, semipresencial, e também da pós-graduação. Destacam-se estudos sobre satisfação do aluno, NPS, perfil do aluno, além de pesquisas com egressos e de mercado (com prospects), entre outras diversas investigações ad-hoc.
- **Gerência de Planejamento Comercial:** orquestra o planejamento da atração de novos alunos alinhado às expectativas financeiras da companhia e desdobra para os times da vice-presidência de marketing em curva diária do funil de ingresso, além de promover o controle da performance de cada etapa e canal da atração.

Os processos de atração se dividem em:

- (i) **Vestibular:** O processo seletivo de captação de novos alunos para cursos de graduação intitulado Vestibular acontece de maneira presencial ou online, sendo o segundo a partir de dezembro de 2019, sendo utilizados quatro tipos de mecanismos:
 - a. Vestibular Tradicional: Processo seletivo realizado em uma data estabelecida pelas instituições de ensino, normalmente durante os finais de semana. Apenas para o curso de Medicina existe uma segunda etapa desse mesmo processo, com uma segunda prova.
 - b. ENEM: Candidatos podem utilizar sua nota no ENEM para ingressar na IES.
 - c. Vestibular Simplificado: Buscando a comodidade do candidato, desenvolvemos um aplicativo que possibilita a realização da prova online seguindo todas as exigências necessárias para apuração do resultado e veracidade das informações dos candidatos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- (ii) **PROUNI:** Disponibilizamos vagas aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular que tenham sido beneficiados por bolsas integrais e com renda per capita familiar máxima de três salários-mínimos, no âmbito do Programa Universidade para Todos – PROUNI. O PROUNI conta com um sistema semestral de seleção, informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo, de acordo com as especificações do MEC. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.
- (iii) **Outras Captações:** Além das formas de ingresso de nossos alunos acima descritas, Vestibular e PROUNI, seguem abaixo outras formas de ingresso de alunos por nós adotadas:
- Obtenção de novo título ou nova graduação: Processo seletivo utilizado por graduados que desejam iniciar um novo curso de graduação;
 - Retorno: Processo utilizado por alunos que trancaram sua matrícula e desejam retomar seus estudos;
 - Transferência Externa: Processo onde alunos de IES concorrentes solicitam transferência de sua matrícula para uma das nossas IES;
 - Transferência Interna: Processo utilizado por nossos alunos que solicitam trocar de curso dentro de uma mesma IES;
- (iv) **Pós-graduação:** Processo utilizado para, a partir da análise dos currículos dos estudantes e por meio de entrevista pessoal, englobar os ingressos nos cursos de Lato Sensu (Especializações e MBA's) e Stricto Sensu (Mestrados).
- (v) **Extensão:** Processo adotado para os ingressos, a partir da efetivação da matrícula do estudante, em todos os cursos de extensão, que são aqueles com carga horária variada e não contemplados nos itens anteriores.

Operacionalização da Atração

Em cada um dos processos de atração, o fluxo de candidatos foi amplamente estudado e algumas fases/etapas definidas em uma sequência de ocorrências.

Na figura abaixo, para fins exemplificativos, seguem o encadeamento das etapas do processo seletivo de Vestibular:



As etapas estão encadeadas em um processo que denominamos de Régua de Relacionamento ou de Atração, dependendo de sua finalidade.

O fluxo normal que deve ser percorrido pelo candidato entre o início de sua inscrição e a sua matrícula/início das aulas, está representado no gráfico acima pela cor laranja. As perdas em cada etapa, chamadas de quebras, estão representadas pela cor vermelha. Cada um dos motivos de quebra é acompanhado durante todo o processo seletivo, buscando sempre aumentar o volume de alunos que completam todo o fluxo.

Para cada processo em nossa Companhia, uma Régua de Relacionamento ou de Atração é implementada, tendo para cada uma de suas fases, uma meta, um conjunto de ferramentas de interação com os candidatos e indicadores de performance específicos.

Exemplo da configuração de uma Régua de Relacionamento ou de Captação:

Na Régua de Atração do processo seletivo de Vestibular, a comunicação direta com o potencial aluno é feita por meio de SMS, e-mails, Call Center, WhatsApp e convites personalizados para visitas aos *campi* das IES, eventos relacionados à carreira, à vida acadêmica e às opções de financiamento estudantil por nós oferecidos em cada IES. O uso de cada uma

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

dessas ferramentas é definido dentro de períodos de tempo específicos, que são calculados a partir da data de início da inscrição do candidato no Vestibular.

Todas as Réguas de Relacionamento ou de Atração são automatizadas por um sistema de automação de marketing que controla as interações com os candidatos, permitindo que indicadores de desempenho sejam calculados e que a gestão dos números das nossas IES seja realizada com máxima eficiência.

Marketing

A atração de alunos é impulsionada por campanhas publicitárias e ações de relacionamento conduzidas de forma integrada ao longo dos processos seletivos.

Campanhas Publicitárias

A Diretoria de Marketing, nacional é responsável pela definição da estratégia de comunicação, criação das campanhas publicitárias e elaboração dos planos de mídia online e offline. Também coordena o desenvolvimento de ações que fortalecem as marcas locais, destacam nossos diferenciais competitivos e constroem uma identidade regional sólida nos mercados onde atuamos.

A comunicação é planejada de acordo com a jornada do candidato, utilizando diferentes ferramentas para cada ponto de contato. Entre os diferenciais reconhecidos estão o uso estratégico de redes sociais, a realização de eventos abertos à comunidade, o destaque do nosso modelo acadêmico e o investimento contínuo em inovação e criatividade nos processos de divulgação e relacionamento.

Relacionamento

Como ferramentas de relacionamento com nossos alunos, diversificamos os canais de acesso, buscando aumentar a percepção de valor da nossa prestação de serviços. Todos os canais de atendimento são formatados com a finalidade de promover a satisfação do aluno, na busca de maximizar sua permanência na instituição e oferecer uma experiência cada vez melhor, atendendo as demandas de ordem acadêmica e financeira dos estudantes quanto às normas, aos procedimentos e regulamentos para a atividade estudantil, atuando como facilitador entre os alunos e a Instituição de Ensino Superior, por meio do atendimento de canais como: Portal do Estudante; Aplicativo; videochamada, Webchat e WhatsApp:

- a. Webchat: canal de atendimento, onde funcionários tiram dúvidas e auxiliam os alunos na resolução de problemas. Antes de cada atendimento, temos um chatbot, sistema de comunicação automatizado, que esclarece dúvidas rápidas dos nossos alunos. Ele está presente no Ulife, sistema online do aluno.
- b. Atendimento vídeo chamada: atendimento síncrono oferecido aos nossos estudantes, por acesso dentro do Ulife, onde, de acordo com o tema escolhido, o estudante poderá ser atendido por um colaborador em chamada de vídeo, conseguindo acessar por algum dispositivo móvel ou computador, durante o horário de atendimento (de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h).
- c. Ulife: Plataforma única onde o aluno acessa sua jornada universitária. Neste ambiente, o aluno realiza a abertura de protocolos e consulta o status das solicitações de documentos, requerimentos e declarações, bem como esclarece dúvidas sobre sua vida acadêmica e financeira.
 - WhatsApp: canal de atendimento, onde funcionários tiram dúvidas e auxiliam os alunos na resolução de problemas. Antes de cada atendimento, temos um chatbot, sistema de comunicação automatizado, que esclarece dúvidas rápidas dos nossos alunos.
 - Fale com a gente: formulário para atendimento assíncrono, disponível dentro do Ulife, onde os estudantes podem abrir um atendimento qual horário ou qualquer dia da semana, que será tratado por um dos nossos atendentes e retornado para visualização dentro da mesma plataforma.
 - Eventos Motivacionais e de Reconhecimento: Utilizamos eventos, prêmios e outras políticas de interação com os estudantes como forma de reter nossos alunos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Combate à Evasão

Metodologia de Combate à Evasão

Com as evoluções do Preditivo de Evasão, que se baseia em variáveis e em um algoritmo próprio, conseguimos antecipar possíveis casos de evasão gerando consistentes resultados em 2024. Por meio do preditivo de evasão, conseguimos vincular uma taxa de risco de evasão para cada aluno, priorizando assim os contatos com aqueles que apresentam maior tendência a deixar as nossas IES. O desenvolvimento contínuo dos sistemas que melhoram a qualidade dos serviços relacionados a experiência do nosso aluno, dentro e fora da sala de aula, contribuem diretamente para a redução das taxas de evasão. A longo de 2024, superamos os desafios de regras de negociação com alunos inadimplentes cada vez mais restritas de forma a aplicar condições segmentada a alunos que realmente necessitam de remédios financeiros.

Taxas de Evasão das nossas IES

Classificamos a nossa taxa de evasão em duas modalidades:

- a. Evasão Durante: ocorre ao longo do semestre letivo, no período correspondente ao intervalo entre o primeiro e último dia letivo, e que se materializa por meio de trancamento do curso, cancelamento do curso, e transferência de IES; e
- b. Evasão de Virada: ocorre no período entre o término oficial do semestre letivo, e o último dia disponibilizado para a rematrícula dos alunos e que se materializa por meio do abandono do curso de alunos que não solicitam formalmente sua saída e ou que não se rematriculam para o próximo semestre.

Como consequência do nosso modelo de retenção mais amadurecido, temos uma base de aluno gradualmente mais saudável permitindo um aumento constante taxas de conversão para próximos ciclos.

c. Características dos mercados de atuação, em especial

Visão Geral do Setor de Ensino Superior no Brasil

O Brasil representa o quarto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina¹ com 9.976.782 estudantes matriculados, segundo dados do Censo de Educação Superior².

O setor de ensino no Brasil é altamente relevante para a economia do País, devido, principalmente, ao tamanho de nossa população de 213,4 milhões de habitantes em 2025. De acordo com os resultados do Censo Escolar da Educação Básica³, em 2025, o Brasil apresentou um total de 46,0 milhões de matrículas na Educação Básica, incluindo todas as categorias de ensino dentre educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e EJA, educação de jovens e adultos e educação especial. Deste total, 25,8 milhões de matrículas correspondem ao ensino fundamental, 7,3 milhões ao ensino médio. O ensino superior, por sua vez, apresentou um total de 10,2 milhões de matrículas em 2024.

Segundo o INEP, em 2024, as IES privadas têm participação de 79,8% no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 20,2%. Em relação a 2023, o número de matrículas na rede pública apresentou queda de 0,5%, enquanto a rede privada, no mesmo período, registrou um crescimento de 3,2%. Quando se comparam os anos de 2014 e 2024, observa-se um aumento no número de matrículas de 39,1% na rede privada e de 5,3% na rede pública.

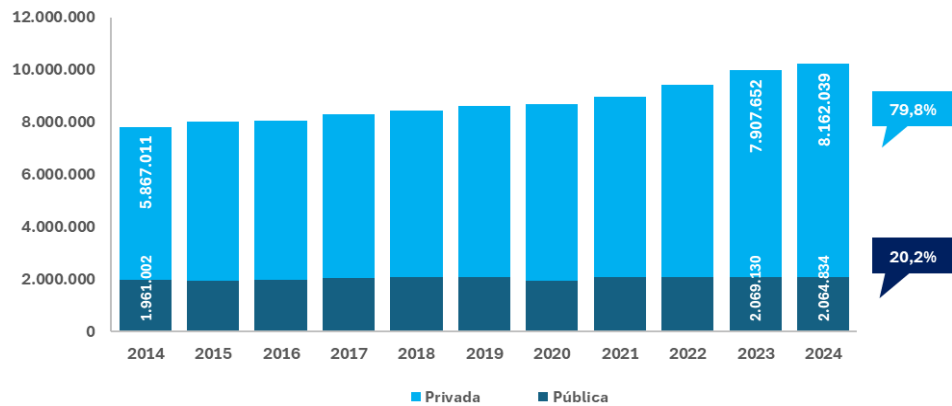
¹ The World Bank Group, Databank - Education Statistics, 2019.

² Inep, Sinopse Estatística da Educação Superior 2023. Brasília: Inep, 2024.

³ Censo Escolar 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard> – acesso em 28/03/2022/

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Percentual de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa



Fonte: Notas Estatísticas Censo Educação Superior 2024 – INEP 2024

Um dos principais fatores que impulsionou esse crescimento foi a mudança na regulamentação do setor na década de 1990. Anteriormente a 1996, o setor de educação superior no Brasil enfrentava restrições regulatórias que dificultavam a expansão da oferta de ensino superior por instituições privadas, apesar da insuficiência dos investimentos públicos nos diversos níveis do setor. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, diversas medidas foram lançadas para incentivar o investimento privado no setor de educação superior brasileiro. Dentre as principais iniciativas adotadas incluem-se a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação da lei que permitiu que instituições de ensino superior fossem constituídas como empresas com fins lucrativos.

Atualmente, ao contrário do segmento de ensino básico, o ensino superior brasileiro é dominado por instituições privadas (79,8% do total de matrículas), capazes de suprir a demanda por cursos superiores não atendida pelas instituições públicas. Enquanto as instituições de ensino superior públicas são direcionadas para servir como centros de excelência e pesquisa, com padrões de admissão extremamente competitivos e capacidade de expansão limitada, as instituições de ensino superior privadas voltam sua atenção para as exigências profissionais impostas pelo mercado de trabalho e desenvolvem programas flexíveis para atender às necessidades dos trabalhadores.

Acreditamos que existe um grande mercado potencial de alunos para o ensino superior no Brasil. Segundo PNAD, em 2024, eram 50,1 milhões de pessoas que haviam concluído o ensino médio ou ingressado no superior sem o concluir e que não estavam frequentando uma graduação (Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD 2024).

Alavancas de crescimento no setor

O setor de ensino no Brasil possui 5 alavancas de crescimento:

- 1. Crescimento do ensino à distância ("EAD") que aumenta consideravelmente o público-alvo das empresas de ensino;
- 2. A oferta de alternativas atrativas de financiamento (PROUNI e FIES) e financiamento privado;
- 3. Expansão do segmento de trabalhadores que cursam o ensino superior;
- 4. Fragmentação do mercado que oferece oportunidades de crescimento por aquisição;
- 5. Retorno da economia e redução do desemprego que facilitam o acesso a mais oportunidades de escolarização devido ao aumento de renda livre.

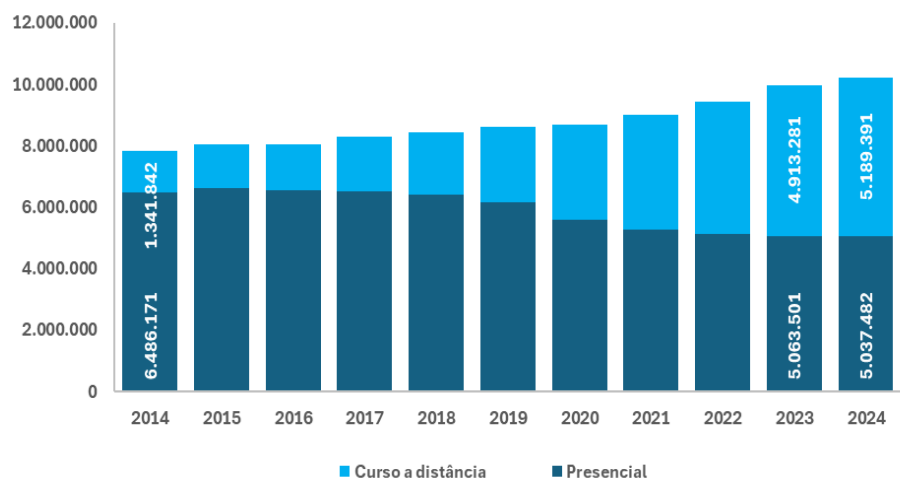
Ensino a Distância

O ensino a distância surge como opção para aumentar a penetração do ensino superior no Brasil, em virtude de sua mensalidade mais baixa, o que aumenta substancialmente o número de pessoas com poder aquisitivo para frequentar esses programas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segundo o INEP, a modalidade a distância, teve aumento foi de 5,6% entre 2023 e 2024, menor que o crescimento registrado no período 2022/2023 (13,4%); chegando a 5,1 milhões alunos matriculados em cursos de ensino superior à distância no país em 2024.

Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino



Fonte: Notas Estatísticas Censo Educação Superior 2023 – INEP 2024

Alternativas de financiamento para estudantes

As alternativas de financiamento aos alunos combinado ao crescimento do número de instituições e cursos de educação superior destinados à população de classes média e baixa podem ser vistos como oportunidades para o crescimento do número de matrículas do ensino superior no Brasil.

Visando incentivar a educação no país, algumas das alternativas de financiamento criam incentivos fiscais e financeiros para as instituições de ensino que tenham alunos matriculados que sejam beneficiados por determinados programas do governo. Com acesso a esses financiamentos, a população de classes média e baixa, que historicamente não tinha acesso ao ensino superior, foi a maior responsável pelo aumento no número de alunos matriculados, sendo representados, na sua maioria, por adultos trabalhadores em busca de melhores salários e oportunidades de emprego.

Programa Universidade para Todos (“PROUNI”)

O PROUNI foi criado em 2005 e dá isenção de certos tributos federais para as receitas decorrentes de cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior que concedem uma determinada quantidade de bolsas de estudo aos alunos de baixa renda dos seus cursos de graduação e cursos relacionados. Ao fornecer isenções fiscais a instituições com fins lucrativos, o PROUNI também desempenhou o importante papel de estimular o crescimento e o investimento privado no setor de educação superior, possibilitando que as instituições com fins lucrativos oferecessem cursos a preços competitivos comparados àqueles praticados por instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.

Em 13 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB nº 1.394 (“IN 1.394”) que revoga a Instrução Normativa da RFB nº 456, de 05 de outubro de 2004 (“IN 456”). A IN 1.394 estabelece a forma de cálculo da isenção a ser usufruída pelas IES no âmbito do PROUNI, atrelando o benefício fiscal à proporção da ocupação efetiva das bolsas concedidas (“POEB”).

Para maiores informações a respeito das alterações introduzidas pela IN 1.394 e seus potenciais impactos em nossas demonstrações financeiras, ver o item 1.6 deste Formulário de Referência.

Programa de Financiamento Estudantil (“FIES”)

O FIES foi criado em 1999 e oferece financiamento de até 100% das mensalidades junto às instituições de ensino superior privadas que participam do programa e que receberam uma boa classificação junto ao MEC.

Até o momento, quase 3 milhões de alunos participaram do programa nos últimos dez anos, e cada vez mais instituições de ensino superior são cobertas por este modelo de financiamento no Brasil. No período de 2010 a 2018 foram concedidos 2,65

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

milhões de financiamentos com recursos do FIES, dos quais aproximadamente 733 mil concedidos no ano de 2014. Em 2019 tivemos 85 mil novos financiamentos concedidos. Desde 2005, o FIES também oferece financiamento a alunos que recebem bolsas de estudo parciais do PROUNI no valor de 50% de seus custos de educação superior.

O crescimento subsidiado pelo FIES foi interrompido em dezembro de 2014 com a publicação das Portarias 22 e 23, onde foram impostas pelo governo federal, restrições nas relações financeiras com as instituições e restrições de desempenho acadêmico para os novos candidatos ao FIES. Em contrapartida, a partir de 2018 o Governo Federal criou novas modalidades de FIES, possibilitando ao aluno contratar o FIES também através de instituições financeiras privadas.

Em 2019, o MEC disponibilizou 100 mil vagas para 2020. Em janeiro de 2020 o MEC anunciou a desvinculação do P-Fies do FIES, o qual terá início como programa independente no segundo semestre de 2021. Em 2022 o MEC disponibilizou mais de 100 mil vagas para o primeiro ano do Plano Trienal (2022 a 2023) Para mais informações acerca do PROUNI e FIES, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

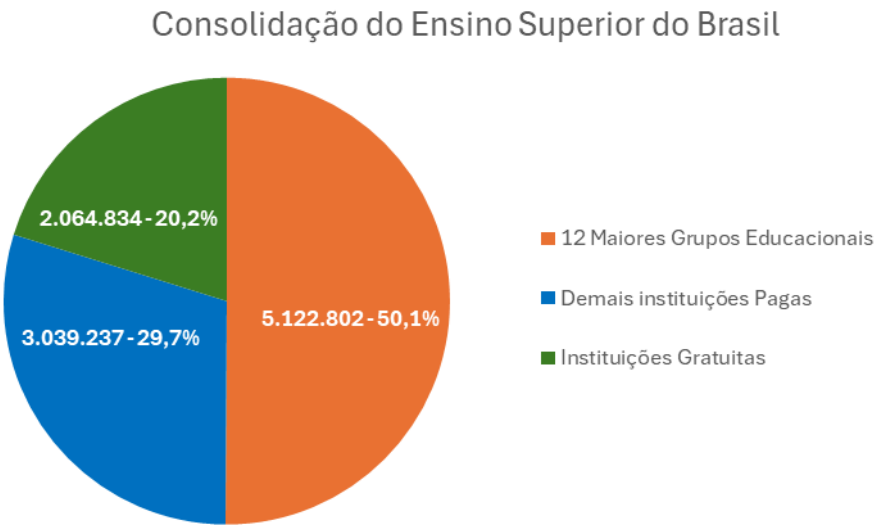
Expansão do segmento formado por trabalhadores que estudam

A perspectiva de ascensão profissional e o aumento salarial significativo para os trabalhadores com diploma superior são dois fatores centrais, mais ainda se associados à expansão do setor de ensino superior brasileiro. De acordo com pesquisas do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo - SEMESP, o Brasil é um dos países onde o fato de o indivíduo de possuir um diploma superior exerce uma das maiores diferenças salariais no mundo, aumentando em média 284% a renda daqueles que o detém.

O Brasil possui 10,2 milhões de alunos matriculados em instituições de ensino superior, sendo cerca de 20% deles em instituições públicas. Esperamos que o número de matrículas em instituições de ensino superior no Brasil continue a crescer em consequência de determinados fatores, tais como: (i) a perspectiva de ascensão profissional; (ii) o aumento significativo na renda individual daqueles que detém um diploma de ensino superior; (iii) a demanda substancial por trabalhadores qualificados não atendida e em expansão; e (iv) a crescente disponibilidade de alternativas educacionais para a população de classes média e baixa, em função do apoio contínuo do Governo Federal ao ensino superior privado e, especificamente, do investimento privado no ensino superior.

Consolidação do setor

A partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior de 2024, nota-se que as 12 maiores instituições privadas (responsáveis por 50% do total de matriculados) apresentavam, aproximadamente 5,1 milhões de alunos matriculados, ao passo que as outras instituições privadas (responsáveis por 29,7% do total de alunos matriculados) respondiam por aproximadamente 3,0 milhões de alunos matriculados.



Essa alta fragmentação proporciona oportunidades de (i) ganhos de participação de mercado; e (ii) consolidação adicional por meio de operações de fusão e aquisição. Embora se tenha observado uma aceleração significativa do processo de consolidação no setor desde 2007 em decorrência das ofertas públicas iniciais de ações (“IPOs”) observadas no setor e do aumento do interesse de empresas estrangeiras, o setor de educação brasileiro ainda se encontra bastante fragmentado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

De acordo com a Consultoria Hoper (Hoper, Análise Setorial do Ensino Superior Privado, junho de 2019), a tendência para o futuro é de forte profissionalização da gestão das IES, busca por fontes de receita alternativas, aproveitamento do novo bônus demográfico (3ª idade) e detalhamento nos estudos de mercado cada vez mais profissionalizados e detalhados para encontrar as microrregiões com melhores possibilidades de captação de alunos. Ainda conforme a Consultoria Hoper, no novo cenário, “a gestão precisa estar preparada para esta nova realidade, pois toda a configuração de mercado, local ou regional, está cada vez mais complexa, exigindo mais agilidade e dinamismo estratégico”.

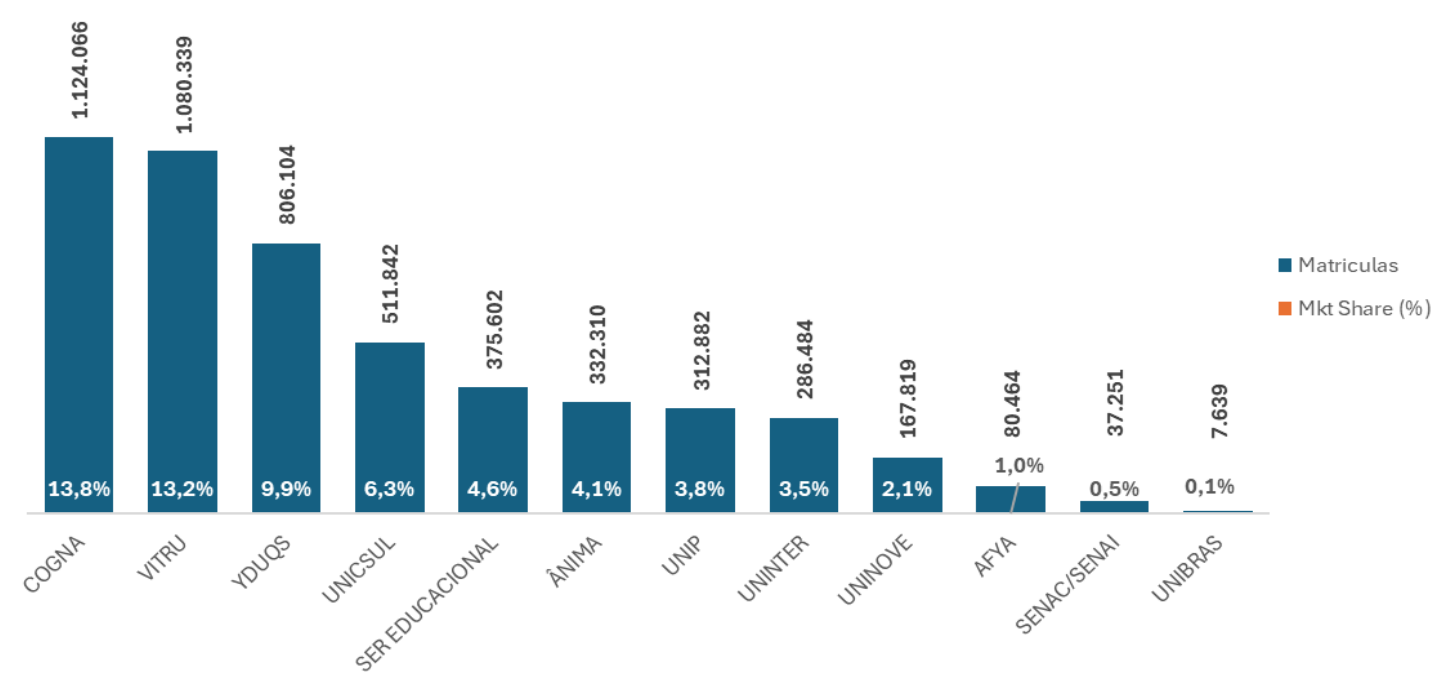
Concorrência

O setor de ensino superior no Brasil é muito fragmentado e com concorrentes em todas as localidades. Acreditamos que os fatores que influenciam a concorrência no mercado de ensino superior incluem preço, experiência educacional, tradição da instituição, corpo docente, instalações, localização e variedade de cursos, entre outros fatores. Ainda assim, e devido à fragmentação do setor, enfrentamos diferentes níveis de concorrência, dependendo da localização de nossas unidades.

De acordo com o MEC, em 2024 havia 1.592 instituições pagas e 307 gratuitas de ensino superior no Brasil. Concorremos diretamente com instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos e com alternativas ao ensino superior. As instituições privadas menores, normalmente com apenas uma unidade, têm menor capacidade de atrair e manter administração e corpo docente experientes. Têm também recursos limitados para abrir novas unidades, desenvolver e prestar serviços de educação de qualidade e montar cursos de interesse dos alunos.

Participação de mercado da Companhia

O gráfico abaixo mostra o número total de estudantes, e *market share*, nos 12 maiores grupos de instituições privadas com fins lucrativos de ensino superior no Brasil.



Fonte: Inep, microdados da Educação Superior 2024. Brasília: Inep, 2025.

Novas tendências no Ensino Superior – Qualidade para além de indicadores educacionais

Como dito anteriormente, há diferenças inerentes ao papel das instituições públicas e privadas no Brasil, a saber, que o conjunto das primeiras se dedica majoritariamente a pesquisa e as segundas, preocupam-se principalmente com a alocação dos estudantes no mercado de trabalho.

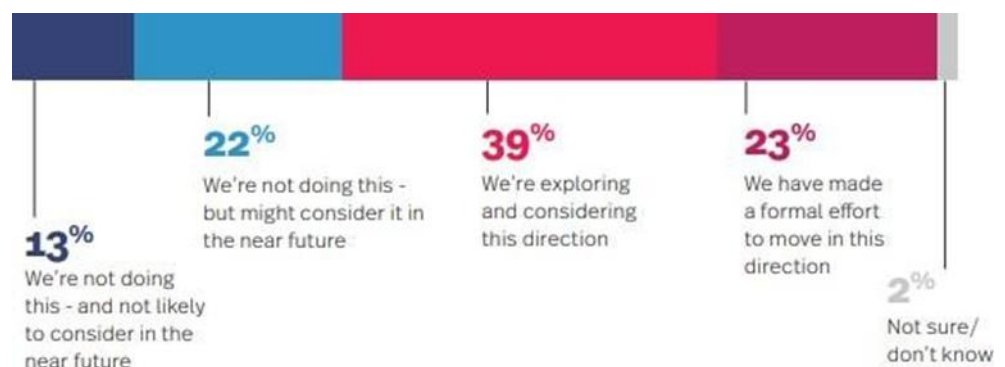
Nesse caso, ao longo dos anos, a percepção dos alunos tem se estendido à observância de aspectos que vão além da qualidade de ensino das instituições de ensino superior, atestadas por meio dos indicadores educacionais do MEC/Inep. Ou seja, os instrumentos auferidores de qualidade, como o exame ENADE e o índice IDD, ou os indicadores que referenciam cursos e universidades como o CPC (Conceito Ponderado de Curso), IGC (Índice Geral de Cursos) e CI (Conceito Institucional), deixaram de ser suficientes na leitura de quem deseja ingressar no ensino superior privado no Brasil. Para esse

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

público, é também indicador de qualidade a adequada inserção dos alunos egressos das instituições, em especial privadas, no mercado de trabalho. E por adequada entende-se: em sua respectiva área de atuação, com boa remuneração, e munidos do ferramental adequado para a execução de suas atividades.

Segundo pesquisa realizada pela Northwestern University (*Northwestern University. Center of the Future of Higher Education and Talent Strategy. EDUCATIONAL CREDENTIALS COME OF AGE. A Survey on the Use and Value of Educational Credentials in Hiring, 2018*), que contou com 750 líderes de gestão de pessoas em empresas de todos os setores e portes, contratações baseadas em competências/habilidades estão começando a ganhar interesse significativo, tendo a maioria dos líderes declarado já estar priorizando, ou pretender priorizar, habilidades na contratação. Isso destaca a importância de garantir uma aprendizagem voltada para o desenvolvimento de competências.

Gráfico 1 - Grau das estruturas de contratação baseadas em habilidade



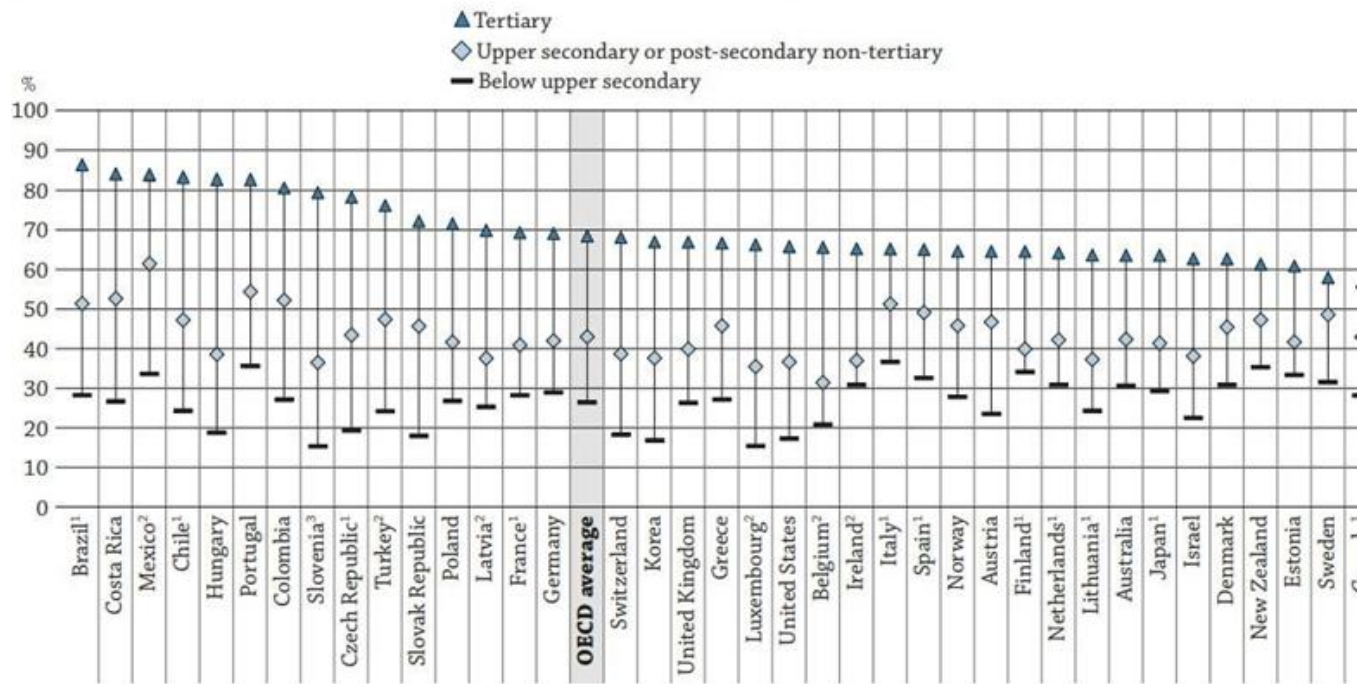
Fonte: Northwestern University, 2018.

Tendo isso em vista, ainda que os cursos de certificação ‘non-degree’ (e.g.: MOOCS), tenham crescido de maneira significativa e se apresentado com o propósito de desenvolver competências pontualmente, estes tipicamente têm servido apenas como uma suplementação – e não uma substituição – aos diplomas tradicionais de graduação.

Sendo ainda procurado pelas empresas, o diploma no Brasil apresenta retorno financeiro significativo para os estudantes do ensino superior. Segundo pesquisa realizada pela OCDE (*OCDE - 2018, Table A4.2. <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-36-en> - dados da CDE*), dentre os 40 países avaliados, o Brasil apresenta o maior prêmio salarial em razão da conclusão do ensino superior. De acordo com o indicador, aproximadamente 90% dos estudantes que concluem o ensino superior tem remuneração superior à mediana, contra aproximadamente 30% daqueles que não fizeram mais que o ensino médio e aproximadamente 51% daqueles que concluíram o ensino médio mas não fizeram superior.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

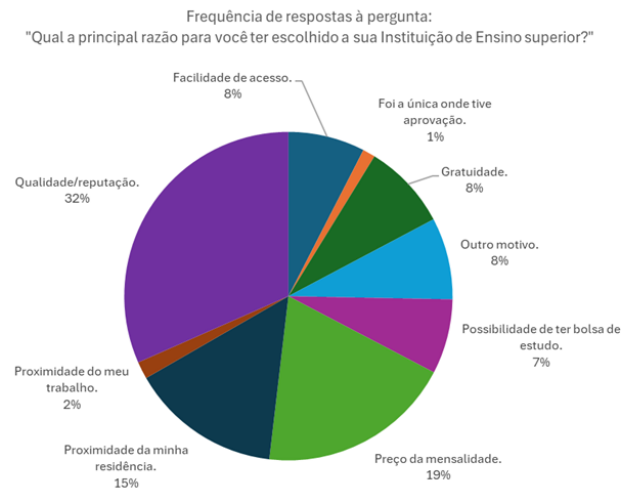
Figure A4.2. Percentage of adults earning more than the median, by educational attainment (2016)
25-64 year-old workers (full- and part-time workers)



1. Year of reference differs from 2016. Refer to the source table for details.
2. Earnings net of income tax.
3. Data refer to full-time, full-year earners only.
Countries are ranked in descending order of the percentage of 25-64 year-olds with tertiary education earning more than the median.
Source: OECD (2018), Table A4.2. See Source section for more information and Annex 3 for notes (<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-36-en>).
StatLink <https://doi.org/10.1787/888933802285>

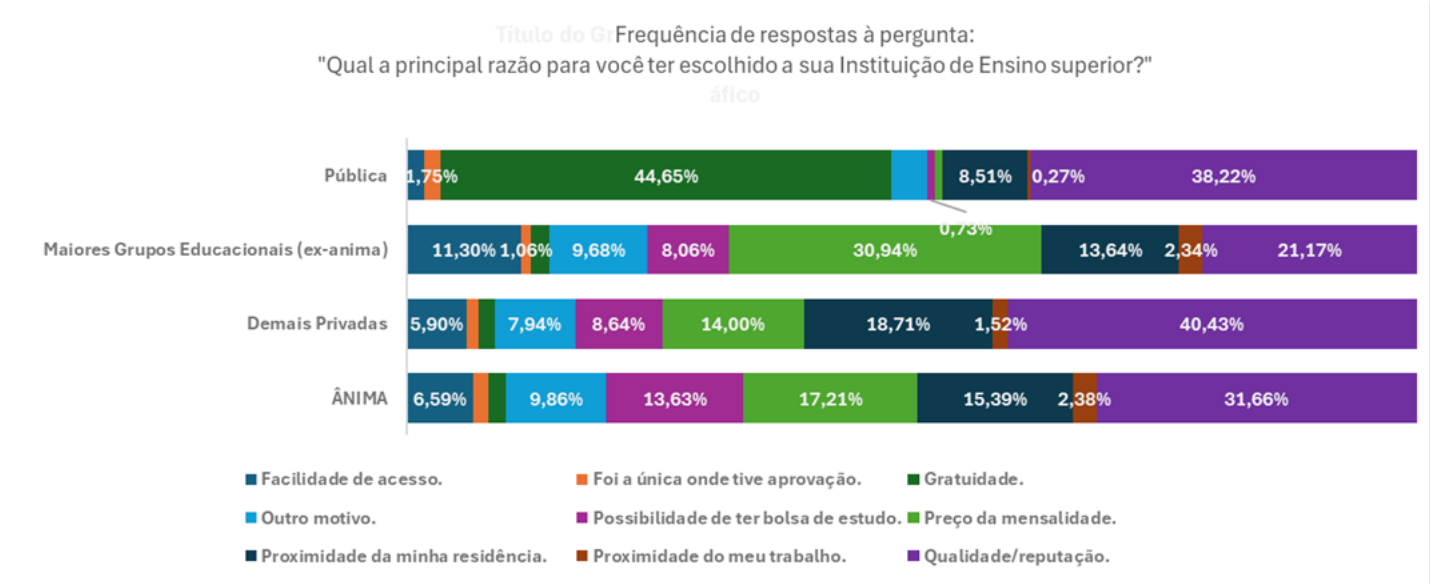
Destacada a atratividade do ensino superior no Brasil e o histórico de crescimento da demanda por cursos de graduação, espera-se ainda haver potencial de expansão do segmento. De acordo com Education at a Glance 2019 (OCDE, Education at a Glance 2019: Brazil, 2019), as taxas de acesso ao ensino superior no Brasil ainda são baixas se comparadas aos demais países da OCDE, 15% contra 22%. O que denota um potencial de crescimento do mercado na ordem de 40%.

A percepção de valor no Ensino Superior pelos estudantes se traduz em uma procura por IES que ofereça programas e cursos com maior qualidade, beneficiando instituições capazes de agregar reconhecimento, tradição e qualidade no ensino às suas marcas. A análise das respostas ao questionário do ENADE (Inep, ENADE, 2022. Brasília: 2023.) demonstra que os fatores ligados à qualidade são os principais determinantes indicados por 32,0% dos estudantes na escolha por uma instituição de ensino.



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ao olhar para a Ânima, em comparação com as demais instituições, percebe-se a qualidade como principal diferencial de escolha. 31,6% dos estudantes de nossas instituições apontaram “Qualidade/Reputação” como principal fator de escolha, contra 21,1% das demais listadas e 38,2% em relação às IES públicas.



Além dos estudantes e dos empregadores, o Governo Brasileiro também tem demonstrado seu alinhamento em relação ao tema da qualidade no ensino. A qualidade do ensino brasileiro figura entre as principais diretrizes estabelecidas pelo MEC para os próximos 10 anos no âmbito da educação no País. Além disso, a diretriz estabelece o aumento da cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (“ENADE”), o que indica maior preocupação com a supervisão das instituições de ensino.

Isto demonstra que o Governo tem sido mais ativo na supervisão do ensino no Brasil. Para o oferecimento do FIES, passou-se a exigir que o CPC seja acima de 3 (numa escala que vai de 1 a 5), sob risco de determinar o congelamento de novas matrículas em cursos com CPC constantemente igual ou abaixo de 2.

Principais Concorrentes

O setor da Educação Superior no Brasil é altamente fragmentado, e apresenta concorrência em todas as localidades. Os fatores destacados como influenciadores da concorrência são, entre outros, o preço, a experiência de uma instituição, tradição e reputação, professores, locais e a oferta de cursos.

De acordo com o INEP, em 2024, haviam 1.592 instituições de ensino privado de nível superior no Brasil. Não obstante, nos últimos anos observou-se um forte movimento de consolidação no setor, com grandes grupos educacionais como Ânima, Kroton/Anhanguera, Estácio de Sá, UNIP, SER, entre outras.

Acreditamos que, à exceção de algumas poucas marcas de nicho, como a Fundação Getúlio Vargas, os estudantes brasileiros associam qualidade às marcas tradicionais com forte histórico na região onde vivem, sendo estas muitas vezes sinônimos de seriedade e ensino de qualidade.

Dessa forma, considerando o posicionamento que ocupa no mercado, acreditamos que as nossas IES (USJT, UNP, UNISUL, UNISOCIESC, UNIRITTER, UNIFG-PE, UNIFG-BA, UNIFACS, UNICURITIBA, UNI-BH, UNA, UAM, MILTON CAMPOS, IBMR, FTT, FPB, FASEH, FADERGS e AGES.) competem principalmente com instituições de ensino tradicionais, com marcas de boa reputação e qualidade em seus mercados.

Abaixo, mapeamos nossos principais concorrentes presenciais e semipresenciais nas principais praças de atuação:

Região Nordeste:

FPB - João Pessoa – PB: UNIPÊ, UNIESP e UNINASSAU.
UNIFACS - Salvador – BA: ESTÁCIO, UNIJORGE, FTC e UNIME.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

UNIFACS - Feira de Santana – BA: FTC, FAT, FAESF/UNEF e ESTÁCIO.
UNIFG-BA - Guanambi – BA: FIP GUANAMBI e FACULDADE PITÁGORAS DE GUANAMBI / UNOPAR.
AGES - Paripiranga – BA: UNIDOM - DOM LUIS DE ORLEANS E BRAGANÇA, UNOPAR e ESTÁCIO.
UNIFG-PE - Recife – PE: UNIBRA, UNINASSAU, ESTÁCIO e CATÓLICA.
UNP - Natal – RN: UNINASSAU, ESTÁCIO e UNI-RN.
UNP - Mossoró - RN: UNINASSAU, FACULDADE CATÓLICA DO RN e FACENE/RN.

Sudeste:

UNA, FASEH, MILTON CAMPOS E UNIBH – Belo Horizonte - MG: PUC MINAS, PITÁGORAS, ESTÁCIO, NEWTON PAIVA e FUMEC.
IBMR – Rio de Janeiro – RJ: ESTÁCIO, UVA, UNISUAM e UNOPAR.
UAM e USJT - São Paulo – SP: UNINOVE, UNIP, FMU e UNICSUL.

Sul:

FADERGS E UNIRITTER – Porto Alegre/Canoas – RS: PUCRS, UNISINOS, ESTÁCIO, ATITUS (IMED) e SENAC.
UNICURITIBA – Curitiba – PR: PUCPR, UP, UTP e FAE.
UNISOCIESC – Blumenau – SC: CET BLUMENAU, SENAC e UNIASSELVI.
UNISOCIESC – Joinville – SC: UNIVILLE, CATÓLICA e ANHANGUERA.
UNISUL - Tubarão/Criciúma - SC: SENAC - TUBARÃO, UNESC e ESUCRI.
UNISUL - Florianópolis/São José - SC: ESTÁCIO, ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ, FACULDADE CESUC e UNIVALI.

Centro-oeste:

UNA - Catalão - GO: IMEPAC e UNICALDAS.

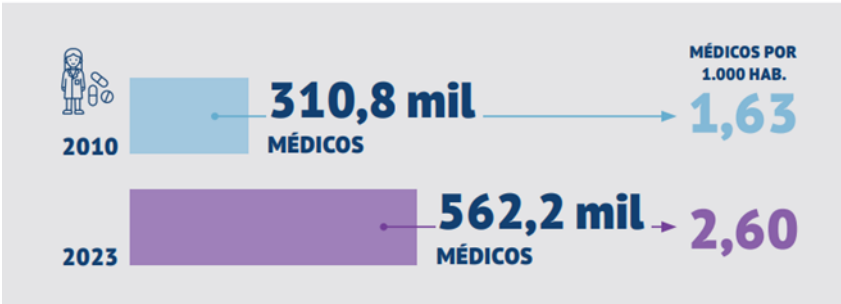
Considerando os dados do Censo divulgado pelo INEP em 2024, as nossas IES no mercado da Microrregião de Belo Horizonte detinham 26,9% do total de alunos matriculados em cursos presenciais dentre as instituições privadas. Em Catalão, 89,0%. Em São Paulo, o *market share* é de 9,9% considerando a São Judas e a UAM. Na cidade do Rio de Janeiro são 4,3%. Em Santa Catarina, na região de Florianópolis, nossa participação de mercado foi de 39,6%; na região de Joinville, 22%; região de Blumenau, 16,4%; e sul de SC, 28,7%. Em Porto Alegre – RS, o market share é de 13,7% considerando as duas marcas (UniRitter e FADERGS). Já em João Pessoa e região, na Paraíba, detínhamos 11,3% do mercado. Em Natal, no Rio Grande do Norte, detínhamos 47,8% do mercado, e Mossoró, 23,8%, Em Pernambuco, nas cidades de Recife e Jaboatão, temos 6,9% de Market share. Salvador, na Bahia, temos 17,2% do mercado e em Feira de Santana, 12,9%.

Medicina

Dada a estrutura regulatória nacional, a expansão de assentos médicos depende principalmente de atributos de qualidade e da necessidade de médicos adicionais em determinada região. O número de assentos médicos permaneceu praticamente inalterado entre 2005 e 2012, mas aumentou em um ritmo mais rápido a partir desse período para mitigar a escassez de médicos no país.

O número de médicos no ano de 2023 chegou em 562.206 mil e a razão destes por habitantes foi de 2,60, superando a projeção do CFM/Cremesp que era de 2,31 para o ano referido. O crescimento de médicos entre 2010 e 2023 foi de 80,9% no período, enquanto a população brasileira aumentou em 12,8%.

Evolução do número de médicos e da taxa de médicos por 1.000 habitantes, de 2010 a 2023
| Brasil, 2023

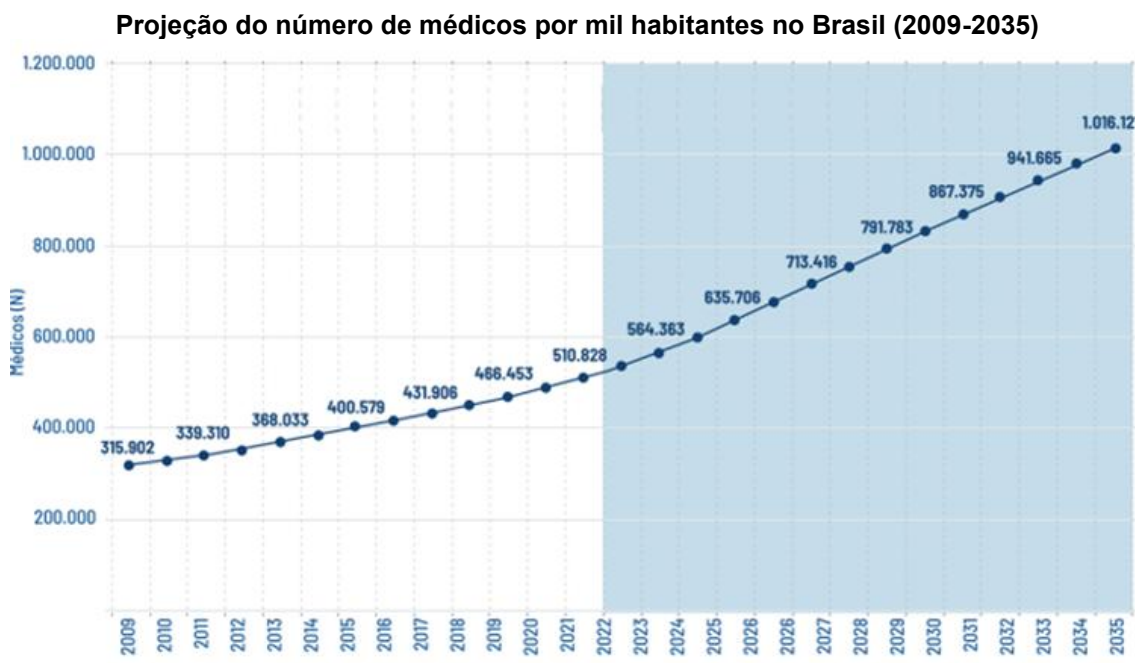


1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Fonte: Fonte: Scheffer M. et al., Demografia Médica no Brasil 2023

Nos últimos cinco anos, o “Mais Médicos” aumentou a oferta de vagas médicas. De 2013 a 2018, criou cerca de 13 mil vagas em escolas médicas de todo o país, o que contribuiu para o aumento das matrículas em escolas privadas de medicina. Após avaliação recente das cadeiras médicas atuais oferecidas em comparação com o planejado em 2013, o número de cadeiras foi mantido constante em 36.700 pelo MEC desde abril de 2018.

De 2010 a 2022, as matrículas em escolas médicas privadas aumentaram em 29.325, representando um CAGR de 11,4%. De acordo com a Demografia Médica, o número de médicos no Brasil aumentou de 310.844 para 562.206 de 2010 a 2023, representando um aumento de 80,8%. Com essa demanda, a oferta de novos profissionais de saúde deve continuar crescendo para acompanhar o aumento da demanda por serviços de saúde públicos e privados. Também é relevante pontuar que existe a expectativa de que existam 1.000.000 de médicos em 2035.



Fonte: Scheffer M. et al., Demografia Médica no Brasil 2023

Modelos Híbridos

O modelo híbrido de ensino é a metodologia que combina aprendizado online com o offline, em modelos que mesclam momentos em que o aluno estuda sozinho, de maneira virtual, com outros em que a aprendizagem ocorre de forma presencial, valorizando a interação entre pares e entre aluno e professor.

Com a pandemia do COVID-19 e subseqüentes políticas de isolamento, alunos do ensino superior deixaram de frequentar fisicamente as escolas e as mesmas tiveram que movimentar-se para disponibilizar o ensino à distância. Esse movimento exigiu uma série de esforços tecnológicos que ajudam a acelerar a digitalização do ensino.

Ante o aparente sucesso das políticas de ensino a distância das instituições de ensino, o modelo híbrido torna-se uma forte tendência, unindo a praticidade de assistir aulas e realizar tarefas em casa à experiência diferenciada do ensino presencial.

Lifelong Learning

Em um mundo globalizado e cada vez mais rápido, o “*lifelong learning*” ou “educação continuada” – a prática de seguir estudando ao longo da vida, ganha cada vez mais importância e grandes instituições de ensino têm se movimentado para atender tal demanda crescente, fornecendo, por exemplo, cursos online.

Os avanços tecnológicos desempenham um papel essencial para tornar o *lifelong learning* mais acessível. Graças à popularização dos smartphones, mais pessoas possuem acesso a conteúdo educacional através de aplicativos, vídeos etc. além da possibilidade de se inscrever e frequentar cursos pelos dispositivos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Na linha dos já mencionados avanços tecnológicos, as inovações trazem consigo novas habilidades a cada momento, que são sempre diferenciais em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. A possibilidade de providenciar cursos para alunos ao longo da vida cria um movimento que tende a se fortalecer cada vez mais no Brasil.

d. Eventual sazonalidade:

No segmento de Ensino Acadêmico a receita dos 1º e 3º trimestres (“trimestres ímpares”) tendem a ser mais fortes que os 2º e 4º trimestres (“trimestre pares”), pois os trimestres ímpares (que representam começo de um semestre) tem mais presente o efeito sazonal da matrícula de novos alunos, nos cursos presenciais, enquanto os trimestres pares (que apresentam o final de um semestre) pode apresentar impacto da evasão de alunos que acontece ao longo do período.

Também é importante observar o efeito entre os semestres, o 1º semestre tende a ser maior do que a do 2º semestre, pois neste último há menor volume de matrícula de novos alunos, em razão da quase inexistência de estudantes recém-formados no ensino médio nesse período, além de cursos, como a medicina, em que a entrada de alunos é apenas anual.

A receitas auferidas pelo segmento “lifelong learning” ou “educação continuada” – composto pela hsm, hsmU, EBRADI e os cursos de pós graduação *lato sensu* – pode ter impacto pela realização de eventos e seminários da HSM, só sendo reconhecidas quando o evento ocorre. Uma vez que a programação de eventos varia a cada ano e os eventos são concentrados ao longo de um curto período de tempo, a receita da HSM está sujeita a um elevado grau de sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Ânima e suas subsidiárias mantêm uma ampla rede de empresas parceiras, fundamentais para suprir as necessidades operacionais diárias com uma variedade de bens e serviços em todas as suas unidades. Nos últimos anos, o Grupo tem concentrado esforços na consolidação do Departamento de Suprimentos, implementando processos rigorosos de identificação e desenvolvimento de fornecedores, com avaliações técnicas, financeiras e de conformidade. Esse trabalho tem sido essencial para a seleção de parceiros estratégicos e de longo prazo.

Atualmente, o Grupo atua em estreita colaboração com as áreas de negócios para revisar, avaliar e fortalecer o relacionamento com seus parceiros de mercado, sempre priorizando a inovação, a qualidade dos produtos e serviços adquiridos e a otimização da alocação de recursos.

Dada a diversidade de cursos oferecidos pela Ânima, a empresa conta com uma cadeia de suprimentos ampla e diversificada, que atende às seguintes categorias de bens e serviços:

- **Tecnologia** - *hardware*, *software* e soluções integradas;
- **Serviços terceirizados** – conservação e limpeza, manutenção e portaria;
- **Equipamentos e materiais para cursos em geral** - insumos para laboratórios, hospitais e clínicas;
- **Adequações e obras** – reformas, *retrofits* e intervenções civis;
- **Marketing e publicidade**;
- **Serviços profissionais** – logística, serviços financeiros, benefícios, entre outros.

Além disso, é fundamental garantir a conformidade com os órgãos regulatórios na aquisição de insumos específicos. A compra de reagentes químicos, por exemplo, pode exigir as licenças da Polícia Federal, enquanto alvarás de funcionamento e habite-se podem ser necessários em colaboração com as Prefeituras. Da mesma forma, para garantir a segurança contra incêndios e o cumprimento das normas de segurança do trabalho, é necessária a aprovação do Corpo de Bombeiros para a emissão do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e o atendimento às Normas Regulamentadoras (NRs). O cumprimento dessas exigências é essencial para assegurar a qualidade, a legalidade e a regularidade dos materiais adquiridos.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Considerando o modelo de negócios do Grupo, entende-se que há baixa dependência de fornecedores específicos, dado que existem alternativas viáveis de fornecimento para a maioria dos insumos e serviços utilizados. Nos casos em que as contratações envolvem mercados com número reduzido de players ou eventual exclusividade, a companhia adota práticas como a formalização de contratos e acordos de médio a longo prazo, com o objetivo de mitigar riscos associados à volatilidade de preços e a possíveis discontinuidades no fornecimento.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Considerando as aquisições e os contratos de maior impacto financeiro da companhia, há acordos que proporcionam certa previsibilidade quanto à evolução dos custos. Muitos desses contratos estão atrelados a índices oficiais de correção e a acordos sindicais, sendo previamente analisados e discutidos pelo time de Suprimentos em conjunto com as áreas de negócio, antes que qualquer repasse seja absorvido. No que se refere à aquisição de mercadorias, a principal fonte de volatilidade está relacionada à oferta de mercado e às variações cambiais, fatores que, em condições regulares, não comprometem de forma significativa as operações da companhia.

1.5 Principais clientes

a. Montante Total de Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente ou grupo de clientes que seja responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a nossa receita provém primordialmente do pagamento da mensalidade pelos nossos estudantes.

b. Segmentos Operacionais Afetados pelas Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente ou grupo de clientes que seja responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a nossa receita provém primordialmente do pagamento da mensalidade pelos nossos estudantes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. Necessidade de Autorizações Governamentais para o Exercício das Atividades e Histórico de Relação com a Administração Pública para obtenção de tais Autorizações.

O setor de educação superior no Brasil está sujeito a extensa regulamentação governamental (vide a seguir os órgãos regulatórios, consultivos, comissões e institutos), a qual tem por objetivo assegurar a qualidade dos projetos pedagógicos, do corpo docente e da infraestrutura das instituições de ensino, inclusive mediante controle para a abertura de novas unidades de ensino e novos cursos. Ao longo de nossa história, fomos adquirindo conhecimento e experiência necessários sobre a legislação e o processo regulatório brasileiro do setor.

Os processos que envolvem a avaliação de uma Instituição de Ensino Superior (“IES”) e, de seus cursos, representam uma oportunidade para que esta possa aprimorar sua condição como fornecedora de serviços educacionais. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento e credenciamento de IES, têm prazos limitados e pré-definidos, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

A Constituição Federal, ao definir educação como direito de todos os brasileiros e um dever do Estado e da família, confere ao poder público, o dever de garantir a todos os cidadãos brasileiros o acesso ao ensino fundamental obrigatório. Nesse sentido, o sistema de ensino brasileiro é organizado segundo um regime de cooperação entre os diferentes entes federativos, atribuindo à União competência de: (i) organizar o sistema federal de ensino (instituições públicas federais e instituições privadas de ensino superior); (ii) acompanhar a manutenção e fornecer recursos adicionais, se necessário, para superação de deficiências de instituições federais de educação pública; exercer função normativa, redistributiva e supletiva em matéria educacional; e (iii) oferecer suporte financeiro e técnico a Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de garantir iguais oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino. Aos Estados e ao Distrito Federal compete oferecer, regulamentar e fiscalizar o ensino fundamental e médio, ao passo que aos municípios cabe prioritariamente oferecer, regulamentar e fiscalizar a educação infantil e os demais níveis da educação básica, incluindo o ensino fundamental e médio.

Educação Básica

Em relação à educação básica, vale pontuar que os Estados e Municípios são responsáveis por regular o ensino infantil, o ensino fundamental e médio, respeitando as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (“CNE”). Os Secretários Estaduais de Educação são assistidos pelos Conselhos Estaduais de Educação e são os principais órgãos reguladores do ensino fundamental e médio. Os Secretários Municipais de Educação são assistidos pelos Conselhos Municipais de Educação e são os principais órgãos reguladores da educação pré-escolar.

Educação Superior

Por ser a regulamentação e a supervisão do ensino superior privado competência da União, cabe a essa, por meio do Ministério da Educação (“MEC”), normatizar o Ensino Superior, estabelecendo normas gerais para a graduação e pós-graduação. Além disso, a União deve supervisionar avaliação cursos, instituições e alunos, ordenando processos de autorização, reconhecimento, credenciamento, credenciamento e suas respectivas renovações.

No que tange ao Ensino Superior, os órgãos responsáveis pela regulação, avaliação e supervisão das IES e dos cursos ofertados pelas instituições são o MEC, CNE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (“INEP”) e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (“CONAES”).

O MEC é a autoridade máxima de Ensino Superior no sistema federal de ensino a quem compete, entre outras atividades: (i) homologar deliberações do CNE em pedidos de credenciamento e credenciamento de IES; (ii) homologar os instrumentos de avaliação; (iii) homologar os pareceres e propostas de atos normativos; (iv) expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos; e (v) exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior por intermédio de suas Secretarias.

O CNE é um órgão colegiado, vinculado ao MEC, e constituído pela Câmara de Educação Básica e Câmara de Educação Superior e Conselho Pleno. Compete ao CNE, entre outras atividades: (i) exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao MEC; (ii) deliberar sobre pedidos de credenciamento, credenciamento e credenciamento de IES e autorização de oferta de cursos vinculadas a credenciamentos; (iii) propor diretrizes e deliberar sobre a elaboração dos instrumentos de avaliação para credenciamento e credenciamento de instituições a serem elaborados pelo INEP; (iv) recomendar providências às Secretarias, como por exemplo a celebração de protocolo de compromisso quando não satisfeito o padrão de qualidade específico para credenciamento e credenciamento de IES; e (iv) analisar e propor ao Ministério da Educação questões relativas à aplicação da legislação da educação superior.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Já o INEP é uma autarquia federal, vinculado ao MEC, a quem compete principalmente: (i) conceber, planejar, coordenar e operacionalizar as ações destinadas à avaliação de IES, de cursos de graduação e de escolas de governo e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE; (ii) conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar os indicadores referentes à educação superior decorrentes de exames e insumos provenientes de bases de dados oficiais; (iii) conceber, planejar, avaliar e atualizar os indicadores dos instrumentos de avaliação externa *in loco*; E (iv) presidir a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA.

A CONAES é o órgão que coordena e supervisiona o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (“SINAES”), vinculado ao MEC, a qual compete, entre outros, (i) estabelecer diretrizes para organização das comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes; (ii) formular propostas para o desenvolvimento das IES, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação; e (iii) submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos cujos estudantes realizarão o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (“Enade”).

Organização das Instituições de Ensino Superior (“IES”)

As IES privadas devem ser mantidas por pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, que deverá controlar, administrar e manter os recursos necessários para atender às necessidades da instituição mantida. Neste sentido, as IES privadas podem ser qualificadas como:

- **privadas com fins lucrativos** criadas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas privadas;
- **comunitárias**, nos termos da Lei nº 12.881/2013, constituídas na forma de associação ou fundação, que atendam, dentre outros requisitos, a participação de representantes dos docentes, estudantes e técnicos administrativos em seu órgãos colegiados acadêmicos deliberativos; - **confessionais**, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica;
- **instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos**, podendo ser beneficentes e não beneficentes.

Nossas IES são Instituições de Ensino Superior Privadas Com Fins Lucrativos.

Em relação à organização acadêmica, de acordo com a Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, as IES se classificam em:

- **Faculdade** - organização acadêmica inicial das instituições de educação superior. Faculdades são instituições não universitárias de educação superior, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob a mesma direção e regimento comum, com a finalidade de formarem profissionais, podendo ministrar os cursos deste nível e nas diversas modalidades, desde que credenciadas pelo poder competente;
- **Centro universitário** - dotado de autonomia para a criação de cursos e vagas na sede, pode solicitar credenciamento de campus fora de sede no âmbito do Estado, está obrigado a manter um terço de mestres ou doutores e um quinto do corpo docente em tempo integral. Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar;
- **Universidade** - dotada de autonomia, pode solicitar o credenciamento de campus fora de sede no âmbito do Estado e está obrigada a manter um terço de mestres ou doutores e um terço do corpo docente em tempo integral. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. São instituições que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia** - instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Para efeitos regulatórios, equiparam-se a universidade federal;
- **Centro Federal de Educação Tecnológica** - constitui modalidade de instituições especializadas de educação profissional, nos termos da legislação própria. Para efeitos regulatórios, equiparam-se a centro universitário.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Credenciamento de IES, Autorização e Reconhecimento de Cursos

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) reforça a questão da avaliação e busca integrar em um único sistema a avaliação de cursos, para efeito de reconhecimento e renovação de reconhecimento, a avaliação da IES para efeito de credenciamento e a avaliação dos estudantes, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O SINAES tem como principais objetivos: a formação de um conceito global com base na articulação das avaliações propostas e a articulação da avaliação com a regulação.

Essa avaliação é de natureza formativa, voltada para a atribuição de juízos de valor e mérito, buscando aumentar a qualidade e, conseqüentemente, a capacidade e emancipação da IES.

A regulação tem funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas como autorizações, credenciamento, credenciamento, reconhecimento, renovação de reconhecimento e outras próprias do Estado.

A Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação ("LDB"), em seu art. 46, determinou que os reconhecimentos de Cursos e Credenciamento de Instituições de Ensino teriam prazos limitados. Todos os cursos estão sujeitos à renovação do reconhecimento e todas as IES estão sujeitas ao credenciamento, através de um processo permanente de avaliação.

Inicialmente, as IES são credenciadas como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as conseqüentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico da instituição já credenciada como faculdade, em funcionamento regular, com padrão satisfatório de qualidade e cumprimento de requisitos específicos, tais como titulação mínima e regime de trabalho do corpo docente.

De acordo com a LDB, podem ser ofertados os seguintes cursos superiores:

- **Cursos Sequenciais** - abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas próprias instituições de ensino;
- **Cursos de Graduação** - abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- **Cursos de Pós-graduação** - incluem programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das próprias instituições de ensino;
- **Cursos de Extensão** - abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pelas instituições de ensino.

As Faculdades dependem da autorização do MEC para solicitar a abertura de cursos, mesmo após o seu credenciamento. Para tal solicitação, o MEC analisa documentos relativos ao projeto pedagógico do curso, número de vagas, corpo docente e outras informações acadêmicas relevantes.

Os Instrumentos de Avaliação, elaborados pelo INEP, subsidiam os autos autorizativos de cursos. Para a autorização dos cursos de graduação, a avaliação é baseada em três dimensões: (i) organização didático pedagógica; (ii) corpo docente e tutorial; e (iii) infraestrutura.

Já as Universidades e os Centros Universitários, dentro de sua autonomia, não dependem de autorização do MEC para criar cursos na cidade onde localiza sua sede. Deve-se nestes casos, apenas informar ao MEC a respeito dos cursos que oferecem para fins de registro, avaliação e reconhecimento posterior. Contudo, a criação de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, sejam por faculdades, universidades ou centros universitários, deve ser solicitada ao MEC e está sujeita ao parecer das corporações de classe das profissões referidas.

Todos os cursos, sejam oferecidos por faculdade, centro universitário ou universidade, devem ser reconhecidos para que os diplomas dos estudantes tenham validação nacional. O pedido de reconhecimento deve ser solicitado quando decorridos entre 50% e 75% da carga horária total do curso e deve incluir informações sobre o projeto pedagógico, o número de estudantes, dados do corpo docente, períodos de oferta e outras informações acadêmicas e institucionais relevantes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

As IES já credenciadas para oferta de cursos de graduação perante o MEC não necessitam de autorização específica para ofertar cursos de pós-graduação lato sensu - denominados cursos de especialização, de acordo com a Resolução n.º 1, de 6 de abril de 2018 e artigo 29 do Decreto nº 9.235/2017. De todo modo, devem informar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC os cursos criados por atos próprios, no prazo de sessenta dias, contado da data do ato de criação do curso.

Atualmente a Ânima Educação oferta, aproximadamente, 1133 cursos de Pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e EAD, distribuídos entre os vários municípios onde o Grupo atua.

Já com relação aos cursos de pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado, a avaliação é feita a cada quatro anos, pela CAPES e sujeita à aprovação do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (“CTC-ES”) e do CNE. Os cursos são recomendados/reconhecidos segundo características, perspectivas e quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada área de avaliação da CAPES.

A Ânima Educação oferece, atualmente: pela USJT/SP - 4 (quatro) cursos de Mestrado: Arquitetura e Urbanismo, Ciências do Envelhecimento, Educação Física e Engenharia Civil e 2 (dois) cursos de Doutorado em Educação Física e Arquitetura e Urbanismo; pela UNISUL/SC - 5 (cinco) cursos de Mestrado: Administração, Ciências Ambientais, Ciências da Linguagem, Ciências da Saúde e Educação e 4 (quatro) cursos de doutorados: Administração, Ciências da Linguagem, Ciências da Saúde e Educação; pela UniCuritiba/PR - 1 (um) curso de mestrado em Direito e 1 (um) Doutorado em Direito; pela UniRitter, 1 (um curso) de mestrado em Direito; pela UAM, cinco curso de Mestrado : Comunicação, Design, Engenharia Biomédica e Hospitalidade, Gestão de Alimentos e Bebidas e quatro cursos de Doutorado: Comunicação, Design, Engenharia Biomédica e Hospitalidade ; pela UniFG, um curso de Mestrado em Direitos Humanos; pela Milton Campos, um curso de Mestrado em Direito; pela Unifacs, quatro cursos de Mestrado: Direito, Governança e Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional e Urbano, Administração, Sistemas e Computação e dois cursos de Doutorado: Desenvolvimento Regional e Urbano e Engenharia Química ; e pela UnP, quatro cursos de Mestrado: Administração (Acadêmico), Administração (Profissional), Biotecnologia e Psicologia Organizacional e do Trabalho e dois cursos de Doutorado: Biotecnologia e Administração.

Educação a Distância – EaD

Com relação à educação a distância (“EaD”), a modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou momentos distintos, as diversas possibilidades proporcionadas pela EaD à sociedade sugerem às instituições educacionais um movimento de adequação a essa tendência como condição de permanência e consolidação no cenário educacional.

A EaD, na perspectiva da legislação da Educação Superior no Brasil, é regulamentada pelo art. 80 da LDB, pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Portaria Normativa MEC nº 11, de 20 de junho de 2017, pela Portaria Normativa do MEC nº 23, de 17 de dezembro 2017, Decreto nº 12.456, de 19 de maio 2025, Portaria MEC nº 378, de 19 de maio de 2025, Portaria MEC nº 381, de 20 de maio de 2025, e demais normas vigentes aplicáveis.

A EaD é aplicável às instituições de ensino, públicas ou privadas, e pode ser oferecido nos seguintes níveis e como parte dos seguintes métodos educacionais: (i) ensino fundamental e médio, desde que seja usado apenas para complementar os processos de aprendizado ou em situações de emergência; (ii) educação para jovens e adultos, de acordo com critérios legais específicos; (iii) educação especial, de acordo com critérios legais específicos; (iv) educação profissional e técnica de nível médio; e (v) ensino superior, abrangendo graduação, programas de mestrado, especializações e estudos de doutorado.

Somente instituições de ensino credenciadas podem oferecer cursos e programas na modalidade a distância, sendo que compete ao MEC promover os atos de credenciamento das instituições de Ensino Superior.

Os cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico) e pós-graduação podem ser oferecidos usando métodos de ensino a distância sempre que uma IES for regularmente credenciada no MEC para esse fim. O pedido seguirá, inicialmente, procedimento específico para credenciamento, autorização e reconhecimento de educação a distância, transitando perante os órgãos próprios do MEC.

O credenciamento poderá ser renovado mediante novo processo. A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até 24 meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora. Caso a implementação dos cursos autorizados não ocorra nesse prazo, os atos de credenciamento e autorização de cursos poderão ser tornados sem efeito.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

No caso do Ensino Superior, as Universidades e os Centros Universitários credenciados para oferta de educação superior à distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, mediante comunicação ao MEC, sendo que os cursos ou programas criados somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição. Já as Faculdades, deverão solicitar ao MEC autorização para abertura de cursos e programas de educação superior à distância.

Os cursos de pós-graduação ofertados na modalidade à distância estão, atualmente, disciplinados pela Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017 (*stricto sensu*), pela Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, pela Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 e pela Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 (*lato sensu*).

As instituições que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização) deverão ser obrigatoriamente credenciadas pela União (MEC) e obedecer às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos em questão.

Embora o ensino a distância seja definido pela ausência de contato direto entre alunos e professores, há atividades que devem ser realizadas no local, como por exemplo as atividades de extensão. Dessa forma, as instituições de ensino a distância devem fornecer a infraestrutura necessária para que os alunos realizem essas atividades, utilizando a sede da instituição de ensino ou unidades de apoio menores em todo o país. As unidades de apoio ao ensino a distância não estão mais sujeitas a avaliação no local e não precisam obter autorização prévia do MEC para serem instaladas ou operadas. Nos termos da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, essas unidades podem ser criadas por decisão unilateral da própria instituição.

Os programas de *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a distância estarão sujeitos às exigências de recomendação e de renovação previstas em legislação específica. Atualmente, a Portaria CAPES nº 90/2019 dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de educação a distância, e indica que os títulos de mestres e de doutores obtidos nos programas a distância avaliados positivamente pela CAPES, reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CNE/CES, e homologados pelo Ministro da Educação, terão validade nacional. Para que as IES estejam aptas a oferecer programas de pós-graduação *stricto sensu* a distância, deverão atender certos requisitos – dentre eles (i) ter índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro) e (ii) ser credenciadas junto ao MEC para a oferta de cursos à distância.

Atualmente, Decreto n. 12.456 publicado de maio de 2025 proíbe a oferta de EaD para determinadas áreas que demandam contato humano intenso e prática supervisionada, incluindo: Cursos de Direito, Medicina, Enfermagem, Odontologia e Psicologia (somente presenciais) e todas as licenciaturas, além de outros cursos que venham a ser definidos por ato do Ministério da Educação.

Na perspectiva da regulação, cabe destacar que a avaliação dos cursos de EaD é realizada da mesma forma que a avaliação dos cursos presenciais. Sendo identificada qualquer irregularidade ou descumprimento de condições originalmente estabelecidas, o órgão competente pode instaurar processo administrativo e, conforme o caso, penalidades, tais como a suspensão temporária da oferta de cursos, a redução das vagas autorizadas e até o descredenciamento da IES.

Também é importante ressaltar que, recentemente, nos termos do art. 10 do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, alterou o limite máximo de horas de ensino a distância em cursos presenciais, de 40% para 30% da carga horária total do curso. O curso que adotar essa alternativa metodológica ainda será considerado presencial, mas será possível oferecer horas de EaD que devem ser amplamente informadas aos alunos matriculados no curso. Este limite não se aplica aos cursos de Medicina.

Semipresencial

O Decreto n. 12.456 publicado em maio de 2025 institui novos formatos de oferta dos cursos de graduação sendo adicionada o formato semipresencial, normatizando um modelo que antes sendo um modelo de curso EAD com um % maior de presencialidade.

I - curso presencial; II - curso semipresencial; e III - curso a distância.

Os cursos de graduação semipresenciais deverão ofertar, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e ato do Ministro de Estado da Educação, no mínimo:

I - 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso por meio de atividades presenciais; e

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

II - 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso em atividades presenciais ou síncronas mediadas

Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o SINAES, que tem por objetivo avaliar as instituições de ensino superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico dos alunos. Os esforços de monitoramento e coordenação do SINAES são realizados pela CONAES. O principal objetivo desse sistema de avaliação é oferecer ao estudante um referencial que permita aferir a qualidade dos cursos disponíveis, bem como oportunizar que as IES adotem mecanismos para melhorar a qualidade do ensino superior que ministram e, conseqüentemente, o do Brasil. De acordo com as normas vigentes, os resultados dessas avaliações são representados em uma escala de 5 (cinco) níveis que são levados em consideração para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como de credenciamento e credenciamento de instituições:

- os valores 4 (quatro) e 5 (cinco) expressam condições acima das satisfatórias – muito bom e excelente, respectivamente;
- o valor 3 (três) expressa condições satisfatórias; e
- os valores 1 (um) e 2 (dois) expressam condições insatisfatórias.

Em caso de resultado insatisfatório, será celebrado um termo de compromisso entre a instituição e o MEC, contendo, entre outras disposições: (i) o diagnóstico das condições insatisfatórias; (ii) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (iii) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, as quais podem variar de uma simples advertência até a cassação do credenciamento ou credenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos.

Os resultados da avaliação de IES e seus cursos são colocados à disposição do público pelo MEC.

Avaliação externa de Instituições de Ensino Superior

As avaliações externas de instituições de ensino superior são realizadas pelo INEP nas seguintes situações: quando a instituição solicita seu primeiro credenciamento, quando o ato de credenciamento está vencendo e solicita-se o credenciamento; ou quando a IES recebe conceito inferior a 3 no Índice Geral de Cursos - IGC, que corresponde a um somatório dos conceitos avaliativos preliminares obtidos em todos os cursos superiores (de graduação e pós-graduação) da instituição em questão.

De acordo com a Lei do SINAES nº10.861, de 14 de abril de 2004 e com a Portaria Normativa MEC nº 1.382 de 31 de outubro de 2017, as IES são avaliadas com base nos seguintes eixos: EIXO 1: Planejamento e avaliação institucional; EIXO 2: Desenvolvimento institucional; EIXO 3: Políticas acadêmicas; EIXO 4: Políticas de Gestão; e EIXO 5: Infraestrutura.

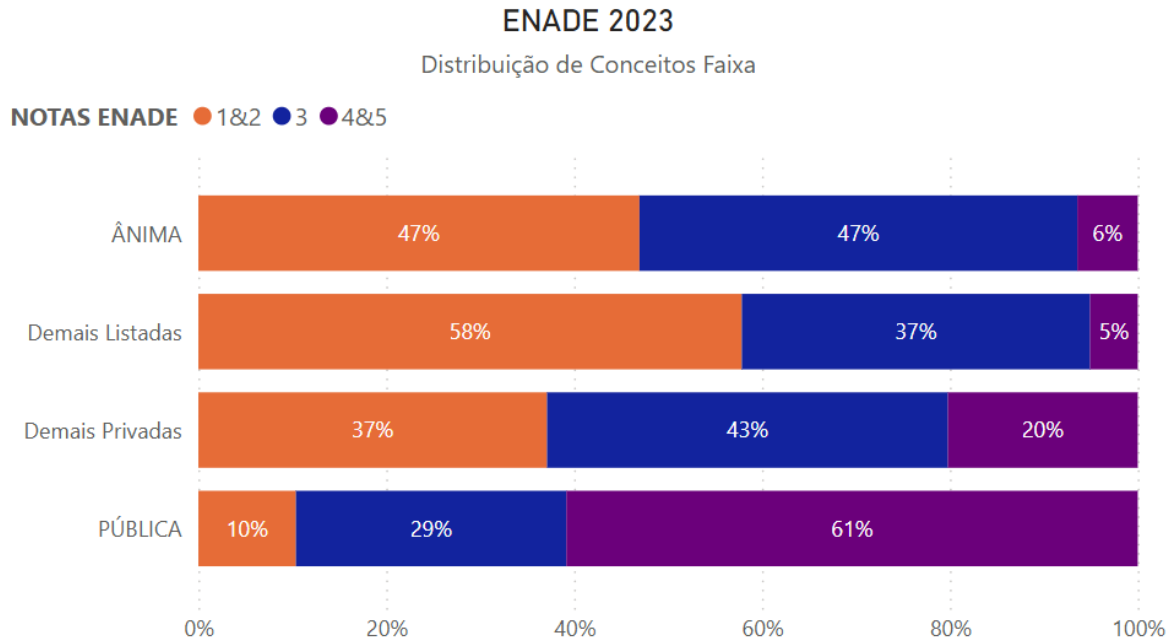
A avaliação externa *in loco* institucional realizada pelo INEP considerará, no mínimo, as dez dimensões avaliativas inseridas nos eixos indicados, e resultará no Conceito Institucional ("CI"). A avaliação externa *in loco* do curso, por sua vez, considerará as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as dimensões relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, e resultará no Conceito de Curso ("CC").

ENADE – Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante

A avaliação externa do desempenho acadêmico do aluno é conduzida pelo Inep. O aluno submete-se ao ENADE, o qual tem como objetivo verificar os conhecimentos, as habilidades e as competências adquiridas durante o curso, e se referem às questões/situações gerais e às específicas da formação profissional. Os estudantes concluintes dos cursos de Bacharelado que tenham integralizado mais de 80% (oitenta por cento) da carga horária mínima do curso e estudantes concluintes dos Cursos Superiores de Tecnologia que tiverem integralizado mais de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária mínima do currículo submetem-se ao ENADE a cada três anos de acordo com o ciclo avaliativo de cada área. O primeiro ENADE ocorreu em 2004, quando foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e substituiu o Exame Nacional de Cursos - Provão, aplicado a estudantes matriculados apenas na última série de cada curso no período de 1996 a 2003.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A nota geral de cada turma de estudantes é calculada com base na média ponderada de todos os estudantes de um determinado curso que se submeteram ao exame. O Inep avalia o desvio padrão da evolução do aluno em cada curso a fim de compará-lo com os padrões nacionais.



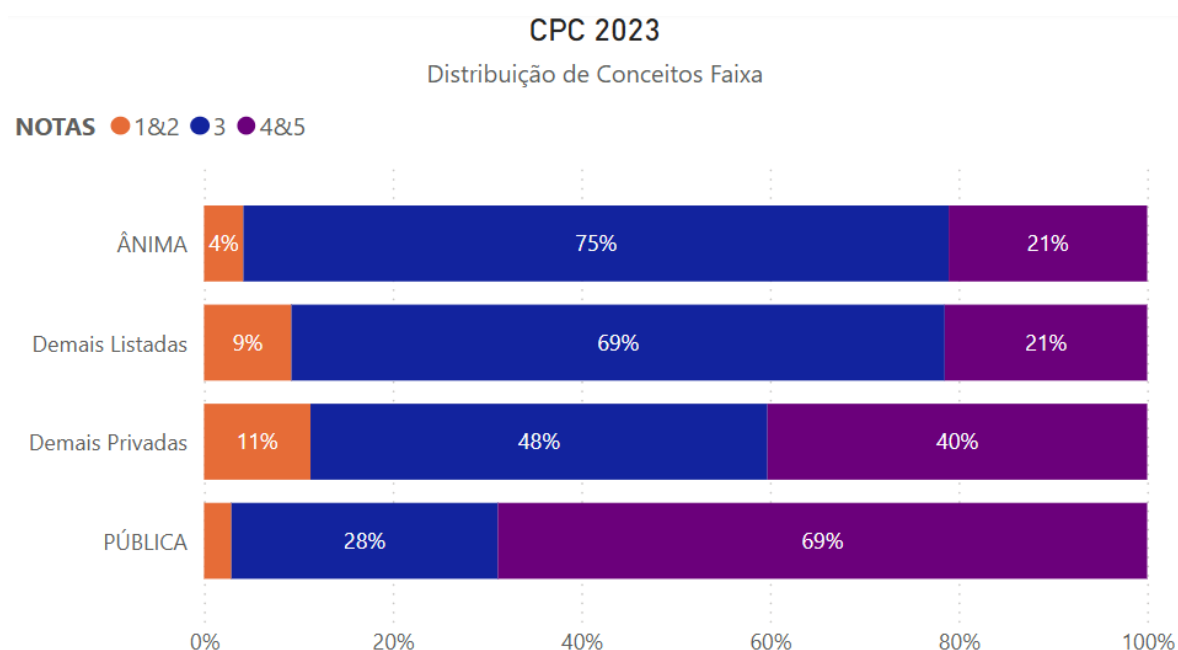
CPC – Conceito Preliminar de Curso

O Conceito Preliminar de Curso (“CPC”) é um indicador avaliativo criado pelo MEC para permitir uma avaliação provisória dos cursos de graduação enquanto a avaliação definitiva não é concluída.

O Conceito Preliminar de Curso combina diversas medidas supostamente relativas à qualidade do curso: infraestrutura e instalações físicas, recursos didático-pedagógicos, titulação do corpo docente, regime de trabalho do corpo docente, o desempenho obtido pelos estudantes no ENADE e o IDD (Índice de Diferença de Desempenho), que mensura a diferença de desempenho do aluno ingressante, no ENEM, e o aluno concluinte, no ENADE, com o propósito de tentar quantificar a contribuição da IES ao aprendizado do aluno .

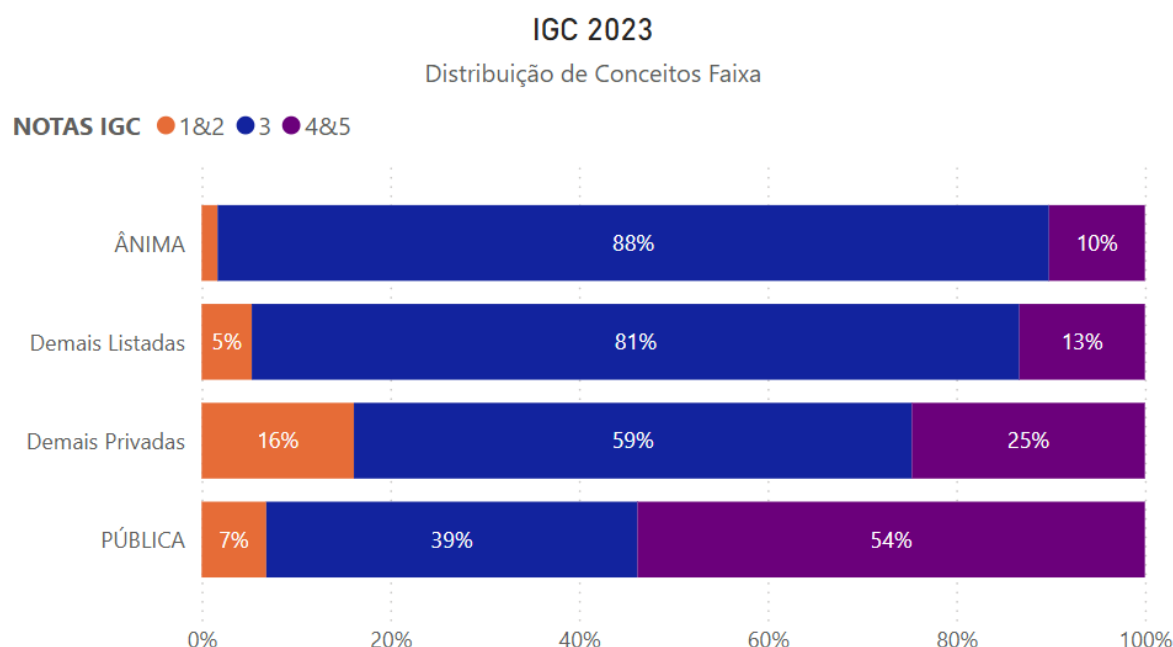
O CPC também é organizado em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco). As IES com cursos que obtiverem CPC insatisfatório (1 e 2) necessariamente terão sua visita *in loco* antecipada, enquanto aquelas que obtiverem conceitos satisfatório, muito bom ou excelente (3, 4 ou 5) poderão escolher se receberão a visita ou não. O Conceito Preliminar de Curso é divulgado anualmente, junto com os resultados do ENADE.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal



IGC – Índice Geral de Curso

O Índice Geral de Cursos (“IGC”) é um indicador de avaliação da qualidade da instituição e considera os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*. Resulta da média ponderada das notas dos cursos e é recalculado anualmente. O IGC também varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco), e pode ser utilizado como subsídio nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições e também, levando em consideração no processo de autorização de novos cursos: instituições com IGCs menores que 3, por exemplo, podem ter seus pedidos de novos cursos rejeitados pelo MEC. No ano de 2020, devido a pandemia da Covid-19, não houve “medição” do indicador.



IDD – Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado

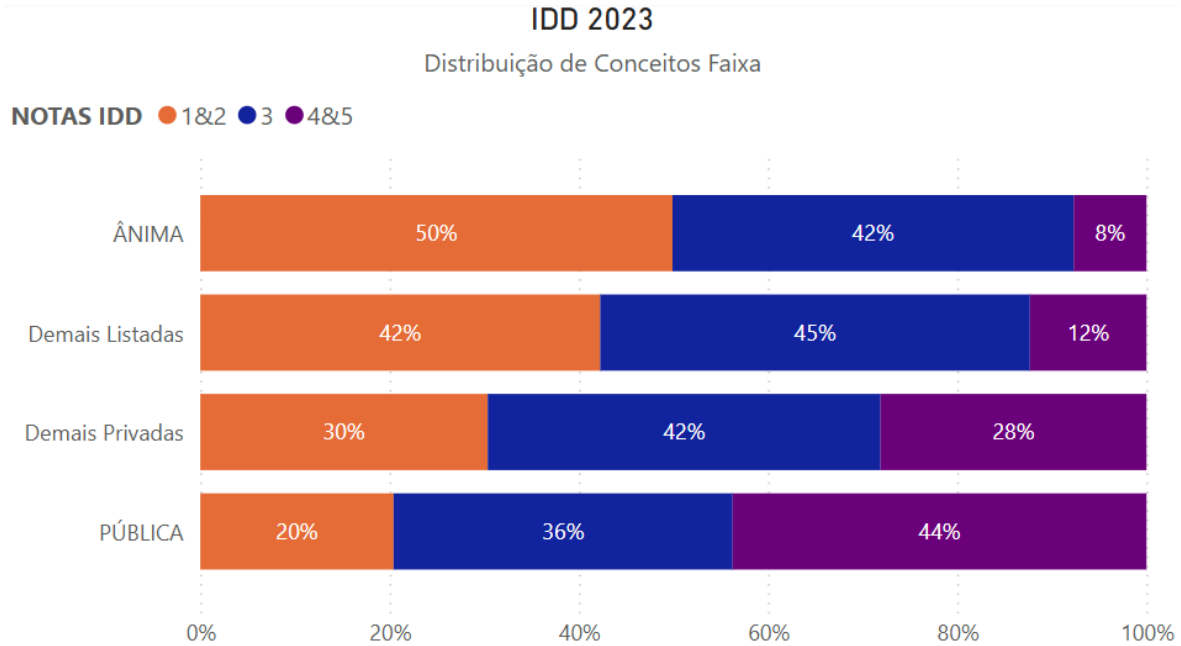
O IDD é um indicador de avaliação que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no ENADE e no Enem, como medida proxy (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele atenda às seguintes condições:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- (i) Possuir no mínimo 2 (dois) estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os 3 (três) anos anteriores;
- (ii) Atingir 20% (vinte por cento) do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem.

Desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, recuperando-se os resultados do mesmo estudante nos dois exames a partir do número do CPF. Assim como o CPC e o IGC, o IDD varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco).



ENAMED

O Enamed (Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica) é uma avaliação anual obrigatória, iniciada em 2025 pelo MEC/Inep, que substitui o Enade para cursos de Medicina. Ele avalia competências de concluintes (6º ano) e alunos do 4º ano, com resultados impactando a regulação dos cursos e pontuação no ENARE (Exame Nacional de Residência). O exame visa identificar cursos com formação insatisfatória, buscando garantir a qualidade dos médicos formados no Brasil.

Transferência de Manutenção

As instituições de ensino superior privadas devem ser mantidas por pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, que deverá controlar, administrar e manter os recursos necessários para atender às necessidades da Instituição mantida. Nos termos do artigo 35 do Decreto nº 9.235/2017 e Portaria Normativa MEC nº 23/2017, a alteração da manutenção ocorre sempre que houver uma alteração de mantenedora da IES, com mudança de CNPJ, bem como a alteração de controle societário ou do negócio jurídico que altera o poder decisório sobre a mantenedora. Embora não dependa mais da aprovação do MEC, a alteração na manutenção deverá ser informada ao órgão, no prazo de 60 (sessenta) dias após a conclusão da transação. A nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento de uma IES e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal, que será avaliada por ocasião do credenciamento institucional.

PROGRAMAS DE INCENTIVO

Programa Universidade para Todos (“**PROUNI**”)

O PROUNI é um programa de benefícios fiscais criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente transformada na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a isenção de determinados

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

impostos federais às instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação.

As IES privadas podem aderir ao PROUNI por meio da assinatura de um termo de adesão válido por 10 (dez) anos e renovável pelo mesmo período, desde que observados requisitos legais. Esse termo de adesão deve prever o número de bolsas de estudo a serem oferecidas em cada curso, unidade e turma, e um percentual de bolsas de estudo para cursos de ensino superior a serem concedidas a indígenas e afro-brasileiros.

O PROUNI exige que as instituições beneficiadas ofereçam: (i) pelo menos uma bolsa integral para cada 10,7 alunos que pagam uma mensalidade regular e estejam regularmente matriculados no fim do ano letivo anterior; ou (ii) uma bolsa integral para cada 22 alunos que pagam a mensalidade regular em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, desde que também ofereçam bolsas de 50% ou 25% em um valor total equivalente a 8,5% de sua receita anual. Na data deste Formulário de Referência, esclarecemos que na condição de beneficiária do PROUNI, nós oferecemos bolsa nos termos indicados no item (i) acima.

A relação entre o número de bolsas de estudo e os alunos regularmente pagantes deve ser observada anualmente. Se essa relação não for observada durante um determinado ano letivo devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de estudo de maneira proporcional para o ano letivo seguinte.

Podem participar do Prouni os estudantes brasileiros que não possuam diploma de curso superior e que atendam a pelo menos uma das condições abaixo:

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola;
- ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada;
- ser pessoa com deficiência;
- ser professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda.

Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário-mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais de 50% ou 25%, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários-mínimos por pessoa.

Somos credenciados ao ProUni e, portanto, nos valemos de tais benefícios.

Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (“**FIES**”)

O FIES é destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

A adesão ao FIES pode ser realizada pelas instituições com cursos e que obtiveram conceito maior ou igual a três na avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Os cursos que não atingirem a média de indicador satisfatório ficarão desvinculados do FIES, sem prejuízo para o estudante já financiado. É vedada a concessão de financiamento a cursos superiores ministrados na modalidade de EaD. As mantenedoras de instituições de ensino que aderirem ao FIES participarão do risco do financiamento, como devedoras solidárias.

Nos termos da Lei nº 10.260/2001, alterada pela Lei nº 13.530/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 209, de 07 de março de 2018 e da Resolução nº 58/2024 do FNDE, o financiamento estudantil poderá ser concedido em duas modalidades:

- I. **Modalidade FIES**, conforme prevista no artigo 5-C e seguintes da Lei nº 10.260/2001: concretizada por meio do FIES e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de até 3 (três) salários-mínimos. Para essa modalidade, os financiamentos concedidos a partir do primeiro semestre de 2018 deverão observar, dentre outras condições, (i) o prazo definido em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies; (ii) taxa de juros real igual a zero, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional; (iii) o oferecimento de garantias pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino e (iv) a participação

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

das instituições de ensino no risco do financiamento, na condição de devedoras solidárias do FG-Fies, na proporção de suas contribuições ao Fundo.

- II. **Modalidade P-FIES**, conforme prevista nos artigos 15-D a 15-M da Lei nº 10.260/2001: concretizada por meio de fontes de financiamento distintas do FIES, tais como o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de 3 (três) salários-mínimos até 5 (cinco) salários-mínimos. Nesta hipótese, as condições de concessão do financiamento ao estudante serão definidas entre o agente financeiro operador do crédito, a instituição de ensino superior e o estudante, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, a taxa efetiva de juros do FIES variará de acordo com as condições negociadas com o agente financeiro.

As vagas ofertadas no processo seletivo do FIES foram selecionadas de acordo com critérios técnicos, observando-se o disposto na legislação vigente, a saber: (i) disponibilidade orçamentária e financeira do FIES; (ii) conceito do curso obtido no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), priorizando-se os cursos com conceito 5 e 4; (iii) cursos das áreas de Saúde, Engenharia e Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior, com 60% do número de vagas de cada microrregião; (iv) relevância social por:

- microrregiões identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a partir das informações geradas pela demanda por educação superior, calculada a partir de dados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;
- demanda por financiamento estudantil, calculada a partir de dados do FIES no ano de 2015;
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM da microrregião, calculado a partir da média dos IDH–Ms dos municípios que a compõem, conforme estudos desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil - Pnud – Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro, conforme detalhado no anexo I da Portaria Normativa 13/2015.

Nesse contexto, os cursos considerados para cada área prioritária foram:

- Área da Saúde: Biologia – Bacharelado, Biomedicina, Educação Física – Bacharelado, Enfermagem – Bacharelado, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina, Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional, em consonância com o estabelecido na Resolução CNS nº 287/1988;
- Área da Engenharia: todos os cursos do Cadastro e–MEC que possuam "Engenharia" na nomenclatura;
- Área da Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior: Pedagogia, Normal Superior, Português, Biologia, Matemática, Educação Física, História, Geografia, Língua Estrangeira, Química, Física, Filosofia, Artes, Sociologia e demais licenciaturas.

FIES SOCIAL

Através da Resolução nº 58/2024, o Ministério da Educação implementou o Fies Social, reintegrando o aspecto social ao financiamento estudantil, direcionando-se especialmente às necessidades dos estudantes de baixa renda. Esta nova versão visa primordialmente melhorar as condições de acesso ao Fies, reservando 50% das vagas em cada edição dos processos seletivos do programa e concedendo até 100% de financiamento dos custos educacionais para os estudantes cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) que possuam renda familiar per capita de até meio salário-mínimo.

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MEC, bem como com os órgãos integrantes dele ou ligados a ele, como é o caso do CNE, da SERES, do INEP e da CONAES. Tal fato é atestado pelos conceitos conferidos nos processos para obtenção das autorizações e reconhecimentos dos cursos, credenciamento e credenciamento necessários para a condução das nossas atividades e, principalmente, para o nosso crescimento.

Regulamentação relativa a privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído significativamente nos últimos anos, estabelecendo regras mais objetivas sobre como os dados pessoais – informações relacionadas a indivíduos – podem ser utilizados pelas organizações.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Essa evolução reflete a crescente digitalização da economia e a necessidade de equilibrar o desenvolvimento tecnológico com a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos. Até a promulgação de uma legislação específica e abrangente, o ordenamento jurídico brasileiro contava apenas com normas esparsas e setoriais, o que gerava insegurança jurídica e tratamento casuístico pelos tribunais.

O movimento global de proteção de dados, impulsionado por regulamentações como a *General Data Protection Regulation* (GDPR) europeia, influenciou diretamente a adoção de um marco normativo no Brasil. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), aprovada em 2018 e vigente a partir de 2020, representa um divisor de águas, consolidando um sistema de regras completo, de aplicação transversal e alinhado aos padrões internacionais. Este documento analisa o percurso histórico e normativo que culminou na LGPD, detalhando as bases constitucionais, as normas setoriais precursoras e a estrutura da autoridade reguladora.

Aprovada em agosto de 2018, a **Lei Geral de Proteção de Dados** (Lei nº 13.709/18) trouxe um sistema de regras novo e mais completo, com aplicação transversal, afetando todos os setores da economia, inclusive as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. A LGPD entrou em vigor em setembro de 2020, após período de vacância para adaptação dos agentes de tratamento. A lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações.

A LGPD possui ampla gama de aplicações, estendendo-se a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados. Aplica-se quando: (i) o processamento de dados ocorre no Brasil; (ii) a atividade de processamento destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento da coleta. A lei independe da indústria ou negócio e não está restrita a atividades em meio digital ou na internet, abrangendo também o tratamento físico de dados.

Entre as principais inovações da LGPD estão os princípios do tratamento (finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, entre outros), os direitos dos titulares (acesso, correção, exclusão, portabilidade, informação sobre compartilhamento), e as bases legais para o tratamento (consentimento, execução de contrato, obrigação legal, legítimo interesse, entre outras). A lei também prevê obrigações como a nomeação de um encarregado (DPO), a manutenção de registros das operações, a realização de relatórios de impacto à proteção de dados e a adoção de medidas de segurança técnicas e administrativas.

A Lei nº 13.853/2019 criou a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão federal vinculado à Presidência da República com independência técnica para regular e fiscalizar a LGPD.

A ANPD exerce três funções principais:

- **Investigação:** emitir normas e procedimentos, interpretar a LGPD, solicitar informações de controladores e operadores, e elaborar guias sobre segurança da informação, transferência internacional de dados e relatórios de impacto.
- **Execução:** aplicar sanções em casos de descumprimento, incluindo advertência, multa de até 2% do faturamento (limitada a R\$ 50 milhões), bloqueio ou eliminação de dados e proibição parcial do tratamento.
- **Educação:** disseminar conhecimento sobre a LGPD, promover padrões de proteção de dados, elaborar estudos sobre práticas nacionais e internacionais, e firmar convênios com órgãos públicos nacionais e internacionais para fortalecer a cultura de proteção de dados.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

O cumprimento da legislação ambiental e aplicáveis às nossas atividades, via de regra, não geram impactos significativos às condições financeiras da nossa Companhia.

Adicionalmente, algumas autorizações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes. Mas, algumas de nossas atividades podem ser fiscalizadas pelos órgãos competentes do Poder Público para fins de emissão do Alvará de Funcionamento e/ ou do Alvará Sanitário das nossas unidades.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em regra, nem todas as atividades estão sujeitas ao Licenciamento Ambiental. Devido a exigências específicas presentes na Legislação Municipal e/ ou Estadual de algumas localidades em que atuamos, no entanto, empenhamos nossos melhores esforços para cumprir e nos adequar de acordo com as exigências legais e as condicionantes presentes ou não nas licenças ambientais emitidas para nossas atividades. Além disso, as licenças ambientais que possuímos devem ser renovadas, em observância aos prazos previstos na legislação vigente. De acordo com a Legislação Ambiental, a responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de uma companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

O poluidor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço em nossas unidades, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos, não nos isentam de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/ 1998 (Lei de Crimes Ambientais) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

Antes da aquisição e/ou locação de qualquer imóvel, avaliamos os principais aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, vegetação, áreas de preservação permanente e ocorrência de áreas contaminadas, para fins de identificação prévia sobre a necessidade de remediação de danos ambientais e/ou a solicitação aos órgãos ambientais das licenças e autorizações que se façam necessárias.

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e/ou água subterrânea, a Companhia poderá ser responsabilizada pela remediação de tal contaminação, inclusive pelos custos envolvidos visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Nesses casos, de acordo com diversas leis federais e locais, bem como resoluções e regulamentações, é responsabilidade da nossa Companhia implementar a devida gestão, enquanto proprietária ou operadora de atividades em propriedades potencialmente ou efetivamente contaminadas, por meio da elaboração de laudos técnicos, avaliações e investigações cabíveis, e implementação adequada dos respectivos planos de intervenção. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com suas responsabilidades, podemos nos tornar alvo de processos perante os órgãos competentes exigindo a adoção de medidas de remediação, e ainda, podemos ser considerados objetivamente responsáveis pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Desde 2009, nós desenvolvemos projetos e iniciativas que promovem os três pilares do nosso desenvolvimento sustentável: (i) ser economicamente viável; (ii) socialmente justo, e (iii) ecologicamente correto.

Em 2025, demos continuidade à nossa Jornada ESG com o fortalecimento da governança, por meio da criação da Comissão ESG — um fórum multidisciplinar, de caráter consultivo e executivo, que reúne diferentes áreas do Ecossistema. No mesmo período, conduzimos a atualização do estudo de materialidade da Ânima, alinhado à metodologia de dupla materialidade da European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG). Como desdobramento dessas iniciativas estruturantes, desenvolvemos a Estratégia ESG da Companhia, com o objetivo de ampliar o impacto positivo e a geração de valor para nossos stakeholders.

Para promover a transparência sobre esse processo e nossas iniciativas ESG, está prevista a publicação, em 2026, do Relatório de Sustentabilidade da Ânima Educação em conformidade com os padrões internacionais Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Adicionalmente, somos signatários do Pacto Global da ONU que tem como finalidade disseminar as melhores práticas nas áreas de direitos humanos, padrões trabalhistas, meio ambiente e de combate à corrupção. A adesão à Rede Brasil do Pacto Global reforça os ideais da Ânima de integridade, respeito e responsabilidade, que estão expressos e disponíveis publicamente no Código de Conduta e Ética da Companhia, disponível publicamente no link <https://ri.animaeducacao.com.br/>. Além do Código de Conduta e Ética, a Ânima dispõe de normas e políticas que asseguram atuação ética e íntegra com todos os públicos, com confidencialidade e gestão adequada de dados, em conformidade com a LGPD, contando ainda com canais de atendimento aos estudantes, equipe de Compliance e canal confidencial para tratativa de situações necessárias.

Reforçando o propósito de “transformar o país pela educação”, nos comprometemos com atitudes que chegam às comunidades dos territórios onde estamos presentes, especialmente a partir de ações realizadas pelos programas de extensão universitária, pelas clínicas integradas de saúde humana, clínicas veterinárias, núcleos de apoio contábil e fiscal e orientações jurídicas à população. Em 2025 foram registradas 1.924 atividades, com o envolvimento direto de 63.241 estudantes-agentes e mais de 1,3 milhão de beneficiários.

Atualmente reportamos o Relatório Anual de Monitoramento do Desempenho Ambiental e Social do Grupo Ânima, o qual contempla indicadores importantes para a companhia, seguindo orientações e diretrizes da Corporação Financeira Internacional (IFC - International Finance Corporation), instituição membro do Grupo Banco Mundial, que anualmente efetua visitas às unidades.

c. Dependência de Patentes, Marcas, Licenças, Concessões, Franquias, Contratos de Royalties Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades.

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Os pedidos de registro de marca, depositados, mas ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, inclusive em caso de oposição de terceiros e uma vez deferidos, o titular pode não efetuar o pagamento da taxa final, cobrada no ato do deferimento da marca, o que também ocasionará o arquivamento do pedido de registro. Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos às marcas são: (i) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento da taxa de prorrogação a cada 10 anos; (ii) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial; (iii) transferência para terceiros em desacordo com o artigo 135 da LPI; (iv) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; ou modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro depois de êxito em processo administrativo. No âmbito judicial, embora sejamos titulares de alguns registros de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estejamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento decenal de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Nossa atividade depende de algumas de nossas marcas, quais sejam: UNA, Anhembi Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UNIBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UNICURITIBA, FPB, Unisul, FASEH, UNIFG-PE, IBMR, HSM, HSM University, Ebradi (Escola Brasileira de Direito), Inspirali, Gama Academy, Unisociesc, Unijoinville, Learning Village, Instituto Ânima, BSP e Cedepe, bem como dos nomes de domínio a elas atrelados. Em caso de perda de alguma dessas marcas ou de outras a estas relacionadas, nossa atividade poderá sofrer prejuízos significativos, conforme indicado no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

Não obstante, a Companhia realiza contratação de terceiros para desenvolvimento e manutenção de aplicativos, através dos quais foi desenvolvida uma plataforma para interface com o aluno que envolve disponibilização de conteúdo, criação de jornadas para o aluno e ensino a distância.

Ainda, a Companhia celebrou contratos de licença de marca com terceiros para utilização e exploração dessas marcas em suas atividades.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A Ânima não efetuou contribuições financeiras direta ou indiretamente por meio de terceiros em nenhuma das hipóteses:

- (i) em favor de ocupantes ou candidatos políticos;
- (ii) em favor de partidos políticos;
- (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Até a data deste Formulário de Referência não possuímos receitas provenientes de atividades no exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável, uma vez que não temos operações em países estrangeiros.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

Nos últimos anos, a companhia passou por um processo de integração de ativos, em decorrência da aquisição transformacional realizada em 2021. Nesse contexto, em 2025, consolidou sua agenda ESG, priorizando o fortalecimento de pilares estruturantes, entre eles a retomada da publicação do Relatório de Sustentabilidade, prevista para julho de 2026 e referente ao exercício anterior.

O documento apresentará a evolução desses pilares estruturantes da jornada ESG do Ecossistema Ânima, incluindo a estruturação da governança ESG, a condução do processo de dupla materialidade, o alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o desenvolvimento da Estratégia ESG, bem como seus compromissos e ambições de médio e longo prazo.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Em linha com as melhores práticas internacionais de reporte em sustentabilidade, o relato de sustentabilidade será apresentado em conformidade com as Normas da Global Reporting Initiative (GRI), versão 2021 e com as diretrizes setoriais para educação do Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O relatório será submetido à auditoria externa por entidade independente, assegurando maior transparência, credibilidade e aderência às melhores práticas de reporte.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório de Sustentabilidade poderá ser acessado no site <https://ri.animaeducacao.com.br/>.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relatório de Sustentabilidade apresentará o processo de materialidade da companhia, consolidado em 2025, que permitiu identificar e priorizar os principais temas ambientais, sociais e de governança mais relevantes para o negócio e para seus públicos de relacionamento. Esse processo foi conduzido com base no conceito de dupla materialidade, que considera, de forma integrada, duas perspectivas complementares: a materialidade de impacto, voltada aos efeitos da atuação da companhia sobre a sociedade e o meio ambiente, e a materialidade financeira, relacionada aos impactos dos temas ESG sobre o desempenho, a estratégia e o desenvolvimento do negócio.

Para identificar impactos reais e potenciais, foram utilizados diferentes métodos de escuta e análise, como mapeamento de stakeholders, grupos focais, entrevistas individuais e coletivas, consultas online às diversas partes interessadas, workshops, reuniões de trabalho e avaliação de documentos internos e externos. Todo o processo foi supervisionado e aprovado pelo Comitê Executivo (COMEX) e pelo Conselho de Administração.

A priorização dos temas considerou critérios técnicos de probabilidade e severidade, avaliando intensidade, extensão e reversibilidade dos impactos, além de magnitude financeira e relevância para as partes interessadas, em linha com a metodologia do European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG).

Como resultado, foram definidos como temas materiais: Impacto Econômico; Atração, Desenvolvimento e Retenção do Educador; Acesso à Educação; Diversidade, Equidade e Inclusão; Desempenho Econômico; Desenvolvimento Social; Privacidade e Segurança de Dados; Inovação e Tecnologia a Serviço do Aluno; Saúde, Bem-Estar e Segurança do Educador; Qualidade do Ensino; Relacionamento com Estudantes; e Ética, Integridade e Compliance.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O documento também abordará a construção da Estratégia ESG, desenvolvida de forma colaborativa pela Comissão ESG, composta por representantes de diferentes áreas acadêmicas, administrativas e operacionais. A estratégia está estruturada em seis compromissos que conectam diretamente o modelo de negócio aos temas materiais prioritários: Educação Transformadora e de Qualidade; Experiência e Valorização do Educador; Impacto Comunitário e Territorial; Governança Transparente e Responsável; Consciência Ambiental; e Diversidade, Equidade e Inclusão.

Esses compromissos traduzem as ambições da companhia para geração de valor sustentável e impacto positivo no longo prazo. Cada compromisso contará com metas e indicadores específicos, a serem submetidos à aprovação da alta liderança.

f. *se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor*

O relatório a ser publicado demonstra a correlação entre os compromissos ESG, os temas materiais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) mais estratégicos para a companhia, reforçando a integração entre sustentabilidade e estratégia de negócio.

A Estratégia ESG prioriza os seguintes objetivos: ODS 3 – Saúde e Bem-Estar; ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS 5 – Igualdade de Gênero; ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 10 – Redução das Desigualdades; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis; e ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Além disso, somos signatários do Pacto Global da ONU, iniciativa que incentiva empresas a adotarem práticas e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável.

g. *se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas*

No relatório a ser publicado, não foram adotadas as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), nem de outras iniciativas específicas voltadas à divulgação financeira de questões climáticas.

h. *se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas*

Em 2025, iniciamos o levantamento das emissões de gases de efeito estufa do Ecossistema Ânima, com a elaboração do primeiro inventário referente ao exercício de 2024, contemplando os escopos 1, 2 e 3, em conformidade com a metodologia do GHG Protocol. O levantamento englobou todas as marcas do Ecossistema Ânima e considerou, no escopo 1, as categorias de Combustão Móvel, Combustão Estacionária e Emissões Fugitivas; no escopo 2, o consumo de energia elétrica; e, no escopo 3, Resíduos Gerados nas Operações, Viagens a Negócios e Deslocamento Casa-Trabalho.

O segundo inventário, com publicação prevista para 2026 no Registro Público de Emissões, contará com verificação por terceira parte independente.

i. *explicação adicionais*

Em relação às recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e de outras estruturas específicas de divulgação financeira relacionada ao clima, tais referenciais ainda não foram integralmente adotados nas informações ASG divulgadas até o momento. Em 2025, contudo, a companhia avançou na estruturação de sua agenda ESG e iniciou o levantamento de emissões de gases de efeito estufa, com a elaboração de seu primeiro inventário corporativo conforme a metodologia do GHG Protocol, contemplando os escopos 1, 2 e 3.

A companhia segue avaliando a evolução de suas práticas de reporte e governança climática, considerando a adoção gradual de referenciais reconhecidos pelo mercado, em linha com a maturidade de sua estratégia ESG e com a relevância do tema para seus stakeholders.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Anualmente controlamos indicadores específicos que são apresentados no Relatório Anual de Monitoramento do Desempenho Ambiental e Social, destinado exclusivamente ao IFC (International Finance Corporation), que contempla informações das unidades, operações, gestão dos recursos naturais, indicadores de saúde, segurança do trabalho, dentre outros, seguindo as suas orientações e diretrizes que contempla visitas de supervisão e planos de ação.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

No último exercício social não ocorreram aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadrem como operação normal nos nossos negócios, nem alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios e nem contratos relevantes celebrados por nós ou nossas controladas com terceiros, não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Operação	Aquisição de 45% do capital social ("Ações") do CESC – Centro de Ensino Superior de Guanambi S.A. ("CESG")
Descrição	Aquisição de 45% do capital social ("Ações") do CESC – Centro de Ensino Superior de Guanambi S.A. ("CESG"), mantenedor do Centro Universitário FG – UniFG, avaliados em R\$ 88,9 milhões ("Transação"). Com o fechamento da Transação, a Inspirali, que já era controladora do CESC e que, portanto, já o consolidava em seu resultado, passa a deter 100% de seu capital social, sendo os efeitos contábeis retroativos a 1º de julho de 2025, conforme ajustado pelas partes.
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	Comunicado ao Mercado divulgado em 15 de setembro de 2025.

Operação	Aquisição de participação adicional no Centro de Ensino Superior de Vespasiano LTDA ("FASEH")
Descrição	Em 14 de novembro de 2025, a Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. ("Inovattus"), controlada da Companhia, adquiriu 10.741 quotas da Faseh, correspondentes a 10,741% do capital total. Com essa operação, a Inovattus passou a deter 83.901 quotas, equivalentes a 83,901% do capital social da FASEH. Em 24 de fevereiro de 2026, a Inovattus, controlada da Companhia, adquiriu 10.521 quotas da Faseh, correspondentes a 10,521% do capital total. Com essa operação, a Inovattus passou a deter 94.422 quotas, equivalentes a 94,422% do capital social da FASEH, mantendo-se como sua controladora.
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	Operação está descrita nas Demonstrações Financeiras do 4T25.

1.13 Acordos de acionistas

Possuímos atualmente um acordo de acionistas arquivado em nossa sede.

Trata-se do acordo celebrado em 23 de agosto de 2013 entre os Srs. Daniel Faccini Castanho, Marcelo Battistella Bueno, Maurício Nogueira Escobar, Átila Simões da Cunha, Flávio Korn, Ignácio Dauden Martinez, Rodrigo Rossetto Dias Ramos, Ricardo Cançado Gonçalves de Souza, Fabrício Ghinato Mainieri, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Leonardo Barros Haddad, Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto, Rômulo Faccini Castanho e Ryon Cássio Braga (em conjunto, “Acionistas Originais”) (o “Acordo de Acionistas Originais”).

Em 12 de maio de 2016, o Sr. Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto desvinculou-se do “Acordo de Acionistas Originais”. Em 07 de abril de 2017, os srs. Flávio Korn e Ryon Cássio Braga também se desvincularam do “Acordo de Acionistas Originais”.

Os principais termos e condições do Acordo de Acionistas Originais celebrado entre nossos Acionistas Originais em 23 de agosto de 2013 estão descritos abaixo.

a. partes

São partes no acordo de acionistas: (i) Daniel Faccini Castanho; (ii) Marcelo Battistella Bueno; (iii) Maurício Nogueira Escobar; (iv) Átila Simões da Cunha; (v) Flávio Korn; (vi) Ignácio Dauden Martinez; (vii) Rodrigo Rossetto Dias Ramos; (viii) Ricardo Cançado Gonçalves de Souza; (ix) Fabrício Ghinato Mainieri; (x) Gabriel Ralston Correa Ribeiro; (xi) Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto; (xii) Romulo Faccini Castanho; (xiii) Leonardo Barros Haddad e (xiv) Ryon Cássio Braga (doravante designados, em conjunto, como “Acionistas” e, individual e indistintamente, como “Acionista”) e, ainda, a nossa Companhia e a RNE Gestão Patrimonial S.A. (“RNE”), como intervenientes anuentes.

b. data de celebração

23/08/2013

c. prazo de vigência

O prazo de vigência será de 15 (quinze) anos.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Sujeitam-se ao Acordo todas as ações detidas pelos Acionistas na data de sua celebração, bem como todas as ações que venham a ser subscritas ou adquiridas pelos Acionistas durante sua vigência (“Ações Vinculadas”). Os Acionistas obrigam-se a exercer o seu direito de voto relativo às Ações Vinculadas em nossas assembleias gerais de maneira a cumprir com os termos e condições do Acordo de Acionistas, sempre no mesmo sentido e teor, fazendo, ainda, com que os membros por eles indicados ao nosso Conselho de Administração também exerçam seus direitos de voto em nossas Reuniões do Conselho, sempre no mesmo sentido e teor. Os Acionistas se reunirão previamente a qualquer conclave (“Reunião Prévia”) e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os Acionistas e pelos membros do Conselho de Administração por eles indicados. Além disso, a deliberação dos nossos aumentos de capital deverá ser aprovada pela maioria das Ações Vinculadas dos Acionistas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Todos os Acionistas poderão, nas Reuniões Prévias, indicar candidatos aos cargos de Conselheiros efetivos e suplentes da nossa Companhia, dos quais serão escolhidos pelos Acionistas, como candidatos efetivos, aqueles aprovados pelos Acionistas Originais que representem a maioria das Ações Vinculadas dos Acionistas. Após escolhidos os nomes nas Reuniões Prévias, todos os Acionistas Originais deverão votar de forma unânime, no dia da assembleia de eleição do Conselho de Administração, de maneira a eleger os candidatos escolhidos pelos Acionistas Originais nas Reuniões Prévias.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Observado o disposto no Acordo de Acionistas, na hipótese de um Acionista pretender transferir uma parte ou a totalidade das Ações Vinculadas, deverá notificar os demais Acionistas, se for o caso, informando sua intenção transferir uma parte de suas Ações Vinculadas. Quando os Acionistas receberem uma notificação, informando sua intenção do Acionista de transferir uma parte de suas Ações Vinculadas, os Acionistas notificados, terão o direito primário de preferência para aquisição, no prazo de 30 (trinta) dias úteis e nas mesmas condições. Caso algum Acionista não exerça o direito de preferência primário a que faça jus, no prazo avençado, o mesmo será repassado proporcionalmente aos outros Acionistas, obedecida a proporção

1.13 Acordos de acionistas

detida por cada qual no bloco composto por todos os demais Acionistas, para exercício no prazo de 15 (quinze) dias úteis, processo que se repetirá até que não reste mais participação a adquirir. Caso ainda reste participação a adquirir, aplicar-se-á o eventual direito de preferência concedido a acionista que não seja parte no Acordo.

Além do direito de preferência mencionado acima, os Acionistas outorgarão e concederão à RNE, empresa que controlam, opções de compra para a aquisição, pela RNE, da totalidade das Ações que cada Acionista detém em nossa Companhia. O exercício de cada opção de compra se dará no prazo de até 15 (quinze) anos, e poderá ser exercido apenas se e quando um ou mais Acionista(s) vier(em) a falecer.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Os Acionistas se reunirão em Reunião Prévia e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os membros do Conselho de Administração por eles indicados.

Acordo de Acionistas entre os Acionistas Originais e Península Fundo de Investimento em Participações

Em 23 de setembro de 2014 foi celebrado entre o Península Fundo de Investimento em Participações ("Península FIP") e os nossos Acionistas Originais um acordo de acionistas. Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações ("Península FIP"), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais, passando a existir, portanto, apenas o Acordo de Acionistas Originais.

A íntegra do Acordo de Acionista está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção "Governança Corporativa", "Acordo de Acionistas"

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

No último exercício social, ou no exercício social corrente, não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No último exercício social ou no exercício social corrente, não possuíamos contratos relevantes celebrados entre nós e nossas controladas, que não sejam relacionados com as nossas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Qualidade Acadêmica & Inovação

Tendo como objetivo obter o reconhecimento por meio de práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, consideramos três pilares que favorecem a qualidade do ensino por nós ofertado: o currículo, a personalização e a avaliação da aprendizagem.

O currículo

A elaboração dos currículos Ânima acontece de forma dialógica: participam professoras e professores do Ecossistema, como também, os educadores que estão na gestão acadêmica. Isso assegura uma visão plural, diversa e global, que respeita os aspectos locais e suas respectivas especificidades.

Para alcançar o propósito de mudar a realidade nacional, por meio da transformação do país pela educação, a Ânima apresenta os currículos integrados que se organizam conforme os 9 princípios do Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A). Essa concepção curricular, mais alinhada aos desafios apresentados pelo século XXI, propõe a compreensão do conhecimento como uma rede de significações, não mais repartido em disciplinas, pelo contrário, visa à transdisciplinaridade e promove conexões efetivas com o mundo do trabalho. Nos currículos integrados, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar a realidade social e profissional, além de desenvolver projetos em que se deparam e propõe soluções para problemas complexos durante a experiência universitária, sempre sob a orientação e a mentoria dos seus professores.

Além de propor currículos alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) ou pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, a proposta acadêmica viabiliza o perfil do Egresso mais próximo das necessidades emergentes da sociedade contemporânea e do mundo do trabalho. O modelo curricular apresenta uma eficiência operacional significativa: maximização das enturmações com otimização da carga horária docente, sem perda de qualidade. Assim, a qualidade acadêmica e a sustentabilidade financeira vêm se consolidando por meio do currículo E2A implantado na matriz curricular de aproximadamente 70% da base de alunos.

A personalização

A formação de pessoas autônomas, engajadas, produtivas e atuantes representa um desafio para as instituições educacionais em todo o mundo. Inúmeros debates, pesquisas e iniciativas de organizações governamentais e não governamentais têm problematizado a inoperância dos modelos de escola. São concepções conservadoras e instrucionistas do processo educacional, que não mais conseguem responder às necessidades dos estudantes na contemporaneidade. Em decorrência desse modelo, há uma tendência a não valorizar as características individuais, tampouco, oferecer mecanismos que possibilitem aos alunos um processo de investigação e questionamento que resulte em melhores e mais bem pensadas escolhas acerca de suas vidas e carreiras.

O conceito de currículo proposto pela Ânima busca ultrapassar essas obsolescências pedagógicas, por meio de uma sala de aula ampliada, personalizada, em que aspectos de identidade, de cidadania e de trabalhabilidade são considerados.

Nesse sentido, a Academia de Futuros Profissionais aborda conteúdos essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes ingressantes, com foco em autoconhecimento, desenvolvimento pessoal e preparação profissional. Estruturada a partir de uma proposta contemporânea e integrada de aprendizagem, a AFP combina diferentes estratégias formativas para fortalecer autonomia, protagonismo e autogestão. Para apoiar esse percurso, mobiliza uma rede de atores pedagógicos que acompanha, orienta e potencializa a experiência estudantil, favorecendo a reflexão crítica, o engajamento com a formação e a aproximação dos estudantes aos desafios contemporâneos do mundo do trabalho.

Ainda no sentido de uma formação mais próxima ao mundo do trabalho, a Aprendizagem Dual faz uma integração efetiva entre teoria e prática, ao inserir os estudantes em ambientes reais de trabalho desde o início do seu percurso formativo, desenvolvendo um ecossistema entre IES, estudantes e empresas. O Ecossistema preconiza as seguintes premissas da Aprendizagem Dual: i) promover a aprendizagem prática e significativa; ii) alinhado com as competências do currículo; e iii) integra o mundo do trabalho e vida acadêmica. Em 2025, alcançamos mais de 700 organizações parceiras, gerando mais de 1.000 ações duais na graduação e pós-graduação, resultando em mais de 100 mil estudantes impactados.

1.16 Outras informações relevantes

Essas duas instâncias atuarão juntas na formação dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para os desafios do Século XXI e o futuro das diferentes atividades profissionais, intensificando o desenvolvimento das *soft skills*, promovendo ganho de experiência prática e estabelecendo redes de contatos e visibilidade dentro de grandes empresas da futura área de atuação do aluno. Os alunos alocados em experiências duais (como as UC's Duais), frequentarão ambientes profissionais físicos ou virtuais definidos pela IES em empresas parceiras, além da sala de aula.

Como possibilidade de ampliar a sua visão de mundo, o *Core Curriculum* compõe a parte do currículo voltada para a formação humanística, global e integral do aluno, promovendo a discussão de questões fundamentais para o desenvolvimento do olhar crítico do estudante sobre o mundo natural, cultural e social em que estamos inseridos. Representa um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes selecionados com vistas à ampliação do repertório analítico e cultural do aluno, com aulas que são sessões de debates e discussões intelectualmente ricas com perguntas que desafiam e ainda desafiam filósofos, psicólogos, economistas, biólogos, escritores e teóricos sociais. Dessa forma, o *Core Curriculum* promove uma “educação para o pensar”, já que o aluno é desafiado a analisar um mesmo fenômeno por diferentes ângulos, aspecto favorecido pela diversidade presente na turma, região, cursos e áreas diversificadas. Os alunos podem escolher entre as temáticas ofertadas no *Core Curriculum*, aquela que consideram mais instigante e/ou com possibilidade de ampliar o seu repertório para a vida.

A avaliação para e das aprendizagens

No Ecossistema Ânima a avaliação das aprendizagens está a serviço dos estudantes e docentes. Deve contribuir para mediar e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, apontando as oportunidades de desenvolvimento de cada estudante individualmente.

A avaliação contínua se dá pela prática de *feedbacks* durante as interações entre alunos e professores. Além disso, é concretizada pelo processo de avaliação das UCs, em diferentes momentos ao longo do semestre, que articulam a verificação do desenvolvimento progressivo das competências previstas no perfil do egresso. Nesse contexto, são mobilizados diferentes formatos avaliativos, que permitem evidenciar dimensões complementares da aprendizagem:

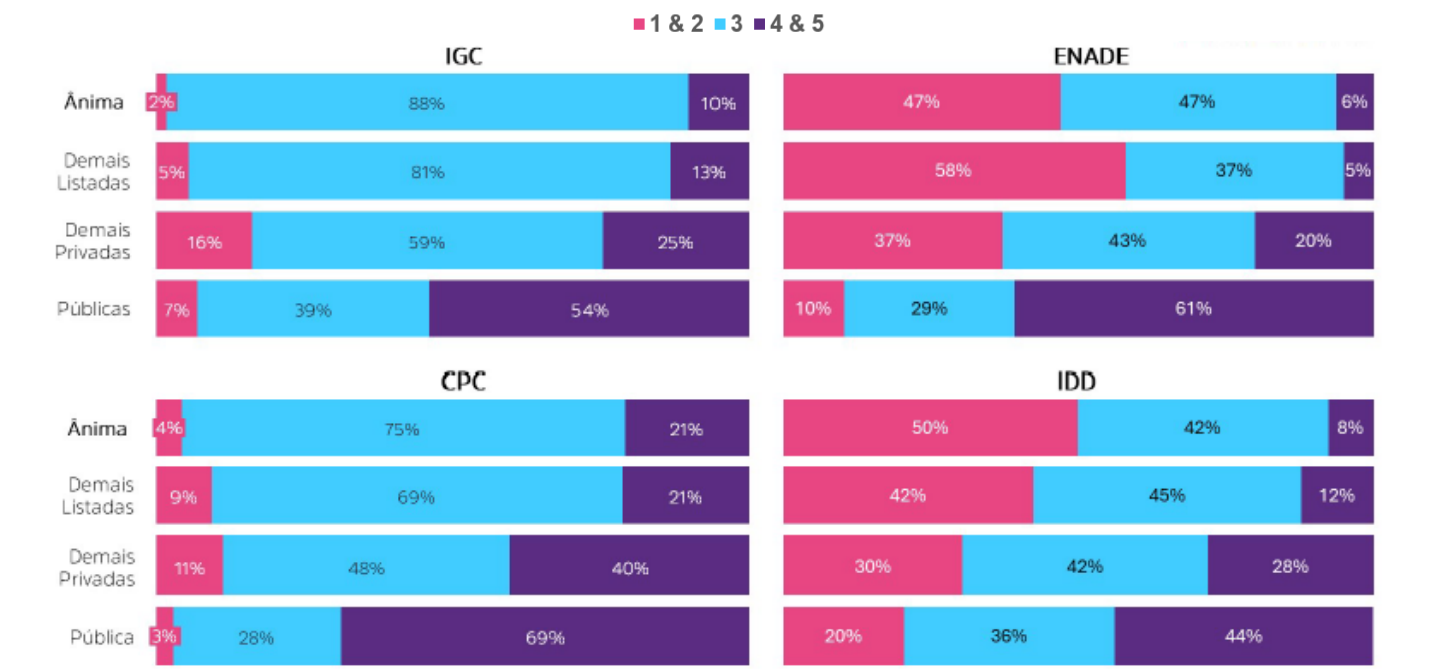
- **Expressão escrita e argumentação:** por meio de avaliações discursivas é possível verificar a argumentação, a capacidade de síntese, a coesão e a coerência textual e o uso correto da língua.
- **Compreensão, interpretação e aplicação de conhecimentos:** por meio de avaliações objetivas aplicadas a todos os estudantes para cada um das UCs em que está matriculado e que permitem analisar a capacidade do estudante de interpretar fenômenos, dados e informações, estabelecer relações e aplicar conhecimentos em diferentes níveis de complexidade
- **Integração e aplicação prática dos conhecimentos:** por meio de avaliações que envolvem o desenvolvimento de projetos, soluções ou produtos, permitem evidenciar a capacidade do estudante de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em contextos reais ou simulados, com foco na resolução de problemas.

Importante destacar que o planejamento das aulas, tanto quanto das avaliações, é orientado pelas metas de compreensão, que são a explicitação do que os estudantes devem compreender e estão relacionadas às competências a desenvolver na UC. Os docentes são convidados a participar da elaboração de itens pautados pelas habilidades a serem desenvolvidas em cada unidade de aprendizagem, e pelos conteúdos de ementa, garantindo coerência curricular, padronização e comparabilidade de resultados em âmbito nacional. Esse processo permite a análise integrada do desempenho dos estudantes e subsidia a tomada de decisão acadêmica e pedagógica. Os resultados dessa avaliação e das análises dos desempenhos dos estudantes no ENADE, orientam as ações de melhoria contínua, incluindo a revisão de práticas pedagógicas, planos de ensino e matrizes curriculares, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as demandas do mundo do trabalho.

Os Indicadores Externos de Qualidade Acadêmica

Resultados 2023
Distribuição do conceito faixa

1.16 Outras informações relevantes



Fonte: Elaborado pela área de Qualidade Acadêmica | Ânima, com base nos indicadores divulgados pelo INEP/MEC. IGC: os dados apresentam o percentual de IES agrupadas por conceito-faixa. ENADE, CPC e IDD: os dados apresentam o percentual de Cursos agrupados por conceito-faixa. Na edição de 2023 do Enade foram avaliadas as seguintes áreas em bacharelado: agronomia; arquitetura e urbanismo; engenharia ambiental; engenharia civil; engenharia de alimentos; engenharia de computação; engenharia de controle e automação; engenharia de produção; engenharia elétrica; engenharia florestal; engenharia mecânica e engenharia química; biomedicina; enfermagem; farmácia; fisioterapia; fonoaudiologia; medicina; medicina veterinária; nutrição; odontologia; zootecnia; além dos seguintes cursos superiores de tecnologia: agronegócio; estética e cosmética; gestão ambiental; gestão hospitalar; radiologia e segurança no trabalho.

Para a análise dos indicadores acima há que se considerar que são resultado das avaliações do Enade conduzidas no final do ano de 2023 que sofreram forte impacto dos anos de pandemia, o que implicou em uma piora dos indicadores nacionais de aprendizagem de forma generalizada. Importante ainda levar em consideração que o ano de 2023, em virtude da integração dos ativos brasileiros adquiridos da Laureate, foi ainda marcado por mudanças de sistemas que impactaram o nível geral de satisfação de alunos com os serviços prestados.

Dos 609 cursos avaliados no Enade em 2023, 211 receberam visita de autorização ou reconhecimento pelo MEC entre os anos de 2023 e 2025, sendo que 84% obtiveram notas 4 e 5 e 16% receberam notas 3. Importante ainda destacar que dos 12 cursos de medicina avaliados, 11 receberam a nota máxima (5) e 1 recebeu nota 4.

A base da nossa gestão de qualidade acadêmica é a contínua avaliação de resultados, mapeamento de pontos deficientes e definição de planos de melhoria, os quais já foram traçados e seguem em execução. Nosso compromisso com a qualidade acadêmica tem sustentado nossos indicadores gerais de curso em posição superior à de nossos pares.

Os Indicadores Internos de Qualidade Acadêmica

Outro importante balizador da qualidade dos serviços prestados pela Ânima é a avaliação interna ou autoavaliação. O processo de autoavaliação institucional é conduzido pelas CPAs – Comissões Própria de Avaliação, instituídas e atuantes em nosso Grupo desde a publicação da Lei do SINAES nº 10.861, de 14 de abril de 2004. São integradas por membros representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada e tem como finalidade instruir e acompanhar processos avaliativos em nossas instituições de ensino superior. Além disso, estas CPAs são responsáveis por constituir importantes instrumentos de avaliação e ferramentas para o planejamento educacional, em busca da melhoria da qualidade da formação, da produção do conhecimento, pesquisa e da extensão. Essas ferramentas permitem, ainda, que sejam identificadas eventuais lacunas e que requerem melhorias.

O segundo momento, o da avaliação *in loco*, é aquele em que a autoavaliação é discutida por uma comissão externa, nomeada pelo INEP/MEC nos atos de autorização, renovação e reconhecimento de cursos, credenciamento e credenciamento de instituições. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação na medida em que discutem a visão que a Instituição tem de si mesma e apresentam

1.16 Outras informações relevantes

recomendações para seu desenvolvimento. Deste processo surge outra métrica importante de avaliação da qualidade dos nossos cursos: o Conceito de Curso (CC).

Além dos indicadores de qualidade do MEC, acompanhamos a evolução do índice de satisfação de nossos alunos através dos resultados de nossa pesquisa interna. Avaliamos três importantes dimensões de satisfação: curso, docentes e serviços ao aluno, que nos ajudam a entender e desenhar planos de ação internos para melhorar a qualidade dos nossos serviços.

A qualidade como elemento central

Os resultados são consequência de um projeto acadêmico sério, obcecado pela qualidade e que valoriza a sala de aula, o docente e sua relação com os alunos. O projeto vem sendo implantado e evolui, ano após ano, desde 2008, contando com um trabalho incansável de todas as nossas equipes.

A discussão de qualidade ainda deverá evoluir para a avaliação do que chamamos internamente Definição Proprietária de Qualidade, que incluirá não somente os indicadores do MEC, mas também métricas relacionadas à satisfação dos alunos em suas vivências acadêmicas, incluindo o sucesso na aprendizagem e consequente impacto no nosso egresso, ao sucesso da aprendizagem e ao sucesso de nosso egresso (empregabilidade, renda etc.).

A Ânima tem a convicção de que uma educação de qualidade exige a clareza do que se defende como verdadeiro valor educativo à formação dos nossos alunos para que as mudanças desejáveis à construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária se consolidem. Uma forma de gerir estes valores é a criação de indicadores e métricas que possibilitem avaliar o valor agregado pela formação à vida dos nossos alunos e sedimentar vínculos mais duradouros destes com as nossas escolas, com vistas ao *lifelong learning*. Para que a qualidade se efetive como satisfação e sucesso dos nossos alunos em seus projetos de vida é fundamental conhecer seus interesses, potencialidades e necessidades, de forma a oferecer experiências cada vez mais personalizadas e propiciar uma verdadeira ajuda educativa, que afete o conhecimento que tem sobre si mesmo, sua relação com os outros, com a profissão e com a sociedade.

A qualidade permeia todas as áreas e políticas institucionais e se fortalece em projetos e programas como a Aprendizagem Dual; Projetos e Cursos de Extensão, entre outros. Para todos eles, conhecer, acolher, acompanhar, apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento da carreira profissional, são ações subsidiadas por indicadores que retroalimentam o ecossistema em suas estratégias e inovações.

Modelo de Gestão

A partir de 2014 a Ânima instituiu uma área dedicada à inovação, a quem coube estabelecer eixos prioritários, que guiassem os processos de implementar a cultura de inovação, assentada em novos paradigmas identitários, de organização e de gestão. A partir de 2018, quando a cultura de inovação passou a permear diversas outras áreas da companhia, a Diretoria de Inovação passou a ser designada como “Diretoria de Inovação e Tendências em Educação”. Tal mudança foi importante para se diferenciar de outras tantas áreas que passaram a atuar também com inovações, tal como a da área de Transformação Digital, que mais tarde se tornaria uma vice-presidência. A diretoria de Inovação e Tendências focaria nos processos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos relacionados ao core business da empresa, ou seja, educação, e que estabeleceriam as diretrizes fundamentais da transformação curricular que vínhamos construindo – Ecossistema Anima de Aprendizagem ou E2A.

Para a Ânima, a inovação e o alinhamento com a dinâmica e transformações, que afetam a educação para o século 21, fortalecem e ampliam o alcance de nossa missão, visão e valores institucionais. Em termos curriculares, a estruturação dos eixos de inovação e dos projetos estão alinhados com a perspectiva acadêmica de aprendizagem centrada no estudante, por meio do desenvolvimento das habilidades e competências cognitivas e não cognitivas, potencializada por uma abordagem de educação híbrida. O desenvolvimento de habilidades e competências assume que o estudante deve tanto desenvolver capacidades relacionadas ao saber de base cognitiva, isto é, do domínio do construir, articular e aplicar conhecimentos, quanto ao saber de base socioemocional, isto é, do domínio do ser e do conviver, aprender e produzir. A educação híbrida amplia as possibilidades de construção e de aquisição desses saberes, por meio das experiências de aprendizagem em ambientes físicos e virtuais, que tanto pode ocorrer simultaneamente em sala de aula, como recurso didático para o professor, quanto como ferramenta de suporte e de apoio ao presencial, em espaços distintos da sala de aula.

1.16 Outras informações relevantes

Assumir essa perspectiva significa construir, no contexto da gestão, um modelo de ensino híbrido adequado às IES Ânima, que se pautem pela abordagem pedagógica estabelecida nas diretrizes institucionais do Projeto Acadêmico, provendo, para sua implementação, os insumos tecnológicos e de gestão de pessoas necessários, bem como a definição clara dos papéis dos estudantes, dos professores, da tecnologia digital e das equipes de apoio. Com um importante foco no desenvolvimento de habilidades e competências, organiza-se o planejamento de experiências de aprendizagem que combinem atividades presenciais e de ensino online e que atendam aos alunos de maneira personalizada. O projeto de Vida e Carreira, a Mentoria e o programa de Aceleração de Startups denominado Ânima Nest são materializações de atividades que auxiliam no desenvolvimento dessas habilidades e competências dos estudantes, para além do que acontecem no currículo dos cursos de nossas IES. Assim, a Ânima se propõe a incorporar ao Design Curricular a possibilidade dos estudantes personalizarem suas trajetórias por meio do Projeto de Vida e Carreira de cada um deles. Para dar sustentação a essa proposta de personalização, as tecnologias de informação e comunicação, bem como as plataformas digitais, são cruciais. O Ulife é a plataforma referência.

O Ulife, além de ser a plataforma acadêmica do estudante, permite também realizar atividades de atendimento aos discentes, antes centrado nos agentes que proviam os serviços. Assim, lá e de forma autônoma, os estudantes podem realizar as atividades corriqueiras e protocolares da vida institucional e acadêmica.

Assim, ao se otimizar os processos de negócios, nos meios online e off-line, focar no *design* centrado no ser humano, construindo profunda empatia com as pessoas que estão envolvidas, o que se obtém é o engajamento e mobilização de professores e colaboradores, como agentes de mudança. O novo modelo de gestão, no âmbito da Universidade como um Ecossistema, traduz-se, assim, na capacidade de conectar e interconectar esses agentes, dentro e fora dela, com o objetivo de promover a troca, empoderá-los com conhecimentos e ferramentas para o processo da transformação, inspirando-os para a ação de gerir, com eficiência, os recursos físicos e financeiros disponíveis, em prol de implementar a cultura de inovação nos respectivos espaços de atuação.

Internacionalização: Expansão Estratégica e Valor Sustentável no Ecossistema Ânima

Mais do que uma diretriz acadêmica, a Internacionalização ela é uma alavanca para o fortalecimento institucional, expansão de mercado e diferenciação competitiva no setor de Ensino Superior. Ao integrar experiências internacionais ao processo de aprendizagem, a Ânima amplia a formação de seus estudantes, desenvolvendo competências globais, habilidades interpessoais (soft skills) e capacidades decisórias em cenários imprevisíveis, aspectos fundamentais para o sucesso profissional no século XXI.

Em 2026, a Ânima desenvolveu o seu primeiro Plano Estratégico de Internacionalização, evidenciando que a internacionalização é um passo estratégico para a consolidação da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

As Instituições de Ensino comprometidas com excelência acadêmica e relevância social reconhecem que internacionalizar não é mais uma opção, mas uma necessidade. Nesse contexto, a Diretoria de Pesquisa, Stricto Sensu, Internacionalização e Inovação, em conjunto com os International Offices das nossas Instituições, atua de forma coordenada para consolidar políticas, fomentar parcerias e impulsionar o protagonismo de nossos talentos no cenário global.

A internacionalização no Ecossistema Ânima é estruturada em duas frentes complementares:

- 1) Cultura Internacional: também conhecida como “internacionalização em casa”, essa frente contempla ações que inserem a dimensão global no cotidiano acadêmico, sem necessidade de deslocamento físico. São iniciativas que fortalecem o currículo, promovem engajamento com temáticas internacionais e incentivam o desenvolvimento de competências linguísticas e interculturais. Destaques:
 - Eventos Acadêmicos com enfoque internacional;
 - Projetos de Extensão com parceiros globais;
 - Mentorias com profissionais com experiência internacional;
 - Programas de UC Dual Internacional;
 - Aulas-espelho internacionais (aulas compartilhadas simultaneamente com turmas de outras universidades estrangeiras)
 - Aulas internacionais para cursos Lato Sensu com foco global;
 - Disciplinas Internacionais de Mestrados e Doutorados (MD/DDs);
 - International Talks (eventos presenciais nas unidades);
 - Lives quinzenais com participação de especialistas brasileiros e estrangeiros sobre carreiras internacionais.
 - Parcerias com órgãos certificadores de proficiência de idiomas (TOEFL, IELTS, DELE, DELF, DALF etc).

1.16 Outras informações relevantes

- Cursos virtuais de curta duração ministrados por instituições parceiras do exterior.
- 2) Mobilidade Internacional: essa dimensão envolve programas presenciais e experiências práticas em instituições parceiras no exterior, promovendo imersão cultural e acadêmica. Inclui:
- Programas de Intercâmbio Acadêmico;
 - Dupla Titulação em instituições estrangeiras;
 - Cursos de Idiomas no exterior;
 - Estágios Internacionais remunerados;
 - Voluntariado Internacional;
 - Módulos e visitas técnicas nacionais e internacionais;
 - Mobilidade docente no exterior;
 - Atração de estudantes estrangeiros para cursos de graduação e de pós-graduação.

Atualmente, o Ecossistema Ânima mantém mais de cem acordos de cooperação internacional com instituições de mais de 20 países, o que garante aos estudantes e docentes oportunidades únicas de aprendizado global. Essa rede fortalece a integração da pesquisa, do ensino e da extensão com os mais elevados padrões internacionais. Além disso, em 2025, o Ecossistema Ânima esteve presente pela primeira vez no encontro da FAUBAI - Associação Brasileira de Educação Internacional, formalizando a associação de suas marcas a esta Associação, que é referência de internacionalização do ensino superior no Brasil. Em 2026, a Ânima participará da maior conferência de internacionalização do mundo, a Nafsa Conference.

Além da formação estudantil, os programas também contemplam o corpo docente, que pode participar de projetos colaborativos, lecionar em instituições parceiras ou integrar redes globais de conhecimento, agregando valor acadêmico e institucional à Ânima.

A pluralidade de instituições de ensino estrangeiras parceiras permite que os estudantes dos diferentes níveis de ensino (Graduação, Pós-Graduação *Lato Sensu* e Pós-Graduação *Stricto Sensu*) do Ecossistema Ânima tenham a oportunidade de vivenciar diferentes experiências internacionais durante o período de estudos.

A atuação internacional da Ânima está pautada em objetivos estratégicos de longo prazo, alinhados com nossa visão de futuro:

- Currículo Global: Integrar componentes internacionais em todos os cursos e expandir o uso de metodologias como o COIL (Collaborative Online International Learning) e aulas espelho.

Mobilidade e Dupla Diplomação: Aumentar o fluxo de intercâmbios de alunos e docentes, além de implementar programas de dupla diplomação e certificações compartilhadas (UC Dual).

- Pesquisa Internacional: Elevar as publicações científicas realizadas em coautoria com pesquisadores do exterior e lançar editais de fomento específicos.
- Impacto Global: Desenvolver projetos de extensão que conectem temas globais (como os ODS) a ações práticas nas comunidades locais.
- Cultura e Diversidade: Promover jornadas de capacitação intercultural para o corpo docente e técnico, transformando o ambiente do campus em um espaço multicultural.
- Captação de Recursos: Estruturar orçamentos específicos e buscar fontes de financiamento externo para viabilizar projetos de cooperação internacional.

Estrutura Corporativa

Adotamos uma Estrutura Corporativa ("CORPORATIVO") estrategicamente desenhada para organizar de forma padronizada as atividades que impactam diretamente a operação das nossas instituições. Essa estrutura centralizada abrange áreas-chave como: compras, contas a receber e a pagar, gestão de caixa (*cash management*), gestão da inadimplência, bolsas e financiamentos, controladoria, área fiscal, contabilidade, tecnologia da informação, recursos humanos, Secretaria Acadêmica, dentre outras. Acreditamos que a centralização dessas funções críticas gera ganhos

1.16 Outras informações relevantes

relevantes de escala e promove maior eficiência operacional. Ao concentrar essas atividades em equipes especializadas e enxutas, maximizamos a produtividade e otimizamos o uso de recursos, contribuindo diretamente para a melhoria dos nossos indicadores financeiros e operacionais. Além disso, a padronização de processos e a unificação de sistemas proporcionam maior precisão na gestão e maior agilidade na tomada de decisões. No relacionamento com fornecedores, por exemplo, a centralização das compras nos confere maior poder de negociação, resultando em melhores condições comerciais e maior controle sobre os custos.

Métodos de controle para evitar inadimplência

Acreditamos que a confiança e segurança que transmitimos aos nossos estudantes são fundamentais para retê-los. Além disso, entendemos que o custo da conquista de novos estudantes é superior ao da manutenção dos mesmos, o que justifica os nossos esforços de fidelização.

Nossa principal medida de estímulo à adimplência é a exigência da quitação de todos os eventuais débitos como pré-requisito para efetivação da matrícula do módulo subsequente, sendo nossas matrículas semestrais. Portanto, limitamos a inadimplência de nossos estudantes a, no máximo, 6 meses.

Entretanto, na hipótese de uma eventual constatação de inadimplência, adotamos alguns métodos de controle, sempre pautados na busca de alternativas de negociação para reescalonar as dívidas dos nossos estudantes. Nesse sentido, ao constatar que algum estudante está inadimplente, iniciamos o processo de cobrança externa através de assessorias de cobrança, as quais atuam com ações sistemáticas, tais como:

- Acionamento Telefônico: através de um script definido, realizamos ligações aos inadimplentes com a finalidade de composição amigável, ofertando o pagamento de acordo com as políticas definidas pela Anima. As ligações sempre obedecem a uma regra de renitência, bem como, em casos de insucesso seguimos para alguma outra estratégia de comunicação.
- Envio de WhatsApp: através de uma régua definida e no intervalo de outras ações de comunicação previstas na régua de cobrança realizamos o envio de WhatsApp ao nosso estudante lembrando de sua obrigação e ofertando o pagamento de acordo com a política de negociação definida pela Anima. Os envios sempre obedecem a uma regra de renitência.
- Envio de e-mails: através de uma régua definida de comunicação, enviamos e-mails lembrando nosso estudante de sua obrigação. Os envios sempre obedecem a uma regra de renitência.
- Envio de mensagens de texto via celular (SMS): através de uma régua definida e no intervalo de outras ações de comunicação previstas na régua de cobrança, enviamos SMS ao nosso estudante reiterando a existência de pendência junto a instituição e direcionando a um canal de atendimento para a realização do pagamento. Os envios sempre obedecem a uma regra de renitência.

Todas as empresas de cobrança disponibilizam ao aluno inadimplente um Portal de Autonegociação, com opção de pagamento no boleto ou cartão de crédito, sempre respeitando as Políticas de Negociação Anima. O Portal tem funcionamento 24x7.

Nossa Estratégia de Expansão

Parte da nossa estratégia de expansão está fundamentada em fusões e aquisições no setor de ensino superior. Buscamos identificar ativos capazes de agregar valor e competitividade ao nosso grupo e que, ao mesmo tempo, possam fazer uso de nossa tecnologia curricular, de nossos processos centralizados e de nossas estruturas corporativas. Para isso, temos um rigoroso processo de seleção para possíveis aquisições, incluindo instâncias formais como o Comitê de Finanças M&A, além do Conselho de Administração.

Nossa estratégia de M&A se divide em seis pilares:

- I. **Marcas regionais fortes e renomadas**: pretendemos continuar crescendo a nossa base de alunos através de aquisições de marcas fortes (Exemplo: São Judas, UAM, Sociesc, Ages, FASEH, UniFG e Unisul).
- II. **Criação de polos regionais**: pretendemos promover a expansão de nossas unidades em regiões estratégicas, com demanda por ensino superior de qualidade (Exemplo: Jangada, Politécnica Uberlândia, FAGED e Alis).

1.16 Outras informações relevantes

- III. **Excelência acadêmica:** com foco na qualidade acadêmica, avaliamos IES que são referências no ensino, com excelentes notas nas avaliações do MEC (exemplo: Unicuritiba e Sociesc)
- IV. **Alto potencial de crescimento e sinergias:** integração com nosso centro de serviços compartilhado (CSC) e o novo modelo acadêmico Ânima (E2A), para ganho de escala.
- V. **Aumentar presença no segmento de saúde:** através da aquisição de IES que agreguem mais vagas de medicina, além de outros negócios que contribuam para a educação continuada da comunidade de egressos médicos (exemplo: UniFacs, UNP, Faseh, IBCMED).
- VI. **Negócios Inovadores com uso de tecnologia e potencial de crescimento:** buscamos integrar ao nosso Ecosistema ativos com expertise já mapeada e considerada relevante em nosso planejamento estratégico, mas ainda em processo de amadurecimento, o que nos permite acelerar o processo de agregar valor e atingir objetivos estratégicos (exemplo: MedRoom).

Nossas análises consideram: (i) a atratividade do mercado e seu ambiente competitivo, avaliada por meio de análises qualitativas e quantitativas que comparam diversos aspectos sociais, demográficos e mercadológicos; e (ii) a atratividade da instituição, avaliada com base em critérios como sua força institucional, riscos e potencialidades em relação a: (a) marca, (b) equipe / capital humano, (c) gestão e potenciais sinergias, (d) aderência ao nosso posicionamento, valores, princípios e cultura organizacional e (e) performance financeira e operacional.

Acreditamos no ensino acadêmico superior de qualidade, na preservação de marcas locais de sólida reputação, na valorização das pessoas e em um modelo acadêmico dinâmico, atual e flexível, sendo estas características-chave para a educação sustentável no longo prazo, com forte aderência de ferramentas tecnológicas em todo o processo de aprendizagem e gestão do negócio.

A Ânima tem a responsabilidade de preservar grandes legados com o propósito de seguir oferecendo uma educação verdadeiramente transformadora aos jovens de cada região onde estamos presentes.

Criação de um programa diferenciado de Ensino a Distância. O segmento de Ensino a Distância apresenta potencial de mercado, principalmente em razão dos valores mais atraentes de mensalidade, do maior alcance geográfico (devido à redução na necessidade de deslocamento do estudante) e da alta taxa de crescimento histórico. Em julho de 2014 obtivemos junto ao MEC o credenciamento do nosso programa de Ensino a Distância, com nota máxima nas três dimensões avaliadas, quais sejam credenciamento institucional, autorização do curso e avaliação dos polos. Em junho de 2021 passamos a integrar as operações de EAD das marcas Anhembí Morumbi, Unifacs, UNP, Uniritter, Fadergs, IBMR, Unifg e FPB, com uma base de mais de 70 mil alunos na modalidade digital, representando uma importante avenida de crescimento de nossos negócios. Nos propomos a ser um impulsionador desta modalidade de ensino, mantendo sempre nosso posicionamento de alta qualidade.

Ganhos de sinergia e escala. Nosso CSC, ferramenta desenvolvida para nos proporcionar uma plataforma administrativa, financeira e acadêmica integrada mais eficiente, capaz de catalisar as melhores práticas de cada uma de nossas instituições e o padrão de qualidade oferecido em todas as nossas unidades, nos permite fazer com que a integração de novas instituições e unidades de negócio se torne mais ágil e eficaz, possibilitando a redução de custos incrementais e gerando relevantes ganhos de escala. Acreditamos que esses fatores nos permitem integrar aquisições de maneira rápida, eficiente e rentável.

Ampliação de nosso mercado de atuação mediante uso das verticais do conhecimento. As verticais do conhecimento são unidades de negócio com marcas reconhecidas nacionalmente por sua expertise em determinadas áreas do saber, capazes de potencializar as operações locais por meio de uma chancela às marcas locais (*co-branding*) e desenvolvimento de novos produtos e serviços escalonáveis por meio da nossa rede.

Mais que uma frente de expansão, acreditamos que as verticais do conhecimento poderão representar um importante diferencial competitivo para nós. Essa estratégia já tem sido implementada com relação à HSM. Essa unidade de negócios, adquirida em março de 2013, cumpre objetivos estratégicos múltiplos, uma vez que alavanca nossa atuação no segmento de educação corporativa, ao mesmo tempo em que funciona como um vetor de gestão dentro da nossa rede. Desde 2020 a HSM firmou uma parceria se tornando o *country partner* da Singularity University, para entregar versões locais dos programas transformadores da SU para empresários e executivos brasileiros. Localizada em São

1.16 Outras informações relevantes

Paulo, a SingularityU Brazil pretende ajudar as corporações brasileiras e líderes a entenderem melhor o impacto de tecnologias exponenciais, anteciparem tendências e prepará-los para a ação.

Continuando a estratégia de ampliação do portfólio de marcas verticais de conhecimento, em março de 2016, anunciamos a formação de uma sociedade em joint venture com o tradicional grupo Le Cordon Bleu, através do qual a Ânima e o grupo Le Cordon Bleu detêm participação de 50% cada, em uma sociedade constituída sob a denominação "Le Cordon Bleu Ânima Educação Ltda." ("LCB Ânima"). A LCB Ânima, que iniciou suas atividades no fim do primeiro semestre de 2018, conta com a combinação das experiências, conhecimentos e know-how de suas sócias desenvolvendo e operando cursos pós-graduação e extensão em gastronomia, hospitalidade e afins.

Em julho de 2016 lançamos a EBRADI - Escola Brasileira de Direito passando a atuar no mercado de cursos à distância na área jurídica, incluindo cursos de pós-graduação, preparatórios para a OAB e extensão. Reunimos um renomado e conceituado time de profissionais do Direito formado por advogados, professores e pesquisadores, comprometidos em produzir conteúdo atualizado do Direito, seja para aprimorar o aprendizado dos alunos, seja para oferecer nova dimensão de atuação aos profissionais da área. Integram a vertical de Direito, ainda, marcas renomadas como Unicuritiba e Milton Campos.

Vantagens Competitivas

Oferecer um ensino de alta qualidade e uma formação superior, em todos os níveis

Entendemos que o nosso projeto acadêmico valoriza o desenvolvimento da autonomia de nossos estudantes, através de uma formação ampla do profissional, do indivíduo e do cidadão, buscando garantir que nossos alunos tenham acesso a um ensino de qualidade. De acordo com estudos da Hoper, 65,0% dos motivos analisados pelos alunos no processo de escolha da instituição de ensino superior estão relacionados à qualidade¹, enquanto apenas 16,0% têm relação à localização das instituições.

Por meio da matriz radial, nosso currículo adota uma organização integrada, interdisciplinar e orientada ao desenvolvimento progressivo de competências. Esse modelo permite ao estudante compreender as conexões entre os diferentes componentes curriculares do curso, atribuindo mais sentido à sua trajetória formativa e ampliando o valor de sua experiência de aprendizagem. Trata-se de uma proposta que vai além da simples padronização curricular ou da lógica tradicional de transmissão fragmentada de conteúdos, ainda presente em parte do ensino superior brasileiro.

Nossos alunos são incentivados a realizar o seu projeto de vida, ainda dentro da faculdade. Por isso, eles recebem o acompanhamento de consultores, que orientam a vida acadêmica de cada um deles e indicam os melhores caminhos para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A Academia de Futuros Profissionais, integrada ao currículo, estimula o pensamento empreendedor, o autoconhecimento e o planejamento de trajetórias profissionais, ampliando as possibilidades para que cada estudante desenvolva um percurso coerente com seu perfil e suas aspirações.

Reconhecendo que, com o advento da tecnologia, o acesso a conteúdo está praticamente universalizado, nosso foco está no desenvolvimento de competências perenes que permitam maior autonomia e uma atuação mais abrangente dos estudantes no exercício de suas profissões.

A preparação dos nossos professores reforça a nossa capacidade em proporcionar um ensino superior de alta qualidade.

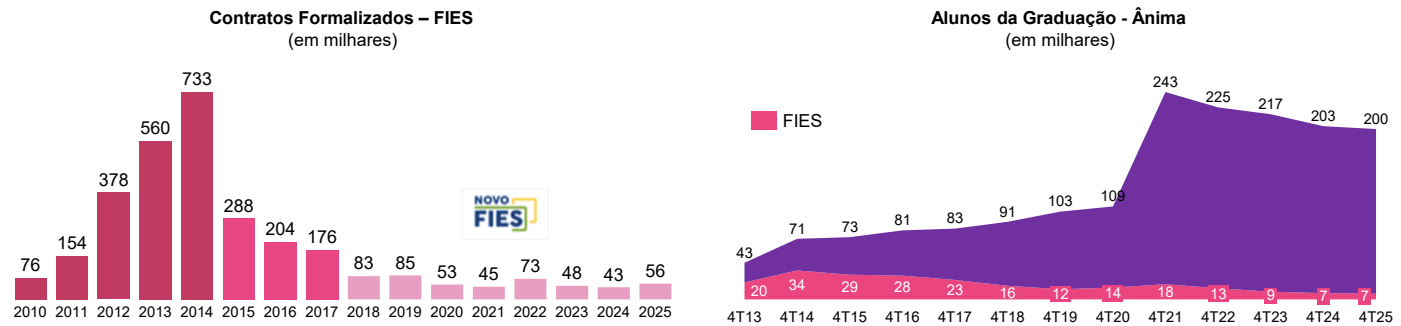
Modelo de negócios diferenciado que nos permite um posicionamento privilegiado para aproveitar o potencial do setor de educação brasileiro

Nosso modelo de negócios é capaz de proporcionar um alto padrão de qualidade acadêmica, aliado a uma forte cultura empresarial. Isso nos leva a resultados positivos e sustentáveis ao longo do tempo. Além disso, acreditamos que existe uma demanda crescente (pelo MEC, pelo mercado de trabalho e também pelos estudantes) por mais qualidade no setor

1.16 Outras informações relevantes

de educação no Brasil, o que nos coloca em uma posição diferenciada se comparados a outros grupos educacionais privados.

Essa tendência vem sendo confirmada, na medida em que mesmo com a redução relevante do volume de estudantes que utilizam financiamento estudantil, continuamos com uma sólida base de alunos, especialmente em alunos não financiados.



Desta forma, acreditamos possuir uma vantagem competitiva em relação aos nossos concorrentes que operam no setor privado por estarmos prontos para acompanhar o crescimento do setor de educação superior, capturando, com isso, mais valor para nossos acionistas.

Tradição e qualidade. É assim que nossas marcas são vistas e reconhecidas no mercado

Acreditamos que as marcas de educação no Brasil são essencialmente locais/regionais, salvo exceções normalmente restritas às instituições generalistas de massa ou de nicho, com atuação em uma ou poucas áreas de ensino. As marcas do ecossistema Ânima são tradicionais, algumas com mais de 50 anos de história nas regiões em que atuam.

Essa capacidade de criar identidades próprias nos permite, por exemplo, gerenciar duas instituições de ensino na mesma cidade (Una e UniBH, UniRitter e FADERGS), de forma bastante sinérgica, atraindo estudantes com diferentes perfis e ampliando a participação de mercado de ambas as instituições, simultaneamente.

Buscamos um posicionamento independente e único de nossas marcas, introduzindo elementos modernos e inovadores do Ecossistema Ânima, que faz a sala de aula ser um ambiente de grande transformação, onde os alunos são estimulados a se tornarem profissionais independentes, dotados de autoestima e conhecimento para transformar o mundo a sua volta.

Desta forma, a marca Ânima funciona como uma importante amálgama, principalmente para o mundo corporativo, fortalecendo o conceito de rede, absorvendo e transferindo credibilidade para as nossas instituições de ensino.

No início de 2013, agregamos ao nosso portfólio mais uma marca tradicional, a HSM, com mais de 25 anos de atuação na organização de eventos de gestão empresarial e forte presença no meio corporativo. Com uma atuação focada na área de educação em negócios e gestão, vemos na HSM o potencial de tornar-se uma marca referência nesse nicho de mercado, com alcance nacional. Isso não só potencializa a percepção de qualidade de nosso portfólio e de nossas marcas, como também nos permite ganhar escala por meio de sinergias entre nossa rede.

Acreditamos que nossa reputação e posicionamento no mercado contribuíram decisivamente para o sucesso das aquisições que fizemos nos últimos anos, bem como para a integração das instituições adquiridas, e que serão fundamentais em nossa estratégia de crescimento futuro.

Com o setor de educação ainda bastante pulverizado e com várias marcas regionais fortes, acreditamos que a estratégia de preservação das marcas adquiridas potencializa os benefícios decorrentes da reputação regional destas marcas e do reconhecimento dos princípios e valores do nosso modelo de negócios, uma vez integradas à nossa rede.

Valorizamos o que mais importa em uma organização: as pessoas

Acreditamos que nosso crescimento está diretamente vinculado às pessoas com as quais nos relacionamos, uma vez que o sucesso de uma instituição depende do desenvolvimento de uma cultura organizacional própria e autêntica,

1.16 Outras informações relevantes

baseada em princípios e valores praticados no dia a dia. Desta forma, incentivamos o desenvolvimento de nossos colaboradores e professores por meio de iniciativas específicas para cada um dos públicos.

Contamos com uma composição de cerca de 15 mil educadoras e educadores que trabalham para transformar o país pela Educação, colocando seus estudantes no centro de suas decisões e atuação. Cerca de 7 mil são docentes, que são entendidos como fonte de inspiração para nossos estudantes. Portanto, uma frente voltada para proporcionar ao docente uma experiência positiva e significativa em sua Jornada na Ânima tem sido fortalecida e conta projetos que visam atrair os melhores professores, acolhê-los em sua integração ao Ecossistema. Desenvolvê-los proporcionando diversos programas de formação e preparando-os para exercer seu papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem. E ainda, os nossos professores e professoras contam com acompanhamento e apoio no dia a dia propiciando engajamento e sentimento de pertencimento, além de contarem com ações de valorização e reconhecimento do professor.

Os demais colaboradores contam com programas específicos, compostos por trilhas presenciais e à distância (Ulife), de treinamento, visando o contínuo aprimoramento, tanto de habilidades técnicas específicas para o nosso setor quanto de habilidades comportamentais, como trabalho em equipe, inovação, relacionamento e comunicação.

Além disso, mantemos a atuação no acolhimento de todos os educadores e o engajamento dos educadores na cultura. Dessa maneira, o fortalecimento dos ritos de cultura é prioridade, buscando converter ações similares isoladas em ritos institucionais do Ecossistema, criando identidade e reforçando o senso de pertencimento. Reforçando os papéis de lideranças, Gestão de Pessoas e educadores na jornada da Cultura. Favorecendo uma comunicação eficaz e mensagem única para os educadores, respeitando as particularidades regionais e de localização. E ainda, reforçando os princípios e estratégias da Ânima de acordo com o contexto do momento. Para tanto, além dos ritos de gestão em que as lideranças tomaram como práticas como reuniões semanais de times, reuniões 1:1, encontros de planejamento e avaliação de resultados, ao longo do ano alguns ritos de cultura foram realizados periodicamente alcançando todos os educadores do Ecossistema, e estão detalhados no item 10.2 deste Formulário.

Acreditamos na integração destes aspectos, pessoas, qualidade, reputação, imagem, eficiência e de outros elementos de gestão como força propulsora da educação como eixo transformador, das vidas de nossos alunos, comunidades e finalmente, contribuindo para a transformação do nosso país.

Não paramos de crescer: forte perfil de rentabilidade no mercado

Entendemos que nossas operações possuem grande rentabilidade e relevante retorno sobre o capital investido. Além disso, ao adquirirmos uma instituição, buscamos maximizar sinergias e eficiência operacionais e, conseqüentemente, traduzir essas ações em aumento da rentabilidade de suas operações. Acreditamos que a nossa proposta de valor diferenciada e a sólida reputação de nossas marcas nos permitem praticar mensalidades superiores à média de mercado, que se traduzem em um EBITDA por estudante também maior do que as demais companhias abertas do setor de educação, que têm foco no ensino padronizado, nos permitindo continuar com crescimento consistente e realizando investimentos em qualidade.

Administração experiente, focada em resultados e apoiada por um parceiro estratégico renomado

Nossa Administração é composta por um time de gestão alinhado, com mais de 10 anos de trabalho em equipe e profundo conhecimento e experiência no setor de educação. A maioria de nossos executivos, incluindo os fundadores de nossa Companhia, faz parte também do bloco de controle, reforçando o alinhamento de interesses entre os acionistas e o nosso time de gestão.

O nosso time de gestão vem construindo um histórico de sucesso e de crescimento, tanto orgânico como por meio de aquisições. Procuramos garantir o alinhamento dos nossos interesses com os de nossos gestores e administradores por meio de uma estrutura de remuneração variável atrelada aos resultados alcançados.

Seguros

Cyber: Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética

1.16 Outras informações relevantes

Com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, que regulamenta a proteção de dados pessoais no âmbito nacional e tem como um dos principais desafios a proteção destes dados a partir da segurança cibernética, o Ecossistema Anima aderiu a contratação de seguros de riscos cibernéticos para cumprimento das diretrizes estabelecidas por essa lei. Apólice emitida pela seguradora AIG.

Essa apólice tem um capital segurado de R\$ 10.000.000,00, tendo como principais coberturas: Seguro de responsabilidade por dados pessoais e corporativos, Extorsão na internet, Seguro responsabilidade de dados eletrônicos, Custos de reparação da imagem prejudicada, Seguro responsabilidade por empresas terceirizadas, Custos de defesa em juízo, Responsabilidade pela segurança de dados quando ocorrer erro ou omissão, Investigação para descobrir causa do vazamento, Perda de faturamento e lucros.

Além disso, este seguro oferece ferramentas de controles e prevenções, evitando assim exposições e incidentes cibernéticos.

E&O: Responsabilidade Civil Profissional

Para garantir o sucesso da complexa operação nacional, atualmente o Ecossistema Anima conta com o apoio de pouco mais de diversos colaboradores, que inevitavelmente podem cometer falhas durante o exercício da profissão, resultantes de fatos inesperados, imprevisíveis e acidentais. Para proteger a companhia e os colaboradores contra reclamações geradas por erros e omissões nos serviços prestados a terceiros, foi contratado o seguro E&O, também chamado de Responsabilidade Civil Profissional.

Na prática, o risco é transferido para a apólice emitida pela Seguradora AIG Brasil, cujo capital segurado é de R\$ 10.000.000,00, e quando acionada, ressarcir os danos ocasionados a terceiros para erros que podem acontecer por negligência, imprudência, imperícia ou entre outras falhas indenizáveis.

As principais coberturas dessa apólice são: Falhas de supervisão ou erros de gestão (no caso de pessoas jurídicas em relação ao exercício da profissão pela pessoa física a ela vinculada, por contrato ou CLT), Violação de direitos autorais, Perda dados de clientes, Quebra de sigilo profissional, Quebra de contrato por atraso ou incapacidade, Danos materiais, Danos corporais, Danos morais a terceiros, Atos desonestos de funcionários, Gerenciamento de crise e custos com medidas para restituição de imagem, Extensão para consultores e agentes subcontratados.

RC – Responsabilidade Civil Geral

À medida que ficam cada vez mais conscientes de seus direitos, recorrer à Justiça para pleitear indenizações é uma prática progressivamente mais comum entre os brasileiros. De acordo com a legislação brasileira, pessoas ou empresas que causarem danos previstos em lei a um terceiro têm o dever de repará-los, essa obrigação é chamada de responsabilidade civil.

O Ecossistema Anima por entender que danos involuntários e acidentais podem acontecer a qualquer momento, decidiu aderir ao Seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG), que tem o objetivo de cobrir perdas decorrentes de danos corporais e/ou materiais causados a terceiros, garantindo assim a proteção de pessoas ou empresas que venham a ser judicialmente punidas no sentido de reparar prejuízos dessa natureza.

Para situações que necessitam de reparações, aderimos a apólice emitida pela Seguradora Zurich Brasil, que conta com um capital segurado no valor de R\$ 10.000.000,00. As principais coberturas incluem: Danos Corporais, Danos Materiais e/ou Danos morais causados a terceiros, Custos de defesa do segurado, Despesas com contenção e salvamento de sinistros, Poluição Súbita ou Acidental.

Property RC

Devido ao robusto plano de expansão da marca, hoje a Ânima administra diversas instituições em diferentes estados brasileiros com dezenas de unidades em operação. Para proteção dessa grande infraestrutura de bens e ativos que compõe nosso ecossistema, aderimos a apólice emitida pela Seguradora Zurich Brasil, que conta com um capital segurado no valor de R\$222.200.000,00

1.16 Outras informações relevantes

Embora nossas apólices de seguro estejam destinadas a cobrir riscos inerentes ao nosso negócio, consideramos baixa a possibilidade de ocorrência de sinistros relevantes em nossos estabelecimentos, pois não realizamos atividades de risco ou periculosidade que possam desencadear incêndios, enchentes, explosões, desmoronamentos etc.

Nossos edifícios e instalações sofrem maiores exposições á fenômenos naturais e outras intempéries e por esse motivo, estamos resguardados de eventuais prejuízos oriundos de caso fortuito ou força maior, decorrente de eventos que fogem do nosso controle. Celebramos assim a referida apólice de seguro patrimonial acima citada, que cobre dentre outros, danos decorrentes dos seguintes sinistros: incêndios, raios, explosões, alagamentos, danos elétricos, quebra de vidros, roubo e furto qualificado de bens, roubo de valores no interior do estabelecimento, tumultos, vendaval, fumaça com impacto de veículos, vazamento de tanques e tubulações, terremoto, tremor de terra etc.

AP- Acidente Pessoais Escolar - Aluno

O seguro de Acidentes Pessoais é um seguro que tem como objetivo proteger os beneficiários contra eventuais acidentes que possam ocorrer durante o período escolar ou em atividades extracurriculares.

Aderimos a contratação da apólice de Acidente Pessoais Escolar, emitida pela Metlife.

Essa apólice tem um capital segurado de R\$ 10.000,00, tendo como principais coberturas: Morte Acidental, Invalidez Total ou Parcial por Acidente (IPA), Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Assistencial Funeral para o Titular de R\$5.000,00.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de educação no Brasil registradas na CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso website (<https://ri.animaeducacao.com.br/>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

(em R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Receita bruta	8.414,5	7.778,6
Receita líquida	4.023,7	3.801,4
EBITDA ¹	1.438,3	1.312,9
EBITDA ajustado ²	1.492,2	1.361,0
Margem EBITDA ajustada ³	37,1%	35,8%
EBITDA Ajustado ex-IFRS ¹⁶ ²	1.206,8	1.084,9
Margem EBITDA Ajustada ex-IFRS ¹⁶ ³	30,0%	28,5%

¹ Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

³ Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Nossa receita bruta consolidada passou de R\$ 7.778,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 8.414,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a receita líquida consolidada passou de R\$ 3.801,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 4.023,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Nosso EBITDA Ajustado ex-IFRS¹⁶ exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.206,8 milhões (margem EBITDA Ajustada ex-IFRS¹⁶ de 30,0%) versus R\$ 1.083,7 milhões (margem EBITDA Ajustada ex-IFRS¹⁶ de 28,5%) no mesmo período do ano anterior. Essa expansão de margem é reflexo de uma combinação de iniciativas que incluem: a contínua melhora dos resultados operacionais dos nossos segmentos e a maior eficiência em nossa estrutura corporativa.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.424,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.121,8 milhões, refletindo a nossa capacidade de gerir adequadamente as nossas obrigações com colaboradores, estudantes fornecedores e credores. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente.

A tabela a seguir evidência determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

(em R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Líquida ¹	2.855,8	2.882,4
Dívida Líquida Ajustada ²	3.000,1	3.041,3
Dívida Líquida com o efeito IFRS ¹⁶ ³	4.175,9	4.230,0
Liquidez corrente ⁴	2,2	2,2

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de endividamento ⁵	0,7	0,7
Rentabilidade ⁶	6,38%	5,38%

¹ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre a Dívida Líquida Ajustada, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

³ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida com os efeitos do IFRS 16, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

⁴ Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁵ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁶ Calculado pela divisão entre o lucro (prejuízo) do período e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais

b. Estrutura de capital

Nossa estrutura de capital em 31 de dezembro de 2025 era composta de 28% de capital próprio e 72% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

(em R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Capital próprio		
Capital Social	2.451,7	2.451,7
Reservas de capital	22,1	23,1
Ágio em transações de capital	-242,7	-174,6
Ações em tesouraria	-175,2	-176,3
Reservas de lucros	244,6	150,3
Participação dos acionistas não controladores	533,2	506,0
Patrimônio líquido	2.833,7	2.780,2
Capital de terceiros		
Passivo circulante	1.164,1	962,9
Passivo não circulante	6.175,9	5.945,7
Total do passivo	7.340,1	6.908,6
Total do passivo e patrimônio líquido	10.173,7	9.688,8

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Nosso Patrimônio Líquido totalizou R\$ 2.833,7 milhões em 31 de dezembro de 2025. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024, que totalizou R\$ 2.780,2 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$ 53,5 milhões, como efeito do aumento na linha de reserva de lucros e na linha de ágio em transação de capital devido a transação entre acionistas.

Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures)

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento, representado pelos saldos de nosso passivo nas contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2025, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos registradas no passivo circulante e não circulante e outras obrigações) no valor de R\$ 4.561,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos registradas no passivo circulante e não circulante e outras obrigações) no valor de R \$4.134,3 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na opinião de nossa Diretoria temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2024, contávamos com uma Dívida Líquida de R\$ 2.855,8 milhões, composta por uma Dívida Bruta de R\$ 4.561,2 milhões somado ao total de Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras correspondente a R\$ 1.705,4 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
(em R\$ milhões)	2025	2024
Endividamento¹	4.561,2	4.134,3
Caixa e disponibilidades de caixa	1.705,4	1.252,0
Disponibilidade (Dívida) Líquida	-2.855,8	-2.882,3

¹ Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos derivativos e outras obrigações.

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.

No período compreendido entre os anos de 2024 e 2025 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados em melhoria de qualidade de nossos campi, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de softwares, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios e reforma de campi. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 2.1(f) do Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 31 de dezembro e 2024, nossa posição de caixa correspondia a R\$ 1.252,0 milhões, em 31 de dezembro e 2025 a posição de caixa correspondia a R\$ 1.705,4 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (sem os efeitos dos passivos de arrendamento IFRS 16) estão indicadas na tabela abaixo:

Modalidade Moeda	Taxa % a.a.¹	Saldo em 31 de dezembro de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

			Ano de Vencimento ²	2025	2024
Capital de giro	R\$	Prefixado 7,00% a CDI + 6,80%	2029	416,7	575,7
IFC	US\$	SOFR + 2,43%	2028	108,2	162,5
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 2,08%	2029	3.995,6	3.382,8
			Total	4.520,6	4.121,0

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de spread ao ano
² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debêntures.

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

Em 11 de abril de 2016, celebramos contrato de empréstimo nº 37083-00 com o International Finance Corporation (IFC), no montante de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), com uma taxa efetiva de (CDI + 1,49%) e com os juros sendo pagos a cada 6 (seis) meses, bem como com o principal em 11 (onze) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2019 e a última em 15 de março de 2024. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária de ações da Brasil Educação S.A. e garantias fidejussórias. Esse contrato encerrou em 2024.

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O pagamento de principal ocorrerá semestralmente, iniciando-se em 11 de novembro de 2021 e encerrando-se em 11 de novembro de 2024, ou seja, na data de vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento.

Além das debêntures de sua 2ª emissão, em 10 de julho de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto à International Finance Corporation (IFC) no montante de até US\$ 112,0 milhões, com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia. A primeira parte do valor financiado foi liberada em julho de 2020, no montante de US\$ 15 milhões.

Em 28 de março de 2022, a Inspirali realizou 1ª emissão de debêntures simples, com série única, no montante de R\$ 2.000.000.000,00. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão.

Em 20 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a realização da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, a Companhia, no valor total de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), as quais serão subscritas e integralizadas de forma privada pela Debenturista sendo que (i) as Debêntures emitidas no âmbito da primeira série servirão como lastro dos CRI CDI , doravante denominadas “Debêntures CDI”; no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), tem duração de 5 anos (bullet) e remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas DI, acrescida de sobretaxa (spread) de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) as Debêntures emitidas no âmbito da segunda série servirão como lastro dos CRI IPCA, doravante denominadas “Debêntures IPCA” no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), tem duração de 7 (sete) anos (amortizações programadas nos anos seis e sete) e remuneração prefixada de 8,0491% a.a.

Em 28 de abril de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.380 com o Banco do Brasil, no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,65% a.a) com o principal em 12 (doze) parcelas trimestrais, sendo a primeira devida em 28 de julho de 2024 e a última em 28 de abril de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente RF LP Empresa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 26 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a realização o termo de emissão da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e garantia fidejussória, em espécie única, para colocação privada, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Foram emitidas 100.000 (cem mil) notas comerciais no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 3,25% ao ano, o vencimento será em 01 de junho de 2026.

Em 28 de junho de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.411 com o Banco do Brasil, no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,6% a.a) com os juros sendo pagos mensalmente, bem como o principal em 06 (seis) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 25 de dezembro de 2024 e a última em 25 de junho de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente FUNDO RF DI TP FI.

Em 04 de julho de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.412 com o Banco do Brasil, no montante de R\$ 98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,6% a.a) com os juros sendo pagos mensalmente, bem como o principal em 06 (seis) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 25 de janeiro de 2025 e a última em 25 de julho de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente FUNDO RF DI TP FI.

Em 14 de agosto de 2023, o Conselho de Administração aprovou a realização o termo de emissão da 2ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e garantia fidejussória, em espécie única, para colocação privada, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) notas comerciais no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 3,25% ao ano, o vencimento será em 13 de agosto de 2028.

Em 10 de maio de 2024, a Inspirali realizou sua 2ª (segunda) Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, da Companhia. Totalizou o montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). Esta Emissão tem prazo total de 5 (cinco) anos, a contar da data de Emissão, com pagamento do principal de forma anual, em 3 (três) parcelas consecutivas – vencendo-se a primeira no 36º (trigésimo sexto) mês contado da data de Emissão e as seguintes a cada 12 (doze) meses –, incidindo taxa de juros de CDI +1,65% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de Emissão. Essa emissão foi destinada da seguinte forma: (i) quitação integral das Debêntures da 1ª (primeira) Emissão da Companhia (INEL11) (“Debêntures da 1ª Emissão”), que incide taxa de juros de CDI +2,60% ao ano; e (ii) o valor remanescente, após a quitação integral das Debêntures da 1ª Emissão, para reforço do caixa da Companhia e sustentação de sua estratégia de crescimento.

Em 22 de maio de 2024, o Conselho de Administração Ânima aprovou a realização da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, em que serão distribuídas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo, na data de emissão das Debêntures, o montante total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 1,92% ao ano, o vencimento será em 15 de maio de 2029.

Em 07 de agosto de 2024, o Conselho de Administração Ânima aprovou a realização da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em que serão distribuídas 360.000 (trezentas e sessenta mil) debêntures simples com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo na data de emissão das Debêntures, o montante total de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais). Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 1,92% ao ano, o vencimento será em 15 de agosto de 2029.

Em 30 de setembro de 2024, o Conselho de Administração Ânima aprovou a realização da 3ª emissão de notas comerciais escriturais. Foram emitidas 140 mil notas comerciais escriturais com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais). Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 1,75% ao ano, o vencimento será em 27 de setembro de 2027. O recurso desta captação foi utilizado para realizar o pagamento antecipado da 1ª e 2ª emissão de notas escriturais, reduzindo o custo de 3,25% ao ano para 1,75% ao ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 11 de outubro de 2024, em conformidade com as iniciativas de gestão do endividamento, foi concluída a renegociação com o Banco do Brasil S.A., que incluiu redução da taxa de juros de 2,60% e 2,65% ao ano para 1,65% ao ano, contratos de empréstimo ajustados (nº 191.101.380, nº 191.101.411 e nº 191.101.412), concomitantemente ao alongamento da dívida, que passou a ter seu vencimento final prorrogado para setembro de 2029 (originalmente entre agosto de 2026 e julho de 2027). Adicionalmente, foi pactuada uma carência com início das amortizações a partir de março de 2027.

Em 08 de maio de 2025, o Conselho de Administração Ânima aprovou a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, em que serão distribuídas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo na data de emissão das Debêntures, o montante total de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 1,60% ao ano, o vencimento será em 15 de maio de 2029.

Em 08 de outubro de 2025, o Conselho de Administração Ânima aprovou a realização da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, em que serão distribuídas 300.000 (trezentos mil) debêntures simples com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo na data de emissão das Debêntures, o montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 1,50% ao ano, o vencimento será em 15 de outubro de 2029.

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC (a)	10/07/2020	R\$ 242.320.800,00	15/03/2028	IFC	Garantidores Subsidiários Brasil Educação, IEDUC, Unimonte, Una, Vc Network, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, Sobepe, Vidam, Ânima, Ages, Unicuritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2,43% a.a SOFR
Inspirali Brasil	Banco Bradesco (líder)	31/03/2022	R\$ 2.000.000.000,00	30/03/2027	Debêntures	Real	CDI + 2,60% a.a.
Inspirali Brasil	XP Investimentos (líder) (b)	27/05/2024	R\$ 2.000.000.000,00	15/05/2029 (1ª série)	Debêntures	Cessão fiduciária dos direitos e créditos, exclusivamente dos cursos de medicina, detidos e a serem detidos pelas empresas controladas pela Inspirali Brasil.	CDI + 1,65% a.a.
Ânima Holding	XP Investimentos (líder)	28/12/2022	R\$ 800.000.000,00	13/12/2027 (1ª série) 13/12/2029 (2ª série)	CRI CDI CRI IPCA	Clean	CDI + 1,65% (1ª série) IPCA + 8,0481% (2ª série)
Ânima Holding	Banco do Brasil (c)	11/10/2024	R\$ 81.713.773,80	28/09/2029	Capital de giro	Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	CDI + 1,65% a.a
Ânima Holding	Banco do Brasil (c)	11/10/2024	R\$ 87.738.883,32	25/09/2029	Capital de giro	Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	CDI + 1,65% a.a
Ânima Holding	Banco do Brasil (c)	11/10/2024	R\$ 88.912.359,51	25/09/2029	Capital de giro	Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	CDI + 1,65% a.a
Ânima Holding	Banco ABC (d)	30/09/2024	R\$ 140.000.000,00	27/09/2027	Nota Comercial	Recebíveis: SOCEC e RITTER e Fiança: ASPEC/FADERGS/IBMR	CDI + 1,75% a.a
Ânima Holding	XP Investimento	22/05/2024	R\$ 200.000.000,00	15/05/2029	Debênture	Clean	CDI + 1,92% a.a
Ânima Holding	Banco Bradesco	20/08/2024	R\$ 360.000.000,00	15/08/2029	Debênture	Clean	CDI + 1,92% a.a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ânima Holding	UBS BB (e)	15/05/2025	R\$ 150.000.000,00	15/05/2029	Debênture	Fiança prestada: Ages Empreendimentos, MedRoom, SOBEPE e IBCMED.	CDI + 1,60% a.a
Ânima Holding	Banco BTG	15/10/2025	R\$ 300.000.000,00	15/10/2029	Debênture	Fiança prestada: Ages Empreendimentos, MedRoom, SOBEPE e IBCMED.	CDI + 1,50% a.a

Em 25 de agosto de 2023 foi realizada renegociação da taxa de juros de 2% a.a para 2,42826% a.a.

INEL12 para pré-pagamento da INEL11, e reforço de caixa.

Renegociação das dívidas ativas com o Banco do Brasil, para redução de taxa e aumento de prazo.

3ª Emissão de Nota Comercial, para quitação da 1ª e 2ª emissão, reduzindo a taxa e aumentando o prazo.

(ANIM17) 7ª Emissão de debênture, distribuída 33,33% para o Banco XP, e 66,66% para UBS (BB) corretora.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Considerando a totalidade dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante e não circulante da Companhia, sem considerar os passivos de arrendamento IFRS 16, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

	Em 31 de dezembro de			
	2025		2024	
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	2.729,2	60	2.324,1	56
Obrigações quirografárias	1.791,4	40	1.796,9	44
Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures ¹	4.520,6	100	4.121	100

¹ Compreende os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025 são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;

Manutenção de índices financeiros mínimos; e

Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

Contrato do IFC

No primeiro trimestre de 2025, solicitamos ao IFC waiver para os índices mínimos previstos contratualmente durante toda a vigência da dívida, conforme detalhado a seguir:

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,20;
- Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado –inferior a 3,0;
- EBITDA ajustado / Despesa financeira líquida – não inferior a 1,30.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Debêntures INEL12 (Inspirali)

- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,5;
- EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras Superior a 1,30.

Debêntures/CRI Ânima

- Até 31 de março de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;
- EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras - Superior a 1,3.

Notas Comerciais - Anima

- A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 30 de junho de 2025 - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0.

Capital de Giro - Anima

- A partir de 31 de dezembro de 2023 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5.

Capital de Giro - Rede

- A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5.

Debêntures ANIM15

- Até 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,5;
- A partir de 30 de junho de 2024 (exclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,0;
- EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras Superior a 1,30.

Debêntures ANIM16

- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado – não superior a 3,0;
- EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras – superior a 1,3.

Debêntures ANIM17

- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado – não superior a 3,0;
- EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras – superior a 1,3.

Debêntures ANIM18

- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado – não superior a 3,0;
- EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras – superior a 1,3.

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas na Emitente relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores da data-base, o lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e exaustão não relacionadas aos passivos de direito de uso (ou passivos de arrendamento), conforme aplicável, bem como dos juros e multas recebidos sobre as mensalidades pagas em atraso às escolas e sistemas de ensino e dos gastos de natureza não recorrente;

“EBITIDA” significa o lucro/prejuízo líquido do período, o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial;

“EBITDA Ajustado Pro Forma” o efeito de qualquer aquisição, se efetuada a qualquer momento durante os últimos 12 meses, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia do respectivo período de cálculo, sendo que, nos casos envolvendo novas aquisições da Emissora realizadas após a assinatura da Escritura de emissão, o Ebitda Ajustado Pro Forma será calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas ou não auditadas disponíveis, incluindo, se for o caso, em relatórios gerenciais da controladoria da Emissora elaboradas a partir de balanços contábeis das empresas auditadas;

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

“Dívida Financeira Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, fornecedores e impostos em atraso, mútuos e leasings à pagar, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

Em 30 de março de 2025 a Companhia assinou uma Carta de Dispensa (“Waiver Letter”) com o International Finance Corporation (“IFC”), na qual obteve waivers: (i) autorizando a antecipação de recebíveis de cartões de créditos e PraValer no valor total de até R\$ 120.000.000,00 (ii) considerando o novo perfil financeiro do Grupo após a aquisição da Laureate Brasil, renegociando os índices de “Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado”, “EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida” e “Liquidez Corrente” até o final da dívida. A referida Waiver Letter não implicou em nenhuma outra dispensa, alteração ou variação de quaisquer disposições do contrato de empréstimo com o IFC, as quais permanecem em pleno vigor e efeito.

Os contratos relacionados abaixo possuem cláusula cross-default. Do endividamento total 99% estão sujeitos a cláusula. O descumprimento e/ou quebra dos covenants também poderá acarretar o vencimento antecipado.

Moeda nacional	(em R\$ milhões)
Debêntures 2ª emissão- Inspirali Brasil	2.032.377
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2	801.843
Debêntures 5ª emissão	203.420
Debêntures 6ª emissão	381.030
Banco ABC 3ª emissão	121.817
Banco do Brasil - Capital de Giro	84.264
Banco do Brasil - Capital de Giro	91.805
Banco do Brasil - Capital de Giro	90.592
Banco do Brasil – Capital de Giro	129.108
Debêntures 7ª emissão	151.471
Debêntures 8ª emissão	303.658
Moeda estrangeira	(em R\$ milhões)
IFC	108.226

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 16 de dezembro de 2015, firmamos um Contrato de Financiamento com a FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relativo ao financiamento de projeto de inovação e pesquisa no valor de R\$ 23,6 milhões, representativos de 70% do valor total do projeto. Deste valor, R\$ 4,7 milhões foram liberados em dezembro de 2018, R\$ 5,4 foram liberados em março de 2017 e R\$ 3,5 milhões em março de 2016. O principal da dívida mencionada deve ser pago à FINEP em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, nos termos do contrato. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de janeiro de 2019, e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de janeiro de 2026.

Todos os demais financiamentos contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2025 possuem qualquer limite ou restrição de utilização e foram recebidos integralmente.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às desta seção 2.

Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino, relacionados a cursos de graduação, mestrado e doutorado (*stricto sensu*) e extensão, além de prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (*lato Sensu*), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, cursos preparatórios para a OAB - EBRADI, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais, incluídos em nosso segmento Ânima Core. O segmento Ânima Core respondeu por 54% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A modalidade educacional de ensino a distância por meio da utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, formam o segmento de Ensino Digital, que representa 8% das receitas no referido exercício. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada. Como uma visão adicional, destacamos a importante participação da Inspirali – que os serviços estão consolidados em sua maior parte no Ensino Acadêmico e têm atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina – respondeu por 38% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

No Ensino Acadêmico e Educação Continuada a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo, sendo que deverão estar adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Caso o período letivo já esteja em curso, a contratada está autorizada a reter, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da mensalidade vigente à ocasião do cancelamento da matrícula.

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

- **PROUNI** - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários-mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino optamos por oferecer bolsas integrais e parciais, sendo obrigatório oferecer no mínimo uma bolsa integral para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024, totalizaram R\$ 580,5 milhões, e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025, totalizaram R\$ 647,5 milhões. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.
- **Descontos concedidos pela mantenedora** - São descontos concedidos pela mantenedora das Universidades, Centros Universitários e Faculdades que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Pagamento no prazo - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.
- Captações de alunos - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.
- Convênios com empresas - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.
- Pós-graduação - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.
- Parentesco - São descontos oferecidos a parentes de alunos.
- Acordos - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.
- Desempenho acadêmico - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.
- Segundo curso - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.
- Devoluções - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.
- Bolsa de estudos - São descontos para funcionários da instituição e outras bolsas que variam a cada processo de captação, conforme estratégia comercial.

No caso de eventos e seminários, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

Para cursos *In Company* customizados e consultorias tecnológicas para empresas, são firmados contratos pelo valor completo trabalho ofertado, que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados com os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado.

O HSM Experience, que é a plataforma digital com conteúdo em educação executiva, tem sua receita diretamente relacionada a quantidade de usuários multiplicado pelo preço da licença para a plataforma. O aumento na receita está diretamente relacionado com a divulgação e parcerias existentes para o crescimento da plataforma sendo utilizada por executivos de várias instituições.

No caso da EBRADI – Escola Brasileira de Direito, oferecemos ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão.

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. Os serviços de consultoria são tributados por ISS, Pis e Cofins. O resultado das atividades não provenientes de cursos de graduação, caso lucrativas, estão sujeitas a IRPJ e CSLL.

Custos dos Produtos e Serviços

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 representavam cerca de 55,7% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa a maior parte dos custos com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de campus e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos campi. Com somente dois campi próprios, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos campi. As despesas de aluguel (incluindo depreciação do imobilizado), junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram cerca de 5,1% dos custos totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos campi, viagens técnicas, licenças de software acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 14,9% dos custos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, mais de 90% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma proxy de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de marketing, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da holding, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, marketing, planejamento financeiro, comercial, transformação digital, educação continuada, operações, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos campi e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de software administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido a uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

Imposto de renda e contribuição social

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Análise das variações de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(em R\$ milhões)	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)
RECEITA LÍQUIDA	4.023,7	100,00%	3.801,4	100,00%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	-1.490,2	-37,04%	-1.450,0	-38,14%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	2.533,5	62,96%	2.351,4	61,86%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	-1.531,5	-38,06%	-1.531,3	-40,28%
Despesas comerciais	-291,9	-7,25%	-290,7	-7,65%
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-185,4	-4,61%	-178,5	-4,70%
Despesas gerais e administrativas	-1.041,8	-25,89%	-1.043,3	-27,45%
Resultado de equivalência patrimonial	-8,9	-0,22%	- 11,8	-0,31%
Outras (despesas) receitas operacionais	-3,5	-0,09%	-7,0	-0,18%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.002,0	24,90%	820,1	21,57%
Receitas financeiras	252,5	6,27%	170,0	4,47%
Despesas financeiras	-1.001,6	-24,89%	-804,0	-21,15%
Resultado financeiro líquido	-749,2	-18,62%	-634,0	-16,68%
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS	252,9	6,28%	186,1	4,90%
IRPJ e CSLL corrente	-2,8	-0,07%	-2,4	-0,06%
IRPJ e CSLL diferido	6,6	0,16%	20,8	0,55%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	256,7	6,38%	204,5	5,38%
Participação da controladora	123,8	3,08%	85,1	2,24%
Participação de acionistas não controladores	132,9	3,30%	119,3	3,14%

Receita líquida

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 4.023,7 milhões, representando um aumento de 5,8% se comparado ao mesmo período no ano anterior, originado principalmente por crescimento de receita da Inspirali e do Ensino Digital, em função de amadurecimento das bases de alunos, aumento de vagas e oferta de novo curso de medicina, e de uma eficaz estratégia de crescimento de tiquete.

Custos dos produtos e serviços

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, nossos custos totalizaram R\$ 1.490,2 milhões, o que representa um aumento de R\$ 40,2 milhões, em relação ao mesmo período de 2024. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 38,1% no exercício findo em 2024 para 37,4% no mesmo período de 2025.

Lucro bruto

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$ 2.533,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representa um aumento de R\$ 182,1 milhões, em relação ao mesmo período de 2024. Em relação à receita líquida, no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

exercício findo em 31 de dezembro de 2024 nosso lucro bruto representou 62,96%. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens.

Despesas comerciais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas comerciais, totalizaram R\$ 291,9 milhões, ou 7,25% sobre a receita líquida, enquanto, no mesmo período de 2024 totalizaram R\$ 290,7 milhões ou 7,65% da receita líquida, ficando em linha com o ano anterior, seguindo o acompanhamento diligente acompanhamento diligente de custos e despesas, sem deixar de lado otimizações na estratégia comercial.

Despesas gerais e administrativas

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1.041,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o que representa 25,89% da receita líquida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1.043,3 milhões, ou 27,45% da receita líquida.

Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa somaram R\$ 185,4 milhões, ou 4,6% sobre a receita líquida, ficando em linha com o ano anterior quando representava 4,7% da receita líquida.

Resultado de equivalência patrimonial

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de um prejuízo de R\$ 2,7 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para um prejuízo de R\$ 2,9 milhões no mesmo período de 2025. A sociedade constituída com a Gama Academy apresentou um prejuízo de R\$ 4,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para um prejuízo de R\$ 1,7 milhões no mesmo período de 2025. A sociedade Vivae, apresentou um prejuízo de R\$ 7,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para um prejuízo de R\$ 1,9 no mesmo período de 2025. A sociedade Community apresentou prejuízo de R\$ 4,0 milhões.

Outras (despesas) receitas operacionais

As outras (despesas) receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 3,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, enquanto no mesmo período de 2024 totalizaram uma receita de R\$ 7,0 milhões.

Resultado financeiro líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$ 749,2 milhões, ante um resultado negativo de R\$ R\$ 634,0 milhões no mesmo período de 2024, decorrente, principalmente ao aumento na despesa de juros.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, reportamos uma receita de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 3,8 milhões, comparado a uma receita de R\$ 18,4 milhões no mesmo período de 2024.

Lucro líquido (prejuízo) do período

Em razão dos fatores acima evidenciados, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizou um lucro de R\$ 256,7 milhões, ou R\$ 52,2 milhões acima do valor reportado no mesmo período de 2024, que correspondeu a um lucro de R\$ R\$ 204,5 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2025 comparado ao do período findo em 31 de dezembro de 2024

(em R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	Var. 25 / 24 (\$)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	256,7	204,4	52,2
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	185,4	178,5	6,9
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	269,0	329,9	- 60,9
Amortização direito de uso de arrendamentos	158,5	151,1	7,4
Resultado de equivalência patrimonial	8,9	11,8	- 2,9
Despesas juros sobre empréstimos, debêntures e impostos parcelados	671,1	516,6	154,4
Baixa de custo de captação e taxa de antecipação por antecipação pagamento de debêntures	-	25,7	- 25,7
Ganhos com investimento	- 15,0	-	- 15,0
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	38,8	4,2	34,5
Despesa financeira de arrendamentos	142,9	142,3	0,6
Valor justo com derivativos	31,7	- 1,1	32,7
Valor justo bolsa Proies	26,1	17,1	9,0
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	- 3,8	- 18,4	14,6
Outros ajustes ao lucro	12,1	13,4	- 1,2
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Redução (aumento) de contas a receber	- 273,6	- 321,2	47,6
Redução (aumento) de depósitos judiciais	0,1	- 23,2	23,3
Redução (aumento) de outros ativos	- 6,0	37,1	- 43,0
(Redução) aumento de fornecedores	- 11,1	33,5	- 44,5
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salariais	- 17,9	- 18,7	0,8
(Redução) aumento de adiantamento de clientes	4,2	38,4	- 34,2
(Redução) aumento de provisão para riscos	- 98,3	- 78,8	- 19,6
(Redução) aumento de outros passivos	- 5,8	3,2	- 9,0
Variação nos ativos e passivos operacionais:	- 408,4	- 329,7	- 78,7
Juros pagos	- 738,8	- 635,3	- 103,4
Imposto de renda e contribuição social pagos	- 3,2	- 2,2	- 1,0
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	631,9	608,4	23,5
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Concessões	- 7,6	- 2,2	- 5,4
Recebimentos	4,6	1,5	3,1
Aumento de capital de não controladores	0,5	1,2	- 0,8
Redução (aumento) de capital em investida	- 31,5	- 4,1	- 27,4
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	-	- 9,0	9,0
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras	- 333,0	- 307,1	- 25,9
Compra de ativo imobilizado	- 94,1	- 87,3	- 6,8
Compra de ativo intangível	- 123,2	- 88,5	- 34,6
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos, financiamentos e debêntures			

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Captações	445,9	2.815,8	- 2.369,9
Amortizações	- 89,5	- 2.526,9	2.437,4
Perda com derivativos	- 10,1	- 10,9	0,8
Amortização de títulos a pagar na aquisição de participações	- 52,2	- 41,8	- 10,4
Pagamento de arrendamentos (principal)	- 142,5	- 133,3	- 9,2
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis	- 8,0	- 8,8	0,8
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	- 70,7	- 246,8	176,1
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	72,8	- 152,7	225,5
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NO EXERCÍCIO	120,4	- 39,8	160,2
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES			
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	99,6	139,4	- 39,8
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	220,0	99,6	120,4

A aplicação líquida de caixa e equivalente de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 120,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2024 tínhamos um saldo negativo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 39,8 milhões. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025:

- Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$ 23,5 milhões, passando de uma geração de R\$ 608,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para uma geração de caixa de R\$ 631,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
- Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investiram R\$ 584,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e geraram R\$ 88,8 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esta variação pode ser explicada por investimentos na linha de aplicações financeiras.
- Caixa gerado nas atividades de financiamento: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as atividades de financiamento geraram R\$ 72,8 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$ R\$ 152,7 milhões no mesmo período de 2024, explicado principalmente pelo pagamento de dividendos e Juros de capital próprio em 2025.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. Resultado das nossas operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são o número de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 5,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, explicado pelo aumento de ticket líquido, originado principalmente da Inspirali e do Ensino Digital, com amadurecimento das bases de alunos e de uma eficaz estratégia de crescimento de ticket. Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram significativamente nossas receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Inflação

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2024 e 2025 as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

Câmbio

2.2 Resultados operacional e financeiro

Não auferimos receita atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, as oscilações do câmbio não interferiram nem provocaram qualquer impacto em nossos resultados operacionais. Somente na HSM, onde temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira, mantivemos operações de “compra” de moeda à termo (NDF – Non Deliverable Forward) em dólares, com objetivo de proteção contra a variação cambial.

Taxa de Juros

A maior parte do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 4.521,0 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 do Formulário de Referência.

Financiamento a Estudantes

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Mudanças adotadas no programa a partir de 2015 impactaram negativamente nosso resultado. Porém, para não haver dependência do financiamento do governo, mantemos desde 2006 uma opção privada, o Pravalier, em parceria com a empresa de mesmo nome. Para maiores informações sobre o FIES, vide item do 1.6 do Formulário de Referência.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2025 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve alterações.

Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve impactos.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2025 quaisquer opiniões modificadas e ênfases nos relatórios dos auditores da Companhia.

Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2025 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

No exercício social de 2025, não houve introdução de qualquer segmento operacional. No exercício social de 2024, consideramos mudanças estratégicas, bem como a forma para acompanhar o desempenho do negócio, o segmento “*Lifelong learning*” passou a ser apresentado como parte do segmento “Ânima Core”, e o segmento “Ensino digital” passou a ser apresentado de forma segregada. Adicionalmente, o segmento corporativo passou a considerar, além das despesas exclusivas relacionadas à governança e despesas financeiras da Holding, despesas de estruturas corporativas que prestam serviços para todos os segmentos do Grupo.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 14 de novembro de 2025, adquirimos, por meio da subsidiária Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. 10.741 quotas do capital social do Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda., correspondentes a 10,741% do capital total. Com essa operação, a Inovattus passou a deter o equivalente a 83,901% do capital social do CESUV. A operação foi caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Companhia já detinha o controle final do CESUV por meio da Inovattus.

Em 12 de setembro de 2025, a Insegnare Educacional S.A. (“Insegnare”), subsidiária da Inspirali Educação S.A., exerceu os direitos decorrentes de instrumento contratual de opção para aquisição dos 45% remanescentes do capital social do CESG – Centro de Ensino Superior de Guanambi S.A. (“CESG” ou “UniFG”), passando a deter 100% da CESG.

Em 02 de dezembro de 2024, assinamos, por meio da subsidiária IBCMED, contrato para aquisição de 100% das quotas ordinárias da EMR - Eu Médico Residente Ensino Ltda. A transação não estava sujeita à aprovação do CADE.

c. Eventos ou operações não usuais.

Tivemos alguns eventos não usuais e de natureza não recorrente que impactaram o resultado de nossas controladas:

(em R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025
Reestruturação e verbas rescisórias	11,7
Outros	1,0
TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES	12,7

Em 2025 tivemos total de R\$ 12,7 milhões de despesas não recorrentes, decorrentes principalmente das iniciativas que realizamos para melhoria da eficiência operacional, que incluem principalmente as verbas rescisórias da reestruturação de folha acadêmica e administrativa.

2.5 Medições não contábeis

a. valor das medições não contábeis

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2025	2024
Lucro Bruto Ajustado	2.713,8	2.557,7
Lucro Líquido Ajustado	189,9	187,0
Resultado Operacional Ajustado	1.795,8	1.651,5
EBITDA	1.438,3	1.312,9
EBITDA Ajustado	1.492,2	1.361,0
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	1.206,8	1.084,9
Dívida Líquida	2.855,8	2.882,4
Dívida Líquida Ajustada	3.000,1	3.041,3
Dívida Líquida com efeito IFRS16	4.175,9	4.230,0

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias revisadas:

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

Em 23 de junho de 2022, a CVM expediu a Resolução CVM nº 156/22 dispõe sobre a divulgação voluntária do EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) pelas companhias abertas, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2022. As informações sobre o EBITDA divulgadas neste item 2.5 observam as regras da referida instrução.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, não apresentam o fluxo de caixa dos períodos indicados e não deverão ser considerados uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas. O uso do EBITDA, do EBITDA Ajustado e do EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 como indicadores da lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas.

O EBITDA corresponde ao nosso lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação, amortização e exaustão e da equivalência patrimonial, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é uma resultante do EBITDA ajustado para voltar os efeitos das multas e Juros sobre mensalidades, equivalência patrimonial e itens não recorrentes. O EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 é composto pelo EBITDA Ajustado excluindo o impacto da adoção do IFRS 16.

A tabela a seguir representa a conciliação do nosso EBITDA e do nosso EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2025	2024
Lucro Líquido	256,7	204,4
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(3,8)	(18,4)
Resultado financeiro líquido	749,2	634,0
Depreciação e amortização	427,4	481,0
(+/-) Equivalência Patrimonial	8,9	11,8

2.5 Medições não contábeis

EBITDA	1.438,3	1.312,9
Margem EBITDA	35,7%	34,5%
(+) Multas e Juros sobre Mensalidades	41,2	38,9
(+/-) Itens não recorrentes	12,7	9,2
- Desmobilizações	-	0,9
- Verbas rescisórias	11,7	28,4
- Baixas contábeis de ativos	-	3,8
- Outros	1,0	(23,9)
EBITDA Ajustado	1.492,2	1.361,0
Margem EBITDA ajustado	37,1%	35,8%
(+/-) Efeito IFRS-16	(285,4)	(276,1)
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	1.206,8	1.084,9
Margem EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16	30,0%	28,5%

Em janeiro de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS 16 – Arrendamentos, (no Brasil a norma correlata é o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)), que alterou os critérios de reconhecimento de contratos que envolvem a disponibilidade de uso de bens com a explícita finalidade de trazer a maioria dos arrendamentos de uma arrendatária para o balanço patrimonial. Além dos impactos nos saldos e na apresentação das demonstrações financeiras da arrendatária, também houve mudanças na contabilização ao longo do prazo de vigência do arrendamento.

Na Companhia, o impacto observado está relacionado aos contratos de aluguel, já que a maior parte de nossas unidades acadêmicas e administrativas são alugadas, e a maioria delas possui valores relevantes, estando assim abrangidas pela nova norma.

No balanço patrimonial, o movimento contábil que se observa é: na conta de ativo, passamos a reconhecer o direito de uso dos ativos para todos os nossos contratos de aluguel; enquanto no passivo, registramos a obrigação referente ao valor presente dos mesmos contratos de aluguel.

Já na demonstração de resultado, a despesa que anteriormente era despesa de aluguel será substituída por despesas de depreciação do ativo de direito de uso e despesas financeiras decorrentes do custo do passivo de arrendamento.

Como consequência das despesas financeiras calculadas sobre o custo amortizado do passivo, as companhias irão registrar despesas maiores no início do prazo do arrendamento para a maioria dos contratos, uma vez que os pagamentos do arrendamento são fixos e as despesas de juros são maiores no início do contrato. Por outro lado, a depreciação do ativo de direito de uso tende a ser constante.

Ainda que seja uma mudança de classificação estritamente contábil, a nova regra atinge o cálculo do EBITDA, na medida em que as despesas de aluguel deixam de ser consideradas nessa métrica. Já no Lucro Líquido o impacto é negativo, uma vez que os aluguéis se desdobram em duas contas redutoras, a da depreciação do ativo de direito de uso e a das despesas financeiras do passivo.

De forma a facilitar ao mercado uma visão transparente e comparável de nossos resultados, publicamos, durante todo o ano, as nossas informações excluindo o efeito IFRS-16, adicionalmente aos números que já consideram a nova classificação.

Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16

Nós calculamos a dívida líquida a partir da soma de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures e derivativos deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nos ativos e passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Líquida Ajustada é calculada pela soma da Dívida Líquida com ajuste de outras obrigações nos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 é calculada pela soma da Dívida Líquida Ajustada com o efeito dos passivos em decorrência do IFRS 16 (aplicado em 1 de janeiro de 2019). Não existe uma definição padrão para medir a Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não são medidas de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou medidas de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

2.5 Medições não contábeis

A tabela abaixo mostra a reconciliação de caixa e equivalentes apresentados no balanço patrimonial, a dívida líquida como um dos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2025	2024
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(220,0)	(99,6)
(-) Aplicações Financeiras	(1.485,4)	(1.152,4)
Caixa e Aplicações Financeiras	(1.705,4)	(1.252,0)
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.520,6	4.121,1
- Empréstimos, financiamentos e debêntures circulante	345,2	146,9
- Empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante	4.175,4	3.974,1
(+) Derivativos	40,6	13,3
- Derivativos circulante	17,4	1,7
- Derivativos não circulante	23,2	11,6
Dívida Líquida	2.855,8	2.882,4
(+) Outras Obrigações	144,2	158,9
Dívida Líquida Ajustada	3.000,1	3.041,3
(+) Efeito IFRS 16	1.175,9	1.188,7
- Arrendamentos a pagar circulante	111,1	141,4
- Arrendamentos a pagar não circulante	1.064,8	1.047,3
Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16	4.175,9	4.230,0

Lucro bruto ajustado

O Lucro bruto ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. O Lucro bruto ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as IFRS e não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. O uso do Lucro bruto ajustado como indicador de lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como a depreciação e amortização e itens não recorrentes. A reconciliação deste indicador encontra-se na tabela a seguir.

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2025	2024
Lucro Bruto	2.533,5	2.351,4
Deprec. & Amort.	175,5	200,4
Itens Não Recor.	4,8	5,9
Lucro Bruto Ajustado	2.713,8	2.557,7

Resultado operacional ajustado

O Resultado operacional ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. O Resultado operacional ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as IFRS e não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. O uso do Resultado operacional ajustado como indicador de lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como a depreciação e amortização, despesas corporativas, multas e juros sobre mensalidades, bem como itens não recorrentes. A reconciliação deste indicador encontra-se na sessão. A reconciliação deste indicador encontra-se na tabela a seguir.

	Em 31 de dezembro de

2.5 Medições não contábeis

<i>(Em milhões de Reais)</i>	2025	2024
Resultado Operacional	1.010,9	831,9
Deprec. & Amort.	427,4	481,0
Despesas Corporativas	303,6	290,5
Multa & Juros Mens.	41,2	38,9
Itens Não Recor.	12,7	9,2
Resultado Operacional Ajustado	1.795,8	1.651,5

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro líquido ajustado é uma medida de desempenho financeiro não baseada nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") adotada por nossa Administração e conciliada com nossas demonstrações financeiras. O Lucro líquido ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as IFRS e não possui significado padronizado e nossa definição poderá não ser comparável à utilizada por outras empresas. O uso do Lucro líquido ajustado como indicador de lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como a depreciação e amortização, despesas corporativas, multas e juros sobre mensalidades, bem como itens não recorrentes. A reconciliação deste indicador encontra-se a seguir.

	Em 31 de dezembro de	
<i>em R\$ milhões</i>	2025	2024
Lucro (Prejuízo) Líquido	256,7	204,4
(-) Participação dos acionistas não controladores	132,9	119,3
Lucro (Prejuízo) Líquido, atribuível aos acionistas controladores	123,8	85,1
Itens Não-Recorrentes – EBITDA	11,1	9,1
Recuperação de impostos	-	(16,0)
Amortização de intangível	55,1	90,5
Penalty fee pré pagamento de debenture	-	1,7
Baixa do custo de captação da debênture pré-paga	-	16,6
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	189,9	187,0

c. motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações:

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

A nossa Administração acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 são medidas práticas para aferir o desempenho operacional e permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16

A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, e não deverão ser considerados como representatividade do nosso endividamento. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas.

A nossa Administração acredita que a Dívida Líquida, *Dívida Líquida Ajustada* e a Dívida Líquida *Ajustada* com efeito IFRS16 são medições não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro para captação de recursos e representa mais adequadamente nosso endividamento financeiro.

2.5 Medições não contábeis

Lucro Bruto Ajustado

A nossa Administração acredita que o Lucro Bruto Ajustado é medição não contábil representa mais adequadamente para aferir a eficiência operacional de sua prestação de serviços e permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Resultado Operacional Ajustado

A nossa Administração acredita que o Resultado Operacional Ajustado é medição não contábil representa mais adequadamente o desempenho operacional, antes dos custos corporativos, e permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Lucro Líquido Ajustado

A nossa Administração acredita que o Resultado Operacional Ajustado é medição não contábil representa mais adequadamente o lucro do período ao desconsiderar itens de natureza não recorrente e/ou amortização de ativos de aquisições.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 24 de fevereiro de 2026 foi celebrado o contrato de compra e venda de participação societária, onde houve a aquisição de 10.521 quotas do capital social da Faseh no montante aproximado de R\$ 45.321. A Inovattus aumentou sua participação societária na Faseh, passando de 83,90% para 94,42%. A operação é caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Companhia já detinha o controle da Faseh por meio da Inovattus. A Faseh permanece sendo integralmente consolidada nas demonstrações financeiras da Ânima.

2.7 Destinação de resultados

Período	2025
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados, provisão para o imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.
Valores das Retenções de Lucros	A ata da assembleia geral ordinária realizada no dia 24/04/2026, que deliberou sobre o resultado do exercício social de 2025, foi aprovada distribuição de dividendos, conforme proposta da administração, no percentual de 25% do lucro líquido, no importe de R\$ 0,0777847798950463 por ação, já deduzida a reserva legal, nos termos do art. 26 do Estatuto Social, conforme abaixo: Cálculo dos dividendos mínimos: Lucro do Exercício R\$ 123.754.747,03 Reserva Legal (5%) R\$ 6.187.737,35 Lucro Ajustado para distribuição R\$ 117.567.009,68 25% do lucro após a constituição da reserva R\$ 29.391.752,42 Quantidade de ações 377.859.942 Dividendo por ação R\$ 0,0777847798950463
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 5% Reserva de Investimentos: 0%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

2.7 Destinação de resultados

	(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e (v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.
(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
(e) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não possuímos ativos ou passivos relevantes que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens relevantes que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos investimentos são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nossos investimentos totalizaram R\$ 217,3 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nossos investimentos totalizaram R\$ 175,8 milhões. Nossos investimentos envolvem a abertura de novas unidades, renovação de nossos *campi*, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos. Além dos investimentos de manutenção e expansão, continuamos alocando recursos em tecnologia aplicada à educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e evolução das plataformas tecnológicas para nosso ensino híbrido, modelo acadêmico (E2A) e dos nossos projetos de Inovação, dentro do nosso contexto de transformação digital.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para financiamento de nossos investimentos, utilizamos principalmente os recursos provenientes do próprio caixa gerado por nossas atividades operacionais, bem como pelos financiamentos em curso e eventuais novos empréstimos captados em bancos de primeira linha, bancos de fomento ou ainda junto ao mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, não realizamos desinvestimentos relevantes.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem aquisições em andamento já divulgadas.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia está em processo de diagnóstico e análise ASG, em virtude desse trabalho, não há, por enquanto, a definição de plano relacionado às questões.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Além dos fatores mencionados no item 2.10 deste Formulário de Referência, não existem outros fatores com influência relevante.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável, uma vez que no exercício social encerrado e corrente a Companhia não divulgou projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não aplicável, uma vez que no exercício social encerrado e corrente a Companhia não divulgou projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as nossas demonstrações financeiras anuais, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente e de forma relevante, influenciando, desse modo, eventuais decisões de investimento relacionadas a nós ou às nossas controladas. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá, “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.3. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”.

Enfrentamos uma concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada mercado geográfico em que operamos. Se não competirmos com eficiência, corremos o risco de perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades e centros universitários públicos e privados. Nossos concorrentes podem oferecer cursos mais atrativos, contar com melhor infraestrutura, mais prestígio acadêmico e de mercado, unidades com localização mais conveniente e/ou cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo não cobrar mensalidades. Neste contexto, podemos incorrer os seguintes riscos:

- (i) Podemos ser obrigados a aumentar nossas despesas e custos operacionais, incluindo custo docente, marketing e estrutura física para melhorar nossos serviços, infraestrutura e posicionamento de mercado;
- (ii) Podemos ser forçados a reduzir nossas mensalidades e consequentemente nossa lucratividade como resposta à concorrência a fim de manter ou atrair novos estudantes ou buscar novas oportunidades de mercado;
- (iii) Podemos perder participação no mercado e consequentemente diminuir a quantidade de alunos em nossas unidades;
- (iv) Podemos ser pressionados para investirmos recursos adicionais na melhoria de serviços educacionais, tecnologia e desenvolvimento de novos currículos e iniciativas para o aumento da qualidade de nosso ensino.

Parte da nossa estratégia de crescimento está baseada na aquisição de outras empresas, o que pode exigir notificação e ser contestado pelo CADE, além de necessitar de comunicação ao Ministério da Educação nos casos de transferências de mantença e aumento de endividamento da Companhia. As aquisições e reorganizações societárias apresentam riscos que podem afetar adversamente nossas operações e receitas.

Nossa estratégia de crescimento envolve, além do crescimento orgânico, o crescimento por meio da aquisição e integração de instituições de ensino superior à nossa rede de ensino, sujeito a riscos. O processo de aquisição de Instituições de Ensino Superior compõe nossa estratégia de crescimento. No entanto, existem riscos inerentes, entre os quais destacamos os seguintes:

- (i) Podemos não ser capazes de identificar instituições e outros negócios que ofereçam oportunidades adequadas de aquisição ou condições favoráveis no momento em que desejarmos realizá-la;
- (ii) O processo de diligência de negócios pode não conseguir identificar todas as contingências legais, técnicas ou regulatórias de responsabilidade da instituição a ser adquirida, das quais passaremos a ser sucessores legais, e portanto podemos assumir passivos ou contingências das empresas adquiridas e/ou resultantes de reorganizações societárias, relacionadas a

4.1 Descrição dos fatores de risco

questões cíveis, regulatórias, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, ambientais, imobiliárias, questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos, os quais podem não ser suficientemente cobertos pelas garantias contratuais prestadas pelos vendedores das instituições de ensino, ou podem não ter sido identificados no decorrer do processo de diligência legal e de negócios realizada na instituição de ensino. Nesse caso, podemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão;

(iii) A aquisição pode não contribuir para a estratégia comercial como esperado;

(iv) Podemos pagar por qualquer instituição ou negócio adquirido um valor que se mostre superior ao valor estimado como justo, devido, entre outros fatores, ao atual cenário competitivo por alvos de aquisições no segmento em que atuamos;

(v) Nossa estratégia de atuação está pautada no fortalecimento das marcas regionais das instituições que adquirimos, as quais estão sujeitas a riscos institucionais e reputacionais próprios e específicos;

(vi) O processo de aquisição pode ser demorado e os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados. Além disso, pode estar sujeito à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), que pode rejeitá-lo ou aprová-lo com restrições;

(vii) A aquisição de direitos de manutença deve ser informada ao Ministério da Educação ("MEC"), que analisará as novas condições da oferta de ensino no processo de credenciamento. Deve ser informada ao MEC, em até 60 dias após a aquisição, e a nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento das instituições de ensino superior transferidas e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal, que será avaliada por ocasião do credenciamento institucional;

(viii) O processo de aquisição cria desafios adicionais em termos de manutenção de nossa qualidade e cultura de ensino, e não há garantia de que nossa marca não será prejudicada em decorrência de qualquer queda, real ou percebida, em nossa qualidade de ensino;

(ix) O processo de aquisição pode sofrer contratempos e desviar uma maior atenção e tempo de nossa Administração para questões ligadas à transição ou à integração, em relação ao inicialmente previsto;

(x) Podemos enfrentar riscos significativos no processo de integração das operações e gestão de quaisquer unidades adquiridas (incluindo aquisições realizadas e futuras), tais como a administração de um número maior de funcionários, a dispersão geográfica, migração de sistemas, criação e implementação de controles, adoção de procedimentos e políticas eficientes e padronizados, além de custos de integração não previstos e impacto na cultura organizacional;

(xi) Estamos constantemente analisando oportunidades de negócios que podem expandir nossas atividades para outros segmentos educacionais em que atualmente não atuamos e não temos histórico ou experiência. Podemos não obter resultados operacionais satisfatórios nesses novos segmentos a curto ou mesmo longo prazo, o que pode nos afetar adversamente.

A Companhia pode descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, pelas quais pode ser responsabilizada, inclusive como sucessora.

Tais contingências podem envolver questões trabalhistas, regulatórias, previdenciárias, cíveis, criminais e fiscais, entre outras, além de direitos do consumidor e questões ambientais. As próprias empresas adquiridas podem ser responsabilizadas por contingências que não identificaram no momento da aquisição pela Companhia, e a Companhia também pode ser responsabilizada por essas contingências, resultando nos seguintes riscos:

(i) Podemos incorrer em custos e despesas relacionados a essas contingências e os valores retidos do preço das aquisições para cobrir contingências identificadas no processo de auditoria podem não ser suficientes;

(ii) Podemos ter impactos reputacionais não previstos diante da perda de confiança de investidores, estudantes e outras partes interessadas da Companhia;

(iii) Podemos enfrentar sanções ou restrições operacionais decorrentes de contingências não identificadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem impactar negativamente nossa empresa.

A Companhia e seus administradores podem, no futuro, se envolver em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em diversas áreas, como cível, tributária, trabalhista, criminal e ambiental, entre outras. Esses processos podem surgir tanto de questões relacionadas às nossas operações regulares quanto de eventos específicos, como reestruturações societárias ou desafios regulatórios. Decisões que não estejam a nosso favor, especialmente aquelas envolvendo contratos com entidades públicas, benefícios fiscais ou nossa reputação institucional, podem nos expor aos seguintes riscos:

- (i) Resultar em custos substanciais, incluindo o pagamento de indenizações, multas e honorários advocatícios;
- (ii) Podem prejudicar a nossa reputação perante os alunos, investidores e o público em geral. Isso pode resultar em uma perda de confiança e credibilidade, afetando negativamente nossas marcas e posição no mercado;
- (iii) Decisões adversas em processos judiciais ou administrativos podem resultar em mudanças regulatórias ou exigências adicionais impostas à empresa. Isso pode aumentar a burocracia, os custos de conformidade e limitar a flexibilidade operacional.

Para obter mais informações sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais, consulte os itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Nossas instituições de ensino podem ser consideradas responsáveis primárias ou solidárias pelas dívidas trabalhistas de terceirizados.

Celebramos diversos contratos de prestação de serviços, como alimentação, *call center*, limpeza, segurança e informática, para atender melhor às necessidades dos nossos estudantes e garantir maior conforto e qualidade em todos os setores das nossas atividades.

Se as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós e/ou nossas instituições de ensino não cumprirem as exigências da legislação trabalhista, podemos ser considerados responsáveis solidários ou subsidiários pelas suas dívidas trabalhistas e podemos correr os seguintes riscos:

- (i) Obrigar-nos a pagar multas ou atuações impostas pelas autoridades competentes.

A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou a violação à propriedade intelectual de terceiros podem resultar em danos à nossa reputação e financeiros.

Nosso sucesso depende, em parte, da proteção e preservação de nossos ativos de propriedade intelectual, como marcas registradas, patentes e softwares, conforme previsto pelas leis brasileiras. Acreditamos que nossas marcas são ativos valiosos e essenciais para o nosso sucesso, e qualquer problema relacionado à propriedade intelectual pode nos afetar significativamente. Neste contexto, estamos expostos aos seguintes riscos:

- (i) Eventos como o indeferimento definitivo de nossos pedidos de registro de marca pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ou o uso não autorizado de nossas marcas registradas podem diminuir o valor de nossas marcas ou prejudicar nossa reputação, impactando negativamente nossos resultados operacionais;
- (ii) Se não conseguirmos obter os registros pendentes ou proteger adequadamente nossos ativos intangíveis, isso pode ter impactos adversos relevantes em nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros;
- (iii) A marca Ânima Educação ainda está sob análise do INPI, e não podemos garantir que o registro será concedido na classe pretendida ou sem ressalvas quanto à exclusividade de uso. Se não conseguirmos registrar essa marca ou impedir que terceiros a utilizem para identificar os mesmos serviços que prestamos, nossos resultados podem ser adversamente afetados. Além disso, terceiros titulares de marcas semelhantes ou idênticas às nossas podem se opor à utilização da marca, o que, em última instância, pode nos impedir de usá-la, causando um impacto prejudicial em nossos negócios, imagem e resultados;
- (iv) A perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou outras informações sensíveis, bem como a interrupção de nossas operações, podem afetar negativamente nossos resultados financeiros;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(v) Terceiros podem alegar que nossos produtos ou serviços violam seus direitos de propriedade intelectual, o que pode resultar em disputas onerosas e demoradas devido à incerteza dos litígios envolvidos.

Podemos enfrentar dificuldades para atualizar e aprimorar nosso projeto pedagógico, bem como para manter uma boa relação custo-benefício para nossos alunos.

Nossos currículos e programas de ensino estão centrados na formação acadêmica de alta qualidade para preparar os alunos para o mercado de trabalho, visando aumentar suas chances de empregabilidade. Para nos destacarmos da concorrência, regularmente revisamos nossos currículos e desenvolvemos novos programas de ensino, incorporando novas tecnologias e estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Se não conseguirmos atender às expectativas de nossos alunos e do mercado de trabalho, eles podem reduzir sua percepção de uma formação de qualidade e buscar outras opções educacionais;

(ii) Podemos enfrentar dificuldades para lançar novos programas de ensino na mesma velocidade que nossos concorrentes ou conforme a demanda dos empregadores;

(iii) Podemos ter problemas para atrair e reter alunos caso a relação custo-benefício de nossos cursos seja questionada.

Nosso sucesso depende da qualidade do nosso corpo docente, e a falta de mecanismos para reter professores ou a saída não planejada de docentes pode ter um impacto negativo em nosso negócio.

O corpo docente desempenha um papel crucial na manutenção da qualidade dos nossos cursos e na preservação da nossa reputação. No entanto, entendemos que há uma escassez de professores qualificados no mercado, o que resulta em uma competição acirrada pela contratação desses profissionais. Neste contexto, incorremos nos seguintes riscos:

(i) Não podemos garantir que conseguiremos reter nossos atuais professores ou recrutar novos docentes que atendam aos nossos elevados padrões de qualidade, especialmente considerando a expansão geográfica contínua de nossas operações;

(ii) A falta de professores qualificados ou uma diminuição na qualidade percebida do nosso ensino, em um ou mais dos nossos mercados, pode ter um impacto prejudicial na reputação de nossas instituições;

(iii) Os estudantes podem enfrentar dificuldades no aprendizado, na obtenção de competência e desenvolvimento de suas carreiras;

(iv) Professores qualificados são essenciais para oferecer uma educação de alta qualidade. Se não conseguirmos atrair ou manter um corpo docente qualificado, a qualidade do ensino pode diminuir, afetando a experiência educacional dos estudantes;

(v) Se não oferecermos condições atrativas o suficiente para reter professores qualificados, podemos perder talentos para outras instituições ou concorrentes.

Podemos enfrentar desafios na expansão bem-sucedida de nossa presença e desempenho no segmento de ensino à distância.

Operar com sucesso um programa de ensino à distância e investir nas tecnologias necessárias para isso pode ser um desafio, especialmente considerando as rápidas mudanças nas necessidades tecnológicas, expectativas dos clientes e padrões de mercado. Precisamos adaptar rapidamente nossos produtos e serviços para acompanhar essas mudanças, o que pode ser dificultado pela introdução de plataformas superiores por concorrentes ou pela falta de recursos para desenvolver e adaptar nossos próprios recursos tecnológicos. Além disso, o sucesso de nossos programas de ensino à distância depende do amplo acesso à Internet pela população em geral e de outros fatores tecnológicos fora de nosso controle. Estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Se o interesse dos alunos pelo ensino à distância não crescer, podemos enfrentar dificuldades em implementar nossa estratégia de ensino à distância, o que prejudicaria nosso crescimento;

(ii) A flexibilização das barreiras regulatórias também permite a entrada de novos concorrentes no mercado de educação à distância, o que pode reduzir nossas oportunidades de crescimento;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iii) A regulamentação da educação à distância pelo Ministério da Educação (MEC) nos obriga a obter credenciamento e credenciamento para operar nossas instituições de ensino superior e oferecer cursos e programas de ensino à distância;

(iv) Mudanças nas leis e regulamentos governamentais, como descredenciamento de instituições privadas e imposição de controles de mensalidades, podem prejudicar significativamente nossos negócios e afetar diretamente o crescimento do ensino à distância no país;

(v) Os alunos precisam se registrar nos conselhos profissionais correspondentes para exercer suas profissões após a formatura. Alguns desses conselhos podem rejeitar a inscrição de graduados de cursos de ensino à distância, argumentando que eles não possuem a qualificação necessária. Isso pode afetar a empregabilidade e a reputação dos alunos formados em cursos de ensino à distância;

(vi) Podemos enfrentar uma concorrência significativa nos valores das mensalidades o que pode afetar a lucratividade do negócio.¹²

Podemos não conseguirmos manter a qualidade de ensino e infraestrutura em nossas instituições ou não obtermos avaliações positivas de avaliação de nossas unidades, cursos e alunos.

A manutenção da qualidade de ensino em nossas instituições é uma prioridade essencial para alcançar nossos objetivos de negócio. A percepção de qualidade é influenciada por diversos fatores, como a qualidade dos currículos, do corpo docente, da infraestrutura, dos serviços e aspectos regulatórios. Por isso, não podemos garantir que:

(i) Encontraremos novos imóveis com infraestrutura adequada ou que seremos capazes de instalar e manter infraestrutura adequada em imóveis adquiridos;

(ii) Conseguiremos desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível praticado atualmente para novos cursos;

(iii) Sejamos atraentes e competitivos ou possuamos processos que garantam a contratação e manutenção de um corpo docente alinhado aos padrões de qualidade da Companhia;

(iv) Tenhamos processos internos que atendam às expectativas e ao nível de serviço de nossos alunos, o que pode afetar inadvertidamente a percepção da qualidade de nossa prestação de serviços;

(v) Nossas instituições e alunos são frequentemente avaliados pelo MEC. Portanto, qualquer queda nos resultados de avaliação no Índice Geral de Cursos ou no ENADE pode prejudicar a imagem de nossa marca, afetando negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira;

(vi) Podemos ser obrigados a celebrar um termo de compromisso com o MEC, estabelecendo metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias, caso algum de nossos cursos seja avaliado como insatisfatório. O não cumprimento total ou parcial dessas condições pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, como desativação de cursos, suspensão temporária de ingresso de novos estudantes e até descredenciamento, além de impactar nosso acesso a políticas de financiamento ou benefícios fiscais;

(vii) A necessidade de corrigir deficiências na qualidade do ensino e da infraestrutura pode exigir investimentos significativos em melhorias, aumentando os custos operacionais e reduzindo a rentabilidade;

(viii) A percepção negativa da qualidade do ensino pode levar à diminuição do número de alunos matriculados e aumentar a desafio de atração de novos alunos.

O aumento nos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades por parte de nossos estudantes pode ter impactos negativos em nossas operações.

A conjuntura econômica e social do país pode proporcionar um aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de mensalidades por parte de nossos estudantes e nos expor aos seguintes riscos:

(i) Pode afetar negativamente nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as obrigações financeiras;

(ii) Pode impactar a provisão para créditos de liquidação duvidosa e o atingimento de nossas metas e objetivos;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iii) Podemos aumentar nossos custos com a recuperação de dívidas em atraso, seja através de processos judiciais, negociações com devedores ou a contratação de serviços de cobrança terceirizada.

Nosso endividamento pode impactar negativamente nossos negócios.

A disponibilidade de recursos em volumes adequados e a custos acessíveis são essenciais para financiar nossos planos de expansão e manter nosso negócio como está estruturado atualmente. A falta desses recursos pode prejudicar nossa estratégia de crescimento e nos expor aos seguintes riscos:

(i) Podemos ser forçados a reavaliar nosso portfólio de operações e buscar alternativas de desalavancagem e desinvestimento;

(ii) Situações adversas podem afetar nossa capacidade de gerenciar o nível de endividamento decorrente de nossa estratégia de crescimento, resultando em alavancagem financeira excessiva e riscos relacionados ao pagamento de nossos passivos financeiros;

(iii) Nossa capacidade de obter novos empréstimos e financiamentos pode ser limitada, bem como nossa reputação e percepção de risco no mercado financeiro do país;

(iv) Podemos ser exigidos que destinemos uma parte substancial do nosso fluxo de caixa para pagar custos financeiros da dívida e que pode prejudicar os níveis de qualidade acadêmica e prestação de serviços desejados;

(v) Podemos ficar em desvantagem competitiva em relação a alguns concorrentes com menos dívida e que podem estar mais bem posicionados para futuras oportunidades de aquisição de ativos atrativos;

(vi) Aumentar nossa vulnerabilidade a condições econômicas adversas, como mudanças nas taxas de juros ou uma queda nos negócios ou na economia.

Nosso sucesso depende da nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas e comportamentais do setor educacional e que tornam processos internos mais eficientes.

Podemos enfrentar dificuldades para acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas. As rápidas alterações na tecnologia e as mudanças nas necessidades e expectativas tecnológicas dos nossos estudantes, juntamente com os padrões do mercado, podem afetar a qualidade do ensino e de nossos serviços, podendo nos expor aos seguintes riscos:

(i) Nossos concorrentes podem lançar produtos ou plataformas de serviços superiores aos nossos e afetar nossa capacidade de atrair e reter alunos com demandas tecnológicas avançadas;

(ii) O sucesso na implementação dessas inovações no ensino também depende do acesso da população à internet a um custo acessível, bem como de fatores tecnológicos fora do nosso controle. Se o acesso à internet se tornar mais difícil ou mais caro, ou se o interesse em serviços educacionais online não aumentar, ou ainda se a velocidade da internet não for suficiente para acessar as metodologias oferecidas, podemos ter dificuldades em implementar nossa estratégia de crescimento nos serviços de ensino, o que pode afetar negativamente nossos negócios e resultados;

(iii) Podemos enfrentar riscos operacionais na utilização de sistemas internos e que podem impactar negativamente na prestação de serviços aos alunos e na redução da produtividade interna e afetar nossa competitividade;

(iv) Podemos não dispor de tecnologias educacionais suficientes e que possam ser compatíveis com o padrão de qualidade e expectativas de nossos alunos;

(v) Podemos não ser ágeis na implementação de tecnologias que envolvem a utilização de inteligência artificial ou não gerenciar adequadamente os riscos associados;

(vi) Podemos incorrer em custos adicionais na implementação de soluções tecnológicas com o objetivo de melhorar nossa prestação de serviços;

(vii) Outras mudanças de comportamento, cultura e costumes populacionais, juntamente com fatores econômicos e tecnológicos, também podem influenciar a atratividade e a utilidade dos nossos cursos para o nosso público-alvo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Parte do nosso sucesso depende da qualidade da nossa equipe executiva, e a perda de qualquer membro da alta administração pode afetar negativamente nosso negócio.

Nosso sucesso futuro está intrinsecamente ligado à continuidade e à competência dos serviços prestados pela nossa alta administração, que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na execução das nossas estratégias de negócio. Neste contexto estamos sujeitos aos seguintes riscos:

- (i) podemos perder membros da nossa alta administração para empresas concorrentes ou para indivíduos que decidam empreender na criação de instituições de ensino concorrentes;
- (ii) Não podemos garantir que a remuneração contratual ou os acordos de não concorrência celebrados com nossa alta administração sejam suficientemente abrangentes ou eficazes para evitar que esses membros renunciem aos cargos que ocupam atualmente, ou que os acordos de não concorrência sejam mantidos pelo Poder Judiciário ou completamente respeitados pelas partes envolvidas;
- (iii) Podemos enfrentar dificuldades para encontrar substitutos adequados ou fazê-lo dentro de um prazo adequado, o que poderia ter um impacto adverso significativo em nossos negócios e resultados.

Podemos ser responsabilizados por eventos que ocorram em nossas unidades, e nossa cobertura de seguros pode não ser suficiente para proteger contra perdas substanciais.

Podemos ser responsabilizados por atos ilícitos praticados por diretores, professores e funcionários relacionados às nossas atividades. Em caso de acidentes, lesões ou outros danos a nossos estudantes dentro de nossas unidades, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de negligência, supervisão inadequada ou outras formas de responsabilidade. Também podemos enfrentar alegações de assédio moral, sexual ou outros atos ilícitos por parte de professores ou outros funcionários contra nossos estudantes. Nossas apólices de seguro atuais podem:

- (i) Não oferecer proteção adequada contra esses tipos de reivindicações e podem não ser suficientes para cobrir eventuais indenizações que possamos ser obrigados a pagar;
- (ii) Essas apólices podem não cobrir certos atos ou eventos;
- (iii) Não podemos garantir que, no futuro, seremos capazes de renovar nossas apólices de seguro nas mesmas condições atuais ou a preços adequados;
- (iv) Ações de responsabilidade podem afetar nossa reputação e prejudicar nossos resultados financeiros. Mesmo que essas ações sejam malsucedidas, podem causar publicidade negativa, afetar nossa imagem, reduzir o número de matrículas, aumentar a evasão de estudantes.

Podemos estar sujeitos às penalidades da Lei 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), da Lei Federal de Procedimentos Administrativos e/ou da Lei de Improbidade Administrativa caso a conduta de algum de nossos colaboradores se enquadre em atos tipificados na legislação.

O Brasil ainda possui uma percepção de elevado risco de corrupção pública, o que pode deixar a Companhia exposta à possíveis violações de leis anticorrupção. A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito civil e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores, colaboradores e terceiros agindo em seu nome. Mantemos relações com entes públicos principalmente através do Programa Mais Médicos, convênios com prefeituras e outras entidades públicas para os cursos de Medicina, programas de financiamento público de fomento à educação (FIES, ProUni e outros programas municipais e estaduais) e para obtenção de licenças necessárias ao nosso funcionamento (Alvarás, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, licenças regulatórias para o setor de educação e outras necessidades eventuais e do cotidiano do negócio). Estamos sujeitos aos seguintes riscos:

- (i) Multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(ii) Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de detectar violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, como leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais, detectar ocorrências de condutas indevidas e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, gerenciar todos os riscos identificados na sua política de gerenciamento de riscos e novos riscos e detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais.

Falhas na proteção de dados pessoais podem afetar a reputação da Companhia e nos causar perdas financeiras.

O governo brasileiro promulgou a Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – “LGPD”) em 14 de agosto de 2018, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade. A LGPD estabelece limites e condições para o tratamento de dados pessoais por pessoas jurídicas. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Caso não estejamos em conformidade com a LGPD, podemos nos expor aos seguintes riscos:

(i) Advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$ 50 milhões por infração;

(ii) Podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós ou prestadores de serviços devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD;

(iii) Podemos experimentar danos significativos à nossa reputação impactando negativamente as operações comerciais e os resultados da Companhia;

(iv) Podemos enfrentar custos adicionais relacionados à implementação de medidas corretivas, contratação de consultoria especializada, treinamento de funcionários e investimentos em tecnologia para garantir a conformidade com a lei.

Podemos realizar novas emissões de valores mobiliários, o que pode resultar em diluição societária e econômica da participação de nossos acionistas em nosso capital social.

Para captar recursos financeiros adicionais, podemos emitir publicamente ou de forma privada títulos de dívida, ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações. No entanto, se financiamentos públicos ou privados não estiverem disponíveis, ou se nossos acionistas ou membros do Conselho de Administração assim decidirem, tais recursos podem ser obtidos por meio do aumento do nosso capital social, o que pode diluir a participação dos acionistas atuais. Além disso, implementamos planos de outorga de opções de compra de ações para nossos administradores e colaboradores podendo nos expor aos seguintes riscos:

(i) A emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou a emissão de novas ações no contexto desses planos, pode resultar na diluição da participação dos acionistas em nosso capital social;

(ii) A diluição resultante das emissões de valores mobiliários pode afetar os direitos dos acionistas existentes, como o direito a dividendos, voto e participação nos lucros da empresa.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

Conforme estabelecido em nosso estatuto social, temos a obrigação de distribuir aos nossos acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. No entanto, esse lucro líquido pode ser utilizado de diversas formas, como capitalização, compensação de prejuízos, formação de reservas ou retenção, de acordo com as disposições legais. Portanto, pode ocorrer que o montante disponível para distribuição não seja suficiente para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Adicionalmente, a legislação permite que uma empresa não distribua dividendos obrigatórios em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração considere que essa distribuição seja inviável diante da situação financeira da empresa, ocasionando os seguintes riscos:

(i) Os acionistas podem não receber os dividendos ou juros sobre o capital próprio esperados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar perda de receita e danos à reputação da Companhia, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações.

Os ativos de informação da Companhia estão sujeitos a falhas em sua segurança cibernética, que podem incluir:

(i) Ataques cibernéticos, como invasões das plataformas e sistemas de tecnologia da informação, com o objetivo de acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir sistemas, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas pela Companhia, decorrentes de *malware*, *ransomware*, *worm*, *phishing*, engenharia social e exploração de fraquezas do ambiente e sistemas;

(ii) Violação de privacidade e dados pessoais, com acesso ou divulgação não autorizados de dados confidenciais e/ou particulares de clientes, tanto por pessoas dentro como fora da Companhia;

(iii) A Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, através da internet, de dados eletrônicos contendo informações pessoais e confidenciais de clientes, os quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Prejuízos decorrentes de danos à segurança de rede e violação de dados de clientes podem expor a Companhia aos seguintes riscos:

(i) Impactos na imagem e reputação da Companhia;

(ii) Paralisação de sistemas ou indisponibilidade de serviços, ocasionando perdas de negócios, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas;

(iii) Divulgação não autorizada de informações ou perda de ativos líquidos significativos;

(iv) Conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização;

(v) Custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações, bem como custos necessários à restauração de ambientes;

(vi) Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, investigar ou remediar vulnerabilidades ou violações, ou comunicar ataques cibernéticos a seus clientes;

(vii) A Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade ou ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do previsto para combater tais ataques, pois as formas de ataques cibernéticos estão sempre sendo alteradas e reinventadas.

Nosso sucesso depende da localização e infraestrutura adequada em imóveis próprios e de terceiros nos quais a Companhia faz investimentos relevantes.

A mobilidade urbana, os sistemas inadequados de transporte público e os altos custos de transporte em muitas cidades brasileiras tornam a localização e a acessibilidade das unidades educacionais um fator decisivo para os alunos que escolhem uma instituição educacional. Portanto, um componente-chave do sucesso das nossas instituições consiste em encontrar, alugar e/ou comprar imóveis estrategicamente localizados que atendam às necessidades logísticas dos alunos. Estamos expostos aos seguintes riscos neste contexto:

(i) Não podemos garantir que serão mantidos os imóveis atuais ou adquiridos novos imóveis que estejam estrategicamente localizados;

(ii) Os custos de aquisição, custos associados a benfeitorias, construção e reparos de imóveis existentes e valores de aluguel dos imóveis utilizados pelas unidades podem variar significativamente no futuro e causar um efeito adverso em nossos negócios;

(iii) Devido a mudanças demográficas e socioeconômicas nas regiões em que operamos, não podemos garantir que a localização das unidades continuará atraente e conveniente para os respectivos alunos;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iv) Um componente importante do resultado de nossos negócios consiste em operarmos unidades em imóveis de terceiros e de mantê-las com a infraestrutura adequada, incluindo aspectos regulatórios. Eventuais alterações das condições de prestação de serviços ou em nossa necessidade ou intenção de permanência nesses imóveis, que podem resultar em devoluções ou mudanças de imóveis, podem reduzir a vida útil de nossas benfeitorias gerando impactos negativos em custos e despesas com depreciação;

(v) Em caso de término dos contratos de locação dos imóveis de terceiros, por exemplo, existe o risco de que apenas parte das benfeitorias efetuadas pela Companhia nestes imóveis sejam indenizadas pelo proprietário/locador, variando de acordo com o que foi determinado no respectivo contrato de locação e impactando adversamente a Companhia.

Podemos ser prejudicados se não conseguirmos identificar, abrir, manter e/ou instalar nossas unidades de forma economicamente eficiente e/ou se não obtivermos os atos e/ou provimentos administrativos necessários para autorizações ou credenciamentos das nossas unidades de maneira oportuna.

A abertura de novas unidades, a manutenção das unidades existentes e/ou a consolidação daquelas provenientes de aquisições feitas pela Companhia representam desafios significativos que requerem investimentos substanciais, envolvendo os seguintes riscos:

(i) Podemos ser ineficientes na alocação de investimentos em infraestrutura, marketing, pessoal e outras despesas pré-operacionais;

(ii) Podemos não ser capazes de identificar e manter nossas unidades em locais estratégicos e na negociação de aquisição, locação ou sublocação de imóveis, construção ou reforma de instalações, obtenção e manutenção de licenças de funcionamento, alvarás de construção e certificados de conclusão de obras;

(iii) Podemos falhar na contratação e treinamento de docentes e funcionários;

(iv) Podemos enfrentar riscos no registro de nossas novas unidades no MEC antes de abri-las ou operá-las, bem como obter o credenciamento das instituições de ensino, autorização ou reconhecimento dos cursos, para que possamos expedir diplomas e certificados aos nossos estudantes.

Podemos enfrentar dificuldades na manutenção ou renovação dos atuais contratos de locação, na celebração de novos contratos de locação em condições favoráveis e na manutenção dos imóveis próprios.

Os contratos de locação nos quais a Companhia figura como locatária têm prazos determinados que variam de 5 (cinco) a 20 (vinte) anos, conforme estabelecido na Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, alterada pela legislação vigente ("Lei de Locação"). Caso a Companhia não consiga manter seus Contratos de Locação, celebrar novos contratos e/ou renová-los em condições consideradas adequadas ou favoráveis, poderemos enfrentar os seguintes riscos:

(i) Enfrentar interrupções em nossas atividades e ser impactada negativamente. Isso pode resultar em custos relacionados à realocação de operações e perda ou diminuição de receita, especialmente se não conseguirmos encontrar imóveis substitutos adequados ou se houver atrasos ou custos elevados na localização desses imóveis;

(ii) A rescisão eventual dos Contratos de Locação de imóveis operacionais relevantes da Companhia, conforme previsto no art. 53 da Lei de Locação, podem ter impactos negativos em seus negócios;

(iii) A não obtenção ou renovação de alvarás e licenças necessários para as atividades nos imóveis, bem como a execução de ônus incidentes sobre os imóveis/unidades ocupadas, podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Enfrentamos riscos relacionados à obtenção e renovação de licenças e alvarás necessários para a instalação e operação de nossas unidades.

As atividades da Companhia estão sujeitas à obtenção e manutenção de diversas autorizações, licenças e alvarás essenciais para a operação e localização de nossas unidades, tais como licenças de funcionamento e o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Estas devem ser regularmente renovadas o que pressupõe o cumprimento de inúmeros requisitos regulatórios. Em caso de impossibilidade de obtenção ou renovação dessas licenças e alvarás, corremos os seguintes riscos:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- (i) Enfrentar sanções administrativas ou judiciais, incluindo multas e até mesmo a suspensão ou interdição das unidades em operação;
- (ii) A falta dessas autorizações pode acarretar complicações relacionadas ao seguro em caso de acidentes, impactando negativamente nossa imagem perante o público;
- (iii) Custos adicionais e necessários para a obtenção de licenças e alvarás.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas, conhecidas como "Covenants", em seus contratos de dívida. O descumprimento desses termos pode resultar no vencimento antecipado das dívidas.

Essas cláusulas "Covenants" abrangem tanto aspectos financeiros quanto não financeiros em seus contratos de empréstimo e financiamento. Os aspectos financeiros envolvem métricas como a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA ajustado, que é avaliada anualmente. Além disso, existem obrigações não financeiras, como restrições a mudanças no controle societário, entre outras. A Companhia pode enfrentar dificuldades para cumprir esses requisitos financeiros e obrigações devido a condições adversas no ambiente de negócios, como falta de liquidez ou retração do mercado, podendo incorrer nos seguintes riscos:

- (i) As dívidas podem ser antecipadamente vencidas, o que limitaria o acesso a novas fontes de financiamento para seus planos de investimento;
- (ii) Cláusulas de aceleração cruzada ou inadimplemento cruzado podem ser acionadas em outros contratos financeiros e de garantia existentes;
- (iii) O vencimento antecipado de qualquer contrato financeiro pode comprometer a capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos e ter um impacto adverso significativo em seus negócios e situação financeira.

Os interesses dos nossos Acionistas Controladores podem ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

Nossos Acionistas Controladores têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e decidir sobre quaisquer questões que sejam de competência dos nossos acionistas, inclusive sobre reorganizações societárias, cancelamento de nosso registro de companhia aberta, alienação de nossas controladas, montante e momento para distribuição dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas, ressalvadas as exigências de dividendo obrigatório, de acordo com nosso estatuto social. Desde que nossos Acionistas Controladores continuem a ser titulares de uma parcela significativa de nosso capital, ainda que essa parcela seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do nosso capital social, nossos Acionistas Controladores poderão continuar a ser capazes de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre nossas decisões, dessa forma incorremos nos seguintes riscos:

- (i) Os interesses de nossos Acionistas Controladores poderão ser divergentes ou conflitantes com os interesses de nossos demais acionistas, inclusive para orientar nossos negócios, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados;
- (ii) Nossos Acionistas Controladores detêm menos que 50% do capital votante da Companhia, o que nos torna suscetíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle detentor da maioria do capital votante;
- (iii) Não podemos garantir que a influência e controle que vêm sendo exercidos pelos Acionistas Controladores sejam mantidos. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações poderá não ser atingido;
- (iv) Poderemos não gozar da mesma proteção conferida pela lei contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos sofridos;
- (iv) Qualquer mudança repentina ou inesperada no quadro de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, bem como a ocorrência do vencimento antecipado ou a rescisão de contratos pode nos afetar adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os negócios da Companhia e incorremos nos seguintes riscos:

- (i) Caso as transações com partes relacionadas não sejam conduzidas de forma transparente e justa, os acionistas podem sofrer prejuízos financeiros, seja pela diluição de seus interesses ou pela alocação inadequada de recursos da empresa;
- (ii) Transações envolvendo partes relacionadas podem ser percebidas pelo público como falta de transparência ou como um sinal de má governança corporativa, afetando negativamente a reputação da Companhia;
- (iii) Conflitos de interesses podem levar a decisões que não são necessariamente as mais benéficas para a empresa em termos financeiros, resultando em perdas ou custos adicionais que afetam os resultados operacionais da Companhia;
- (iv) Se as partes envolvidas perceberem que foram prejudicadas por conflitos de interesses nas negociações, isso pode resultar em disputas legais onerosas para a empresa, além de danificar sua imagem perante o mercado.

Podemos não obter os resultados financeiros esperados de nossas subsidiárias

Nossa empresa é composta por diversas subsidiárias. Nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras e pagar dividendos aos acionistas depende das restrições assumidas em contratos de financiamento, do fluxo de caixa e dos lucros gerados por essas subsidiárias. É também essencial que esses lucros sejam distribuídos a nós na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Os riscos associados às nossas subsidiárias e empresas coligadas são os mesmos que nos afetam diretamente, são eles:

- (i) não podemos garantir que teremos acesso a esses recursos ou que serão suficientes para cumprir nossas obrigações financeiras e pagar dividendos. A falta de disponibilidade desses recursos, ou sua insuficiência, pode ter um impacto significativo e prejudicial em nossos negócios e resultados;
- (ii) Os novos investimentos podem estar sujeitos às condições econômicas e de mercado, como flutuações na demanda por educação superior, mudanças na regulamentação governamental, concorrência crescente ou diminuição do financiamento público para o ensino superior;
- (iii) Alocar recursos em novos investimentos pode exigir financiamento adicional, o que aumenta a exposição da holding ao endividamento. Flutuações nas taxas de juros, disponibilidade de crédito ou condições econômicas adversas podem dificultar o acesso a financiamento ou aumentar os custos de capital;
- (iv) Os novos investimentos podem envolver a operação de diferentes tipos de instituições educacionais ou programas acadêmicos, cada um com seus próprios desafios operacionais. Problemas como falta de qualificação de pessoal, dificuldades na integração de sistemas e processos ou resistência à mudança podem impactar negativamente o desempenho dos novos empreendimentos;
- (v) Investir em novas áreas ou programas educacionais pode expor a holding a regulamentações adicionais ou alterações na legislação educacional. Não conformidade com requisitos regulatórios ou mudanças na política governamental podem resultar em sanções, multas ou restrições operacionais;
- (vi) O desempenho dos novos investimentos pode afetar a reputação global da holding. Problemas como baixa qualidade acadêmica, má gestão financeira ou escândalos podem prejudicar a confiança dos alunos, pais e stakeholders, afetando assim a reputação da holding e suas universidades existentes.

Não podemos garantir que tenhamos contratos formalizados com todos os nossos fornecedores em geral, bem como com outros terceiros com os quais conduzimos negócios.

Trabalhamos com diversos fornecedores e mantemos relações comerciais com vários prestadores de serviços. No entanto, é possível que tenhamos relacionamentos comerciais com terceiros que não estejam formalizados por meio de contratos assinados. A ausência de um contrato escrito para oficializar nossos relacionamentos comerciais pode ter um efeito adverso sobre nossos negócios e nos expor aos seguintes riscos:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- (i) Sem contratos formais, pode ser difícil comprovar os termos exatos do relacionamento comercial em caso de litígio. Isso pode resultar em disputas legais prolongadas e custosas;
- (ii) A falta de contratos pode levar a mal-entendidos sobre expectativas, prazos e responsabilidades, o que pode afetar negativamente a eficiência operacional e a qualidade dos produtos ou serviços fornecidos;
- (iii) Sem contratos formalizados, a empresa pode ter dificuldade em fazer valer seus direitos em caso de disputa com fornecedores ou terceiros, o que pode resultar na perda de recursos financeiros ou de oportunidades de negócio;
- (iv) Conflitos não resolvidos com fornecedores ou terceiros podem levar à interrupção das operações das instituições de ensino, afetando assim a receita e a satisfação de alunos.

Um aumento nos níveis de evasão dos nossos alunos do ensino superior pode impactar nossos resultados operacionais.

Nossa atividade no ensino superior está diretamente relacionada ao número de alunos matriculados em nossas instituições de ensino superior. Diversos fatores, como questões financeiras dos alunos, percepção da qualidade dos cursos, condições econômicas macroeconômicas, concorrência com outras instituições de ensino, adaptabilidade dos cursos, acesso a financiamento e ambiente escolar, podem influenciar a decisão dos alunos de abandonar os cursos durante o período letivo. Nesse sentido, pode ser difícil substituir, na mesma medida ou com o mesmo valor de mensalidade, os alunos que deixam os cursos. Dessa forma, estamos expostos aos seguintes riscos:

- (i) O aumento da evasão de alunos pode resultar na redução da receita, especialmente se não for possível substituir os alunos perdidos por novas matrículas;
- (ii) Podemos incorrer em gastos adicionais de marketing no intuito de compensar o volume de alunos evadidos no período.

Se não conseguirmos atrair e manter estudantes, ou se tivermos que reduzir as mensalidades para fazê-lo, nossas receitas podem ser afetadas, prejudicando nossos negócios.

Nosso sucesso depende principalmente do número de estudantes matriculados em nossos cursos e das mensalidades que recebemos. Nossa capacidade de atrair e manter estudantes está diretamente ligada às mensalidades que cobramos, à localização conveniente e à infraestrutura de nossas unidades, bem como à percepção de qualidade de nossos cursos por parte dos estudantes atuais e potenciais. Essa capacidade pode ser influenciada por diversos fatores, como:

- (i) Responder às crescentes pressões competitivas;
- (ii) Preparar os estudantes para suas carreiras profissionais;
- (iii) Desenvolver novos cursos e melhorar os existentes para acompanhar as mudanças no mercado e as demandas dos estudantes;
- (iv) Obter avaliações favoráveis do Ministério da Educação (MEC) em processos de fiscalização, credenciamento e credenciamento;
- (v) Expandir com sucesso nossas operações e gerenciar o crescimento mantendo a qualidade do ensino;
- (vi) Promover nossas unidades e cursos com sucesso por meio de estratégias de vendas, marketing e publicidade.

Podemos enfrentar dificuldades para ajustar as mensalidades a fim de refletir os aumentos em nossos custos.

As mensalidades pagas pelos alunos representam a principal fonte de receita da Companhia. Se não conseguirmos aumentar as mensalidades para compensar os aumentos de custos, isso pode impactar diretamente nossa receita e, consequentemente, nossos resultados financeiros. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

- (i) As despesas com pessoal e aluguéis são componentes significativos dos custos operacionais das universidades. Se esses custos aumentarem devido a inflação ou outros fatores, e a empresa não puder repassar esses aumentos para as mensalidades dos alunos, nossa margem de lucro será reduzida;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(ii) Podemos ter nossa capacidade de reinvestir em melhorias nas instalações, contratar professores qualificados e oferecer programas educacionais de alta qualidade, o que, por sua vez, pode impactar na competitividade no mercado;

(iii) Podemos ter nossa capacidade de geração de caixa impactada o que poderá afetar nossa capacidade de honrar com as despesas financeiras;

(iv) Pode afetar a percepção dos alunos sobre o valor oferecido pela universidade. Se os custos continuarem a subir, mas a qualidade da educação ou das instalações não acompanhar esse aumento, os alunos podem optar por buscar outras opções de ensino superior.

Podemos ser prejudicados caso o governo altere sua estratégia de investimento em educação.

Conforme estabelecido na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (“Lei nº 9.394”), o Brasil deve incentivar investimentos no ensino superior por entidades privadas. Historicamente, o apoio do governo ao ensino superior concentra-se em certas universidades que são reconhecidas como centros de excelência e pesquisa. No entanto, o acesso a essas universidades é restrito devido ao número limitado de vagas e aos processos de admissão altamente competitivos. Como resultado, o mercado de ensino superior privado tem crescido, em parte devido ao critério seletivo do apoio do Governo Federal a um número limitado de instituições públicas. Se o Governo Federal modificar essa política de investimento podemos enfrentar os seguintes riscos:

(i) Aumentos nos investimentos em universidades públicas, particularmente aquelas reconhecidas como centros de excelência e pesquisa, podem intensificar a competição com as universidades privadas. Isso pode atrair estudantes que, de outra forma, optariam por instituições privadas;

(ii) Podemos observar uma redução na demanda pela educação superior privada por parte de alunos que podem ser contemplados por programas governamentais atrativos e de menor custo (ou custo inexistente);

(iii) O Governo Federal pode decidir reduzir os investimentos públicos nos ensinos fundamental e médio, o que resultaria em menos estudantes buscando ingressar em instituições de ensino superior após concluírem o ensino médio. Isso poderia reduzir a demanda por nossos cursos;

(iv) Mudanças nos programas governamentais de financiamento estudantil, como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o ProUni (Programa Universidade para Todos), podem impactar diretamente o acesso dos alunos ao ensino superior privado. Reduções nos recursos destinados a esses programas ou mudanças nos critérios de elegibilidade podem afetar a demanda por cursos oferecidos por nossas instituições;

(v) Mudanças na regulamentação do setor educacional, como requisitos adicionais de qualidade ou exigências de transparência financeira, podem aumentar nossos custos operacionais. Além disso, uma fiscalização mais rigorosa pode resultar em penalidades por infrações, afetando negativamente a reputação e os resultados financeiros de nossas instituições;

(vi) O Governo pode implementar políticas que promovam (ou desincentivem) o ensino à distância como uma alternativa viável ao ensino presencial exigindo adaptações em nossas estratégias de oferta de cursos e tecnologias educacionais.

Atuamos em um setor altamente regulado por órgãos governamentais, em especial o MEC, que elaboram regulamentos de observância obrigatória e fiscalizam nossas atividades, podendo nos demandar administrativa e judicialmente, o que pode gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos a diversas leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Por meio da Lei nº 9.394, que estabeleceu diretrizes para a prestação de serviços de educação no Brasil e delegou poderes ao Governo Federal para regulamentar o ensino de graduação e pós-graduação, especificamente no que se refere à autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação dos cursos superiores e ao credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior. A educação à distância no Brasil goza de tratamento diferenciado e é regulada pela Lei nº 9.394 e pelo MEC. Nossas instituições de ensino superior dependem de prévio credenciamento e de credenciamento no MEC para poder operar, bem como para poder oferecer nossos cursos e programas de educação presencial e a distância. Os cursos oferecidos por nossas instituições de ensino devem ser previamente autorizados e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos seus estudantes depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos por nós oferecidos. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

4.1 Descrição dos fatores de risco

(i) O Governo Federal poderá rever as leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil ou sugerir alterações nessas leis e regulamentos ao Congresso Nacional. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente em relação a subsídios, tais como bolsas de estudo, e mudanças relativas a (i) descredenciamento de instituições de ensino privadas, (ii) imposição de controles de mensalidades, (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente, (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos, (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios, suporte administrativo, entre outras;

(ii) A interpretação adversa de leis e regulamentos existentes podem gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados;

(iii) A atividade de supervisão de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino foi instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. São responsáveis por atividades de supervisão relativas, respectivamente, aos cursos de graduação e sequenciais, aos cursos superiores de tecnologia e aos cursos na modalidade de educação a distância as secretarias de Educação Superior, de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação a Distância, órgãos do MEC. No que se refere à Secretaria de Educação Superior, são realizados dois tipos de ações de supervisão: a ordinária e a especial. A supervisão ordinária é aquela que se origina de denúncias e representações de alunos, pais e professores, bem como de órgãos públicos e da imprensa, envolvendo casos isolados de instituições e cursos com indícios de irregularidades ou deficiências. A supervisão especial, por sua vez, é aquela iniciada pelo próprio MEC, a partir de seus indicadores de regularidade e qualidade da educação superior, e envolvem mais de um curso ou instituição. Reguladores podem propor e instaurar procedimentos administrativos e/ou ações judiciais contra nós pelo não cumprimento das normas regulatórias vigentes;

(iv) Podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, ou outras questões regulatórias relativas ao MEC das empresas que já possuímos ou que venham a ser adquiridas. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis, ou se não pudermos nos defender e patrocinar a defesa de nossas controladas com sucesso, poderemos ser obrigados a pagar condenações pecuniárias ou estar sujeitos a multas, restrições, liminares ou outras penalidades aplicáveis;

(v) O cancelamento ou a ausência de autorização, habilitação, reconhecimento, credenciamento e/ou recredenciamento das nossas instituições de ensino e dos nossos cursos pelo MEC podem nos afetar negativamente, uma vez que podem resultar na vedação à admissão de novos estudantes, suspensão temporária de prerrogativas de autonomia, descredenciamento e/ou redução do número de vagas autorizadas, entre outros tipos de sanções;

(vi) Poderemos ter de reservar recursos financeiros e administrativos significativos para responder e solucionar questões levantadas por supervisões ou para nos defender desses procedimentos administrativos ou ações judiciais.

Nossas instituições de ensino superior podem ser prejudicadas se não conseguirem renegociar os acordos coletivos com os sindicatos que representam seus professores e funcionários, ou por greves e outras atividades sindicais.

Os professores e funcionários de nossas instituições de ensino superior são representados por sindicatos com forte atuação no segmento. Os acordos coletivos ou semelhantes, que regulam a duração do dia letivo ou do ano letivo, a remuneração mínima, férias e benefícios indiretos dos professores, entre outros, estão sujeitos à renegociação anual e têm sido historicamente alterados substancialmente, podendo continuar a sê-lo no futuro. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para a discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. As despesas de nossas instituições de ensino superior com pessoal, principalmente o corpo docente, representam a maior parte de seu custo de serviços prestados. No tocante ao tema estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Nossas instituições de ensino superior podem não ser capazes de repassar aos valores de mensalidade um aumento de custos decorrente da renegociação de acordos ou convenções coletivas;

(ii) nossas instituições de ensino superior podem ser prejudicadas se não conquistarem e mantiverem um bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários, ou se enfrentarem greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus professores ou funcionários, o que também poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Mudanças na legislação fiscal ou conflitos em sua interpretação podem resultar em aumentos em determinados tributos, o que poderia reduzir nossa lucratividade.

O governo brasileiro regularmente implementa mudanças no regime tributário, representando um potencial aumento da nossa carga tributária. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas de maneira controversa pelas autoridades fiscais, o que pode levar a disputas legais ou ações fiscais adversas contra a Companhia;

(ii) Projetos de lei ainda em tramitação, caso sejam aprovados, poderão resultar na tributação da receita bruta da companhia pela Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS, em substituição à atual cobrança das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS, bem como na tributação de dividendos;

(iii) Há o risco de que uma reforma tributária, inclusive o Projeto de Lei 3.887/2020, impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos. A Companhia não pode assegurar que os incentivos relacionados ao PROUNI serão integralmente mantidos e o prazo pelo qual serão mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais;

(iv) A necessidade de adaptação constante às mudanças na legislação tributária pode aumentar a complexidade das operações da empresa e exigir recursos adicionais para conformidade e planejamento tributário.

Estamos sujeitos à legislação e regulamentações ambientais, que podem se tornar mais rigorosas no futuro e exigir maiores investimentos de capital para cumprimento.

Essas normativas abrangem leis ambientais em âmbito municipal, estadual e federal. O não cumprimento dessas leis pode acarretar sanções criminais e administrativas, além de responsabilidade civil em ações de reparação por supostos danos ambientais e a terceiros. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) A promulgação de leis e regulamentos mais rigorosos, ou interpretações mais severas das normativas existentes, pode nos obrigar a aumentar nossos investimentos em conformidade ambiental;

(ii) A inadequada disposição de resíduos sólidos e acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem resultar em sanções administrativas, civis e criminais;

(iii) Podemos nos tornar responsáveis por danos ambientais causados por terceiros contratados para prestação de serviços de coleta, transporte e descarte final de resíduos;

(iv) A violação das legislações e regulamentações ambientais pode nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

O governo federal exerceu e continua a exercer uma influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, assim como a conjuntura econômica e política do país, pode ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

A economia brasileira tem sido frequentemente alvo de intervenções por parte do governo federal, que ocasionalmente implementa mudanças significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, visando influenciar a economia do país. As medidas adotadas pelo governo federal para controlar a inflação e outras políticas frequentemente envolvem o aumento das taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capitais e restrições às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre tais medidas ou a capacidade de prever quais políticas o governo poderá adotar no futuro. Assim, a Companhia pode ser adversamente afetada por mudanças nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

- (i) Taxas de juros;
- (ii) Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- (iii) Política monetária;
- (iv) Flutuação cambial;
- (v) Alterações nas normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- (vi) Inflação;
- (vii) Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- (viii) Racionamento de água e energia;
- (ix) Políticas sanitárias;
- (x) Política fiscal e mudanças na legislação tributária;
- (xi) Controle sobre importação e exportação; e
- (xii) Instabilidade social e política.

A incerteza em torno da implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro gera instabilidade na economia do país, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, juntamente com uma possível recessão seguida de um período de lenta recuperação econômica no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia nacional, podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e em países emergentes, podem ter um impacto adverso na economia brasileira e no preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários de empresas brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e economias emergentes. Embora as condições econômicas nesses países possam ser significativamente diferentes das do Brasil, a reação dos investidores a eventos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Esses eventos podem impactar adversamente o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia e podem dificultar o acesso da Companhia aos mercados de capitais, bem como o financiamento de suas operações em termos aceitáveis.

Neste contexto estamos sujeitos aos seguintes riscos:

- (i) O Brasil é afetado pelas condições econômicas e de mercado internacionais de forma geral, especialmente pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Por exemplo, os preços das ações na B3 historicamente foram sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e às variações nos principais índices de ações norte-americanos;
- (ii) Reduções na oferta de crédito e deterioração das condições econômicas em outros países também podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiro;
- (iii) Eventos passados, como a crise financeira global iniciada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, demonstraram como condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes podem resultar na saída de recursos do Brasil e, conseqüentemente, na redução de investimentos externos no país;
- (iv) O Brasil está sujeito a diversos acontecimentos, incluindo a crise financeira e instabilidade política nos Estados Unidos, conflitos internacionais, como o entre Ucrânia e Rússia, a guerra comercial entre Estados Unidos e China, e crises em países europeus e em outras partes do mundo, que podem produzir uma série de efeitos que afetam direta ou indiretamente os mercados de capitais e a economia brasileira. Esses efeitos podem incluir flutuações nos preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, variações nas taxas de câmbio e inflação, entre outros;
- (v) O crescimento da Companhia está diretamente ligado à expansão do mercado interno brasileiro, e seus negócios estão fortemente integrados à economia e às operações de seus clientes em diversos setores econômicos. Portanto, mudanças nas condições econômicas e de mercado, tanto internas quanto externas, podem afetar significativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios e resultados das operações da Companhia.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, os quais também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade nos mercados. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro tem sido marcado por altos níveis de instabilidade e volatilidade, incluindo a contração do Produto Interno Bruto (PIB), oscilações significativas do real em relação ao dólar americano, inflação, aumento do desemprego e queda nos níveis de gastos e confiança do consumidor.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Investigações a respeito de alegações de lavagem de dinheiro e corrupção afetaram negativamente a economia e o ambiente político no Brasil. Há, ainda, atualmente, incertezas políticas resultantes da transição para um novo governo presidencial e sobre a possibilidade de o governo brasileiro implementar as reformas necessárias para a recuperação econômica.

A recente instabilidade política e econômica no Brasil tem contribuído para uma queda na confiança do mercado na economia brasileira, bem como para a deterioração do ambiente político, sem falar, ainda, na extensão dos danos ainda causados pela pandemia do Covid-19. Prevê-se que as condições macroeconômicas desfavoráveis no Brasil continuem ao longo de 2025. Em 2024, o PIB apresentou crescimento de 3,4%.

(i) Além disso, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o presidente adotará ou se essas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia;

(ii) A instabilidade política, incluindo eleições, conflitos entre poderes e crises políticas, podem gerar incertezas e afetar a confiança dos investidores, o que por sua vez impacta os investimentos e o crescimento econômico do país.

(iii) Dificuldades fiscais, como déficits orçamentários e alta carga tributária, podem levar a aumentos de impostos e cortes de gastos públicos, afetando o ambiente de negócios e a demanda doméstica.

(iv) A percepção dos investidores e empresários sobre o ambiente de negócios, incluindo questões como corrupção, segurança jurídica e burocracia, pode influenciar as decisões de investimento e expansão das empresas.

Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.

O Brasil tem registrado altas taxas de inflação nos últimos anos e que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Uma das consequências desse combate à inflação é a variação significativa da taxa de juros oficial no Brasil, que variou de 14,25% ao ano em 31 de dezembro de 2015 para 2,00% ao ano em 31 de dezembro de 2020 e 12,3% ao ano em 31 de dezembro de 2024, conforme estabelecido pelo Banco Central. No final do 1T25, a taxa de juros oficial no Brasil estava em 14,3% ao ano. O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. Estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Apesar dos reajustes anuais com base na inflação, se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus usuários para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos;

(ii) A inflação pode aumentar os custos operacionais, incluindo despesas com pessoal, fornecedores, contratos de aluguel e manutenção;

(iii) Se a inflação resultar em uma recessão econômica, pode haver um aumento no desemprego e uma redução na renda das famílias. Isso pode afetar a capacidade das famílias de pagar mensalidades universitárias e levar a uma redução na captação de novos alunos e na retenção dos alunos existentes.

Alavancagem e flutuações da taxa de juros podem aumentar o custo de nossas dívidas, causando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro, levando em consideração, entre outros fatores, o crescimento econômico do país e a inflação. Devido à natureza de nossas operações e à nova estrutura de capital resultante da captação de recursos para a aquisição das instituições da Laureate no Brasil, estamos particularmente sujeitos aos efeitos das variações das taxas de juros, especialmente devido à indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Estamos expostos aos seguintes riscos:

4.1 Descrição dos fatores de risco

(i) Se as taxas de juros aumentarem, os custos relativos ao nosso endividamento aumentarão, o que pode impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados;

(ii) O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo da sua dívida atual, bem como em seu caixa e seus equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão afetar a Companhia adversamente.

Mais detalhes sobre os contratos firmados e os limites de covenants estão apresentados no item 2.1, F "Nível de endividamento e características de tais dívidas" deste formulário.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro podem substancialmente limitar a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia, frequentemente apresenta um risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emissores em outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos econômicos e políticos, tais como, mas não limitados a:

(i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos;

(ii) restrições ao investimento estrangeiro e ao repatriamento do capital investido;

(iii) O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como nos Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode garantir que haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião desejados;

(iv) Além disso, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou órgão que venha a sucedê-la pode ser regulada de forma diferente daquela com a qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender sua participação no preço e no momento desejados. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais estão fora do controle da Companhia.

Qualquer rebaixamento adicional da classificação de crédito do Brasil pode reduzir o preço de negociação de nossos valores mobiliários.

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores de riscos relacionados a classificações de crédito da dívida pública do Brasil. Agências de crédito avaliam regularmente o Brasil e sua dívida, com base em inúmeros fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores. A nota de crédito soberano do Brasil está atualmente classificada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de classificação de crédito.

Consequentemente, os preços dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras têm sido negativamente afetados. A prorrogação ou agravamento da recessão brasileira atual e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos nas avaliações de crédito. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

(i) Qualquer rebaixamento adicional da classificação de crédito do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, consequentemente, reduzir o preço de negociação de nossos valores mobiliários.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas. Estamos expostos aos seguintes riscos:

4.1 Descrição dos fatores de risco

(i) A Companhia não pode prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma;

(ii) a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior. A Companhia não pode garantir que tais medidas não serão tomadas pelo governo brasileiro no futuro;

(iii) O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo nos resultados operacionais e condição financeira da Companhia;

(iv) A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. A Companhia não pode prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e pode ser adversamente afetada por essas políticas.

Os interesses dos nossos administradores e executivos podem ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que seus ganhos se baseiam, também, em um plano de opção de compra de ações.

Implementamos em 22 de agosto de 2013 um Plano de Opção de Compra de Ações de nossa emissão ("Plano"). Nos termos do Plano, poderão ser emitidas opções de ações aos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, gerentes, empregados, consultores e prestadores de serviços, até o limite de 2,5% de nosso capital social. O Plano é administrado pelo nosso Conselho de Administração e, desde sua implementação e até a data deste Formulário de Referência, não foram outorgadas quaisquer opções. Aprovamos em 2018 dois planos de incentivos de longo prazo: o Plano de Incentivo de Longo Prazo 1 ("ILP1"), que visa bonificar executivos e gestores da Companhia ou suas subsidiárias, que desempenhem atividades ou funções de nível "N0 a N2" ou estejam entre aquelas consideradas pela Companhia como "pessoas chave"; e o Plano de Incentivo de Longo Prazo 2 ("ILP2"), que visa bonificar executivos ou gestores que desempenhem atividades ou funções de níveis "N0 a N5", na Companhia ou suas controladas/subsidiárias, que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades e decidam adquirir no mercado um número mínimo de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um certo período restrito.

Nos Planos de Incentivo de Longo Prazo (conforme definidos no item 8.4 deste Formulário de Referência), a bonificação se dará por meio da transferência, a título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras gerais previstas no respectivo plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício. Os planos terão vigência por prazo indeterminado e poderão abranger até 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, sendo que caberá ao Conselho de Administração fixar a quantidade máxima anual que será objeto de cada programa específico do exercício.

Em 12 de maio de 2020, aprovamos o "Programa Dádiva 2", que visa a bonificação do grupo de pessoas elegíveis e retenção de talentos, tendo em vista a verificação de desempenho superior ao ordinariamente esperado. O programa, de natureza onerosa, tem como objetivo viabilizar a aquisição, pelo beneficiário aderente, de um lote de ações, de no mínimo 20 (vinte) ações da Companhia, ao valor de custo em tesouraria. As ações que serão outorgadas pela Companhia aos beneficiários, em virtude do Programa, compreenderão somente ações de emissão da Companhia, que ela venha a possuir em tesouraria, inclusive em decorrência de programa de recompra de ações.

(i) O fato de uma parcela dos ganhos dos administradores e executivos estar intimamente ligada à geração de nossos resultados e ao desempenho das ações de nossa emissão pode levar nossa Administração a dirigir nossos negócios e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo.

Para informações adicionais sobre os planos, vide item 8.4 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A perda ou redução das políticas de financiamento e/ou benefícios fiscais conferidos por nossa adesão ao PROUNI, FIES e programas estatais e municipais poderá afetar adversamente nossos resultados.

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), um programa criado pelo MEC e gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (“FNDE”). O FIES destina-se a financiar estudantes que atendam aos requisitos do programa, em cursos presenciais de educação profissional, técnica e tecnológica, bem como em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Além disso, aderimos ao ProUni – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), que tem como objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação e tecnológicos oferecidos por instituições privadas de ensino superior. Em contrapartida, as instituições que aderem ao PROUNI recebem isenção de alguns tributos federais. Adicionalmente, também aderimos em nossas diversas unidades a programas estatais e municipais de financiamento da educação superior no país. Neste contexto estamos expostos aos seguintes riscos:

- (i) No caso de mudanças nas regras aplicáveis ao PROUNI, a isenção fiscal que obtivemos pode ser significativamente reduzida e poderemos ser compelidos a pagar os tributos a que somos isentos ou que foram compensados;
- (ii) Se o Governo Federal optar por extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, bem como a sua estratégia de investimento na educação superior do país podem afetar inadvertidamente nossos resultados;
- (iii) Qualquer sanção aplicada pelo Ministério da Educação (MEC) em resposta a obrigações regulatórias pode prejudicar a oferta de financiamentos públicos aos alunos e, portanto, afetar nossos negócios e resultados;
- (iv) Podemos não cumprir com os requisitos de conformidade previstos nos programas e sermos impedidos de ofertá-los aos nossos estudantes;
- (v) A partir de 1º de fevereiro de 2017, a oferta de cursos para financiamento estudantil ficou condicionada à adesão da entidade mantenedora da instituição de ensino ao FIES e ao FGEDUC que por sua vez eliminou a necessidade de fiador no momento da contratação do financiamento pelo estudante, garantindo até 90% do risco de inadimplência. As mantenedoras passaram a assumir 15% de risco sobre os 10% não cobertos pelo FGEDUC dos alunos inadimplentes (30% em caso de débito com a Receita Federal). A partir do primeiro semestre de 2018, tornou-se obrigatória a adesão ao Fundo Garantidor do FIES (FG-FIES) pelas faculdades participantes do programa. Compartilhamos do risco do financiamento como devedoras solidárias ao FG-FIES, com aportes calculados conforme prazo, inadimplência e evasão dos estudantes. Em novembro de 2023 foi publicada a Lei 14.719/2023 que estabeleceu um teto no aporte ao FG-Fies de 27,5% sobre os encargos educacionais, após o quinto ano da entidade mantenedora no FG-Fies.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Nosso endividamento pode impactar negativamente nossos negócios.

A disponibilidade de recursos em volumes adequados e a custos acessíveis são essenciais para financiar nossos planos de expansão e manter nosso negócio como está estruturado atualmente. A falta desses recursos pode prejudicar nossa estratégia de crescimento e nos expor aos seguintes riscos:

- (i) Podemos ser forçados a reavaliar nosso portfólio de operações e buscar alternativas de desalavancagem e desinvestimento;
- (ii) Situações adversas podem afetar nossa capacidade de gerenciar o nível de endividamento decorrente de nossa estratégia de crescimento, resultando em alavancagem financeira excessiva e riscos relacionados ao pagamento de nossos passivos financeiros;
- (iii) Nossa capacidade de obter novos empréstimos e financiamentos pode ser limitada, bem como nossa reputação e percepção de risco no mercado financeiro do país;
- (iv) Podemos ser exigidos que destinemos uma parte substancial do nosso fluxo de caixa para pagar custos financeiros da dívida e que pode prejudicar os níveis de qualidade acadêmica e prestação de serviços desejados;
- (v) Podemos ficar em desvantagem competitiva em relação a alguns concorrentes com menos dívida e que podem estar mais bem posicionados para futuras oportunidades de aquisição de ativos atrativos;
- (vi) Aumentar nossa vulnerabilidade a condições econômicas adversas, como mudanças nas taxas de juros ou uma queda nos negócios ou na economia.

Podemos não conseguirmos manter a qualidade de ensino e infraestrutura em nossas instituições ou não obtermos avaliações positivas de avaliação de nossas unidades, cursos e alunos.

A manutenção da qualidade de ensino em nossas instituições é uma prioridade essencial para alcançar nossos objetivos de negócio. A percepção de qualidade é influenciada por diversos fatores, como a qualidade dos currículos, do corpo docente, da infraestrutura, dos serviços e aspectos regulatórios. Por isso, não podemos garantir que:

- (i) Encontraremos novos imóveis com infraestrutura adequada ou que seremos capazes de instalar e manter infraestrutura adequada em imóveis adquiridos;
- (ii) Conseguiremos desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível praticado atualmente para novos cursos;
- (iii) Sejamos atraentes e competitivos ou possuamos processos que garantam a contratação e manutenção de um corpo docente alinhado aos padrões de qualidade da Companhia;
- (iv) Tenhamos processos internos que atendam às expectativas e ao nível de serviço de nossos alunos, o que pode afetar inadvertidamente a percepção da qualidade de nossa prestação de serviços;
- (v) Nossas instituições e alunos são frequentemente avaliados pelo MEC. Portanto, qualquer queda nos resultados de avaliação no Índice Geral de Cursos ou no ENADE pode prejudicar a imagem de nossa marca, afetando negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.
- (vi) Podemos ser obrigados a celebrar um termo de compromisso com o MEC, estabelecendo metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias, caso algum de nossos cursos seja avaliado como insatisfatório. O não cumprimento total ou parcial dessas condições pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, como desativação de cursos, suspensão temporária de ingresso de novos estudantes e até descredenciamento, além de impactar nosso acesso a políticas de financiamento ou benefícios fiscais;
- (vii) A necessidade de corrigir deficiências na qualidade do ensino e da infraestrutura pode exigir investimentos significativos em melhorias, aumentando os custos operacionais e reduzindo a rentabilidade;
- (viii) A percepção negativa da qualidade do ensino pode levar à diminuição do número de alunos matriculados e aumentar a desafio de atração de novos alunos.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Alavancagem e flutuações da taxa de juros podem aumentar o custo de nossas dívidas, causando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro, levando em consideração, entre outros fatores, o crescimento econômico do país e a inflação. Devido à natureza de nossas operações e à nova estrutura de capital resultante da captação de recursos para a aquisição das instituições da Laureate no Brasil, estamos particularmente sujeitos aos efeitos das variações das taxas de juros, especialmente devido à indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Estamos expostos aos seguintes riscos:

- (i) Se as taxas de juros aumentarem, os custos relativos ao nosso endividamento aumentarão, o que pode impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados;
- (ii) O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo da sua dívida atual, bem como em seu caixa e seus equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão afetar a Companhia adversamente.

Mais detalhes sobre os contratos firmados e os limites de covenants estão apresentados no item 2.1, F "Nível de endividamento e características de tais dívidas" deste formulário.

Enfrentamos uma concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada mercado geográfico em que operamos. Se não competirmos com eficiência, corremos o risco de perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades e centros universitários públicos e privados. Nossos concorrentes podem oferecer cursos mais atrativos, contar com melhor infraestrutura, mais prestígio acadêmico e de mercado, unidades com localização mais conveniente e/ou cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo não cobrar mensalidades. Neste contexto, podemos incorrer os seguintes riscos:

- (i) Podemos ser obrigados a aumentar nossas despesas e custos operacionais, incluindo custo docente, marketing e estrutura física para melhorar nossos serviços, infraestrutura e posicionamento de mercado;
- (ii) Podemos ser forçados a reduzir nossas mensalidades e consequentemente nossa lucratividade como resposta à concorrência a fim de manter ou atrair novos estudantes ou buscar novas oportunidades de mercado;
- (iii) Podemos perder participação no mercado e consequentemente diminuir a quantidade de alunos em nossas unidades;
- (iv) Podemos ser pressionados para investirmos recursos adicionais na melhoria de serviços educacionais, tecnologia e desenvolvimento de novos currículos e iniciativas para o aumento da qualidade de nosso ensino.

Se não conseguirmos atrair e manter estudantes, ou se tivermos que reduzir as mensalidades para fazê-lo, nossas receitas podem ser afetadas, prejudicando nossos negócios.

Nosso sucesso depende principalmente do número de estudantes matriculados em nossos cursos e das mensalidades que recebemos. Nossa capacidade de atrair e manter estudantes está diretamente ligada às mensalidades que cobramos, à localização conveniente e à infraestrutura de nossas unidades, bem como à percepção de qualidade de nossos cursos por parte dos estudantes atuais e potenciais. Essa capacidade pode ser influenciada por diversos fatores, como:

- (i) Responder às crescentes pressões competitivas;
- (ii) Preparar os estudantes para suas carreiras profissionais;
- (iii) Desenvolver novos cursos e melhorar os existentes para acompanhar as mudanças no mercado e as demandas dos estudantes;
- (iv) Obter avaliações favoráveis do Ministério da Educação (MEC) em processos de fiscalização, credenciamento e recredenciamento;
- (v) Expandir com sucesso nossas operações e gerenciar o crescimento mantendo a qualidade do ensino;
- (vi) Promover nossas unidades e cursos com sucesso por meio de estratégias de vendas, marketing e publicidade.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, os riscos mencionados abaixo, bem como nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que atualmente podem nos afetar de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também podem nos afetar de forma adversa.

Para os fins deste item "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Endividamento e Risco da taxa de juros

O total de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 4.520,59 milhões em 2025 (vs. R\$ 4.121,1 milhões registrados em 2024).

Controladora e Consolidado									
	31/12/2024	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Marcação a mercado	Variação cambial	31/12/2025
Controladora									
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1 e 2	782.485	-	-	(106.951)	117.586	5.297	3.426	-	801.843
Debêntures Ânima 5ª emissão - série única	202.494	-	-	(30.901)	31.718	110	-	-	203.421
Debêntures Ânima 6ª emissão - série única	375.130	-	-	(51.451)	57.059	293	-	-	381.031
Debêntures Ânima 7ª emissão - série única	-	148.418	-	(12.139)	14.928	264	-	-	151.471
Debêntures Ânima 8ª emissão - série única	-	297.446	-	-	6.103	109	-	-	303.658
Banco ABC 3	138.894	-	(17.500)	(21.628)	21.541	511	-	-	121.818
Banco do Brasil - Capital de Giro 1	89.004	-	-	(12.274)	13.638	225	-	-	90.593
Banco do Brasil - Capital de Giro 2	82.889	-	-	(11.536)	12.702	210	-	-	84.265
Banco do Brasil - Capital de Giro 3	90.194	-	-	(12.438)	13.821	228	-	-	91.805
IFC (moeda estrangeira - USD)	162.544	-	(44.750)	(10.263)	9.074	903	9.613	(18.894)	108.227
Outros	47.447	-	(26.934)	(5.484)	5.436	247	-	-	20.712
Total - Controladora	1.971.081	445.864	(89.184)	(275.065)	303.606	8.397	13.039	(18.894)	2.358.844
Demais empresas do Grupo									
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	2.022.747	-	-	(303.319)	311.469	1.480	-	-	2.032.377
Banco do Brasil - Capital de Giro Rede	126.692	-	-	(17.504)	19.450	471	-	-	129.109
Outros	546	-	(353)	(2)	67	-	-	-	258
Total - Demais empresas do Grupo	-	2.149.985	(353)	(320.825)	330.986	1.951	-	-	2.161.744
Total consolidado	-	4.121.066	(89.537)	(595.890)	634.592	10.348	13.039	(18.894)	4.520.588

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debêntures.

Modalidade Moeda		Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	Saldo em 31 de dezembro de	
				2025	2024
Capital de giro	R\$	Prefixado 7,00% a CDI + 6,80%	2029	416,7	575,7
IFC	U\$	SOFR + 2,43%	2028	108,2	162,5
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 2,08%	2029	3.995,6	3.382,8
Total				4.520,6	4.121,0

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de spread ao ano
² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados (e descritos no item 2 deste formulário):

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Sociedade	Credores	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC (a)	10/07/2020	R\$ 242.320.800,00	15/03/2028	IFC	Garantidores Subsidiários Brasil Educação, IEDUC, Unimonte, Una, Vc Network, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, Sobepe, Vidam, Ânima, Ages, Unicuritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2,43% a.a SOFR
Inspirali Brasil	Banco Bradesco (líder)	31/03/2022	R\$ 2.000.000.000,00	30/03/2027	Debêntures	Real	CDI + 2,60% a.a.
Inspirali Brasil	XP Investimentos (líder) (b)	27/05/2024	R\$ 2.000.000.000,00	15/05/2029 (1ª série)	Debêntures	Cessão fiduciária dos direitos e créditos, exclusivamente dos cursos de medicina, detidos e a serem detidos pelas empresas controladas pela Inspirali Brasil.	CDI + 1,65% a.a.
Ânima Holding	XP Investimentos (líder)	28/12/2022	R\$ 800.000.000,00	13/12/2027 (1ª série) 13/12/2029 (2ª série)	CRI CDI CRI IPCA	Clean	CDI + 1,65% (1ª série) IPCA + 8,0481% (2ª série)
Ânima Holding	Banco do Brasil (c)	11/10/2024	R\$ 81.713.773,80	28/09/2029	Capital de giro	Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	CDI + 1,65% a.a
Ânima Holding	Banco do Brasil (c)	11/10/2024	R\$ 87.738.883,32	25/09/2029	Capital de giro	Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	CDI + 1,65% a.a
Ânima Holding	Banco do Brasil (c)	11/10/2024	R\$ 88.912.359,51	25/09/2029	Capital de giro	Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	CDI + 1,65% a.a
Ânima Holding	Banco ABC (d)	30/09/2024	R\$ 140.000.000,00	27/09/2027	Nota Comercial	Recebíveis: SOCEC e RITTER e Fiança: ASPEC/FADERGS/IBMR	CDI + 1,75% a.a
Ânima Holding	XP Investimento	22/05/2024	R\$ 200.000.000,00	15/05/2029	Debênture	Clean	CDI + 1,92% a.a
Ânima Holding	Banco Bradesco	20/08/2024	R\$ 360.000.000,00	15/08/2029	Debênture	Clean	CDI + 1,92% a.a
Ânima Holding	UBS BB (e)	15/05/2025	R\$ 150.000.000,00	15/05/2029	Debênture	Fiança prestada: Ages Empreendimentos, MedRoom, SOBEPE e IBCMED.	CDI + 1,60% a.a
Ânima Holding	Banco BTG	15/10/2025	R\$ 300.000.000,00	15/10/2029	Debênture	Fiança prestada: Ages Empreendimentos, MedRoom, SOBEPE e IBCMED.	CDI + 1,50% a.a

(a) Em 25 de agosto de 2023 foi realizada renegociação da taxa de juros de 2% a.a para 2,42826% a.a.
(b) INEL12 para pré-pagamento da INEL11, e reforço de caixa.
(c) Renegociação das dívidas ativas com o Banco do Brasil, para redução de taxa e aumento de prazo.
(d) 3ª Emissão de Nota Comercial, para quitação da 1ª e 2ª emissão, reduzindo a taxa e aumentando o prazo.
(e) (ANIM17) 7ª Emissão de debênture, distribuída 33,33% para o Banco XP, e 66,66% para UBS (BB) corretora.

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

Contrato do IFC

No primeiro trimestre de 2025, solicitamos ao IFC waiver para os índices mínimos previstos contratualmente durante toda a vigência da dívida, conforme detalhado a seguir:

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,20;
- Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado – inferior a 3,0
- EBITDA ajustado / Despesa financeira líquida – não inferior a 1,30

Debêntures INEL12 (Inspirali)

- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,5
- EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras Superior a 1,30

Debêntures/CRI Ânima

- Até 31 de março de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;
- EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras - Superior a 1,3

Notas Comerciais - Anima

- A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 30 de junho de 2025 - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;

Capital de Giro - Anima

- A partir de 31 de dezembro de 2023 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5;

Capital de Giro - Rede

- A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5.

Debêntures ANIM15

- Até 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,5
- A partir de 30 de junho de 2024 (exclusive) -Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,0
- EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras Superior a 1,30

Debêntures ANIM16

- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado – não superior a 3,0;
- EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras – superior a 1,3.

Debêntures ANIM17

- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado – não superior a 3,0;
- EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras – superior a 1,3.

Debêntures ANIM18

- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado – não superior a 3,0;
- EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras – superior a 1,3.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

Em 30 de março de 2025 a Companhia assinou uma Carta de Dispensa (“Waiver Letter”) com o International Finance Corporation (“IFC”), na qual obteve waivers: (i) autorizando a antecipação de recebíveis de cartões de créditos e PraValer no valor total de até R\$ 120.000.000,00 (ii) considerando o novo perfil financeiro do Grupo após a aquisição da Laureate Brasil, renegociando os índices de “Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado”, “EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida” e “Liquidez Corrente” até o final da dívida. A referida Waiver Letter não implicou em nenhuma outra dispensa, alteração ou variação de quaisquer disposições do contrato de empréstimo com o IFC, as quais permanecem em pleno vigor e efeito.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de “alta dos indexadores”, pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos menos aplicações do que empréstimos e contas a pagar por aquisições.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Segue o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: Selic – 15% (divulgada pelo Banco Central), CDI – 14,90% (divulgada pela CETIP), INPC – 3,90%, IPCA – 4,26%, IGPM – - 1,04% (divulgados pelo IBGE), TJLP – 8,66% (divulgada pela IDG) e TR – 1,97% (divulgada pelo BACEN)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerado, respectivamente.

Consolidado						
31/12/2025						
	Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário 1 Provável	Cenário 2 Possível (25%)	Cenário 3 Remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(1.678.558)	(250.105)	(312.631)	(375.158)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional e estrangeira)	CDI	Alta do CDI	4.499.618	670.443	838.054	1.005.665
Derivativos	CDI	Alta do CDI	40.640	6.055	7.569	9.083
	Média					
Contas a pagar por aquisições	INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	4.139	98	123	147
Contas a pagar por aquisições	INPC	Alta do INPC	40.911	1.595	1.994	2.393
Contas a pagar por aquisições	CDI	Alta do CDI	8.875	1.322	1.653	1.983
Contas a pagar por aquisições	IGPM	Alta do IGPM	1.452	(15)	(19)	(23)
Outros passivos - Bolsas PROIES a conceder	Selic	Alta da Selic	128.959	19.344	24.180	29.016
Exposição líquida - perda			3.046.036	448.737	560.923	673.106

Riscos Regulatórios

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), programa criado pelo Ministério da Educação (“MEC”) e também aderimos ao Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), ambos programas de incentivo do Governo Federal. Tendo em vista que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025, os recursos do FIES representavam, em conjunto, 4,8% da nossa receita líquida (4,7% da nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024). Acreditamos que caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização desses programas de incentivo, ou, ainda, caso, os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização, nossos negócios e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente e poderemos passar a pagar os tributos dos quais, somos isentos ou que foram compensados, em razão do PROUNI e/ou os valores por nós garantidos solidariamente em decorrência dos nossos estudantes vinculados ao FIES. Ademais, há o risco de uma reforma tributária, tal como proposta pelo Projeto de Lei 3.887/2020, que pode impedir, interromper ou modificar o uso de incentivos fiscais concedidos, especialmente com relação ao PROUNI. A Companhia não pode assegurar que os incentivos relacionados ao PROUNI serão integralmente mantidos, tampouco o prazo pelo qual serão mantidos.

Em abril de 2024, o Governo Federal apresentou o projeto de lei complementar destinado à regulamentação da reforma tributária sobre o consumo aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, posteriormente convertido na Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. A nova legislação instituiu o modelo dual de tributação sobre valor agregado composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), de competência compartilhada entre estados e municípios, em substituição gradual ao PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISSQN. O período de transição terá início em 2026 e término previsto para 2032.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Lei Complementar nº 214/2025 prevê tratamento tributário diferenciado para determinadas atividades educacionais, incluindo redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS para serviços elegíveis do setor de educação. Adicionalmente, o art. 308 da referida legislação manteve o tratamento tributário favorecido aplicável às instituições de ensino superior participantes do Programa Universidade para Todos – PROUNI, instituído pela Lei nº 11.096/2005, mediante aplicação da sistemática de alíquota zero no novo regime tributário, preservando, em essência, a neutralidade econômica anteriormente assegurada pelas regras de isenção fiscal do programa.

Apesar dos avanços legislativos já promovidos, a implementação do novo sistema tributário ainda dependerá de regulamentações complementares e da consolidação de entendimentos administrativos e judiciais sobre temas relevantes, incluindo definição das alíquotas efetivas do IBS, critérios para aproveitamento de créditos tributários, operacionalização da não cumulatividade e cumprimento de obrigações acessórias.

Nesse contexto, estimamos que a reforma tributária poderá gerar impactos relevantes em nossas operações, estrutura de custos, sistemas e processos fiscais. Contudo, diante da ausência de definição integral de determinados aspectos regulatórios e operacionais da CBS e do IBS, ainda não é possível mensurar com precisão a magnitude dos impactos financeiros e operacionais decorrentes da implementação definitiva do novo modelo tributário.

Risco de Crédito

Nós e nossas controladas diretas e indiretas estamos sujeitas a eventuais riscos decorrentes da inadimplência de nossos estudantes. Em 31 de dezembro de 2025, o percentual da despesa com provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre a receita líquida era de 4,6 % (4,7% em 31 de dezembro de 2024). O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades por parte de nossos alunos pode comprometer o nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações. Para informações sobre as medidas por nós tomadas para administrar o risco de crédito decorrente da inadimplência de nossos estudantes, vide item 1.16 deste Formulário de Referência.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Na data base de 31 de março de 2026, nós e nossas controladas éramos parte passiva em processos judiciais, procedimentos administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista e discussões acerca da existência de vínculo empregatício.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos advogados externos e na análise individual de cada contingência.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos a que estávamos sujeitos em 31 de março de 2026, segregados conforme sua natureza.

Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal

Em 31 de março de 2026, nós e nossas controladas éramos parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, com um valor envolvido no montante de R\$ 2,262 bilhão. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 187.327.060,66 para nossos processos tributários.

Dentre os processos judiciais e administrativos de natureza fiscal que representavam contingências relevantes para nós em 31 de março de 2026, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto, os seguintes:

Processo nº	Execução Fiscal nº 0109807-17.1300.8.26.0090
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais Municipais
b. instância	Primeira
c. data de instauração	24/02/2015
d. partes no processo	Autor: Município de São Paulo Réu: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 525.579.406,97
f. principais fatos g. resumo das decisões proferidas	Trata-se de execução fiscal objetivando a cobrança de ISS referente aos exercícios de 2003, 2004 e 2005. Após apresentação de bens à penhora e manifestação no Município pela não aceitação dos bens, em 27.05.2014 foi publicada decisão acolhendo a recusa do Município dos bens oferecidos à penhora pela inobservância da ordem de preferência legal do art. 11 da LEF, unilateralidade da avaliação, bem como a existência de outras restrições. Foi aberto prazo para apresentação de outro bem em substituição, notadamente carta de fiança. Em 09.06.2014 foi interposto agravo de instrumento com pedido de tutela antecipada para determinar a penhora dos imóveis. Em 11.06.2014 foi despachado pedido de reconsideração da r. decisão que rejeitou os bens oferecidos à penhora, juntamente com a petição do artigo 526 do CPC, bem como requerendo a expedição de Vara determinando ao CADIN a suspensão do débito objeto da execução do relatório de restrições. Em 04.07.2014 foi publicada decisão acatando o pedido de reconsideração formulado e determinando a penhora dos imóveis. Em 10.07.2014 foram opostos embargos de declaração e realizado despacho para o Juízo se pronunciar sobre a omissão no tocante ao pedido de expedição de Vara ao CADIN determinando a suspensão do débito do relatório de restrições. Em 22.01.2015 foi disponibilizada decisão intimando o ISCP a opor Embargos à Execução, os quais foram protocolados e distribuídos em 24.02.2015. Em 30.07.2015 foi proferida decisão recebendo os Embargos no efeito suspensivo e intimando a municipalidade a se manifestar. Em 15.04.2016 foi disponibilizada decisão intimando o ISCP a apresentar réplica e especificar as provas que pretende produzir. Em 09.05.2016 foi apresentada réplica e foi requerida a realização de prova pericial. Em 22.08.2016 foi protocolizada manifestação apresentando os quesitos para o exame pericial. Em 14.10.2016 foi publicada decisão intimando o ISCP a se manifestar acerca dos honorários periciais apresentados pelo Perito do Juízo. Em 20.10.2016 foi protocolada manifestação concordando com os

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	honorários periciais apresentados nos autos. Em 31.05.2017 foi publicada decisão intimando o ISCP a apresentar manifestação ao laudo pericial. Em 23.06.2017 foi protocolada manifestação ao laudo do Perito do Juízo e foi requerida a realização de perícia imobiliária. Em 29.06.2017 foi protocolizada petição do perito contador assistente Júlio Fatureto. Em 29.01.2018 foi protocolada petição informando os quesitos imobiliário para a análise pericial. Em 05.11.2018 foi publicada decisão intimando o ISCP a se manifestar acerca dos honorários periciais requeridos pelo Perito Imobiliário do Juízo, José Roberto Pricoli, no valor de R\$ 141.550,00. Em 12.11.2018 foi protocolada petição requerendo dilação por dez dias no prazo para manifestar acerca dos honorários periciais. Em 29.11.2018 foi protocolada petição impugnando os honorários estimados, solicitando a redução para R\$ 110.000,00. Em 16.05.2019 foi proferida decisão intimando o perito a se manifestar. Em 23.10.2023 foi homologada a proposta de honorários periciais, após concordância das partes, no valor de R\$ 145.550,00. Em 05.07.2024 após a concordância com o valor dos honorários periciais, e vista para o perito, iniciou-se a fase pericial com a solicitação de documentos pelo assistente técnico do juízo. Em, 31.03.2026, processo encontra-se em diligência pericial, sem alteração do status
h. estágio do processo	Conhecimento
i. chance de perda	Possível
j. Relevância	O Processo é tido como relevante em razão da matéria discutida nos autos, qual seja, o impacto da imunidade tributária sustentada. Noutro ponto, o processo se torna relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo executados.
k. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
l. valor provisionado (se houver provisão)	Não se aplica.

Processo nº	5015114-30.2024.4.04.7201
a. juízo	9ª Unidade De Apoio Em Execução Fiscal Em Joinville
b. instância	1ª Instância
d. partes no processo	Autor: União Federal Réu: SOCIESC
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 128.277.777,53
f. principais fatos	A Execução Fiscal ajuizada contra a SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A. (SOCIESC) foi proposta pela União – Fazenda Nacional para a cobrança de débitos tributários relativos a contribuições previdenciárias patronais e parafiscais das competências de outubro de 2021 a abril de 2024. Os valores cobrados estão formalizados em 12 Certidões de Dívida Ativa (CDAs), vinculadas aos processos administrativos nº 17830729445/2024-81 e nº 17830726130/2024-81, que consolidaram montantes questionados pela SOCIESC tanto no âmbito administrativo quanto no judicial. O Auto de Infração que deu origem à Execução Fiscal fundamenta-se na suposta omissão de valores nas declarações fiscais entregues via DCTFWeb, bem como na alegação de inadimplemento de contribuições previdenciárias. Segundo a fiscalização, as contribuições parafiscais não teriam sido devidamente recolhidas, ainda que a SOCIESC tenha realizado retificações tempestivas em suas declarações antes da inscrição dos débitos em dívida ativa. Essas retificações, feitas com o intuito de corrigir inconsistências nas declarações originais, não foram analisadas pela Receita Federal

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	antes do lançamento das CDAs, o que levou à inscrição de débitos que, segundo a SOCIESC, já haviam sido pagos. Além disso, a autuação incluiu contribuições patronais que estão com a exigibilidade suspensa em razão de depósitos judiciais realizados no âmbito da ação judicial nº 1004203-75.2018.4.01.3400. Nessa ação, a SOCIESC discute o seu direito ao benefício de escalonamento de alíquotas previsto no art. 13 da Lei nº 11.096/2005, conhecido como Lei do PROUNI. De acordo com essa legislação, as instituições que aderiram ao programa poderiam recolher suas contribuições de forma gradual, com alíquotas reduzidas nos cinco anos subsequentes à transformação de sua natureza jurídica. No entanto, a Fazenda Nacional não reconheceu esse direito administrativamente, o que levou à judicialização do tema. Outro ponto relevante diz respeito aos débitos incluídos na Execução Fiscal que estão vinculados ao programa de autorregularização incentivada instituído pela Lei nº 14.740/2023. A SOCIESC aderiu ao referido programa para regularizar determinadas pendências tributárias e já realizou pagamentos e parcelamentos nos moldes estabelecidos. Contudo, a fiscalização inscreveu esses valores em dívida ativa, ignorando o parcelamento em andamento e a quitação parcial já efetuada. Por fim, a SOCIESC aponta que houve duplicidade de cobrança nos valores inscritos, uma vez que as CDAs incluíram montantes que já haviam sido recolhidos pela instituição no período de outubro de 2021 a abril de 2024. Documentos apresentados pela SOCIESC comprovam que foram efetuados recolhimentos significativos no período, mas tais valores não foram integralmente considerados pela fiscalização, o que teria gerado um bis in idem nos lançamentos efetuados. A Execução Fiscal proposta pela União tem como pano de fundo disputas jurídicas e administrativas ainda pendentes. A ação declaratória nº 1004203-75.2018.4.01.3400, com sentença parcialmente procedente, trata do reconhecimento do direito ao benefício do escalonamento das alíquotas patronais, o que, se confirmado, impactará diretamente nos valores cobrados na Execução Fiscal. Além disso, o mandado de segurança nº 5002075-63.2024.4.04.7201 busca garantir a inclusão dos débitos no programa de autorregularização incentivada, com os benefícios fiscais previstos na Lei nº 14.740/2023, sendo outra discussão relevante que interfere na execução dos valores. A SOCIESC questiona também a falta de análise pela Receita Federal das retificações apresentadas antes da inscrição em dívida ativa, o que compromete a liquidez e a certeza dos débitos inscritos. Nesse contexto, grande parte dos valores cobrados pela Fazenda Nacional está vinculada a depósitos judiciais, programas de regularização e questões ainda em discussão administrativa ou judicial, evidenciando a complexidade da cobrança em andamento. Recebido os embargos à Execução nº 5038866-34.2024.4.04.7200, lhe foi atribuído o efeito suspensivo, sobrestando o feito executivo até o trânsito em julgado dos embargos ou decisão judicial superveniente em sentido contrário, após, foi determinada a intimação da Fazenda para impugnar os embargos. Após deferimento do PRDI interposto pela SOCIESC, em 12.02.2026, a PGFN requereu a juntada dos extratos das três inscrições que sofreram retificação administrativa, bem como alteração do valor total das inscrições ainda em execução no processo nº 5015114-30.2024.4.04.7201. O valor consolidado das inscrições em cobrança é de R\$55.197.939,45 – o valor de ajuizamento era de R\$ 112.627.646,96.
g. chance de perda	Possível - R\$ 67.031.810,02 Provável - R\$ 61.245.967,52
i. valor provisionado (se houver provisão)	R\$ 61.245.967,52

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	Processo Administrativo nº 16062-720.098/2018-68
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	12/06/2018
d. partes no processo	Autor: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL Réu: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 178.632.997,90
f. principais fatos g. resumo das decisões proferidas	Em 10.07.2018, foram apresentadas Impugnações aos Autos de Infração. Em 22.03.2019, o julgamento foi convertido em diligência. Em 05.06.2019, a ISCP apresentou Resposta diante do resultado da diligência, ocasião em que apresentou novos documentos. Em razão da apresentação da referida Manifestação, os autos foram novamente convertidos em diligência. Em 07.06.2021, a ISCP apresentou Resposta ao resultado da nova diligência. Em 23.08.2022, a 15ª Turma, da DRJ07, julgou parcialmente procedente a Impugnação apresentada pela ISCP, tendo sido mantido o lançamento apenas em relação às multas isoladas pela suposta ausência de recolhimento de estimativas mensais. A Impugnação apresentada por REDE, Eduardo Moreira Giestas e Eduardo Paz Diz de Araújo foram julgadas procedentes, de modo que foram excluídos do polo passivo. A decisão da DRJ ainda não é definitiva, pois está submetida a recurso de ofício. Em 14.10.2022, a ISCP interpôs recurso voluntário. Em 01.11.2022, os autos entraram no CARF e, no momento, aguarda-se inclusão em pauta para julgamento. Em 15.05.2024, os autos aguardam distribuição/sorteio. Em 20.09.2024, os autos encontram-se aguardando pauta do Relator lagaro Jung Martins. O processo foi recebido pelo CARF, em 31.03.2026, os autos ainda aguardam pauta de julgamento a ser delimitada pelo relator.
h. estágio do processo	Recursal
i. chance de perda	Remoto
j. Relevância	O Processo é tido como relevante em razão da matéria discutida nos autos, qual seja, o impacto da imunidade tributária sustentada. Noutro ponto, o processo se torna relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo executados.
k. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
l. valor provisionado (se houver provisão)	Não se aplica.

Processos Judiciais de Natureza Cível

Em 31 de março de 2026, nós e nossas controladas éramos parte em diversos processos judiciais de natureza cível, com um valor envolvido no montante de R\$ 881.514.050,03. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 74.160.917,66 para nossos processos cíveis.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Dentre os processos judiciais de natureza cível que representavam contingências relevantes para nós em 31 de março de 2026, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto os seguintes:

Processo nº	0803693-78.2014.8.20.6001
a. juízo	2ª Vara Cível/ 3ª Câmara Cível
b. instância	2ª Instância – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
c. data de instauração	7 de Agosto de 2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Estadual - 27ª Promotoria de Natal ("MPRN") Réus: APEC – Sociedade Potiguar de Educação e Cultura S.A. ("APEC") Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. ("Laureate") Paulo Vasconcelos de Paula ("Paulo Vasconcelos") Jurema Mesquita Cansação ("Jurema Mesquita") ICE Inversiones Brazil S.L. ("ICE Inversiones") Guelmin Administração de Bens Ltda. ("Guelmin Administração") Biofa Participações Societárias Ltda. ("Biofa Participações")
e. valores, bens ou direitos envolvidos	O valor histórico atribuído à causa pelo MPRN foi de R\$ 150.000.000,00. O valor atualizado corresponde a R\$ 549.584.367,66, com base no índice IGP-M, na data-base de março/2026.
f. principais fatos	O MPRN ajuizou a ação civil pública buscando, em síntese: (i) A declaração de nulidade do Contrato de Compra de Ações firmado entre os corréus Paulo Vasconcelos, Jurema Mesquita e ICE Inversiones, para a alienação da APEC; (ii) A condenação dos Réus ao pagamento de indenização equivalente ao patrimônio da APEC à época da celebração do negócio, acrescida de correção monetária, em valor a ser apurado em liquidação de sentença. O MPRN requereu que a indenização fosse revertida para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. O juiz de primeira instância proferiu sentença indeferindo a inicial e extinguindo o processo com resolução do mérito, em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão do MPRN. O MPRN interpôs apelação contra a sentença. A APEC e a Laureate Netherlands Holding B.V., na qualidade de sucessora da ICE, apresentaram contrarrazões à apelação, assim como dos demais corréus. A Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em unanimidade de votos, não deu provimento à apelação cível interposta pelo MPRN, mantendo inalterada a sentença que entendeu prescrita a pretensão deduzida na inicial. O MPRN opôs Embargos de declaração, alegando omissão no Julgado. A APEC e a Laureate Netherlands Holding B.V., na qualidade de sucessora da ICE, apresentaram contrarrazões. A Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em unanimidade de votos, rejeitou os Embargos de Declaração oposto pelo MPRN,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	mantendo inalterada a sentença que entendeu prescrita a pretensão deduzida na inicial. O MPRN Interpôs Recurso Especial, alegando violação a dispositivos do Código de Processo Civil. A APEC e a Laureate Netherlands Holding B.V., na qualidade de sucessora da ICE, apresentaram contrarrazões. O Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em decisão monocrática proferida pela desembargadora relatora Vice-Presidente da Câmara Cível Inadmitiu o Recurso Especial, interposto pelo MPRN com fundamento na Súmula 83 do STJ. O MPRN Interpôs Agravo em Recurso Especial, alegando violação a dispositivos do Código de Processo Civil. A APEC e a Laureate Netherlands Holding B.V., na qualidade de sucessora da ICE, apresentaram contrarrazões. Decisão em 02/06/2025 mantendo incólume a decisão agravada, determinando a remessa dos autos à instância superior, na forma do que preceitua o art. 1.042, § 4º, do Código de Processo Civil. Processo remetido ao STJ. Em 23/07/2025 o processo foi recebido no STJ, sendo determinada a sua distribuição em 22/08/2025 - 4ª Turma. O processo estava na conclusão desde 16/09/2025 com a Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti. Em 30/03/2026 foi proferida decisão monocrática pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti, conhecendo do agravo de MPRN para dar parcial provimento ao Recurso Especial, determinando a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para que proceda a novo julgamento dos embargos de declaração opostos pelo MPRN como entender de direito, apreciando detidamente todos os pontos suscitados pelos embargantes, nos termos da fundamentação acima - item (a).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo com resolução de mérito, em razão da ocorrência de prescrição, nos termos dos arts. 269, IV, e 295, IV, do CPC de 1973. Nos termos da sentença, a pretensão do MPRN estaria prescrita com base no prazo trienal do art. 206, §3º, IV e V do Código Civil. Acórdão conheceu e não deu provimento à apelação cível interposta pelo MPRN, mantendo incólume a sentença proferida. Decisão mantida no Acórdão dos Embargos de Declaração. Decisão de Inadmissibilidade do Recurso Especial interposto pelo MPRN. Decisão mantendo a decisão agravada, determinando a remessa dos autos ao STJ para julgamento do Agravo em Recurso Especial interposto pelo MPRN. Decisão monocrática no STJ, dando parcial provimento ao Agravo em Recurso Especial interposto pelo MPRN, determinando a devolução dos autos ao TJRN, para novo julgamento dos embargos de declaração.
h. Estágio do processo	Fase recursal
i. Chance de perda	Remota
j. Releância	O Processo é tido como relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo discutidos.
k. Análise do impacto em caso de perda no processo	O MPRN requereu a condenação dos Réus ao pagamento de indenização equivalente ao patrimônio da APEC à época da celebração do negócio, acrescida de correção monetária, em valor a ser apurado em liquidação de sentença. O MPRN requereu que a indenização fosse revertida para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Considerando que ainda segue pendente de Julgamento de recursos, na hipótese de a ação ser julgada procedente (vide análise de risco enviada em 30 de novembro de 2021), os réus poderão ser condenados ao pagamento solidário da indenização pleiteada. Ainda pendente de quantificação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

I. Valor provisionado (se houver provisão)	N/A

Processos Judiciais de Natureza Trabalhista

Em 31 de março de 2026, nós e nossas controladas éramos parte em vários processos judiciais de natureza trabalhista, com um valor envolvido no montante de R\$ 335.753.800,74. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 92.879.394,65 para nossos processos trabalhistas e eventuais e futuras contingências não materializadas até a data deste Formulário de Referência.

Nossos processos de natureza trabalhista em andamento versam, em geral, sobre o pagamento de horas extras, verbas rescisórias, reajuste salarial e cobrança de parcelas indenizatórias movidas por nossos ex-empregados e ex-empregados das empresas subcontratadas por nossas controladas, pelas quais somos responsáveis subsidiariamente e/ou solidariamente.

Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Ambiental

Em 31 de março de 2026, nós e nossas controladas éramos parte em processos judiciais de natureza ambiental. Na mesma data, não possuíamos provisão para nossos processos ambientais e eventuais e futuras contingências não materializadas até a data deste Formulário de Referência.

Outros

Até a data deste Formulário de Referência, não somos parte em qualquer outro processo judicial, administrativo ou arbitral que possa materialmente impactar as nossas atividades, que não descritos acima.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de março de 2026, para os processos descritos no item 4.4 acima, há valor provisionado de R\$ 61.245.967,71, na Execução Fiscal nº 5015114-30.2024.4.04.7201 ajuizado pela União contra a SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A. (SOCIESC) para a cobrança de débitos tributários relativos a contribuições previdenciárias patronais e parafiscais das competências de outubro de 2021 a abril de 2024. Os valores cobrados estão formalizados em 12 Certidões de Dívida Ativa (CDAs), vinculadas aos processos administrativos nº 17830729445/2024-81 e nº 17830726130/2024-81, que consolidaram montantes questionados pela SOCIESC tanto no âmbito administrativo quanto no judicial. Recebido os embargos à Execução nº 5038866-34.2024.4.04.7200, lhe foi atribuído o efeito suspensivo, sobrestando o feito executivo até o trânsito em julgado dos embargos ou decisão judicial superveniente em sentido contrário, após, foi determinada a intimação da Fazenda para impugnar os embargos. Após deferimento do PRDI interposto pela SOCIESC, em 12.02.2026, a PGFN requereu a juntada dos extratos das três inscrições que sofreram retificação administrativa, bem como alteração do valor total das inscrições ainda em execução no processo nº 5015114-30.2024.4.04.7201. O valor consolidado das inscrições em cobrança é de R\$55.197.939,45 – o valor de ajuizamento era de R\$ 112.627.646,96.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 31 de março de 2026, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que em 31 de março de 2026, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Informamos que, em 27 de março de 2026, ocorreu a publicação da Portaria SERES/MEC nº 96/2026 que determina o arquivamento dos processos de supervisão de IES do grupo condicionado à transparência obrigatória das informações docentes, com monitoramento contínuo pela SERES.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, aprovada em 12 de maio de 2020, pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

I. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção, em especial para os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência. Adicionalmente também busca proteção contra riscos menos relevantes, sendo todos eles classificados, conforme sua natureza, nas seguintes categorias:

- Riscos Estratégicos
- Riscos Financeiros
- Riscos de Conformidade
- Riscos Operacionais

II. Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia busca, através de um processo estruturado, mitigar seus riscos avaliando impacto e probabilidade dele se materializarem.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos prevê as seguintes etapas neste processo:

(1) Identificação dos Riscos

O processo de captura e identificação de riscos consiste na execução de atividades específicas, como mapeamento de processos, entrevistas com os gestores responsáveis de cada área/segmento de negócio e o levantamento de perdas ocorridas no passado, com o intuito de estabelecer as matrizes de riscos e controles e mantê-las constantemente atualizadas, com base nos eventos que possam impactar os objetivos estratégicos e de negócio da Companhia.

A área de Gestão de Riscos atuará como facilitadora e consolidadora no processo de identificação e atualização dos riscos da Companhia.

(2) Avaliação de Riscos

Nesta etapa do processo a Companhia refina o entendimento do nível e natureza dos riscos, quantificando estes em termos de probabilidade e impacto de acordo com sua capacidade de afetar as atividades da Companhia em curto, médio e longo prazo.

Toda a metodologia de avaliação, ponderação e priorização dos riscos será proposta pela área de Gestão de Riscos e validada pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, contemplando minimamente (podendo ser utilizada uma combinação de cada uma delas) as etapas de (1) Categorização (2) Estabelecimento de Critério para Cálculo da Severidade e (3) Elaboração de Mapa dos Riscos.

(3) Respostas (tratamento) aos Riscos

Após avaliar e classificar os riscos a administração determinará como pretende responder a eles. Tais respostas devem estar em linha com o apetite de riscos definido pelo Conselho de Administração. Cada risco identificado e avaliado pode ter uma ou mais respostas. A administração pode adotar as seguintes respostas aos riscos:

- Evitar: descontinuação das atividades que geram os riscos. Evitar riscos pode implicar, como por exemplo, a descontinuação de uma linha de serviços;
- Reduzir: são adotadas medidas, por meio de planos de ação, para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iii) Compartilhar: redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma parte do risco, como por exemplo, a terceirização de uma atividade ou a contratação de seguros;
- (iv) Aceitar: nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

(4) Atividades de Controle

As áreas de negócio possuem o papel de implementar e garantir a continuidade operacional dos controles internos associados às suas atividades, garantindo que os riscos residuais estejam alinhados ao nível de apetite e tolerância estabelecidos e validados pelo Conselho de Administração. A Gerência de Auditoria e Riscos, subordinada a Vice-presidência Executiva e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos atuará ativamente no processo de identificação e avaliação de controles internos por meio de revisões de processos, investigações pontuais e auditorias internas.

(5) Comunicação

As informações pertinentes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e em prazo hábil, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades. A comunicação eficaz deve ocorrer em todos os níveis da organização, de modo que cada colaborador entenda a sua função no gerenciamento de riscos corporativos, assim como as atividades individuais que se relacionam com o trabalho dos demais. Deve haver, também, uma comunicação eficaz com terceiros, como clientes, fornecedores, órgãos reguladores e acionistas. Os sistemas de gestão de riscos devem permitir o acompanhamento através de indicadores e dashboards, possibilitando a tomada de decisão baseadas em dados relacionados aos objetivos.

(6) Monitoramento e Análise Crítica

A estrutura de controles internos deve ser monitorada para avaliar a qualidade e a atualização dos controles no tempo. Esse objetivo é atingido mediante atividades recorrentes de monitoramento ou avaliações independentes periódicas, ou, ainda, por uma combinação desses dois mecanismos. As principais atividades de monitoramento incluem conciliações, acompanhamento de comunicações de agentes externos, inventários, auditorias, autoavaliações e verificação contínua.

III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é composta pela Gerência de Auditoria e Riscos, a qual responde diretamente Vice-Presidente Executivo e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. As áreas atuam de forma conjunta com o Presidente, Vice-Presidentes e demais Diretores da Companhia, sendo estes também parte fundamental da estrutura de gerenciamento de riscos.

A área de Riscos e Controles vinculada atua de forma estratégica na identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos corporativos que podem impactar o cumprimento da estratégia e das operações da organização. Seu principal objetivo é suportar a tomada de decisão, considerando os diferentes tipos de riscos — financeiros, operacionais, regulatórios e reputacionais — e contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos e operacionais da companhia.

Além disso, por meio do Programa de Monitoramento de Controles, a área acompanha a efetividade dos processos internos e o atendimento às exigências regulatórias, promovendo uma atuação preventiva e orientada à melhoria contínua, contribuindo na otimização de processos, correção de falhas e implementação de recomendações que fortalecem o ambiente de controle, elevam a eficiência operacional e promovem uma cultura de gestão de riscos.

A área de Auditoria Interna responde diretamente ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. A Auditoria Interna ainda, realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia está inserida nos trabalhos de controles internos e adequação dos processos relativos à gestão de riscos, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é formada por três membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles o coordenador, o qual tem como principais funções: (i) convocar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (ii) coordenar e definir a pauta das reuniões; (iii) assegurar

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

que os membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos recebam informações completas e tempestivas sobre os itens da pauta das reuniões; (iv) assegurar a eficácia e bom desempenho do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (v) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (vi) propor, quando necessário, o convite a especialistas para participarem de reuniões; (vii) representar o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no seu relacionamento com o Conselho de Administração e com a Diretoria da Companhia; (viii) reportar periodicamente os temas discutidos nas reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia tem entre suas atribuições a de assessorar o Conselho de Administração, ao qual se reporta, no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. Além disso, nosso Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é formado exclusivamente por membros independentes, tendo um de seus membros experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria. Para outras informações sobre Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui uma estrutura de controles adequada no contexto de suas operações, que permite monitorar e avaliar os riscos relacionados aos seus negócios e possíveis impactos nas operações, atuando na mitigação deles sempre que necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer controles internos necessários para garantir a efetividade dos processos internos, dos fluxos de informação e permitir a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras livres de distorções relevantes, garantindo, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das Demonstrações Financeiras para divulgação no mercado, de acordo com as normas de contabilidade. Ainda que os controles internos sobre os relatórios financeiros possam não prevenir ou não detectar todos os erros devido às suas limitações inerentes, a Administração acredita que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025, os erros e deficiências identificadas no ambiente de controles internos não impactaram, de forma relevante, as Demonstrações Financeiras emitidas.

b) estruturas organizacionais envolvidas

As Diretorias da Companhia, subordinadas à Presidência, são as responsáveis por criar e manter os controles internos necessários em suas respectivas áreas para garantir a efetividade dos processos e fluxos de informação.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas pela Vice-Presidência Financeira, à qual está subordinada a área contábil. As informações são revisadas pelo gestor da área, Diretor de Controladoria e Vice-presidente financeiro. Posteriormente, as demonstrações são enviadas para apreciação do Comitê de Auditoria e Riscos, o qual recomenda a aprovação para o Conselho de Administração, e Conselho Fiscal além de serem submetidas ao processo de auditoria independente.

A Companhia possui ainda a área de Auditoria, riscos e compliance, responsável pela realização de trabalhos voltados ao compliance operacional e auditorias específicas, a que reporta suas atividades ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, órgão não estatutário, composto por dois Conselheiros independentes e por um Especialista externo, comitê este que, por sua vez, é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia e cujas atribuições são aprovadas por este. São atribuições da área de Auditoria Interna da Companhia:

- (i) Proceder a avaliação e entendimento do ambiente de riscos e controles da Companhia e suas controladas, incluindo as operações que ocorrem nos campi;
- (ii) verificar o funcionamento dos controles internos da organização através de testes sobre os mesmos, sempre com uma abordagem de parceria com as áreas auditadas e com objetivo de incentivar as melhorias de qualidade dos processos e redução de riscos, evitando abordagens meramente punitivas; e
- (iii) realizar auditoria contínua dos processos críticos de negócio, em conjunto com as respectivas áreas operacionais.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

A Administração da Companhia supervisiona a eficiência dos controles internos por meio de trabalhos da área de Riscos e Controles internos e da Auditoria Interna, que reporta periodicamente eventuais deficiências para o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Para as deficiências eventualmente encontradas são elaborados plano de ação pelos departamentos responsáveis pela execução dos processos em que reside o controle a ser aprimorado, com responsáveis e prazos de implantação. Os planos de ação de implementações de melhorias de controle são acompanhados mensalmente pelas áreas de Riscos e Controles internos e da Auditoria Interna até serem incorporadas ao ambiente de controles, quando então voltam a ser testados. . Anualmente os resultados dos trabalhos de Gestão de riscos, Controles internos, Auditoria Interna e *Compliances* são apresentados e discutidos com o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

Prossegue em 2025 o projeto de revisão, mapeamento de lacunas em nossos sistemas e integrações e implantação de controles internos que suportam as Demonstrações Financeiras com conclusão prevista para o segundo semestre. Já avançamos na definição de novos fluxos e na readequação de normas e procedimentos, o que permitirá completa adequação das políticas internas e o fortalecimento dos controles.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

5.2 Descrição dos controles internos

A auditoria externa, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia, avalia o sistema contábil e os controles internos a fim de obter entendimento dos controles que consideram relevantes para o processo de auditoria, com o propósito de avaliar e identificar riscos que possam distorcer de forma relevante as Demonstrações Financeiras. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. apontou algumas deficiências, recomendações e oportunidades de aprimoramento nos controles da Companhia, sem, contudo, registrar qualquer deficiência significativa.

e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente.

A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e estão sendo realizados planos de ação para a aprimoramento de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

No relatório do auditor referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas deficiências significativas nos controles internos relacionados ao reporte financeiro.

A Companhia mantém um ambiente de controles internos estruturado e robusto, suportado pelo mapeamento contínuo de riscos, pelo redesenho e aperfeiçoamento de processos críticos, pela aplicação consistente de políticas internas e pela utilização de uma solução de consolidação de dados contábeis integrada ao ERP corporativo. Esses elementos contribuem para maior automação dos fluxos de trabalho, adequada rastreabilidade das aprovações e disponibilidade centralizada de evidências de conciliação.

A Administração reforça seu compromisso com a revisão periódica dos controles e procedimentos de reporte financeiro, com foco permanente em conformidade regulatória, governança e melhoria contínua da qualidade e transparência das informações divulgadas ao mercado.

Desde 2021, a Companhia vem realizando investimentos contínuos em tecnologia com o objetivo de simplificar e automatizar processos, fortalecer os controles operacionais e promover maior eficiência e governança na gestão.

Para 2026, a Companhia busca ampliar essa estratégia por meio da adoção de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), visando agregar valor aos processos e controles existentes, aumentar a eficiência operacional e aprimorar a eficácia das atividades executadas no dia a dia.

5.3 Programa de integridade

a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A companhia adota o Programa de Integridade e Ética, o qual foi estabelecido a partir de uma avaliação de riscos e de acordo com a exposição identificada para a Companhia, inclusive aqueles envolvendo a administração pública. Tem por objetivo estabelecer processos que mitiguem riscos, detectem e respondam às irregularidades e ilegalidades e promovam uma cultura e ambiente ético, em conformidade ao Código de Ética e Conduta e políticas de Compliance.

Contamos com uma área dedicada ao programa de integridade, cujas principais atividades são:

- Assegurar o comprometimento da liderança no desenvolvimento da cultura de conformidade;
- Avaliação e monitoramento dos riscos considerando regulamentos internos e externos;
- Formalização de políticas e procedimentos específicas, tais como o Código de Conduta e Ética e demais normativos de integridade;
- Comunicações e Treinamentos com objetivo de disseminar e capacitar os colaboradores quanto as diretrizes do programa;
- Detecção e resposta para assegurar que todo e qualquer descumprimento às políticas, procedimentos e leis sejam devidamente apuradas e as medidas cabíveis tomadas.
- Monitoramento contínuo como forma de monitorar os controles e identificar situações que fujam da normalidade e indiquem situações atípicas.

O Programa de Integridade e Ética da Ânima foi construído com base nos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Corporativa de Compliance e no Código de Conduta e Ética, com o propósito de promover e manter um ambiente de integridade na Ânima. O Programa é gerido com base nos pilares de: I – Gestão e Governança; II- Gestão de Riscos; III- Normas, Políticas e Procedimentos; IV- Treinamento e Comunicação; V- Controles Internos; VI- Gestão de Terceiros; VI- Agentes Públicos; VII- Canal de Conduta; VIII- Medidas Disciplinares; IX- Monitoramento.

Outros mecanismos importantes incluem a existência de diretrizes e procedimentos sobre negociação com partes relacionadas, conflitos de interesses, recebimento de presentes, brindes e hospitalidades, combate ao assédio e à discriminação, o qual desenvolveu-se como um Programa inteiramente autônomo, o Programa Fúcsia, este, principalmente, em conjunto com o Programa Ânima Plurais, cujo objetivo primordial é a realização de ações e programas em prol da constituição de um ambiente representativo, empático, respeitoso e plural no Grupo Ânima.

Anualmente, a Ânima realiza o evento ACX – Ânima Compliance Experience, reunindo painéis de temas de integridade e ética, segurança da informação, ESG e proteção de dados. Além disto, os colaboradores do Grupo Ânima recebem, periodicamente, conteúdos sobre os temas de integridade e têm acesso a um ambiente online de estudos em que são disponibilizados os seguintes treinamentos:

- Treinamento Obrigatório sobre o Código de Conduta e Ética;
- Treinamento Obrigatório de Combate à Corrupção;
- Treinamento Obrigatório de Combate ao Assédio.

Com relação às atividades que possuem interação com a administração pública, a Companhia possui a Política Corporativa Anticorrupção, que objetiva estabelecer diretrizes e procedimentos para mitigar o risco de suborno e corrupção, sendo aplicável a todos os colaboradores, membros do Conselho e terceiros que atuam em nome da Ânima.

Possuímos um canal de denúncia de desvios de conduta, operado em parceria com empresa terceira, de forma a assegurar a independência e anonimato das denúncias. A apuração e gestão de denúncias que envolvam desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos é realizada pela Gerência de Compliance e as decisões são tomadas pela Comissão de Ética,

5.3 Programa de integridade

órgão multidisciplinar, independente e composto pela CEO, por quatro Vice-Presidentes e um conselheiro autônomo. Vice-Presidências .

Os resultados de todos os trabalhos do Programa de Integridade são reportados por meio de relatórios com dados quantitativos e qualitativos, estatísticas, indicadores e metas de desempenho semestralmente à Comissão de Ética e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

São órgãos da estrutura organizacional envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade:

- Vice-Presidência de Soluções, Jurídico, Riscos e Compliance e Gerência de Compliance: A Gerência de está situada organizacionalmente na Vice-Presidência de Soluções, Jurídico, Riscos e Compliance e é responsável por assegurar que a Companhia opere de maneira transparente, ética e aderente aos regulamentos, mitigando riscos e promovendo uma governança eficaz. Com uma abordagem integrada e estratégica, a Vice-Presidência, por meio das Gerências de Compliance e Riscos e Controles Internos, se compromete a avaliar, monitorar e aprimorar o sistema de gestão de riscos, incluindo riscos associados à integridade, controles internos e a cultura de conformidade da organização, garantindo confiança para nossos acionistas e alinhamento com as melhores práticas de mercado. A Diretoria se organiza em três áreas principais:
 - Compliance: A área de Compliance é responsável por promover a integridade e assegurar o cumprimento das leis, regulamentos e políticas internas. A área lidera e garante a efetividade dos programas de integridade, anticorrupção e privacidade da Companhia, considerando todos os requisitos exigidos pelas leis aplicáveis. Além disso, também é responsável pela gestão do Canal de Conduta e Canal de Privacidade e reporta situações que possam apresentar risco de conformidade aos agentes de governança aplicáveis conforme políticas da Companhia.
 - Auditoria Interna: A área atua no sentido de operacionalizar, como terceira linha de defesa, os deveres e responsabilidades da função de supervisão e avaliação dos processos internos, governança e a efetividade dos controles internos para prevenir, detectar e sanar riscos de forma geral, incluindo potenciais desvios, fraudes, irregularidades, visando proteger interesses de acionistas e outras partes interessadas. A área possui suas atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração, possui estrutura e orçamento suficientes ao desempenho adequado de suas funções conforme avaliação realizada pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e Conselho de Administração ao menos uma vez por ano;
 - Riscos e Controles: A área de Riscos e Controles é responsável pela gestão de riscos corporativos e pela avaliação contínua dos controles internos da Companhia. Com o apoio de uma matriz de riscos abrangente, essa área identifica, avalia e monitora riscos estratégicos, operacionais, financeiros e regulatórios que possam impactar a organização. Além disso, realiza avaliações dos controles internos para garantir a mitigação eficaz dos riscos identificados, auxiliando a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração na tomada de decisões estratégicas alinhadas aos objetivos da empresa.
- Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos: é um órgão de caráter consultivo e técnico, de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui as atribuições descritas no item 12.1 (a) deste Formulário de Referência.
- Comissão de Ética: é uma entidade de nível corporativo, cujo regimento foi aprovado formalmente pelos executivos, responsável por deliberar sobre assuntos relacionados ao Programa de Integridade, indicadores do Canal de Denúncias, além de propor ações e melhorias para promover uma cultura organizacional de alta integridade e conduta ética e para manutenção da conformidade perante as Leis e normas internas. Realiza a prestação de contas de forma semestral ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

Tanto a Comissão de Ética, quanto o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos são órgãos internos não estatutários, contudo, seus regimentos internos, aprovados pelos gestores da companhia, dão a estes órgãos a independência na avaliação dos riscos e práticas de negócio.

5.3 Programa de integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

**Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Dispomos de Código de Conduta e Ética aprovado pelo seu Conselho de Administração. Este código se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios, os quais devem agir de acordo com as leis, normas e regulamentações que afetam nossos negócios, bem como políticas e procedimentos internos.

**Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

Todos os novos colaboradores recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Ética quando de sua admissão. Após ingresso na Companhia, os colaboradores passam por um treinamento de reciclagem, cuja recorrência é definida pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance. O Código de Conduta e Ética, assim como demais políticas e normas da empresa ficam disponíveis na intranet da companhia, sites institucionais, podendo ser acessados por qualquer parte interessada a qualquer momento.

**As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

O descumprimento das regras do Código de Conduta, assim como o descumprimento dos Regimentos Internos e da legislação, é passível de aplicação de medidas disciplinares de acordo com a gravidade do ato, conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT") e na legislação vigente.

**Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

A primeira versão do Código foi aprovada pelo Conselho de Administração da Ânima em reunião realizada em 22 de agosto de 2013. O Código de Conduta e Ética foi, posteriormente, alterado em três oportunidades, sendo a última realizada e aprovada em 17 de dezembro de 2024. Ele pode ser acessado no canal de comunicação interna dos colaboradores, nos sites das Instituições que compõe a Ânima e nos links abaixo:

- <http://ri.animaeducacao.com.br/>
- <https://contatoseguro.com.br/anima>

b) canal de denúncia

**Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

A empresa dispõe do **Canal de Conduta** (<https://contatoseguro.com.br/anima>), um espaço para relatar desvios, práticas e condutas de educadores e educadoras, membros da comunidade acadêmica, fornecedores ou parceiros de negócio que não estejam de acordo com o Código de Conduta, Regimentos e Atos Normativos das Instituições, das leis e dos princípios e valores do nosso Ecossistema. É gerido por uma empresa externa terceirizada, independente, imparcial, que recepciona as denúncias, classifica e transmite as informações para a área de Integridade e Ética da empresa.

**Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O canal de denúncias é disponível para todas as partes interessadas e recebe relatos tanto de colaboradores internos quanto do público externo, abarcando docentes, administrativos, alunos, fornecedores e membros da comunidade externa etc.

**Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*

As denúncias podem ser registradas de forma anônima. São recebidas e tratadas de forma confidencial, com imparcialidade, agilidade e independência.

Não permitimos que ninguém seja tratado(a) com hostilidade por ter feito uma denúncia ou que tenha participado de uma investigação. Quaisquer formas de retaliação são passíveis de aplicação de medidas disciplinares a quem as comete.

5.3 Programa de integridade

**Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Todas as denúncias são investigadas pela Gerência de Compliance e as decisões são tomadas de forma colegiada pela Comissão de Ética, órgão multidisciplinar, independente e composto pela CEO, quatro Vice-Presidentes e um conselheiro autônomo.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais não foram confirmados casos relacionados.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, possuímos um Código de Conduta e Ética que tem o objetivo de orientar e regular todos os colaboradores, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios da Companhia sobre as regras, procedimentos e comportamentos esperados nas relações internas e externas, principalmente na relação com a administração pública. Ademais, uma Política Anticorrupção foi estabelecida com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para mitigar os riscos de suborno e corrupção, promover a integridade, transparência e "fazer o certo" como parte integrante da nossa cultura corporativa. Entendemos que a existência do Código de Conduta e Ética e dos procedimentos descritos nos itens anteriores demonstra que adotamos uma política e procedimento claro para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, portanto este item é não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Nosso endividamento pode impactar negativamente nossos negócios.

Ainda que não tenha tido alteração significativa em relação ao último exercício, a alavancagem e flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo de nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios, conforme informado em itens anteriores.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação.

Devido à natureza de nossas operações e a nova estrutura de capital em decorrência de captações de recursos para a aquisição das instituições da Laureate no Brasil, estamos particularmente sujeitos a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, especialmente em razão da indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Na hipótese de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao nosso endividamento crescerão, o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados.

Mais detalhes dos contratos firmados e limites de *covenants* estão apresentados no item 2.1, F “Nível de endividamento e características de tais dívidas” deste formulário.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido abordadas nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ÁTILA SIMÕES DA CUNHA						
178.893.298-65	Brasil	Sim	Sim	31/01/2024		
Não						
4.779.491	1,183	0	0,000	4.779.491	1,183	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DANIEL FACCINI CASTANHO						
177.268.508-92	Brasil	Sim	Sim	13/03/2023		
Não						
55.936.634	13,850	0	0,000	55.936.634	13,850	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FABRÍCIO GHINATO MAINIERI						
752.322.510-15	Brasil	Sim	Sim	19/02/2021		
Não						
1.193.622	0,296	0	0,000	1.193.622	0,296	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO						
043.580.888-56	Brasil	Sim	Sim	10/03/2025		
Não						
3.070.646	0,760	0	0,000	3.070.646	0,760	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
IGNÁCIO DAUDEN MARTINEZ						
213.279.458-86	Espanha	Sim	Sim	27/01/2025		
Não						
5.092.680	1,261	0	0,000	5.092.680	1,261	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LEONARDO BARROS HADDAD						
257.041.918-43	Brasil	Sim	Sim	06/10/2023		
Não						
157.000	0,039	0	0,000	157.000	0,039	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MARCELO BATTISTELLA BUENO						
171.266.448-41	Brasil	Sim	Sim	14/11/2023		
Não						
27.978.011	6,927	0	0,000	27.978.011	6,927	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR						
179.933.738-32	Brasil	Sim	Sim	15/07/2022		
Não						
10.546.088	2,611	0	0,000	10.546.088	2,611	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ORGANON CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS						
36.588.627/0001-52	Brasil	Não	Não	19/05/2026		
Não						
25.900.000	6,413	0	0,000	25.900.000	6,413	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PEREA CAPITAL PARTNERS, LP						
21.628.954/0001-13	Estados Unidos	Não	Não	31/03/2025		
Sim	Perea Capital Partners, LP		Jurídica	21.628.954/0001-13		
31.000.000	7,676	0	0,000	31.000.000	7,676	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO CANÇADO GONÇALVES DE SOUZA						
250.347.826-34	Brasil	Sim	Sim	07/08/2024		
Não						
3.123.202	0,773	0	0,000	3.123.202	0,773	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODRIGO ROSSETTO DIAS RAMOS						
142.018.098-38	Brasil	Sim	Sim	04/06/2025		
Não						
2.727.752	0,675	0	0,000	2.727.752	0,675	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RÔMULO FACCINI CASTANHO						
275.264.818-93	Brasil	Sim	Sim	15/07/2026		
Não						
34.724.628	8,598	0	0,000	34.724.628	8,598	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
26.008.600	6,440	0	0,000	26.008.600	6,440	
OUTROS						
171.630.451	42,497	0	0,000	171.630.451	42,497	
TOTAL						
403.868.805	100,000	0	100,000	403.868.805	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	19.633
Quantidade acionistas pessoa jurídica	107
Quantidade investidores institucionais	385

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	227.202.148	56,256%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	227.202.148	56,256%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
AGES EMPREENDIMIENTOS EDUCACIONAIS LTDA.	03.732.265/0001-72	86
APEC SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	08.480.071/0001-40	86
ASPEC SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	05.247.100/0001-30	100
BRASIL EDUCAÇÃO S.A.	05.648.257/0001-78	86
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VESPASIANO LTDA	02.493.951/0001-75	72
CENTRO EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO SUPERIOR - CEFOS LTDA	16.694.697/0001-88	100
CESG – CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S/A	04.097.860/0001-46	86
FACEB EDUCAÇÃO LTDA.	03.099.921/0001-41	100
FACS SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	13.526.884/0001-64	86
FADERGS – FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA	02.247.214/0001-92	100
HSM DO BRASIL S/A	01.619.385/0001-32	100
IBCMED SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO S.A	05.610.260/0001-00	74
IEDUC – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA S.A.	08.446.503/0001-05	86
INOVATTUS EMPREENDIMIENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	18.487.854/0001-00	86

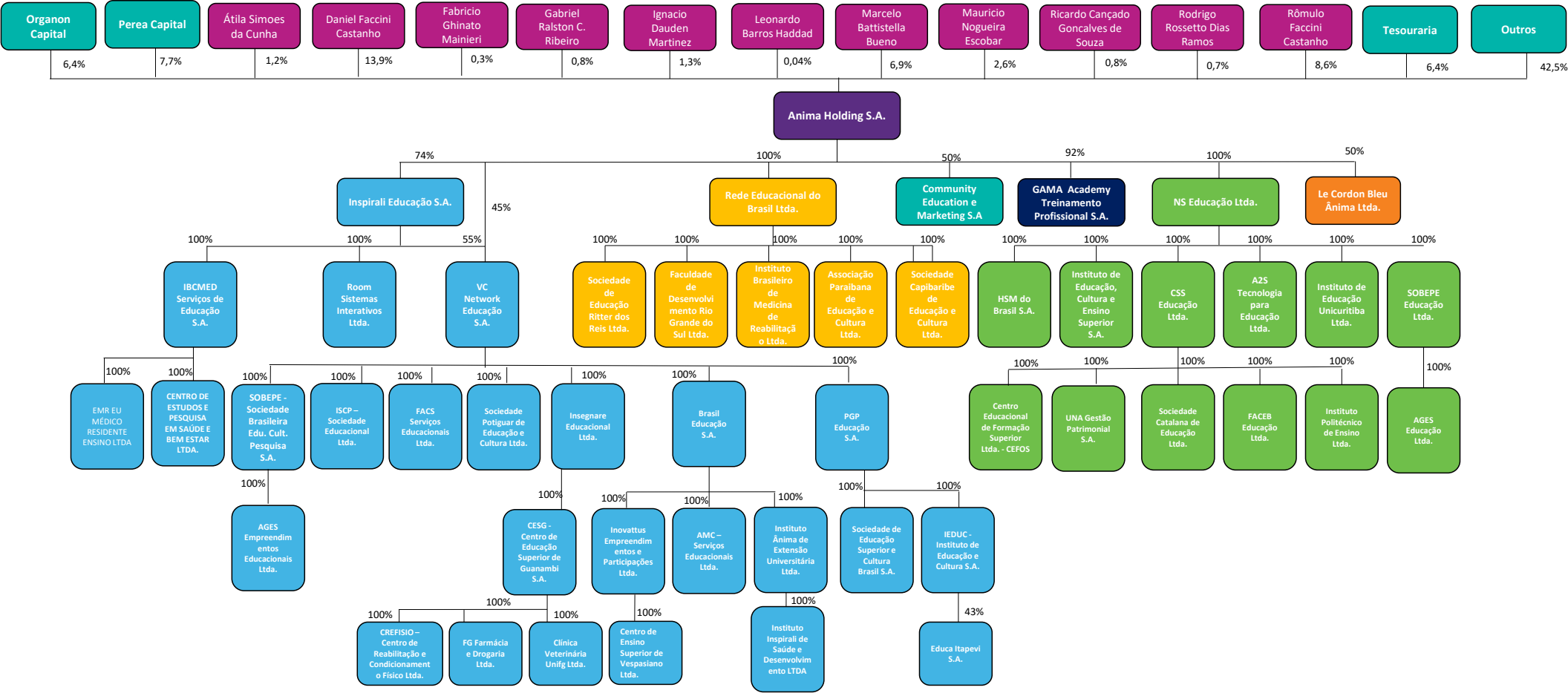
6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A	35.822.503/0001-27	74
INSEGNARE EDUCACIONAL S/A	35.822.594/0001-09	86
INSTITUTO BRASILEIRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO LTDA	42.365.445/0001-15	100
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ENSIN SUPERIOR S/A	44.952.711/0001-31	100
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO UNICURITIBA LTDA.	76.534.924/0001-30	100
INSTITUTO POLITÉCNICO DE ENSINO LTDA	03.387.092/0001-00	100
ISCP SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA	62.596.408/0001-25	86
PGP EDUCAÇÃO S/A	11.408.980/0001-82	86
REDE EDUCACIONAL DO BRASIL LTDA	07.728.655/0001-20	100
ROOM SISTEMA INTERATIVOS LTDA	25.301.793/0001-00	74
SOBEPE - SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, PESQUISA E EXTENSÃO S/A	09.241.131/0001-35	86
SOCEC – SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	41.229.501/0001-21	100
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO RITTER DOS REIS LTDA	87.248.522/0001-95	100
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA – SOCIESC S.A.	84.684.182/0001-57	86
UNA GESTÃO PATRIMONIAL S.A.	17.248.634/0001-60	100

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
VC NETWORK EDUCAÇÃO S/A	04.011.351/0001-59	86
AGES EDUCACAO LTDA	18.867.222/0001-71	100
AMC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	43.045.772/0001-52	86
CSS EDUCACAO LTDA	42.436.083/0001-06	100
INSTITUTO ANIMA DE EXTENSAO UNIVERSITARIA LTDA	27.629.449/0001-70	86
NS EDUCACAO LTDA	42.444.823/0001-56	100
SOBEPE EDUCACAO LTDA	42.402.783/0001-80	100
A2S TECNOLOGIA PARA EDUCACAO LTDA	05.879.439/0001-50	100
EMR EU MÉDICO RESIDENTE ENSINO LTDA	34.730.954/0001-71	74
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SAUDE E BEM ESTAR LTDA	11.707.339/0001-49	74
GAMA ACADEMY TREINAMENTO PROFISSIONAL S.A	20.612.827/0001-63	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Atualizado em jul/2026.

6.6 Outras informações relevantes

No Item 6.1/6.2, nas participações relevantes detida em conjunto por diferentes fundos de investimentos ou carteiras, a identificação dos fundos ou carteiras estão indicadas pelo nome do gestor.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos

Nossa Administração é composta por um Conselho de Administração de 5 a 9 membros, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, dos quais, no mínimo, 2 (dois) ou 20,0% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser membros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e por uma Diretoria com, no mínimo, 3 e, no máximo, 6 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Relações com Investidores e os demais membros cujas funções e denominações específicas serão definidas pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos.

Nosso Estatuto Social prevê, ainda, um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, que, quando instalado será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e seus respectivos suplentes.

Conselho de Administração:

Nosso Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes dos nossos negócios, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nosso desempenho.

Nosso Estatuto Social prevê, especificamente, as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- i. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- ii. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- iii. eleger, aceitar renúncia, deliberar sobre pedido de licença temporária, designar substitutos e destituir os Diretores da Companhia, bem como fixar-lhes as atribuições específicas, observando o disposto no Estatuto Social;
- iv. fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- v. manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, demonstrações financeiras e as contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- vi. determinar os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos diretores estatutários da Companhia;
- vii. distribuir a remuneração global dos administradores fixada anualmente pela Assembleia Geral dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;
- viii. deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- ix. determinar o levantamento de balancetes em períodos inferiores a um exercício social e deliberar sobre o pagamento aos acionistas de dividendos intercalares ou intermediários, nos termos do Estatuto Social;
- x. deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo quarto, do artigo 5º do Estatuto Social, com a emissão de novas ações ordinárias, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou de títulos com direito de subscrição, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- xi. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, assim como deliberar sobre as respectivas condições referidas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- xii. deliberar sobre a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, de uso comum no mercado, incluindo, mas não se limitando, a emissão de notas promissórias;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- xiii. dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- xiv. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- xv. deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, bem como sobre a constituição de subsidiárias, sempre tendo em vista os objetivos sociais;
- xvi. deliberar sobre a alteração da política de dividendos das controladas e/ou subsidiárias da Companhia;
- xvii. deliberar sobre a alteração dos direitos, preferências ou vantagens atribuídas a quaisquer valores mobiliários de emissão das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- xviii. aprovar a transformação do tipo societário, cisão, fusão, incorporação das sociedades nas quais a Companhia detenha participação ou a incorporação de qualquer destas em outra;
- xix. deliberar sobre requerimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- xx. deliberar sobre a alteração das práticas contábeis das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, salvo se exigido por lei;
- xxi. aprovar atos de transferência de tecnologia, venda, licenciamento ou renúncia de patentes, marcas registradas, informações técnicas e know-how que envolvam valor excedente, individualmente, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- xxii. deliberar sobre a celebração de qualquer negócio jurídico com terceiros, inclusive a celebração de contratos de financiamento, empréstimos ou assunção de qualquer dívida que, individualmente considerada, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) cada ou, em valor agregado ao longo de um mesmo exercício social, superior a 50% do patrimônio líquido da Companhia. No caso de contratos locatícios, o valor total do contrato será considerado como o resultado da multiplicação do valor mensal do aluguel por 12 (doze), acrescido de todas e quaisquer outras despesas ou multas (rescisórias ou não) contidas no contrato aplicável;
- xxiii. deliberar sobre a realização, pela Companhia e/ou pelas sociedades nas quais a Companhia detenha participação, de qualquer negócio com quaisquer dos administradores e/ou Acionista Controlador desde que, em qualquer caso, realizado em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. Não serão vedadas (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao objeto social da Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias (b) prestação de serviços realizada pela Companhia às empresas em que tiver participação;
- xxiv. deliberar sobre a aquisição, constituição ou alienação de sociedade, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, conforme o caso, que, em um mesmo exercício social, superem 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação, conforme o caso, apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, por seus auditores independentes, relativas obrigatoriamente ao último exercício social, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;
- xxv. deliberar sobre a aprovação da aquisição de ativos (i) que não sejam relacionados ao setor de educação; (ii) que, ainda no setor de educação, sejam relacionados ao setor de educação básica; ou (iii) imobiliários, ainda que relacionados ao setor de educação, salvo aqueles já pertencentes à instituição de ensino que vier a ser adquirida;
- xxvi. deliberar sobre a aprovação de investimentos que excedam, em um mesmo exercício social, 3,5% (três vírgula cinco por cento) da receita operacional líquida da Companhia apurada no período de 12 (doze) meses que anteceder à data da aprovação, conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- xxvii. deliberar sobre a celebração, pela Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias, de acordos de acionistas, de quotistas ou de instrumentos análogos relativos à participação societária por elas detidas, ou alterações a tais instrumentos vigentes;
- xxviii. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- xxix. aprovar a outorga de procuração para a prática de qualquer um dos atos contidos no artigo 14 do Estatuto Social;
- xxx. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- xxxi. deliberar sobre a elaboração e aprovação de seu Regimento Interno; e
- xxxii. deliberar sobre a aprovação do orçamento anual e plano quinquenal ou plurianual de negócios.

Além disso, o Conselho de Administração poderá instituir comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo sua competência definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

Nosso Conselho de Administração reúne-se a cada trimestre, de forma ordinária, e, de forma extraordinária, sempre que necessário, mediante convocação por seu Presidente, ou, na falta deste, pelo Vice-Presidente, ou por qualquer de seus membros (neste último caso, exclusivamente caso o presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não tenham convocado, por qualquer motivo, uma reunião solicitada por tal Conselheiro em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da respectiva solicitação), com antecedência mínima de 5 dias úteis em primeira convocação e de 2 dias úteis em segunda convocação, devendo a convocação estar acompanhada da ordem do dia e dos documentos que deem suporte às deliberações a serem tomadas.

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da nossa Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, ressalvado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, com a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, observado o caso de empate nas deliberações em reuniões do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de minerva.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos por Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

Nosso Conselho de Administração possui Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 17 de dezembro 2024, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Diretoria:

Compete à nossa Diretoria, além de outras funções previstas em Lei ou no Estatuto Social, representar a nossa Companhia na prática de quaisquer negócios, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de quaisquer documentos ou prática de atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a nossa Companhia

Nossa Diretoria reunir-se-á (i) anualmente para elaborar as demonstrações financeiras e respectivo relatório a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração, nos termos da alínea "(iv)" do artigo 14 do nosso Estatuto Social; e (ii)

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

periodicamente, quando necessário, por convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, devendo constar da convocação a ordem do dia.

As reuniões são instaladas com a presença da maioria dos membros da Diretoria, em primeira convocação, e com qualquer quórum, em segunda convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, sendo que, em caso de empate, o Diretor Presidente ou o Diretor que o substituir na reunião terá o voto de qualidade.

Atualmente, a Diretoria da Companhia não conta com Regimento Interno. No contexto de aprimoramento contínuo da Governança, a adoção de um Regimento Interno para a Diretoria está em avaliação.

Conselho Fiscal:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

O nosso Conselho Fiscal é de caráter não permanente, podendo ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de nossos acionistas, como descrito abaixo.

Sempre que instalado, o Conselho Fiscal será constituído por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, que terão as atribuições previstas em lei. O prazo de mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária subsequente à qual houve a respectiva eleição, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal reunir-se-á nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras e essas reuniões serão válidas quando contarem com a presença da maioria de seus membros então em exercício.

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela assembleia geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10,0% das ações ordinárias, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária seguinte à sua instalação. Este percentual pode ser reduzido para até 2,0% do capital social votante dependendo do nosso capital social, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não pode ter membros que (i) sejam do nosso Conselho de Administração ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; (ii) sejam nossos diretores; (iii) sejam nossos empregados ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; (iv) sejam cônjuge ou parente, até terceiro grau, de qualquer de nossos administradores. Além disso, a mesma lei exige que os membros do Conselho Fiscal recebam uma remuneração de, pelo menos, 10% da média do montante pago para cada diretor, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

Considerando que na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, mais de 2% dos acionistas com direito a voto requereram a instalação do Conselho Fiscal e considerando o disposto na Resolução CVM nº 70 de 22/03/2022, referido órgão foi instalado nesta data.

Política de Indicação:

Nossa Política de Indicação foi aprovada em 26 de julho de 2019 pelo Conselho de Administração tendo como objetivo definir os procedimentos, diretrizes e critérios que deverão ser observados pela Companhia no processo de indicação de membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Executiva. Sem prejuízo de diretrizes e requisitos adicionais aprovados pelo Conselho de Administração, os seguintes elementos deverão ser considerados e ponderados na seleção e indicação de candidatos para o preenchimento dos cargos sujeitos à nossa Política de Indicação: (i) adequação do currículo e qualificação profissional do candidato às atividades e atribuições inerentes ao respectivo cargo e alinhados aos valores e à cultura da Companhia, além dos aspectos éticos e comportamentais previstos no Código de Conduta e Ética da Companhia; (ii) demais atividades exercidas pelo candidato, especialmente à luz: (a) das vedações constantes do artigo 147, § 3º, da Lei das S.A., (b) de eventuais conflitos de interesse do candidato em relação à companhia, cuja natureza o torne inapto para o exercício do cargo; e (c) da necessidade de o candidato dispor de tempo e energia para o adequado e diligente exercício da função a que seria indicado; (iii) complementaridade de competências, experiências e características pessoais com relação aos demais membros, quando se tratar de órgão colegiado; (iv) background check de integridade, tendo em vista aspectos como histórico criminal, eventuais condenações administrativas e histórico profissional; (v) a sua assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior e seu desempenho em processo de avaliação, se aplicável, caso o candidato já ocupe cargo de administração da Companhia; (vi) busca da diversidade de conhecimentos, experiências,

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero: O Comitê de Pessoas é o responsável pelo suporte ao Conselho de Administração da Companhia no processo de indicação dos candidatos.

Os critérios descritos em nossa Política são abrangentes e contemplam, em parte, as medidas ASG presentes no Regulamento de Emissores da B3, e têm sido prestativos para a indicação e composição de um Conselho de Administração preparado para guiar a Companhia. As próximas revisões da Política avaliarão a necessidade de incluir critérios adicionais para a Política.

Nossa Política de Indicação está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

b) mecanismos de avaliação de desempenho

Avaliação de desempenho:

A Companhia, comprometida com as melhores práticas de governança e transparência, estruturou em 2019 um processo de autoavaliação do desempenho do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, em parceria com o Comitê de Pessoas. A avaliação é realizada por órgão, abrangendo tanto o Conselho quanto seus Comitês.

Este modelo permite uma análise detalhada das atribuições do Conselho, incluindo a promoção da cultura e identidade da organização, o direcionamento estratégico, o monitoramento dos riscos, e a supervisão financeira e operacional da companhia. O processo ocorre ao menos uma vez durante a vigência do mandato de cada administração e é conduzido formalmente pelo presidente do Conselho, com suporte do Comitê de Pessoas e Secretaria de Governança. Além disso, a Companhia conta, quando necessário, com o apoio de especialistas externos para assegurar imparcialidade e rigor metodológico, sendo este um processo estruturado e focado no aprimoramento contínuo.

A metodologia utilizada é a autoavaliação, proporcionando um momento específico para que conselheiros e membros de comitês reflitam sobre suas práticas, avaliando suas contribuições em relação a padrões de governança moderna.

Como resultado do processo de avaliação, os pontos observados, como o comprometimento com as práticas de governança e a estrutura de composição do Conselho (qualificação e número de conselheiros, agenda, periodicidade e qualidade das comunicações), são consolidados em um plano de ação. Esse plano, proposto pelo presidente do Conselho e aprovado pelos demais membros, contém medidas para o aprimoramento contínuo, garantindo uma avaliação robusta e alinhada com as exigências regulatórias.

No caso específico da Diretoria, a avaliação é baseada no Contrato de Gestão Anual, um instrumento que estabelece metas claras e mensuráveis para cada diretor. Este contrato é avaliado pela área de Pessoas, Cultura e ESG, que realiza uma análise individual do cumprimento das metas definidas. Esse processo visa assegurar uma avaliação criteriosa, que considera o desempenho de cada diretor em relação aos objetivos estratégicos da companhia. É essa avaliação que é usada de base para a remuneração variável de que trata o item 8.1 do Formulário de Referência.

A metodologia aplicada é projetada para promover a transparência e a responsabilidade na gestão da empresa, garantindo que os interesses dos executivos estejam alinhados aos dos acionistas. Essa abordagem reforça o compromisso com uma gestão focada no crescimento sustentável da companhia, ao mesmo tempo que assegura que cada decisão tomada pela Diretoria contribua para os resultados de longo prazo e para a criação de valor.

Esse processo estruturado e objetivo de avaliação reflete o compromisso da empresa em adotar práticas que fortaleçam a governança e a confiança dos *stakeholders*, consolidando os alicerces para uma gestão sólida e responsável.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conflitos de interesse:

A Companhia adota Política de Transação com Partes Relacionadas que visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas quando da ocorrência de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse, assegurando a comutatividade e transparência das operações e garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas, que as transações entre a Companhia e suas Partes Relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, priorizando os melhores interesses da Companhia, pautando-se no disposto nas melhores práticas de governança corporativa, na Lei das Sociedades Anônimas e no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como a apuração e punição dos responsáveis em caso de descumprimento. A

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Política completa pode ser encontrada no site de RI da Companhia: (www.ri.animaeducacao.com.br) Governança Corporativa > Política de Transação com Partes Relacionadas.

Além disso, a Companhia possui norma interna de conflito de interesses, que busca estabelecer diretrizes de integridade, orientar sobre a identificação e a resolução de situações que possam apresentar conflitos de interesses reais ou potenciais por educador(a), terceiros, ou quaisquer outras partes relacionadas, visando eliminar ou mitigar riscos, assegurando meios para que os educadores(as) possam declarar em tempo hábil, conflitos de interesses reais ou potenciais.

Consoante ao Estatuto Social da Companhia, ao Regimento Interno dos órgãos da Companhia (inclusive regimento interno do Conselho de Administração), ao disposto na Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia, e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. A Lei das Sociedades por Ações proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Adicionalmente, ao identificar-se conflitado, o Administrador deve ausentar-se de quaisquer discussões sobre o tema em questão.

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Desde 2020, a Ânima vem desenvolvendo a cultura Ânima Plurais (Â Plurais), com a finalidade de promover institucionalmente e intencionalmente a equidade e inclusão para todas as pessoas que se relacionam e interagem com o nosso Ecossistema. Atualmente, o Â Plurais organiza-se estrategicamente em quatro frentes de atuação: recrutamento, seleção e progressão; letramento, sensibilização e engajamento; comunicação; e ensino, pesquisa e extensão. Desenvolve também acompanhamento e metrificação dos indicadores. Em cinco anos, o programa obteve avanços notáveis, tanto para realidade e práticas internas, quanto para impacto em nossas comunidades acadêmicas. A promoção da diversidade, e seus impactos de inclusão e equidade, são parte essencial da cultura da Ânima. Embora não haja objetivos específicos estabelecidos para os órgãos de administração, há ações, projetos e proposições efetivas para o avanço da formalização e do engajamento sobre o tema da diversidade, atualmente abordado e incorporado no desenvolvimento do Â Plurais de forma transversal a todas as áreas e vice-presidências da Companhia. A contratação de docentes negros/as, por exemplo, importante para a representatividade, formação acadêmica e composição de equipe multiplamente diversa e interseccional em suas identidades culturais. Essa abordagem reflete o compromisso contínuo da Ânima em criar um ambiente diverso, o que impulsiona a inovação e criatividade, por ser inclusivo desde o recrutamento até as opiniões que precisam ser expressas em toda a estrutura da organização.

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Temos na Companhia uma gerência que acompanha as questões de meio ambiente e sustentabilidade, e que monitora impactos ambientais e atua na mitigação, acompanhando todas as normas e regras ambientais (NRs) vigentes – que envolvem as questões relacionadas ao clima. Essa gerência é a responsável por fazer o acompanhamento próximo com base em um processo consistente de avaliação de riscos que é revisado regularmente. Sempre que um novo risco ambiental e/ou de clima são identificados, existe processo de avaliação com os órgãos da administração para avaliar novos processos e mitigações. Em 2025, realizamos o primeiro inventário de gases de efeito estufa do Ecossistema. O mapeamento dessas emissões proporciona uma compreensão do impacto de nossa operação, subsidiando o estabelecimento de ações futuras voltados para a mitigação e ecoeficiência. O segundo inventário, a ser publicado em 2026, será verificado por terceira parte independente.

Também em 2025, a Companhia fortaleceu sua estrutura de governança ESG, consolidando um modelo composto pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Pessoas, Cultura e ESG e pela Comissão ESG, com papéis complementares e integrados na supervisão dos temas relacionados ao clima e à sustentabilidade.

O Conselho de Administração é responsável pela definição das diretrizes estratégicas da Companhia e pela supervisão da agenda ESG como um todo. Entre suas atribuições estão as decisões estratégicas relacionadas a temas socioambientais.

Para assessorá-lo nesses temas, o Conselho de Administração conta com o Comitê de Pessoas, Cultura e ESG, instância responsável por analisar com maior profundidade as questões ESG, acompanhar tendências, identificar riscos e oportunidades e monitorar a evolução da jornada ESG da Companhia. O Comitê recebe periodicamente da Comissão ESG, instância tática responsável pela priorização e execução de ações e projetos, informações sobre o desempenho socioambiental da organização, subsidiando a tomada de decisão e o direcionamento estratégico

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Como parte do contínuo aprimoramento dessa governança, a Companhia está realizando em 2026 o levantamento dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, em conformidade com as normas IFRS S2 do ISSB, reforçando seu compromisso com a transparência e com a adoção das melhores práticas internacionais de reporte climático.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	2	1	0	0	0
TOTAL = 17	6	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 17	0	17	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	1	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 17	1	16	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração poderá instituir comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo sua competência definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

Em maio de 2025, em reunião realizada pelo Conselho de Administração, foi aprovada a reestruturação dos Comitês de Assessoramento ao Conselho, que a partir de 22/05/2025 passaram a ser: Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A e Comitê de Pessoas, Cultura e ESG.

Comitês:

Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, com mandato similar ao do Conselho de Administração. O Comitê será preferencialmente composto por membros do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente da companhia, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM, que dispõe sobre o registro e o exercício de atividade de auditoria independente. O mesmo membro do Comitê pode acumular ambas as características referidas acima. É vedada a participação, como membros do comitê, de seus diretores, de diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

Compete ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) analisar e emitir recomendações sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotado pela Companhia, sua adequação e eficácia, propondo eventuais alterações necessárias ao Conselho de Administração;
- (iii) analisar e emitir recomendações acerca da adoção de melhores práticas de governança corporativa, bem como acompanhar o processo de implementação e manutenção das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia;
- (iv) analisar e emitir recomendações sobre o Estatuto Social, as políticas institucionais, a estrutura, regulamentos e funcionamento dos Comitês de Assessoramento do Conselho, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia;
- (v) acompanhar a contínua aderência da Companhia, conforme aplicável, à legislação de direito societário, de mercado de capitais e regulatória dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários, bem como às melhores práticas de governança corporativa, com o apoio da Diretoria Jurídica e áreas de Governança Corporativa da Companhia;
- (vi) analisar e emitir recomendações sobre a adequação das transações entre partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais situações Envolvendo Conflito de Interesse ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); fazer recomendações de alterações e atualizações dessa Política, se necessário;
- (vii) analisar e acompanhar o cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas e, em caso de violação ao disposto nessa política, recomendar ao Conselho de Administração a adoção das providências cabíveis;
- (viii) avaliar e monitorar as políticas, procedimentos e sistemas de Gerenciamento de Riscos da Companhia e recomendar melhorias e adequações necessárias;
- (ix) avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia (*Compliance*);

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (x) supervisionar atividades de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e propositura de medidas corretivas relativas às eventuais infrações ao código de conduta e aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia;
- (xi) garantir o funcionamento e idoneidade do canal de denúncias em todos os níveis e para todos os públicos da organização, assim como supervisionar a apuração e resolução adequada de todos os casos de desvios comprovados, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (xii) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição dos serviços de auditoria independente;
- (xiii) supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos;
- (xiv) conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela auditoria independente e pela auditoria interna;
- (xv) analisar e avaliar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias, demonstrações financeiras consolidadas e quaisquer outros relatórios e documentos contábeis elaborados para atender as regras legais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (xvi) acompanhar as questões legais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outras contingências que possam ter impacto nas demonstrações financeiras, em conjunto com a área jurídica;
- (xvii) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018, e com alterações aprovadas em 17 de setembro de 2019, em 16 de dezembro de 2020, e em 17 de dezembro de 2024, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

A área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna reporta-se ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (*Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais*) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. A Auditoria Interna tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia auxilia nos trabalhos de controles internos e gestão de riscos com o resultado do seu trabalho, recomendações e validação da implantação dos planos de ações, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia

Em reunião realizada no dia 12 de maio de 2020, o Conselho de Administração aprovou, conforme recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a nossa Política de Gerenciamento de Riscos, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

A Companhia possui ainda uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de setembro de 2024. Esta política aplica-se ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, Diretoria Executiva, assim como toda e qualquer área e colaboradores da Companhia e suas controladas e subsidiárias que estejam envolvidas em processos de seleção, avaliação, e contratação e/ou pagamento de Serviços de Auditoria e/ou Extra Auditoria. A nossa Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Ainda, em reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou, conforme recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a nossa Política Corporativa Anticorrupção, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Comitê de Finanças e M&A:

O Comitê de Finanças e M&A da Companhia é composto por no mínimo, 03 (três) membros efetivos.

Os membros deverão ser eleitos pelo Conselho de Administração, para mandato similar ao dos membros do Conselho. Compete ao Comitê de Finanças e M&A:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) referendar e submeter à aprovação do Conselho elaboração e alterações das políticas financeiras de Gestão de Riscos e suas políticas complementares propostas pela Diretoria da Companhia;
- (iii) acompanhar a implantação das políticas listadas no item anterior, aprovadas pelo Conselho, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas pelo Conselho;
- (iv) analisar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, os orçamentos e planos de investimentos anuais, bem como acompanhar as suas execuções;
- (v) assessorar o Conselho de Administração e suportá-lo na análise do cenário macroeconômico e seus impactos para a Companhia;
- (vi) assessorar o Conselho de Administração na análise e supervisão dos relatórios gerenciais de desempenho e das demonstrações financeiras da Companhia;
- (vii) analisar os relatórios periódicos enviados aos órgãos regulatórios do mercado de capitais, bem como as correspondências trocadas com os mesmos;
- (viii) propor recomendações ao Conselho Administração sobre políticas financeiras e de relacionamento da Companhia com o mercado de capitais;
- (ix) analisar financeiramente as políticas de ICP (Incentivo de Curto Prazo) e ILP (Incentivo de Longo Prazo) da diretoria;
- (x) monitorar a liquidez, o fluxo de caixa e o endividamento da Companhia;
- (xi) analisar e propor operações de captação e aplicação de recursos no mercado financeiro;
- (xii) analisar e propor operações de emissão de ações e títulos junto ao mercado de capitais;
- (xiii) monitorar e analisar o desempenho da Companhia em comparação a outras empresas do setor de atuação;
- (xiv) analisar e propor a otimização das estruturas societária e tributária do conglomerado de empresa;
- (xv) analisar, previamente ao Conselho de Administração e suportar o Conselho de Administração em processos de M&A;
- (xvi) acompanhar o desempenho do atual portfólio (e cada um dos negócios que o compõe individualmente) com base em sua contribuição ao *core business*, atratividade intrínseca, e/ou potencial de disrupção;
- (xvii) garantir a alocação de recursos da companhia visando uma distribuição adequada entre a maximização do *core business*, o desenvolvimento do portfólio de negócios correlatos e exploração de novos negócios com potencial de transformação e/ou disrupção;
- (xviii) acompanhar a evolução dos planos da companhia relacionados a estratégias de acesso e financiamento estudantil;
- (xix) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Finanças e M&A possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018, com revisões efetuadas em 24.04.2019, 16.12.2020 e 17.12.2024, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Comitê de Pessoas, Cultura e ESG:

O Comitê de Pessoas é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato similar ao dos membros do Conselho de Administração.

Os membros deverão ser eleitos pelo Conselho de Administração, para mandato similar ao dos membros do Conselho. Compete ao Comitê de Pessoas, Cultura e ESG:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) acompanhar as políticas de pessoal adotadas pela Companhia e recomendar ao Conselho de Administração as estratégias, critérios e níveis de remuneração e benefícios de seus funcionários e administradores, em especial relacionadas à Gestão do Clima Organizacional e Gestão de Cultura e Ativos intangíveis;
- (iii) assessorar o Conselho na análise e apuração dos planos de remuneração, fixa e variável, dos administradores e funcionários da Companhia e suas Controladas;
- (iv) recomendar os critérios para outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e funcionários da Companhia e suas Controladas;
- (v) emitir recomendações relacionadas às estratégias de desenvolvimento de pessoas, cultura organizacional, políticas de remuneração e planos de sucessão de posições chave da Companhia e suas controladas;
- (vi) assessorar o Conselho de Administração em processos específicos de recrutamento de pessoas chave, em especial o do CEO;
- (vii) acompanhar Feedback anual ao CEO pelo Conselho de Administração;
- (viii) assessorar o Conselho de Administração na condução dos processos de (auto)avaliação do Conselho e dos Comitês;
- (ix) estabelecer regras operacionais complementares para o seu funcionamento, que deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração;
- (x) recomendar ações para a manutenção da Cultura Ânima, bem como a incorporação dos Princípios da Companhia;
- (xi) recomendar ações para que o professor seja o centro do posicionamento estratégico e dos processos de gestão;
- (xii) assessorar o Conselho na definição e acompanhamento das diretrizes e políticas de ESG da Companhia;
- (xiii) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Pessoas possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018, com revisões efetuadas em 24.04.2019, 16.12.2020 e 17.12.2024, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome ANA PAULA DE ASSIS BOGUS CPF: 179.295.498-01 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Administradora são: Data de Nascimento: 27/03/1974

Experiência Profissional: Ana Paula Bogus é executiva com extensa experiência profissional e ocupa, atualmente, a posição de Presidente Beiersdorf Brasil (Casa de Nivea e Eucerin). Antes disso foi também Presidente Latam Havaianas (Grupo Alpargatas) entre 2021 a 2024, e Global Head of Business da Rappi entre 2019 e 2021, General Manager da Kimberly-Clarke e Kimberly Clark Professional entre 2008 e 2019, e com experiências anteriores na Nestlé e BankBoston. Até Abr/2022 era conselheira independente do Grupo NotreDame Intermédica. É formada em Administração de Empresas pela PUC-SP, Pós-Graduada em International Economics pela USP e MBA (International Business) pela University of Pittsburgh. A Sra. Ana Paula não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos, até AGO de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2025	Sim	26/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome

ÁTILA SIMÕES DA CUNHA

CPF:

178.893.298-65

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador

Data de Nascimento:

13/02/1973

Experiência Profissional:

Átilla graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP). Concluiu o mestrado Profissional em Administração de Empresas no Centro Universitário UNA em 2013 e o Doutorado em administração na EAESP/FGV em maio de 2023. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen entre fevereiro de 1993 a agosto de 2002. Ocupou diversos cargos de Direção no Centro Universitário UNA, entre 2003 e 2016. Além disso, ele ocupou o cargo de diretor nas seguintes empresas: FACEB Educação Ltda., Brasil Educação S.A., CESUC Educação Ltda., IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A., Instituto Politécnico de Ensino Ltda., PGP - Posse Gestão Patrimonial S.A., Sociedade Catalana de Educação Ltda., Una Gestão Patrimonial S.A. e VC Network Educação S.A., todas pertencentes ao Grupo Ânima. Átilla atuava desde junho de 2017 como Vice-Presidente de Expansão em nossa Companhia, e passou a exercer o cargo estatutário de Diretor de Novos Negócios, desde 19 de março de 2019, para complementar o mandato até 24 de abril de 2019, bem como reassumir, nesta mesma data, novo mandato de 02 anos que se encerrou, a pedido, em 11/05/2021. Em 06/07/2023 assumiu a Diretoria Financeira e em fevereiro de 2025 assumiu cumulativamente o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Além disso, foi membro do Comitês de Finanças e M&A e membro Suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., postos que já não ocupa mais. O Sr. Átilla não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. O Sr. Átilla não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	Diretor Financeiro / Diretor de Relações com Investidores		08/05/2025		06/07/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome BRUNO MEIRELLES SALOTTI **CPF:** 278.948.878-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 22/12/1977

Experiência Profissional: Bruno Salotti é graduado, mestre e doutor em Ciências Contábeis pela FEA/USP e graduado em Ciências Atuariais pela mesma instituição. Atualmente é Prof. Dr. do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP e Coordenador do Laboratório de Contabilidade Internacional da FIPECAFI. É membro do Conselho Fiscal da Serena Energia S.A., membro do Conselho Fiscal do Instituto Janela para o Mundo e membro votante do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Possui Certificação em IFRS emitido pelo ACCA - Association of Chartered Certified Accountants. Pesquisador e parecerista em assuntos relativos à matéria contábil societária e internacional. Co-autor do livro "Contabilidade Financeira", editado pela Ed. Atlas em 2019. Organizador e Co-autor do livro "IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais", editado pela Ed. Atlas em 2015. Colaborou na redação e revisão de capítulos do Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC - 3ª Edição - 2018 e 4ª Edição - 2022. Foi membro da Comissão Julgadora do Troféu Transparência, de 2018 a 2021. Autor e co-autor de diversos artigos publicados em congressos e periódicos da área contábil.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2026	1 ano, até AGO de 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome CARLA ALESSANDRA TREMATORE

CPF: 248.855.668-86

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Contadora

Data de Nascimento: 30/10/1975

Experiência Profissional:

Carla Trematore é bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. Atuou em auditoria independente na Arthur Andersen, Deloitte e EY entre 1996 e 2010, e foi sócia da Hirashima amp; Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias. Foi presidente do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal e Conselheira de Administração do BRB - Banco de Brasília. Atualmente é membro do Conselho de Administração da BR Partners e de conselhos fiscais e comitês de auditoria de companhias abertas e fechadas. Sua experiência compreende auditoria de demonstrações financeiras de empresas de diversos segmentos, de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; auditoria de controles internos, em consonância com a Sarbanes-Oxley Act; gerenciamento de processos de aquisição, fusão e incorporação de empresas com foco financeiro-contábil; assessoria em processos de reestruturações societárias; assessoria em processos de abertura de capital; gerenciamento e monitoramento de riscos através do planejamento, execução e monitoramento de programas corporativos de auditoria interna; avaliação e diagnóstico de fraudes corporativas. Foi eleita membro do Conselho Fiscal de nossa companhia em 19/10/2018, sendo reeleita em 29/04/2020, 26/04/2021, 29/04/2022, 28/04/2023, e em 29/04/2024. A Sra. Carla não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2026	1 ano, até AGO de 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	25/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome DANIEL FACCINI
CASTANHO

CPF: 177.268.508-92

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 04/05/1975

Experiência Profissional:

O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital e Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Também é membro suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A, e membro efetivo do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos, até AGO de 2027	Presidente do Conselho de Administração		24/04/2025	Sim	21/08/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome EDUARDO AZEVEDO
MARQUES DE ALVARENGA **CPF:** 299.155.458-43 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Eletrônico **Data de Nascimento:** 31/07/1978

Experiência Profissional: Engenheiro eletrônico de formação, Eduardo Alvarenga, instalou a 1ª tela em elevador de edifício comercial no Brasil em 2001, pela Novavista, empresa pioneira no segmento cuja rede foi adquirida pela Elemidia em 2004. No mesmo ano, fundou a E+ Tech, especializada na criação e desenvolvimento de tecnologia para PDV e mídia exterior. Em 2007, regressou à indústria de mídia digital exterior, em sociedade com a Elemidia, para atuar em shopping centers e novos negócios. Entre 2012 e 2013, assumiu a diretoria de negócios digitais do Grupo Abril. Voltou a se dedicar a Elemidia em março de 2013, onde permaneceu até a aquisição da empresa pelo grupo HIG, em janeiro de 2020, quando, após processo de fusão entre as duas empresas de OOH do grupo - Elemidia e Eletromidia - tornou-se CEO da Eletromidia. Liderou a empresa na abertura de capital ocorrida em fevereiro de 2021 como a primeira empresa do setor de publicidade a abrir capital no Brasil. Saída do cargo de CEO da Eletromidia em fevereiro de 2022, tendo sido promovido a membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia e Inovação da empresa. Foi presidente da ABOOH nas gestões de 2016/2017 e 2017/2018. O Sr. Eduardo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos, até AGO de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2025	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome	ELAINE SAAB RISCALA USHIJIMA	CPF:	252.762.138-44	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Auditora	Data de Nascimento:	24/06/1973

Experiência Profissional: Elaine Saab Riscala Ushijima, é bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP e em Ciências Contábeis pela Faculdade de Valinhos – FAVI. Fez MBA em Controladoria e Finanças na Universidade de São Paulo – USP – FUNDACE em Ribeirão Preto. Atuou em auditoria independente na PWC, Deloitte e Arthur Andersen entre 1996 e 2002. Foi responsável pela auditoria interna de Multinacionais como: MeadWestrock e Coty Inc. e em empresas Nacionais como o Laboratório Cristália Ltda. Ao longo de sua carreira conduziu trabalhos no Brasil e no exterior (Estados Unidos, França, México, Itália e Índia). Atualmente é membro da Board Academy, como Conselheira Consultiva; também atua como consultora de Governança Corporativa em Clínica médica e Securitizadora. Sua experiência compreende auditoria de demonstrações financeiras de empresas de diversos segmentos, de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; auditoria de controles internos, em consonância com a lei SarbanesOxley; planejamento, execução e monitoramento de programas corporativos de auditoria interna baseado em três pilares: Relevância, Riscos e resultado de auditoria anterior; desenvolvimento de matriz de riscos (Estratégicos e operacionais), avaliação e diagnóstico de fraudes corporativas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2026	1 ano, até AGO de 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Não	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome

FERNANDO DAL-RI MURCIA

CPF:

259.091.048-70

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Contador

Data de Nascimento:

16/07/1977

Experiência Profissional:

Fernando Dal-Ri Murcia é bacharel em Business (Webber University/EUA), em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí e em Direito pela Universidade Paulista; Mestre pela UFSC e Doutor em Contabilidade e Controladoria pela FEA-USP, com especialização em IFRSs e mercado de capitais. É professor Livre Docente da FEA-USP, onde leciona nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, atuando também como professor convidado da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) nas disciplinas de Direito e Contabilidade. Atualmente, é membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) e ocupa o cargo de Diretor de Pesquisas da FIPECAFI. Integra ainda o Comitê Temático de M&A e Reestruturação de Empresas da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial Brasil (CAMARB) e atua também como consultor, parecerista e perito especializado em contabilidade societária, finanças e governança. Possui vasta experiência já tendo atuado em diversos Conselhos Fiscais e Comitês de Auditoria companhias em diferentes setores. Autor de 84 artigos científicos e 8 livros, agraciado com prêmios de melhor artigo de pesquisa em diversos congressos nacionais e internacionais. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Fernando Dal-Ri Murcia não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2026	1 ano, até AGO de 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		24/04/2026	Sim	24/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome

GABRIEL RALSTON
CORREA RIBEIRO

CPF:

043.580.888-56

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador

Data de Nascimento:

06/03/1974

Experiência Profissional:

Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter & Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na P&G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela P&G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É membro do comitê de Finanças e M&A de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/4/2020 e membro do Conselho de Administração da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em 01/07/21. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos, até AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	19/10/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome MARCELO BARBALHO CARDOSO **CPF:** 561.016.865-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 20/01/1972

Experiência Profissional: O Sr. Marcelo Cardoso é graduado em Engenharia pela Unicamp, com MBA Executivo pela University of Michigan. Possui ampla experiência profissional ocupando posições seniores em empresas de três setores distintos: educação, TI e automotivo. Atualmente é Diretor de Operações (COO) da Laureate Education, Inc., função que ocupa desde junho de 2021. Antes de sua função atual, Marcelo ocupou vários cargos seniores na Laureate, incluindo Diretor de Transformação, Vice-presidente Regional de Operações para o Brasil e Diretor-Presidente da Laureate Brasil. Foi Vice-Presidente, CFO e COO, entre outros cargos, na EMC2 Computer System, de 2001 a 2011, com atuação na América Latina. Passou também pela Johnson Controls (JCI), tendo como principal posição a de Gerente Regional na América do Sul. Sr. Cardoso participou do conselho de administração do Incor Medicina Diagnóstica, em Sorocaba- SP, entre os anos de 2009 e 2011. O Sr. Marcelo Cardoso não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos, até AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	14/09/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome

MARCELO BATTISTELLA BUENO

CPF:

171.266.448-41

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

30/07/1974

Experiência Profissional:

Marcelo Bueno é um dos fundadores da Ânima e atuou como CEO da Companhia entre agosto de 2018 e junho de 2024. Em fevereiro 2025 foi eleito para compor o Conselho de Administração. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios, Diretor Vice- Presidente Executivo e atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia até 19/10/2018. Marcelo se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo. Advogado, atuou como sócio-gerente da Santa Fé Portfólios e também acumulou experiência em gestão e reestruturação de empresas a partir da atuação como diretor executivo da incubadora de e-business Virtual Case. Trabalhou ainda como diretor administrativo e financeiro, além de vice-reitor executivo, no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG). Também é membro suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A. O Sr. Marcelo Bueno não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos, até AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	25/02/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome

MARINA OEHLING GELMAN

CPF:

251.164.408-85

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogada

Data de Nascimento:

08/02/1973

Experiência Profissional:

Marina Gelman ingressou no Grupo Ânima Educação em 2013, inicialmente no cargo de Diretora Jurídica Adjunta. Desde 2016 atua como Diretora de Relações Institucionais do grupo e, entre outubro de 2018 e agosto de 2022, exerceu cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores. Em agosto de 2022 assumiu como Diretora de Novos Negócios, exercendo cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores, quando assumiu novamente em novembro de 2023. Em fevereiro de 2025 foi eleita para o Conselho de Administração da Companhia, deixando os demais cargos na diretoria da Companhia. Anteriormente, ocupou o cargo de administradora da Companhia Melhoramentos de São Paulo, na função de Diretora Jurídica patrimonial até 2011. Marina graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1996 e fez Mestrado em Direito dos Negócios, Mercado de Capitais na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo em 2012, tendo sido premiada pelo IBGC e pela ANBIMA pelas pesquisas realizadas no período. A Sra. Marina Gelman não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos, até AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	25/02/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome

MAURÍCIO NOGUEIRA
ESCOBAR

CPF:

179.933.738-32

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador

Data de Nascimento:

04/07/1975

Experiência Profissional:

O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente, é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia, além de membro e coordenador do Comitê Pessoas, Cultura e Transformação Digital. Também é membro do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em setembro de 2020, exercido a Presidência do Conselho de 2022 a 2024, e reeleito em maio de 2024. Além disso, é Conselheiro da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em julho de 2021, e membro e Presidente do Conselho de Administração da Inspirali Educação S.A. Em 2025 assumiu, de forma Interina, o cargo de Presidente da Inspirali Educação S.A. O Sr. Escobar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	2 anos, até AGO de 2027	Vice Presidente Cons. de Administração		24/04/2025	Sim	25/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome

ORESTES FONTANA
ROMEIRO

CPF:

064.654.859-07

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro

Data de Nascimento:

27/06/1995

Experiência Profissional:

Orestes Fontana Romeiro é Analista de investimentos e Diretor de Risco da FW Capital. Engenheiro formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Antes de participar da fundação da FW Capital, trabalhou no Family Office Fitpart, onde era Analista de Investimentos, tendo sido Board Observer da TMOV. Antes disso trabalhou na Loft, onde foi responsável por desenvolver diversos controles internos na área de procurement. Iniciou a carreira como Analista de investimentos no fundo de venture capital Canary. O Sr. Orestes Romeiro não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2026	1 ano, até AGO de 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		24/04/2026	Não	23/01/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome

PAULA MARIA HARRACA

CPF:

018.469.186-93

Passaporte:

Nacionalidade:

Argentina

Profis são:

Administradora

Data de Nascimento:

26/04/1980

Experiência Profissional:

Argentina de Rosario e mãe de duas meninas, Paula tem uma trajetória de 25 anos marcada pelo esporte e o empreendedorismo. Seu background acadêmico inclui a formação em Ciências Empresariais (Universidade Austral, Argentina); Máster em RH e Gestão do Conhecimento (Universidade de Leon, Espanha); Coach Executiva e Organizacional (International Coaching Federation); Finance for Executives (Wharton University, USA) e "Futurista" (Certified Foresight Practitioner - Institute for the Future, Silicon Valley). Muito além dos cargos ou diplomas, Paula se define como Eterna Aprendiz, Educadora, Executiva e Empreendedora. Referência nos temas de: Estratégia, Gestão de pessoas, ESG, Liderança, Cultura Organizacional, Inovação e Transformação Organizacional. Aos 22 anos ingressou na ArcelorMittal, empresa líder mundial em aço, como trainee, sendo na época a única mulher numa aciaria de 400 pessoas. Ao longo de 20 anos de carreira na multinacional do aço, têm liderado com sucesso equipes em 6 países (Argentina, Brasil, Canadá, Trinidad & Tobago, Espanha e Luxemburgo), conduzindo planos estratégicos de gestão de mudança e transformação cultural, com grande vivência nas áreas de Gestão de Pessoas, Comunicação, Branding, Investimento Social, ESG, Estratégia, PMO, Inovação e Novos Negócios. Também tem atuado como Presidente do Conselho da Abertta Saúde, Conselheira da Fundação ArcelorMittal Brasil, Presidente Executiva da Fundação ArcelorMittal Brasil e do Açolab. Entre seus legados, encontra-se a criação do premiadíssimo Açolab, 1º Hub de inovação aberta da indústria mundial de aço, que centra a estratégia de inovação nas pessoas e está conectado a 15 mil startups, a criação e desenvolvimento da pioneira "Diretoria do Futuro" incluindo uma estratégia de desenvolvimento de novos modelos de negócios alavancada por um fundo de CVC de R\$ 100 milhões que já investiu em 4 startups, um processo robusto de CVB e a liderança de uma profunda jornada de evolução da cultura organizacional durante os 5 anos no C-level da empresa. Em 2013, Paula foi homenageada com o Título de "Cidadã do Espírito Santo" pela Assembleia Legislativa do Estado, e em 2020 foi premiada como uma das "RHs mais admiradas do Brasil" pelo Grupo Gestão RH. Atualmente atua como membro do Conselho de Administração da Ânima Educação, do Conselho Estratégico da AMCHAM-MG, e do MPA (Mestrado Profissional em Administração) da Fundação Dom Cabral. Também atuou como membro do Conselho Estratégico do Museu do Amanhã (RJ) e do Centro Universitário UNA (Ânima Educação). Seu livro "O poder transformador do ESG: como alinhar lucro e propósito", com prefácio do Bernardino, se tornou Top 1 de vendas na categoria Desenvolvimento Sustentável na Amazon. A Sra. Paula Harraca não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	Diretor Presidente / Superintendente		08/05/2025		27/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome RAQUEL WILLE SARQUIS **CPF:** 080.614.829-24 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Professora/Contadora **Data de Nascimento:** 25/08/1991

Experiência Profissional: Raquel Sarquis é professora Doutora no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo - FEA-USP (2019), com período de intercâmbio no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), sendo bolsista FAPESP. Obteve o "Prêmio Melhor Tese 2020" concedido pelo CRC SP e o prêmio de Melhor Tese de Doutorado defendida no PPGCC FEA/USP em 2019. Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo - FEA-USP (2015), recebendo o prêmio de Melhor Dissertação de Mestrado defendida no PPGCC FEA/USP em 2015. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (2013), recebendo o prêmio de Melhor Índice de Rendimento Acadêmico (UFPR) e Diploma de Honra ao Mérito (CPC-PR e Academia de Ciências Contábeis do Paraná). Experiência em docência nas disciplinas de Contabilidade Societária e Contabilidade Avançada. Artigos publicados em revistas e congressos nacionais e internacionais, nas áreas de Contabilidade Financeira e IFRS. Projeto (parte da tese) aprovado no programa de pesquisa 'Inform the IASB Standard Setting Process', desenvolvido pela IAAER (International Association for Accounting Education amp; Research) em parceria com a KPMG e o IASB (International Accounting Standards Board). Coordenadora do Laboratório de Contabilidade Societária (LPCS) da FEA-USP, além de membro suplente do Conselho Fiscal da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). Atuou também na área de Riskamp;Quality na PwC Brasil (2019).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2026	1 ano, até AGO de 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		24/04/2026	Sim	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome

RODRIGO ROSSETTO DIAS RAMOS

CPF:

142.018.098-38

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador

Data de Nascimento:

02/06/1974

Experiência Profissional:

Rodrigo Rossetto Dias Ramos atua na Companhia desde sua fundação, em 2003, sendo membro do grupo de controle. Atualmente é Vice-Presidente de Soluções e Processos, cargo que atua desde 2022, já tendo passado pelos cargos de: Diretor de Gestão de Riscos e Compliance, Diretor de Planejamento Societário e Tributário; Diretor Administrativo e Financeiro da UniSociesc; Diretor do Centro de Serviços Compartilhados; Gerente de Controladoria (2003-2009). Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, como Supervisor de Auditoria e foi Supervisor de Controladoria na Gráfica Takano. Rossetto é Conselheiro Fiscal do Instituto Ânima desde 2021, já tendo atuado como Presidente do Instituto Ânima de Inovação, Pesquisa e Cultura entre os anos de 2010 e 2017. Foi também Conselheiro Fiscal na Educa Itapevi S.A. e Secretário do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos na Ânima. Rossetto gradou-se em Administração pela Universidade de São Paulo (USP) e em Contabilidade pela FAV. O Sr. Rodrigo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	Outros Diretores	Diretor Executivo	08/05/2025		23/01/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

7.4 Composição dos comitês

Nome: DANIEL FACCINI CASTANHO

CPF: 177.268.508-92

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador

Data de Nascimento: 04/05/1975

Experiência Profissional:

O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital e Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Também é membro suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A, e membro efetivo do Comitê de Orientação Pedagógica e Acadêmica. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		22/05/2025	18/10/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E ESG		22/05/2025	07/12/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome:EDGAR JABBOUR

CPF:839.554.458-87

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Contador e Administrador

Data de Nascimento:20/07/1955

Experiência Profissional:

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP em 1978 e em Ciências Contábeis pela PUC em 1984. Atendeu diversos cursos no exterior, incluindo cursos oferecidos pela Arthur Andersen em seu centro de treinamento em Saint Charles – Illinois e na Faculdade de Administração e Finanças da Wharton nos Estados Unidos, além de cursos na Holanda e Alemanha. Em 2015 ingressou no curso técnico em gastronomia da USF – Universidade São Francisco, Unidade Cambuí, em Campinas, com o objetivo de aprimorar-se em técnicas de administração de estabelecimentos alimentícios, incluindo foodservice, bem como receber instrução formal sobre gastronomia propriamente dita. Conta com mais de 40 anos de experiência em diversas áreas (auditoria, consultoria empresarial, M&A) na Arthur Andersen (1977 a 2002) e na Deloitte (2002 a 2017). Ingressou na Arthur Andersen em 1977 e foi promovido a sócio em setembro de 1991. Liderou a área de consultoria empresarial da Arthur Andersen em Campinas no período de 1987 a 1997. Em 1997 transferiu-se para o escritório da Arthur Andersen em São Paulo para liderar a área de M&A no Brasil, permanecendo nessa posição até maio de 2002, quando os profissionais da Arthur Andersen se integraram às operações locais da Deloitte. Devido a sua experiência em consultoria, participou ativamente da integração das operações da Arthur Andersen e Deloitte, notadamente nas seguintes áreas: controladoria, recursos humanos, tecnologia da informação e marketing. Durante 2003 a 2009 foi o sócio líder de desenvolvimento de mercado e atendimento a clientes da Deloitte, tendo liderado esta área também na América Latina em 2006, o que lhe permitiu participar de vários comitês internacionais da Deloitte. Atuou continuamente como membro de vários grupos internos, notadamente o Grupo Internacional de Agronegócio. Entre 2009 e 2016 foi o sócio gestor das operações da Deloitte no interior do Estado de São Paulo por meio dos escritórios de Campinas e Ribeirão Preto. Foi membro do Conselho de Administração da Deloitte entre 2004 e 2008. Foi líder de inúmeros projetos em consultoria, corporate finance e auditoria em diversos segmentos de negócio, dos quais destacam-se: Serviços – Educação, comunicação e mídia, turismo e hotelaria, hospitais e clínicas médicas, locação de bens móveis, 3º Setor (entidades sem fins lucrativos). Infraestrutura – Energia elétrica, telecomunicações, saneamento básico e concessões rodoviárias. Manufatura e Consumo – Automotiva, bens de capital, bens de consumo, agronegócio, vestuário, varejo, tintas e vernizes. Serviço público – Administração direta e indireta. Aposentou-se como sócio da Deloitte em maio de 2017. Associado à IBEF Campinas – Membro fundador (1985). Membro efetivo do Conselho Consultivo a partir de março de 2017. IBGC – Associado e Conselheiro Fiscal Certificado desde março de 2017 - IBRI – INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES – Membro desde 2006, tendo sido membro do Conselho Fiscal entre 2009 e 2010. Foi eleito membro especialista na área contábil-societária do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia em 23/04/2019. O Sr. Edgar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Outros	22/05/2025	2 anos, até AGO 2027		Membro e especialista financeiro do Comitê de auditoria, governança e gestão de riscos (CAR)	22/05/2025	23/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome:

EDUARDO AZEVEDO MARQUES DE ALVARENGA

CPF:

299.155.458-43

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro Eletrônico

Data de Nascimento:

31/07/1978

Experiência Profissional:

Engenheiro eletrônico de formação, Eduardo Alvarenga, instalou a 1ª tela em elevador de edifício comercial no Brasil em 2001, pela Novavista, empresa pioneira no segmento cuja rede foi adquirida pela Elemidia em 2004. No mesmo ano, fundou a E+ Tech, especializada na criação e desenvolvimento de tecnologia para PDV e mídia exterior. Em 2007, regressou à indústria de mídia digital exterior, em sociedade com a Elemidia, para atuar em shopping centers e novos negócios. Entre 2012 e 2013, assumiu a diretoria de negócios digitais do Grupo Abril. Voltou a se dedicar a Elemidia em março de 2013, onde permaneceu até a aquisição da empresa pelo grupo HIG, em janeiro de 2020, quando, após processo de fusão entre as duas empresas de OOH do grupo - Elemidia e Eletromidia - tornou-se CEO da Eletromidia. Liderou a empresa na abertura de capital ocorrida em fevereiro de 2021 como a primeira empresa do setor de publicidade a abrir capital no Brasil. Saiu do cargo de CEO da Eletromidia em fevereiro de 2022, tendo sido promovido a membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia e Inovação da empresa. Foi presidente da ABOOH nas gestões de 2016/2017 e 2017/2018. O Sr. Eduardo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2025	2 anos, até AGO de 2027			22/05/2025	23/07/2024

Condenações:

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

N/A

Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome:
GABRIEL RALSTON
CORREA RIBEIRO

CPF:
043.580.888-56

Passaporte:

Nacionalidade:
Brasil

Profissão:
Administra
dor

**Data
de
Nas
cime
nto:**
06/03/1974

Experiência Profissional:

Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter & Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na P&G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela P&G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É membro do comitê de Finanças e M&A de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/4/2020 e membro do Conselho de Administração da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em 01/07/21. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	22/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A	Coordenador do Comitê	22/05/2025	07/12/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome:IGNÁCIO DAUDEN MARTINEZ

CPF:213.279.458-86

Passaporte:

Nacionalidade:Espanha

Profissão:Administrador

Data de Nascimento:05/10/1975

Experiência Profissional:

Graduou-se em Administração de Empresas pela FGV de São Paulo em 1997 e concluiu seu MBA pelo IE Business School de Madrid em 2011. Depois de 6 anos atuando no Mercado de Capitais resolveu dedicarsua carreira à Educação. Ocupou diversos cargos de Direção nos Centros Universitários UNA e Unimonte, entre 2003 e 2010, também atuou como Diretor de Estudos de Mercado da Hoper Educação entre 2011 e2012. Atualmente é Diretor estatutário do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH e membro suplente do Conselho de Administração da nossa Companhia, desde 13 de abril de 2012, além de ser membrados seguintes Comitês da Companhia: Mamp;A e Financeiro. O Sr. Ignário não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		22/05/2025	10/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome:JOÃO CARLOS SENISE**CPF:**075.914.258-03**Passaporte:****Nacionalidade:**Brasil**Profissão:**Engenheiro**Data de Nascimento:**28/05/1962

Experiência Profissional:

João Senise é formado em Engenharia Civil e Ambiental pela Escola de Engenharia Mauá em 1986 e MBA pela FGV. Possui 35 anos de experiência diversificada, ocupando posições executivas no Brasil e no exterior, nos segmentos de bens de consumo, private equity e varejo. Nas organizações em que trabalhou (Unilever, PepsiCo, Diageo, Patria Investimentos e Carrefour) atuou inicialmente na área de Sustentabilidade e posteriormente migrou para RH, atuando como executivo C-level liderando os processos de RH. Participou de vários programas de assessment de executivos, apoiando-os no planejamento e execução de ações para evolução de carreira. Liderou projetos de construção de cultura organizacional, apoiando e orientando CEOs e membros dos comitês executivos nos processos transformacionais de cultura. Acumulou RH e Sustentabilidade em vários momentos de sua carreira, tendo liderado importantes projetos de Responsabilidade Social Corporativa. Atuou como conselheiro em empresas do portfólio de investidas do Patria, nos setores de agro, alimentos e oftalmologia. No Carrefour, foi conselheiro do Banco Carrefour e da Ewally, fintech adquirida pelo grupo em 2019. É membro dos Comitês de RH do Hospital AC Camargo, do Instituto Ser+ e dos Laboratórios Aché. É membro do conselho do Grupo Talenses. Formações adicionais, incluem: Coaching pela Columbia University; Formação de Conselheiros de Administração no IBGC e na Fundação Dom Cabral; “Responsible Investment for Trustees” da PRI Academy; “Sustainable Leadership and Corporate Reputation” pela London Business School. Fez vários cursos de desenvolvimento de liderança ao longo da carreira, internos e externos às organizações em que atuou. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Senise não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E ESG		22/05/2025	18/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome: LUIZ CARLOS DE QUEIROZ CABRERA

CPF: 065.152.588-87

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador

Data de Nascimento: 05/03/1944

Experiência Profissional:

O Sr. Luiz Carlos Cabrera é o Fundador e Presidente da LCABRERA, empresa dedicada à Consultoria em Governança Corporativa, focada em Processos de Autoavaliação de Conselhos e de Conselheiros, Processos de Seleção de Conselheiros, Coaching de Executivos, Processos de Assessment, fundada em 10/06/2009. Foi Sócio Fundador da PMC - Panelli Motta Cabrera, empresa pioneira na prestação e serviços de Executive Search no Brasil. É Ex-Chairman do Brazil National Committee da AESC - Association of Executive Search and Leadership Consultants. Foi Membro do America's Council de 2006 a 2012 e do Board of Directors da AESC de 2011 a 2012. É Conselheiro Consultivo da Aliança de Misericórdia e Ex-Conselheiro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. É Presidente do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), Membro do Comitê de Pessoas da Ânima Educação, Membro do Comitê de Governança do A.C.Camargo e Membro do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho (CERT) da FECOMÉRCIO SP. É o único sul-americano agraciado com o Prêmio Internacional 2011 Gardner W. Heidrick, oferecido anualmente pela AESC a uma pessoa que tenha dado uma contribuição notável para a atividade de consultoria em Executive Search. Foi Professor da Escola de Engenharia Mauá por mais de dez anos e lecionou no MPA (Mestrado Profissional em Administração) e no OneMBA, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, por quarenta e dois anos. É também Professor do IBGC e da EMI – Escola de Marketing Industrial. É coautor de “Transição 2000”, livro da McGrawHill, coautor de “Se eu fosse você, o que eu faria como gestor de pessoas”, Editora Campus-Elsevier. Cabrera é Engenheiro Metalurgista, com pós-graduação em Administração (CPG) pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e extensão em Business Administration na USC - University of Southern California. O Sr. Luis Carlos Cabrera não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E ESG		22/05/2025	10/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome:

MARCELO BATTISTELLA BUENO

CPF:

171.266.448-41

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Advogado

Data de Nascimento:

30/07/1974

Experiência Profissional:

Marcelo Bueno é um dos fundadores da Ânima e atuou como CEO da Companhia entre agosto de 2018 e junho de 2024. Em fevereiro 2025 foi eleito para compor o Conselho de Administração. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios, Diretor Vice- Presidente Executivo e atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia até 19/10/2018. Marcelo se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo. Advogado, atuou como sócio-gerente da Santa Fé Portfólios e também acumulou experiência em gestão e reestruturação de empresas a partir da atuação como diretor executivo da incubadora de e-business Virtual Case. Trabalhou ainda como diretor administrativo e financeiro, além de vice-reitor executivo, no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG). Também é membro suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A. O Sr. Marcelo Bueno não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		22/05/2025	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome:
MARINA OEHLING
GELMAN

CPF:
251.164.408-85

Passaporte:

Nacionalidade:
Brasil

Profissão:
Advogada

Data de Nascimento:
08/02/1973

Experiência Profissional:

Marina Gelman ingressou no Grupo Ânima Educação em 2013, inicialmente no cargo de Diretora Jurídica Adjunta. Desde 2016 atua como Diretora de Relações Institucionais do grupo e, entre outubro de 2018 e agosto de 2022, exerceu cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores. Em agosto de 2022 assumiu como Diretora de Novos Negócios, exercendo cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores, quando assumiu novamente em novembro de 2023. Em fevereiro de 2025 foi eleita para o Conselho de Administração da Companhia, deixando os demais cargos na diretoria da Companhia. Anteriormente, ocupou o cargo de administradora da Companhia Melhoramentos de São Paulo, na função de Diretora Jurídica patrimonial até 2011. Marina graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1996 e fez Mestrado em Direito dos Negócios, Mercado de Capitais na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo em 2012, tendo sido premiada pelo IBGC e pela ANBIMA pelas pesquisas realizadas no período. A Sra. Marina Gelman não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/2025	2 anos, até AGO de 2027			22/05/2025	22/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Nome:MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR

CPF:179.933.738-32

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administrador

Data de Nascimento:04/07/1975

Experiência Profissional:

O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente, é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia, além de membro e coordenador do Comitê Pessoas, Cultura e Transformação Digital. Também é membro do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em setembro de 2020, exercido a Presidência do Conselho de 2022 a 2024, e reeleito em maio de 2024. Além disso, é Conselheiro da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em julho de 2021, e membro e Presidente do Conselho de Administração da Inspirali Educação S.A. Em 2025 assumiu, de forma Interina, o cargo de Presidente da Inspirali Educação S.A. O Sr. Escobar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	22/05/2025	2 anos, até AGO de 2027	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E ESG	Coordenador do Comitê	22/05/2025	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DANIEL FACCINI CASTANHO	177.268.508-92	ÂNIMA HOLDING SA	09.288.252/0001-32	
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Membro do grupo de controle.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
RÔMULO FACCINI CASTANHO	275.264.818-93	ÂNIMA HOLDING SA	09.288.252/0001-32	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do grupo de controle.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Diante da pujante responsabilidade dos Diretores e Administradores que realizam a gestão das empresas do Ecossistema Anima, faz-se necessário a contratação dessa modalidade de seguro, tendo em vista que a legislação vigente, prevê responsabilização durante o regime.

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como de nossas empresas controladas, estão cobertos por apólices de seguros para conselheiros e diretores (D&O), emitida pela Seguradora Zurich Brasil e possui a importância máxima de cobertura no valor de R\$ 70.000.000,00.

A apólice prevê cobertura para processos judiciais, administrativos ou arbitrais que estejam relacionados com os atos de gestão de executivos e tem como principal finalidade a proteção do patrimônio deles, bem como a responsabilidade civil e criminal por prática equivocada perante a terceiros.

O objetivo deste é garantir aos Segurados¹, quando responsabilizados por danos causados a Terceiros, em consequência de Fato Gerador praticado no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o pagamento ou reembolso das perdas indenizáveis, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os Terceiros prejudicados, com a anuência da Seguradora

¹ Considera-se Administrador a pessoa física que seja, tenha sido ou que, durante o Período de Vigência, se torne:

- a) Diretor da Empresa; ou
- b) Membro do conselho de administração da Empresa; ou
- c) Membro de qualquer outro conselho ou órgão estatutário da Empresa.

7.8 Outras informações relevantes

As práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia valorizam a ética e a transparência no relacionamento com os acionistas e demais *stakeholders* da Companhia e estão devidamente evidenciadas na divulgação das informações ao mercado.

Essas práticas têm a finalidade de cooperar com a compreensão do real valor da Companhia, facilitar o seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Na busca constante pelo aprimoramento de suas práticas de Governança, foram constituídas em 2019 a Secretaria de Governança, e a Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance, responsável pela Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance, ambas com reporte direto ao Presidente do Conselho de Administração, e suportadas por um Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos totalmente independente. Adicionalmente, foram implementadas sete novas políticas corporativas: (i) Política de Transação com Partes Relacionadas; (ii) Política de Indicação de Administradores; (iii) Política de Remuneração dos Administradores; (iv) Política de Gerenciamento de Riscos; (v) Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria; (vi) Política Corporativa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, e; (vii) Política Corporativa Anticorrupção. As iniciativas propiciam maior vigor ao sistema de Governança da Companhia, com clara definição de papéis e equidade de tratamento aos acionistas.

A Companhia, ainda, possui as suas ações negociadas no segmento especial de governança corporativa do Novo Mercado da B3, destinado exclusivamente a companhias que atendam a requisitos mínimos e aceitem submeter-se a regras de governança corporativa diferenciadas, incluindo, entre outros:

- i. Manter uma estrutura de capital social composta exclusivamente de ações ordinárias;
- ii. Manter ações em circulação em percentual correspondente a, no mínimo, 25% do seu capital social;
- iii. Prever a composição do seu conselho de administração com, pelo menos, dois conselheiros independentes;
- iv. Elaborar e divulgar código de conduta aprovado pelo conselho de administração e aplicável a todos funcionários e administradores da Companhia;
- v. Elaborar e divulgar políticas de transações com partes relacionadas;
- vi. Instaurar canal que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do código de conduta, de políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia; e
- vii. Instaurar comitê de auditoria, estatutário ou não, que deve ser órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração da Companhia, com autonomia operacional.

Adicionalmente, a Companhia é aderente à maioria das recomendações do CBGC -Código Brasileiro de Governança, assim como ao Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa publicada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e vem gradativamente evoluindo na adesão das práticas recomendadas, declarando que aplica os princípios e as regras estabelecidas nos referidos códigos.

Informações sobre Assembleias de Acionistas realizadas

Data	24/04/2026
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 44,08% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	24/04/2025
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 43,39% do capital social com direito a voto da Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

Data	11/03/2025
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 2ª convocação com a presença de acionistas representando 50,4% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	25/02/2025
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 50,67% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	29/04/2024
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 43,2% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	21/02/2024
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 2ª convocação com a presença de acionistas representando 53,38% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	23/01/2024
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 53,31% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	28/04/2023
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 65,1% do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	26/01/2023
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 67,5% do capital social com direito a voto da Companhia.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 7 foram descritas nos itens acima.

8.1 Política ou prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração para administradores, incluindo os membros da Diretoria estatutária e não estatutária, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19 de outubro de 2019, visa: (i) atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos administradores da Companhia aos princípios e aos objetivos estratégicos da Companhia e com as melhores práticas de remuneração adotadas pelo mercado, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo; (iii) prover um equilíbrio adequado entre as remunerações fixa e variável, de curto e de longo prazo, conforme a cultura da Companhia; (iv) definir um programa de remuneração claro e transparente.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(a) Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será paga em 12 (doze) parcelas mensais, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração receberão remuneração adicional mensal quando participarem como membros em mais de um comitê.

Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus à remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

O valor das remunerações e os reajustes serão recomendados ao Conselho de Administração pelo Comitê de Pessoas, Cultura e ESG, alinhados às práticas de mercado.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento serão beneficiários do seguro de responsabilidade civil para administradores (D&O - "Directors and Officers" e/ou "Comfort Letter"), compulsoriamente incluídos na apólice, cujo custo será inteiramente assumido pela Companhia.

A remuneração do Vice-presidente e do Presidente do Conselho de Administração poderá ser distinta da dos demais membros em função do cargo exercido, uma vez em que eles possuem obrigações e deveres próprios, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Dentre tais funções, pode-se destacar a de representação do Conselho de Administração nas Assembleias Gerais da Companhia, bem como a presidência das mesas das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando e se instalado, fazem jus a uma remuneração fixa mensal que deverá obedecer aos preceitos do artigo 162, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, que prescreve que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal deve ser equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração média mensal de cada diretor estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros suplentes do Conselho Fiscal receberão remuneração conforme sejam pontualmente acionados para substituição dos membros efetivos em reuniões.

(c) Diretoria Estatutária e Não Estatutária:

A remuneração dos Diretores Estatutários será fixada pelo Conselho de Administração, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

A remuneração dos Diretores não estatutários observará os planos de cargos e salários da Companhia e seus respectivos contratos.

A estrutura de remuneração dos Diretores poderá ser composta por uma parcela fixa e outra variável, bem como benefícios e incentivos de curto e longo prazo, sempre baseada nos padrões de mercado e nos termos da estratégia de remuneração total definida pela Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

(d) Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas, Cultura e ESG:

Os membros dos Comitês de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, Comitê de Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e ESG que forem do Conselho de Administração, serão remunerados após a participação em mais de um comitê, pois a participação em um único comitê está inclusa na remuneração do Conselho. Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus a remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos

Remuneração Fixa

Objetivo

A remuneração fixa anual tem por objetivo oferecer uma remuneração com foco no curto prazo, para a compensação direta aos diretores da Companhia pelos serviços prestados e reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, em linha com as práticas de mercado, bem como refletir o desempenho individual, demanda de tempo, responsabilidades, experiência, formação e conhecimento do executivo.

Metodologia de cálculo e de reajuste

A estratégia de remuneração fixa da Companhia poderá ser revista sempre que necessário, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, a aprovação da respectiva política, estratégia ou orçamento, sempre que cabível.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

Remuneração Variável

Objetivo

A remuneração variável concedida pela Companhia, que tem beneficiários e requisitos próprios e específicos previstos em cada Plano ou Programa, tem por objetivo premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, podendo ser composta por Incentivos de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP), e por quaisquer outras remunerações extraordinárias que venham a ser concedidas, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Metodologia de cálculo e de reajuste

Qualquer remuneração baseada em ações dependerá sempre de aprovação em Assembleia Geral, seja ela em Plano de Ações, Plano de Opções ou Plano Stock Purchase, cabendo ao Conselho de Administração adotar as modalidades que melhor convierem ao contexto da Companhia, respeitando-se as premissas para outorga e os respectivos beneficiários. Adicionalmente, as concessões deverão observar a disponibilidade de recursos financeiros da Companhia e a adequação dos percentuais acionários das ações em circulação ao limite estabelecido nas normas aplicáveis.

Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia, as avaliações de desempenho individuais e o grau de criticidade das funções ocupadas.

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável é revisado anualmente.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

8.1 Política ou prática de remuneração

O programa é dividido em incentivos de curto, médio e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de um percentual da meta de EBITDA consolidado Ânima e atrelado a um Contrato de Performance Individual; além de possibilidade do incentivo de longo prazo em ações ordinárias da Companhia. O percentual de atingimento da meta de EBITDA determina o valor do *pool* de bônus que será distribuído.

Existe ainda programa de incentivo de longo prazo com *matching* em ações, no qual os participantes elegíveis podem optar por aderir ao programa, investir recursos próprios na compra de ações da Companhia por meio da corretora de sua preferência e pagando o preço de mercado da ação. O limite de compra coberto no programa é 50% do valor pago no ICP. Aqueles que permanecerem até o final do programa e atenderem aos seus requisitos, serão contemplados com um lote adicional de ações.

Anualmente, a Diretoria e o Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, promoverão a correta apuração e acompanhamento dos planos e programas, bem como a definição de propostas para o ano subsequente e propostas de revisão necessárias, inclusive aquelas a serem encaminhadas à Assembleia Geral.

Benefícios

Objetivo

A Companhia concede um pacote de benefícios, como incentivo de curto prazo, este fazendo parte de sua remuneração mensal, respeitados os parâmetros de mercado e regiões de atuação. Itens comumente abrangidos por esse pacote incluem: plano de saúde e odontológico, plano de previdência complementar, seguro de vida e ticket refeição, entre outros.

Metodologia de cálculo e de reajuste

Os reajustes dos planos de saúde e odontológico se darão mediante negociação contratual entre a Ânima e as operadoras, enquanto os demais benefícios serão reajustados quando houver a necessidade de uma melhor equiparação frente aos valores praticados no mercado.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

Proporção de cada elemento na remuneração total

Os membros do nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês recebem apenas remuneração fixa, sem nenhum tipo de bonificação ou qualquer tipo de remuneração variável. A proporção de cada elemento da remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária pode variar e ocorreu, em relação aos três últimos exercícios, da seguinte forma:

Composição da Remuneração Estatutário	2025	2024	2023
Remuneração Fixa	27,8%	35,7%	75,2%
Remuneração Variável	69,6%	63,3%	19,6%
Benefícios	2,6%	1,0%	5,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Composição da Remuneração Não estatutário	2025	2024	2023

8.1 Política ou prática de remuneração

Remuneração Fixa	71,5%	82,7%	73,9%
Remuneração Variável	23,3%	8,4%	21,3%
Benefícios	5,2%	8,8%	4,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Indicadores ligados a questões ASG, se aplicável

Não aplicável. Atualmente não consideramos os índices de ASG para influenciar na remuneração, mas estamos amadurecendo os conceitos para que futuramente possamos considerar. Em 2026 estamos em definição final de estratégia e definição de portfólio de projetos e ações ASG que no próximo ciclo, poderão subsidiar a definição de indicadores ASG para remuneração variável.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia tem por objetivo a atração, motivação e retenção dos profissionais com as competências e valores requeridos pela Companhia. Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos resultados da Companhia, em níveis competitivos aos de mercado.

A política de remuneração da Companhia é baseada nas premissas de melhor interesse dos acionistas e demais *stakeholders* na criação de valor sustentável e de longo prazo; metas e estratégias de negócios; melhores práticas de mercado; e nos Princípios e Valores da Companhia.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável. Todos os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal da Companhia recebem remuneração no patamar de mercado para companhias de mesmo porte.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns membros de nossa Diretoria e do Conselho de Administração têm valores recebidos pelas atividades exercidas exclusivamente para uma de nossas subsidiárias, e que não estão apresentados nos valores reportados deste item 8. O percentual médio pago pela subsidiária aos membros da diretoria, equivale a 6,7% da remuneração total dos membros nesta condição, enquanto o percentual médio pago aos membros do C.A. equivale a 41,3% da remuneração total destes membros nesta condição.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário nos envolvendo.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,67	4,33	3	16,00
Nº de membros remunerados	8,67	4,33	3	16,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.800.600,00	6.456.052,87	504.000,00	14.760.652,87
Benefícios direto e indireto	214.531,30	297.460,64	876,12	512.868,06
Participações em comitês	1.313.528,24	0,00	0,00	1.313.528,24
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.930.903,04	0,00	6.930.903,04
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	4.842.991,09	0,00	4.842.991,09
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.084.753,00	0,00	1.084.753,00
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	9.328.659,54	19.612.160,64	504.876,12	29.445.696,30

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	3,58	3,00	14,50
Nº de membros remunerados	7,92	3,58	3,00	14,50
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.470.000,00	4.684.598,67	489.033,33	11.643.632,00
Benefícios direto e indireto	90.267,76	432.618,56	706,02	523.592,34
Participações em comitês	1.148.000,00	0,00	0,00	1.148.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.632.330,07	0,00	6.632.330,07
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	3.994.073,31	0,00	3.994.073,31
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.084.753,00	0,00	1.084.753,00
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	7.708.267,76	16.828.373,61	489.739,35	25.026.380,72

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,08	3,00	15,08
Nº de membros remunerados	8,00	4,08	3,00	15,08
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.918.266,66	5.344.029,21	382.666,67	10.644.962,54
Benefícios direto e indireto	11.760,00	146.883,49	1.680,00	160.323,49
Participações em comitês	1.072.833,33	0,00	0,00	1.072.833,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.406.415,55	0,00	3.406.415,55
Participação de resultados	0,00	00,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	5.935.910,67	0,00	5.935.910,67
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	137.502,00	0,00	137.502,00
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados"	Número de membros apurado conforme instrução CVM.		
Total da remuneração	6.002.859,99	14.970.740,92	384.346,67	21.357.947,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92	16,42
Nº de membros remunerados	8,58	4,92	2,92	16,42
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.788.105,04	5.279.478,03	356.660,60	10.424.243,67
Benefícios direto e indireto	14.341,05	365.466,96	2.240,00	382.048,01
Participações em comitês	1.297.362,70	0,00	0,00	1.297.362,70
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.076.377,47	0,00	1.076.377,47
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	302.794,76	0,00	302.794,76
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	6.099.808,79	7.024.117,22	358.900,60	13.482.826,61

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,67	4,33	3	16,00
N° de membros remunerados	8,67	4,33	3	16,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.103.264,26	0,00	4.103.264,26
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.930.903,04	0,00	2.930.903,04
Valor efetivamente reconhecido no exercício social			0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social			0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,92	3,58	3,00	14,50
N° de membros remunerados	7,92	3,58	3,00	14,50
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.123.857,11	0,00	3.123.857,11
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.716.547,59	0,00	2.716.547,59
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		1.956.330,07		1.956.330,07
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	4,08	3,00	15,08
N° de membros remunerados	8,00	4,08	3,00	15,08
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.175.247,85	0,00	4.175.247,85
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.932.706,54	0,00	3.932.706,54
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3.406.415,55		3.406.415,55
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,58	4,92	2,92	16,42
N° de membros remunerados	8,58	4,92	2,92	16,42
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.225.872,64	0,00	3.225.872,64
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.150.812,92	0,00	2.150.812,92
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.076.377,47	0,00	1.076.377,47
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4.1. Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias

a) Termos e condições gerais

O nosso Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias (“Plano”), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão (“Opções”), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com as disposições do Plano, são elegíveis a participar do Plano membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos de nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle (“Beneficiários”).

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas neste instrumento. Ainda, será facultado ao Conselho de Administração delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto (“Comitê”). Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo 3 (três) membros, escolhidos entre os membros do Conselho de Administração, por maioria. Os membros desse Comitê não serão elegíveis como beneficiários do Plano.

Obedecidas as condições deste Plano, nosso Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos nossos diretores, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; (d) a emissão de novas ações da nossa Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; (e) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da nossa Assembleia Geral Extraordinária; (f) definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de Opções e a forma de distribuição destas entre os Beneficiários, o Preço de Exercício das Opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas; (g) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração sujeitar-se-á apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano, razão pela qual o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle, bem como estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do nosso Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante perante a nossa Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de competência do Conselho de Administração.

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga.

Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da nossa Companhia, com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A combinação de períodos de carência diferenciados e a possibilidade de se estabelecer condições (tais como metas financeiras e empresariais) para aquisição do direito de exercício das Opções fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

b) Incluir data de aprovação e órgão responsável

A Companhia possui um Plano de Opção de Compras de Ações Ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções"), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, possui Planos de Ações para a outorga de Ações da Ânima Holding S.A., aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25/04/2018, que contempla dois Programas ("ILP1" e "ILP2"), descritos adiante. E, ainda um Plano Stock Purchase, que se trata de um Plano Geral para Aquisição de Ações, aprovado na AGE de 31/08/2015

c) Número máximo de ações abrangidas

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item 'f' acima, as Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

e) Condições de aquisição de ações

As Opções poderão ser exercidas desde que integralmente atendidas as condições, exigências, assim como respeitados os períodos de carência e os cronogramas previstos no Plano e nos Termos de Adesão.

f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício ou compra de cada Ação a ser subscrita pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será fixado pelo Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) no momento de sua outorga ao respectivo Beneficiário mediante assinatura do Termo de Adesão, devendo esse preço ser fixado em moeda corrente nacional. O preço deverá estar vinculado às cotações das ações da Companhia, mas o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) terá liberdade para fixar os parâmetros para fixação dos valores ("Preços de Exercício").

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

g) Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários.

Nos termos do Plano, as Opções outorgadas poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê, caso a caso, na data da outorga da Opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos, contado da data da outorga da Opção.

h) Forma de liquidação

O Beneficiário deverá realizar o pagamento em moeda corrente nacional, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

i) Restrições à transferência das ações

As Opções concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. É vedada a criação pelos Beneficiários de instrumentos financeiros de derivativos atrelados ou relacionados às Opções. As ações decorrentes do exercício da Opção não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano expirará, a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da nossa Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou de bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da nossa Companhia, (d) pela nossa dissolução e liquidação, ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação deste Plano.

Exceto pela extinção do Plano por deliberação dos nossos acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos. Caso extinção do Plano se dê por ocasião de reorganização societária da nossa Companhia, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos, salvo se as deliberações sobre a reorganização expressamente estabeleçam a permanência do Plano ou das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por outras.

k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para fins do Plano, o desligamento do Beneficiário significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário da Opção conosco ou com nossas controladas, exceto aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento ("Desligamento"). Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

Desligamento por Interesse da Companhia ou do Beneficiário. Em caso de Desligamento do Beneficiário, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data do Desligamento, e mediante pagamento à vista, independentemente se disposto de forma diversa no Termo de Adesão. Além disso, caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo de 90 (noventa) dias contados do Desligamento para efetuar o pagamento integral ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado. O Conselho de Administração poderá estender os prazos constantes neste item, desde que devidamente justificado, para adequar às circunstâncias específicas do caso.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Desligamento por Justa Causa. No caso de Desligamento do Beneficiário ocorrer em razão de justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de Lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente nesta mesma data, e mediante pagamento à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário deverá efetuar o pagamento integral do valor restante na data do Desligamento, ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Opção de Compra da Companhia. Nós ou terceiros por nós indicados, teremos, por prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de Desligamento do Beneficiário, a opção de compra de todas as ações subscritas ou adquiridas pelo Beneficiário em virtude do Plano, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas após o Desligamento em virtude de Opções já exercíveis ou em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados no Plano, por valor correspondente à cotação média das nossas ações nos últimos 30 (trinta) pregões, contados da data de Desligamento.

Falecimento. Em caso de falecimento de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, e a Opção se estenderá aos herdeiros ou sucessores do Beneficiário, por sucessão legal ou por disposição testamentária até o término do prazo da Opção outorgada, podendo a Opção ser exercida no todo ou em parte pelos herdeiros e/ou sucessores do Beneficiário, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, os herdeiros e/ou sucessores terão o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados do falecimento se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Invalidez Permanente ou Aposentadoria. Em caso de invalidez permanente ou aposentadoria de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de Lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados da invalidez permanente ou aposentadoria se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

8.4.2. Plano Baseado em Ações

a) Termos e condições gerais

O Plano de Ações é composto de dois Programas:

- ILP1: que consiste na bonificação por meio da transferência ao Beneficiário, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras constantes do Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício ("Programa Específico") até 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, sujeitas a vesting.
- ILP2: que consiste na bonificação daqueles que tiverem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades e que decidam adquirir no mercado um número mínimo de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um certo período restrito, sendo que a bonificação em ações se dará por meio da transferência, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras gerais previstas no Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício ("Programa Específico").

Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários sejam premiados com ações da nossa Companhia ("ILP2"), com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa com base na função desempenhada, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos, por meio de entrega de resultados acima do esperado.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. O plano alinha os interesses dos participantes aos da Companhia, uma vez que os participantes contam com um incentivo adicional para implementar ações de curto, médio e longo prazos que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo e que devem se refletir na valorização das ações da Companhia.

b) Incluir data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações para Outorga de Ações da Ânima Holding S.A., foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25/04/2018.

c) Número máximo de ações abrangidas

As ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 1% (um por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

d) Número máximo de ações a serem outorgadas

Não aplicável. O regulamento de cada programa estabelece limites para participação do Beneficiário, mas não estão expressos em quantidade máxima de ações.

e) Condições de aquisição de ações

Conforme regulamento constante em cada um dos programas vigente ("ILP1" e "ILP2").

f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

g) Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários. A partir do momento que as ações são entregues aos Beneficiários, conforme regras de cada Programa, ficará a seu exclusivo critério o momento do exercício.

As ações concedidas aos Beneficiários no programa "ILP1" terão período de vesting de 3 (três) anos, podendo ser liberadas na proporção de 1/3 a cada 12 meses da sua concessão. Para o "ILP2", somente poderão ser liberadas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser liberadas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê. Até que se cumpra cada um

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

dos períodos de vesting as ações não serão devidas e, portanto, não serão de titularidade do Beneficiário, razão pela qual não farão jus, durante referido período, a qualquer fruto ou produto das mesmas, inclusive a título de dividendos.

h) Forma de liquidação

As ações objeto da bonificação deverão ser entregues pela Companhia aos Beneficiários no prazo previsto em cada regimento a contar do encerramento do prazo de cada um dos períodos de vesting.

i) Restrições à transferência das ações

As ações concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. As ações não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano vigorará por tempo indeterminado, não havendo nenhum critério ou evento previsto que possa ocasionar a sua suspensão, alteração ou extinção.

k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano baseado em ações, cada Programa deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às ações, de modo que os direitos conferidos ao beneficiário de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios não houve programa ativo de opções de compra de ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Nos três últimos exercícios não houve programa ativo de opções de compra de ações.

8.7 Opções em aberto

Não aplicável, uma vez que não constam opções em aberto dos membros do Conselho de Administração e nem dos membros da Diretoria Estatutária no exercício social corrente e nos anteriores.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos quaisquer opções de compra de ações de nossa emissão outorgadas no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Somente a Diretoria possui remuneração baseada em ações.

Ano	2026 (Previsto)
Órgão	Diretoria
Número de membros	4,33
Número de membros remunerados	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,00%

Ano	2025
Órgão	Diretoria
Número de membros	3,58
Número de membros remunerados	1
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,010%

Ano	2024
Órgão	Diretoria
Número de membros	4,08
Número de membros remunerados	2
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,010%

Ano	2023
Órgão	Diretoria
Número de membros	4,92
Número de membros remunerados	4
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,021%

8.10 Outorga de ações

2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,67	4,33	3,00
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,92	3,58	3,00
Nº de membros remunerados	0	2	0
Outorga	N/A	132.762	N/A
data de outorga	N/A	01/06/2025	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/06/2028	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	31/05/2028	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	4,25	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	564.239	N/A

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	4,08	3,00
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,92	3,58	3,00
N° de membros remunerados	0,00	1,00	0,00
N° de ações	0	44.900	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	4,06	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	3,60	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	20.654,00	0,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração não participa dos programas de ILP (Incentivos de Longo Prazo), logo, não tem remuneração em ações.		O Conselho Fiscal não participa dos programas de ILP (Incentivos de Longo Prazo), logo, não tem remuneração em ações.

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	4,08	3,00
N° de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
N° de ações	0	38.195	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	3,60	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	3,48	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	4.583,40	0,00
Esclarecimento	Não há membro vinculados ao plano.		Não há membro vinculados ao plano.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,58	4,92	2,92
N° de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
N° de ações	0	79.817	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	3,79	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	3,53	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	20.752,42	0,00
Esclarecimento	Não há membro vinculados ao plano.		Não há membro vinculados ao plano.

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.8.4 deste Formulário.

8.13 Participações detidas por órgão

Em 31 de dezembro de 2025.

Companhia						
Órgão	Ações (uni.)	ON (%)	Ações (uni.)	PN (%)	Total de Ações	%
Conselho de Administração	84.762.282	20,99	0	0	84.762.282	20,99
Diretoria	7.596.743	1,88	0	0	7.596.743	1,88
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0
Total de Ações	92.359.025	22,87	0	0	92.359.025	22,87

8.14 Planos de previdência

Não aplicável. Não há plano de previdência vigente para os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de algum dos Comitês.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	3,58	4,08	4,92	7,92	8	8,58	3,00	3,00	2,92
Nº de membros remunerados	3,58	4,08	4,92	7,92	8	8,58	3,00	3,00	2,92
Valor da maior remuneraçãoReal	5.520.221,42	10.037.180,92	1.705.353,31	2.040.613,26	1.801.680,00	1.801.680,00	178.613,26	151.680,00	113.863,00
Valor da menor remuneraçãoReal	616.647,02	890.499,46	597.774,66	394.193,26	360.000,00	40.560,00	60.000,00	112.666,67	32.743,00
Valor médio da remuneraçãoReal	4.696.290,31	1.470.088,16	1.170.686,20	973.675,93	750.357,50	435.995,00	163.246,45	128.115,56	89.725,15

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Incluindo verbas de cessão de cargo relacionadas ao processo sucessório e mudanças na diretoria estatutária conduzidas ao longo do ano. A diretoria contou com 5 membros ao longo de todo exercício de 2025, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	
31/12/2024	Incluindo verbas de cessão de cargo relacionadas ao processo sucessório e mudanças na diretoria estatutária conduzidas ao longo do ano.	
31/12/2023	A diretoria contou com 6 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O Conselho de Administração contou com 8 membros ao longo de todo exercício de 2025, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	
31/12/2023	A diretoria contou com 11 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O Conselho Fiscal contou com 4 diferentes profissionais ao longo de todo exercício de 2025, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	
31/12/2023	O Conselho Fiscal contou com 4 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não possuímos arranjos contratuais ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Entretanto, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode celebrar contrato com administradores prevendo indenização como compensação pela vedação de práticas de atos considerados de concorrência com a Companhia, estando o valor abrangido no montante de remuneração global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**Previsão exercício de 2026**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,7	4,3	3,0
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	4	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	9.328.659,54	19.612.160,64	504.876,12
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	6.039.051,96	5.661.223,42	0
% da Remuneração total do órgão	64,74%	28,87%	0%

Exercício de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,92	3,58	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3,75	2,33	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	7.708.267,76	16.828.373,61	489.739,35
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	5.020.021,68	12.066.957,25	0
% da Remuneração total do órgão	65,13%	71,71%	0%

Exercício de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,0	4,1	3,0
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	6.002.859,99	14.970.740,92	384.346,67
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	3.415.300,00	5.875.920,16	0
% da Remuneração total do órgão	56,89%	39,25%	0%

Exercício de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,58	4,92	2,92
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	4.795.945,04	7.024.117,22	358.900,60
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	2.825.040,00	2.382.705,90	0
% da Remuneração total do órgão	58,90%	33,92%	0%

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam e não há previsão para pagamentos neste exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)**31/12/2026****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	11.700.275,38	0,00	0,00	11.700.275,38
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.915.200,00	0,00	0,00	1.915.200,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	Atuação como conselheiros na controlada da Companhia.

31/12/2025**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	17.086.978,93	0,00	0,00	17.086.978,93
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.854.181,05	0,00	0,00	1.854.181,05
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	Atuação como conselheiros na controlada da Companhia.

31/12/2024**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	14.589.237,85	0,00	0,00	14.589.237,85
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.656.000,00	0,00	0,00	1.656.000,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	Atuação como conselheiros na controlada da Companhia.

31/12/2023**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	5.207.745,90	0,00	0,00	5.207.745,90
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.202.477,46	0,00	0,00	1.202.477,46
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	Atuação como conselheiros na controlada da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

No item 8.2 do Formulário de Referência informamos o número de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Conselho de Administração

Mês	Previsto 2026	2025	2024	2023
Janeiro	8	8	8	7
Fevereiro	8	7	8	8
Março	8	7	8	8
Abril	8	9	8	8
Maio	9	8	8	9
Junho	9	8	8	9
Julho	9	8	8	9
Agosto	9	8	8	9
Setembro	9	8	8	9
Outubro	9	8	8	9
Novembro	9	8	8	9
Dezembro	9	8	8	9
Total	104	95	96	103
Média	8,67	7,92	8,00	8,58

Diretoria

Mês	Previsto 2026	2025	2024	2023
Janeiro	3	5	4	5
Fevereiro	3	5	4	5
Março	3	5	4	5
Abril	3	4	4	5
Maio	5	3	4	5
Junho	5	3	4	5
Julho	5	3	5	5
Agosto	5	3	4	5
Setembro	5	3	4	5
Outubro	5	3	4	5
Novembro	5	3	4	5
Dezembro	5	3	4	4
Total	52	43	49	59
Média	4,33	3,58	4,08	4,92

8.20 Outras informações relevantes

Conselho Fiscal

Mês	Previsto 2026	2025	2024	2023
Janeiro	3	3	3	3
Fevereiro	3	3	3	3
Março	3	3	3	3
Abril	3	3	3	3
Maiο	3	3	3	3
Junho	3	3	3	3
Julho	3	3	3	3
Agosto	3	3	3	3
Setembro	3	3	3	3
Outubro	3	3	3	3
Novembro	3	3	3	3
Dezembro	3	3	3	2
Total	36	36	36	35
Média	3,00	3,00	3,00	2,92

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2023	01/01/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Exame dos balanços patrimoniais da Ânima Holding S.A. dos exercícios a findarem em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os balanços patrimoniais consolidados da Ânima Holding S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em conjunto com a auditoria anual, o auditor realizará a revisão das informações financeiras trimestrais da Ânima Holding S.A. em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, 2024 e 2025. Essa revisão será realizada de acordo com normas do CFC e IAASB.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Os honorários relativos a esses trabalhos em 2025 foram de R\$2.093.167,40 que representa os honorários de serviços de auditoria externa.			
Justificativa da substituição			
Não se aplica.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES ENTRE COMPANHIA E AUDITORES INDEPENDENTES

Além das informações obrigatórias apresentadas nos itens 9.1 e 9.2, a Companhia adota determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, conforme a sua Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes.

Em reunião realizada no dia 11 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, a qual visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas em relação à contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pelos auditores independentes ou por parte relacionada dos auditores independentes, com intuito de assegurar o cumprimento das normas de governança corporativa, bem como garantir a transparência no processo de contratação e a independência do prestador de serviço.

9.4 Outras informações relevantes

ESCOLHA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes.

Em reunião realizada no dia 11 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, a qual visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas em relação à contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pelos auditores independentes ou por parte relacionada dos auditores independentes, com intuito de assegurar o cumprimento das normas de governança corporativa, bem como garantir a transparência no processo de contratação e a independência do prestador de serviço.

A Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Nos termos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Em reunião realizada no dia 21 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a contratação da PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES ("PwC BRASIL") para atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, em substituição à empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES ("DELOITTE").

O primeiro documento objeto da análise da PwC BRASIL foram as informações trimestrais da Companhia findadas em 31 de março de 2018.

De 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, o responsável técnico foi o Sr. Guilherme Campos e Silva, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº. 714.114.966-04.

A partir de 01 de janeiro de 2019, o responsável técnico passou a ser o Sr. Fabio Abreu de Paula, inscrito no CPF/ME sob o nº. 935.194.436-00.

Em reunião realizada no dia 11 de novembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, em substituição à empresa PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES ("PwC BRASIL").

O primeiro documento objeto da análise da EY foi referente às informações trimestrais da Companhia findadas em 31 de março de 2023 (1T23).

Em reunião realizada no dia 12 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, nos anos de 2026 e 2027, tendo como responsável técnico o Sr. Yago Freitas de Paula, inscrito no CPF/MG sob o nº 071.263.276-09.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	860	616	0	0	0
Não-liderança	7.776	5.731	0	0	0
TOTAL = 14.983	8636	6347	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	13	979	78	405	1	0	0
Não-liderança	119	8.538	1.021	3.799	12	0	18
TOTAL = 14.983	132	9517	1099	4204	13	0	18

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	116	1.181	179
Não-liderança	2.638	8.285	2.584
TOTAL = 14.983	2754	9466	2763

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	18	1.458	0
Não-liderança	435	13.072	0
TOTAL = 14.983	453	14530	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	5	249	24	967	231	0
Não-liderança	24	2.943	208	7.781	2.551	0
TOTAL = 14.983	29	3192	232	8748	2782	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	12	17	0	0	0
Nordeste	1.835	1.357	0	0	0
Centro-Oeste	142	90	0	0	0
Sudeste	5.075	3.673	0	0	0
Sul	1.572	1.210	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 14.983	8636	6347	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	1	14	3	11	0	0	0
Nordeste	26	1.322	325	1.515	0	0	4
Centro-Oeste	4	145	20	63	0	0	0
Sudeste	91	5.582	665	2.388	11	0	11
Sul	10	2.454	86	227	2	0	3
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 14.983	132	9517	1099	4204	13	0	18

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	8	21	0
Nordeste	549	2.250	393
Centro-Oeste	38	171	23
Sudeste	1.800	5.260	1.688
Sul	359	1.764	659
Exterior	0	0	0
TOTAL = 14.983	2754	9466	2763

10.1 Descrição dos recursos humanos

b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de terceirizados e aprendizes	31/12/2025
Aprendizes	6
Terceirizados	938
Total*	944

* Desempenham atividades administrativas.

Terceirizados por região	31/12/2025
CENTRO-OESTE	15
NORDESTE	209
NORTE	6
SUDESTE	462
SUL	246
Total	938

c) Índice de rotatividade

As informações abaixo se referem aos nossos números consolidados, incluindo as nossas controladas.

31/12/2025: 25,0%.

10.2 Alterações relevantes

O Ecossistema Ânima é composto por 18 marcas de instituições de ensino superior, marcas especialistas, cerca de 600 polos educacionais distribuídos em todo o território nacional e o Instituto Ânima. No exercício social de 2025, o Ecossistema atendeu mais de **380 mil estudantes** e contou com aproximadamente **15 mil colaboradores**, dos quais cerca de **7 mil são docentes**.

Com o objetivo de fortalecer a governança da gestão docente e sustentar a estratégia de qualidade acadêmica, a Companhia mantém uma estrutura dedicada ao desenvolvimento do corpo docente, denominada **Jornada Docente**, vinculada à Vice-Presidência de Pessoas, Cultura, ESG e Bem-estar. Em 2025, a Jornada Docente deixou de integrar a área de Desenvolvimento Organizacional geral e passou a constituir uma **Gerência de Desenvolvimento Organizacional Docente**, ampliando sua autonomia, foco estratégico e capacidade de execução.

A Jornada Docente tem como finalidade apoiar a atração, integração, desenvolvimento, engajamento, sustentação e reconhecimento dos docentes, por meio do uso de dados quantitativos e qualitativos, avaliações de desempenho e iniciativas estruturadas de formação e desenvolvimento de carreira. Para a liderança acadêmica, a área fornece indicadores e informações que subsidiam decisões relacionadas à gestão de pessoas, sucessão e governança docente.

Em parceria com a Vice-Presidência Acadêmica, foram mantidas e ampliadas, ao longo de 2025, iniciativas voltadas à atração de docentes, à integração ao Ecossistema, aos programas de formação continuada e ao incentivo à participação em atividades acadêmicas além da sala de aula, como projetos de extensão, eventos acadêmicos e iniciativas institucionais.

No exercício de 2025, a Companhia promoveu a **expansão do programa “Obrigado, Professor!”**, iniciativa que possibilita o envio, por parte dos estudantes, de mensagens de reconhecimento aos docentes. No período, foram registradas **mais de 4 mil mensagens**, utilizadas em ações institucionais de valorização do corpo docente.

Ainda em 2025, foi realizada a premiação do edital **“Extensão que Transforma”**, voltado ao reconhecimento de projetos de extensão com impacto positivo nas comunidades onde as instituições do Ecossistema estão inseridas. Adicionalmente, a Companhia promoveu a **atualização do modelo de competências docentes**, contemplando quatro dimensões: competências pedagógicas, competências digitais, competências socioemocionais e mentalidade empreendedora.

No processo de **avaliação de desempenho docente**, a Companhia passou a adotar, em 2025, a **avaliação de pares**, ampliando o modelo para uma **visão 360 graus**, com o objetivo de qualificar o desenvolvimento profissional, fortalecer a cultura de feedback e aprimorar a governança acadêmica.

No que se refere às práticas de cuidado e bem-estar, a Companhia lançou, em 2025, a **Licença Parentalidade**, ampliando a **licença-maternidade para seis meses** e a **licença-paternidade para 20 dias**, reforçando o compromisso institucional com equidade, inclusão e retenção de talentos.

Os resultados da pesquisa de engajamento docente realizada em 2025 indicaram **85% de taxa de adesão**, representando evolução em relação ao exercício anterior. O **índice de engajamento docente atingiu 89%**, refletindo ações implementadas a partir da escuta estruturada do corpo docente.

No eixo cultural e de liderança, foi implantada a **Academia de Liderança**, com foco no desenvolvimento de lideranças alinhadas à cultura organizacional e à estratégia da Companhia. Também foram redesenhados os processos de *onboarding* de docentes e colaboradores administrativos, com o objetivo de aprimorar a integração inicial. Ao longo do exercício, foram fortalecidos ritos institucionais de cultura e comunicação, visando ampliar alinhamento, senso de pertencimento e disseminação das diretrizes estratégicas da Companhia, respeitadas as especificidades regionais.

No âmbito da gestão de talentos, o programa **SEMEAR** foi ampliado em 2025, contemplando avaliações de desempenho e competências por meio da metodologia *nine box*, identificação de cadeiras críticas e potenciais sucessores. O ciclo de 2025 incluiu os públicos de gerentes, diretores e vice-presidentes e passou a contemplar **avaliação entre pares**.

Na agenda de **ESG**, a Companhia estruturou, em 2025, um **Comitê ESG multifuncional**, com representantes de diferentes áreas, com o objetivo de fortalecer a governança do tema. No período, foram **mapeadas iniciativas existentes, pactuadas metas ESG** e iniciada a estruturação dos processos, indicadores e bases de dados necessários para o **reporte conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI)**.

Sob a perspectiva de governança corporativa, ocorreram **alterações relevantes na administração** em 2025. A Vice-Presidência de Comunicação, Conexões e Novos Negócios foi descontinuada, com redistribuição de suas atribuições entre áreas estratégicas. As demais Vice-Presidências permaneceram com estrutura equivalente à do exercício anterior.

10.2 Alterações relevantes

Essas iniciativas reforçam a estratégia da Companhia de fortalecimento da governança, valorização das pessoas, qualidade acadêmica e sustentabilidade de longo prazo.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A remuneração de nossos empregados é composta pela remuneração direta e pelos incentivos variáveis.

Remuneração direta

A remuneração fixa anual tem por objetivo oferecer compensação direta aos educadores, professores e administrativos, da Companhia pelos serviços prestados; reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, em linha com as práticas de mercado, bem como refletir o desempenho individual, responsabilidades, experiência, formação e conhecimento das atividades requeridas na função.

Trabalhamos com tabelas salariais, definidas de acordo com o grau de complexidade de cada cargo, observando-se área geográfica e estratégia de remuneração da Companhia.

A movimentação do colaborador no plano salarial poderá ser por mérito, promoção, enquadramento, alteração de cargo e demais casos previstos no Plano de Cargos e Salários, normas internas e/ou em acordo ou norma coletiva.

A movimentação por promoção e mérito levam em conta a meritocracia, as necessidades de substituição de educadores ou aumento de quadro, e devem seguir as normas vigentes.

A Companhia conta com um programa de recrutamento interno, no qual todo colaborador será candidato em potencial a qualquer vaga em aberto, desde que atenda aos pré-requisitos necessários para a ocupação do cargo pretendido, conforme descrição formal do cargo e observados os critérios de movimentação.

A estratégia de remuneração fixa da Companhia poderá ser revista sempre que necessário, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê Cultura, Pessoas e ESG, a aprovação da respectiva política ou orçamento, sempre que cabível. Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

Remuneração variável

A remuneração variável é composta por programas de incentivo de curto prazo (ICP) e incentivos de longo prazo (ILP), que contam com regramentos específicos para cada programa, podendo ser revistos anualmente, estando condicionados à aprovação do Conselho de Administração. Os programas estão alinhados às estratégias de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Há na Companhia Programas de premiação ou incentivo, com valor variável e decorrentes de desempenho superior ao ordinariamente esperado, que não têm natureza jurídica própria de remuneração (art. 457, §§2º e 4º da CLT e art. 28, §9º, alíneas “e”, item 7, e “z”, da Lei 8.212). Os Programas, com beneficiários e requisitos próprios e específicos previstos em cada Plano ou Programa, têm por objetivo premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento e ao planejamento estratégico.

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável foi revisto em 2019 e passa por revisões anuais. São elegíveis ao programa executivos e gestores da Companhia: presidente, vice-presidentes, diretores, gerentes e outras pessoas chaves para a entrega do resultado da companhia e que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. Em linhas gerais, o programa é dividido em incentivos de curto e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de um percentual da meta de EBITDA e atrelado a um Contrato de Performance Individual, no caso do ICP.

No Incentivo de Curto Prazo (ICP), o pagamento é definido por múltiplos salários de acordo com o nível do cargo e apurado a partir do resultado de indicadores específicos, como por exemplo desempenho financeiro, operacional, de qualidade acadêmica e de serviços da Companhia.

O Incentivo de Longo Prazo (ILP) é um meio de conectarmos nossos educadores com o oitavo princípio da Ânima: a Ânima é da Ânima, provocando aqui um sentimento de dono e de pertencimento, sendo composto por dois Planos, e cada um com seus respectivos programas:

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

1. ILP1 - Plano de Incentivo da Companhia 1: visa bonificar executivos, gestores e Educadores da Companhia ou suas subsidiárias que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades e consideradas como “pessoas chave”, conforme critérios a serem fixados em programa específico.
2. ILP2 - Plano de Incentivo da Companhia: é um programa de adesão voluntaria e espontânea, que visa bonificar executivos e outras funções elegíveis, que desempenhem funções que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. Assim, os colaboradores elegíveis que quiserem aderir ao plano devem adquirir no mercado, dentro de um prazo previamente estipulado, um número de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um determinado período de tempo a contar do fim do prazo de adesão. O benefício será quitado mediante a transferência, pela Companhia ao Beneficiário, de um lote adicional de ações, composto pelo mesmo número de ações adquiridas diretamente pelo Beneficiário no mercado secundário dentro do Prazo de Adesão (ou ajustada pela performance apurada do período, se assim houver previsão nos programas aprovados), desde que cumpra o prazo de inalienabilidade do total de ações adquiridas pelo gestor e as demais condições previstas no regulamento.

Ambos os programas de Incentivo de Longo Prazo não podem ultrapassar 1% das ações do capital social cada e o Conselho fixará a quantidade máxima anual de cada Programa Específico do exercício

Remuneração Variável Comercial

Em linhas gerais, a Companhia conta com programas destinados aos educadores das áreas comerciais e de retenção, que atuam com captação e manutenção de matrículas para graduação e pós-graduação, bem como:

- Promover maior abrangência do plano de remuneração variável da Instituição;
- Criar um senso de envolvimento e comprometimento com o negócio;
- Remunerar de forma diferenciada, valorizando a capacidade de gerar resultados e atingir metas;
- Oferecer oportunidade de uma remuneração mais competitiva, de maneira objetiva e justa.
- Para a empresa o objetivo é gerar Leads, trabalhando a divulgação e captação de alunos para os cursos de Graduação e Pós-Graduação. De forma proativa e planejada, visando aumento da receita e maior rentabilidade dos cursos.
- Para o colaborador, o objetivo é estimular o desempenho, produtividade e o envolvimento, premiando-os no caso da superação das metas estabelecidas pela instituição.

b) política de benefícios

O pacote de benefícios de nossos educadores (administrativos e professores) poderá contemplar, conforme regramento local, os seguintes benefícios, com subsídio total ou parcial das nossas empresas:

- Assistência Médica
- Assistência odontológica:
- Alimentação
- Vale transporte
- Empréstimo consignado
- Auxílio Creche
- Seguro de Vida
- Ajuda de custo docente para deslocamento entre unidades

Poderá existir, conforme estabelecido em cada localidade, convênios e parcerias com empresas prestadoras de serviços (escola de idiomas, livrarias, seguro automóvel, grupo de corrida, outros) para disponibilização vantagens exclusivas para os nossos educadores, sem subsídio das nossas empresas. Exemplo compra de equipamentos de informática.

Além disso, temos como política promover o bem-estar de nossos empregados, de modo que promovemos ações em datas comemorativas (aniversários, casamentos, formaturas, etc.); Programa Valor das Pessoas abrangendo momentos importantes na vida do educador, como o seu casamento, o nascimento de um filho, uma conquista de formação profissional e um momento difícil da perda de um parente próximo; Programas de saúde mental; Programa de incentivo a atividades físicas e qualidade de vida.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não- administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

O Plano de Remuneração baseado em Ações descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência é aplicável, além dos diretores estatutários, aos diretores não estatutários e executivos ou gestores que desempenhem atividades/funções que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. As condições de participação no Plano estão descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
5.520.221,42	42.014,82	131,39
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Possuímos um relacionamento cordial, aberto e construtivo com os sindicatos de nossos empregados, reconhecendo-os como importantes atores na dinâmica das relações trabalhistas. Buscamos resolver eventuais conflitos diretamente com os sindicatos, por meio de encontros e reuniões permanentes.

Os nossos empregados são representados por 54 Sindicatos listados abaixo:

Sindicato	Cidade(s)	UF
Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Educação Superior em Estabelecimentos Privados de Ensino do Estado da Bahia (SINAES)	Guanambi, Irecê, Jacobina, Paripiranga, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim e Tucano	BA
Sindicato dos Professores do Estado da Bahia (SINPRO-BA)	Guanambi, Irecê, Jacobina, Paripiranga, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim e Tucano	BA
Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (SINPRO-GO)	Catalão, Itumbiara e Jataí	GO
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás (SINAAE-GO)	Catalão, Itumbiara e Jataí	GO
Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO-MG)	Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Itabira, Lagoa Santa, Nova Lima, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberlândia e Vespasiano	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais (SAAE-MG)	Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Itabira, Lagoa Santa, Nova Lima, Sete Lagoas e Vespasiano	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar da Região Sul do Estado de Minas Gerais (SAAE-SUL)	Pouso Alegre	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar das Regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais (SAAETM-AP)	Uberlândia	MG
Sindicato dos Empregados em Entidades de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de Minas Gerais – (SENALBA-MG)	Minas Gerais	MG
Sindicato dos Aux. de Adm. Escolar no Estado do Pará (SAAE-PA)	Tucuruí	PA
Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará (SINPRO-PA)	Tucuruí	PA
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional do Estado do Pará e Amapá (SENALBA-PAAP)	Pará	PA
Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Paraíba (SINTESPB)	João Pessoa	PB
Sindicato dos Bibliotecários do Estado Paraná (SINDIB)	Curitiba	PR
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Paraná (SAAEPAR)	Curitiba	PR
Sindicato dos Professores do Estado do Paraná (SINPES)	Curitiba	PR
Sindicato dos Professores das Instituições do Ensino Superior Privadas do Recife e Região Metropolitana (SINPROES)	Jaboatão dos Guararapes e Recife	PE
Sindicato dos Trab Nos Estab de Ensino de Pernambuco (SINTEEPE)	Jaboatão dos Guararapes e Recife	PE
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO-RIO)	Rio de Janeiro	RJ
Sindicato dos Auxiliares de Administração do Estado RJ (SAAE-RJ)	Rio de Janeiro	RJ
Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte (SINPRO-RN)	Caico, Currais Novos, Mossoró, Natal, Parnamirim e Pau dos Ferros	RN
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Estado do Rio Grande do Norte (SEEPERN)	Caico, Currais Novos, Mossoró, Natal, Parnamirim e Pau dos Ferros	RN

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (SINPRO-RS)	Canoas, Porto Alegre	RS
Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar no Rio Grande do Sul (SINTAE-RS)	Porto Alegre	RS
Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Privado dos Vales do RS (SINTEP-VALES)	Canoas	RS
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar da Grande Florianópolis (SAAE-FLORIANÓPOLIS)	Florianópolis e Palhoça	SC
Sindicato dos Professores de Florianópolis e Região (SINPRO-FLORIANÓPOLIS)	Florianópolis	SC
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Itajaí (SAAE-ITAJAÍ)	Balneário Camboriú e Itajaí	SC
Sindicato dos Professores de Itajaí (SINPRO-ITAJAI)	Balneário Camboriú e Itajaí	SC
Sindicato dos Professores e Auxiliares nas Escolas Particulares de Blumenau e Região (SINPABRE)	Blumenau	SC
Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Particular e Fundações Educacionais do Norte do Estado de SC (SINPRONORTE)	Jaraguá do Sul, Joinville e São Bento do Sul	SC
Sindicato dos Professores e Auxiliares de Admin Escolar de Tubarão (SINPAAET)	Tubarão	SC
Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sul de Santa Catarina (STEERSESC)	Araranguá, Braço do Norte e Içara	SC
Sindicato dos Professores do Estado de Santa Catarina (SINPROESC)	Palhoça	SC
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado de Santa Catarina (SENALBA-SC)	Florianópolis	SC
Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (SINPRO-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo (SAAE-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Professores de Guarulhos (SINPROG)	Guarulhos	SP
Sindicato dos Professores de Santo André, S. Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (SINPRO-ABC)	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Bernardo do Campo (SAAE-ABC)	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Professores de Santos (SINPRO-SANTOS)	Santos	SP
Sindicato dos professores de São José dos Campos (SINPRAE)	São José dos Campos	SP
Sindicato dos Professores de Campinas e Região (SINPRO-CAMPINAS)	Campinas e Piracicaba	SP
Sindicato dos Professores de Mogi das Cruzes e Região (SINPRO-MOGI)	Itapevi e Santana de Parnaíba	SP
Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO)	Barueri, Carapicuíba e Osasco	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Guarulhos, Mogi das Cruzes e Região (SAAE-MOGI)	Guarulhos	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra (SAAE-ABC)	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Santos (SAAE-SANTOS)	Cubatão e Santos	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Osasco e Região - SP (SAAE-OSASCO)	Barueri, Carapicuíba, Osasco e Santana de Parnaíba	SP
Sindicato dos Aux. de Adm. Escolar de Campinas e Região (SAAEC)	Campinas e Limeira	SP

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Marília (SAAE-MARÍLIA)	Marília	SP
Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Piracicaba (SAAEP-SP)	Piracicaba	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Vale do Paraíba (SAAE-VALE)	São José dos Campos	SP
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, de Serviços de Computação, de Informática e de Tecnologia da Informação e dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Computação, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (SINDPD-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado de São Paulo (SENALBA-SP)	São Paulo	SP

Possuímos acordos e convenções coletivas com todas essas entidades, geralmente com prazo anual e mantemos relações regulares e respeitadas com tais sindicatos.

Nossa conduta perante os sindicatos de nossos empregados é pautada pelo tratamento transparente e ético. Acreditamos ser possível estabelecer um relacionamento saudável, harmonioso e construtivo, fundado no mútuo respeito e no interesse comum.

Temos, inclusive, líderes sindicais destas entidades, com e sem estabilidade, que atuam como colaboradores da casa.

Não ocorreram, nos últimos exercícios sociais, greves ou paralisações nas atividades da Companhia.

10.5 Outras informações relevantes

Em 2025, a Companhia avançou de forma consistente no fortalecimento da governança de pessoas, na valorização do corpo docente, na eficiência dos processos de gestão de capital humano e na estruturação da agenda ESG, consolidando a área de Pessoas como um pilar estratégico conectado ao negócio e à sustentabilidade de longo prazo.

1. Evolução relevante na gestão e valorização do corpo docente

Ao longo de 2025, a Companhia promoveu avanços estruturais na **Jornada Docente**, com impacto direto na atração, desenvolvimento, engajamento e retenção de professores. Destacam-se:

- **Recorde de adesão à pesquisa de engajamento docente (Pulsar)**, atingindo **85% de participação**, patamar elevado para o setor educacional, acompanhado de **índice de engajamento de 89%**, indicando maior confiança e engajamento do corpo docente.
- **Implantação da avaliação de pares no ciclo de desempenho docente**, ampliando o modelo para uma **avaliação 360º**, fortalecendo cultura de feedback, desenvolvimento profissional e governança acadêmica.
- **Mapeamento e atualização das competências docentes**, contemplando competências pedagógicas, digitais, socioemocionais e mentalidade empreendedora, com aplicação de **assessment** associado.
- **Lançamento do Perfil Docente no Hub Docente**, ampliando a transparência das avaliações e dos dados de desenvolvimento.
- **Expansão significativa do programa “Obrigado, Professor!”**, com crescimento de aproximadamente **600 para 4.400 mensagens de reconhecimento enviadas por estudantes**, refletindo maior engajamento discente e fortalecimento da cultura de valorização docente.
- **Criação e implementação de trilhas estruturadas de desenvolvimento para coordenadores acadêmicos e de curso**, reforçando a qualidade da liderança acadêmica.

Essas iniciativas reforçam a estratégia de qualidade acadêmica e refletem investimentos em desenvolvimento humano como vetor de geração de valor.

2. Avanços em remuneração, benefícios e experiência do colaborador

Em 2025, a Companhia promoveu melhorias relevantes em políticas de remuneração, benefícios e serviços ao colaborador, com foco em competitividade, equidade e eficiência operacional:

- **Reajustes em benefícios (VA/VR) e implantação de seguro de vida para todos os educadores.**
- **Expansão do acesso à saúde mental**, por meio da negociação e ampliação da plataforma Zenklub.
- **Ciclo de meritocracia com mais de 520 reconhecimentos**, baseado em score de desempenho.
- **Lançamento e consolidação de dashboards de People Analytics**, ampliando a transparência sobre dados de RH (estrutura, diversidade, banco de horas, aprendizes, PCDs, entre outros).
- **Automação e digitalização de processos**, incluindo chatbot de atendimento com uso de IA (mais de **7.700 atendimentos no período**), extrato digital de remuneração e benefícios, automação do IR para desligados e robotização da folha de pagamento.
- **Antecipação do pagamento do P2A** e redesenho do acompanhamento de metas organizacionais, com maior previsibilidade e alinhamento ao desempenho do negócio.

Essas iniciativas contribuíram para maior eficiência operacional, redução de riscos e melhoria da experiência dos colaboradores.

3. Fortalecimento da agenda de cultura, liderança e gestão de talentos

No eixo cultural e de liderança, a Companhia avançou de forma estruturante:

- **Implantação da Academia de Liderança**, abrangendo públicos administrativos e acadêmicos, com foco no desenvolvimento de líderes mais preparados, próximos e alinhados à cultura organizacional.
- **Ampliação e consolidação do programa SEMEAR**, com avaliação por meio da metodologia *nine box*, identificação de cadeiras críticas, potenciais sucessores e, em 2025, inclusão de **avaliação entre pares**.
- **Revisão das competências organizacionais** e implantação de novas trilhas de desenvolvimento para públicos administrativos, gestores e docentes.
- **Avanços na agenda de Diversidade & Inclusão**, com elaboração do plano D&I 2025/2026.

10.5 Outras informações relevantes

- **Extensão da política de parentalidade**, ampliando a licença-maternidade para **6 meses** e a licença-paternidade para **20 dias**, reforçando práticas de equidade, bem-estar e retenção de talentos.

4. Estruturação e maturidade da agenda ESG

Em 2025, a Companhia deu um salto relevante na **estruturação da governança e da estratégia ESG**, com implicações diretas para transparência e reporte ao mercado:

- **Criação de um Comitê ESG multifuncional**, com formalização dos papéis do Comitê Executivo, Comitê de Pessoas e Conselho de Administração.
- **Mapeamento das iniciativas ESG existentes**, análise de lacunas (*gap analysis*) e pactuação de metas ESG corporativas.
- **Início da estruturação do Relatório de Sustentabilidade**, com alinhamento às diretrizes da **Global Reporting Initiative (GRI)**.
- **Conclusão do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE)**, abrangendo todas as marcas da Companhia.
- Fortalecimento dos programas de bem-estar, saúde e segurança, incluindo monitoramento de gestantes, integração de cuidados com doenças crônicas, mapeamento psicossocial e universalização de vistorias e auditorias sanitárias.

A Companhia avalia possuir **dados relevantes, consistentes e materialmente significativos** para reporte ESG, com crescente confiança na qualidade das informações a serem compartilhadas com o mercado.

5. Aprimoramento da governança de RH e relações trabalhistas

No eixo de governança e controles, destacam-se em 2025:

- Implementação de **dashboards orçamentários e ritos mensais de fechamento** integrados à área financeira.
- Elaboração de **forecasts mensais de RH** e melhoria na governança dos custos de capital humano.
- **Negociação e fechamento de Convenções Coletivas em todo o Brasil** dentro do orçamento e com melhorias em cláusulas sociais.
- Internalização e robotização de processos de folha, conferência e controle de caixa, mitigando riscos operacionais.

Os avanços observados em 2025 demonstram a evolução da Companhia na gestão estratégica de pessoas, na valorização do capital humano, no fortalecimento da governança e na consolidação da agenda ESG. Essas iniciativas contribuem diretamente para a sustentabilidade do negócio, qualidade acadêmica, eficiência operacional e geração de valor de longo prazo para acionistas e demais stakeholders

11.1 Regras, políticas e práticas

Temos por política realizar operações com partes relacionadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece o dever do acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, de se abster de votar nas deliberações relativas (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o nosso. A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Na reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2019, foi aprovado a Política de Transações com Partes Relacionadas. O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas quando da ocorrência de transações com partes relacionadas, assegurando a comutatividade e transparência das operações aos acionistas, investidores e outras partes interessadas, que as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, priorizando os melhores interesses da Companhia, pautando-se no disposto nas melhores práticas de governança corporativa, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado.

No curso regular de nossos negócios, contratamos operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 11.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva de nossa Administração e observam as diretrizes especificadas em nossa Política de Transação com Partes Relacionadas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto Anima Sociesc	18/10/2018	9.185.000,00	0	0	132 meses	1,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Contrato de Mútuo celebrado entre o Instituto Ânima Sociesc, na qualidade de mutuária e a nossa Companhia na qualidade de mutuante para fomento de projetos de pesquisas do Instituto. O valor no “Saldo existente (R\$)” refere-se a data base de 31 de março de 2026.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Tendo em vista a celebração de convênio para fomento de projetos de pesquisas do Instituto Ânima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura que visam o desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino, os quais serão de co-propriedade da Mutuante como contrapartida do presente empréstimo.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n) Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse.

Adotamos em situações de conflitos de interesses as práticas de governança previstas pela legislação vigente, bem como as normas estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3. Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nossos acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a B3 obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso Estatuto Social e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado.

Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que deve ser previamente aprovada por nosso Conselho de Administração a realização, por nós e/ou nossas controladas ou subsidiárias, de qualquer negócio com quaisquer dos nossos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista controlador tenham interesse, não sendo vedadas, entretanto (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao nosso objeto social e/ou nossas controladas ou subsidiárias; (b) prestação de serviços realizada por nós às empresas em que tivermos participação; desde que, em qualquer caso, realizada em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições ou do pagamento compensatório adequado.

Nossas transações com partes relacionadas são celebradas em condições comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas.

Os contratos de empréstimos firmados com nossas partes relacionadas descritas no item 11.2 foram realizados com taxas equivalentes aos demais contratos de empréstimos firmados com terceiros. Mesmo que no momento da transação não tenha sido estipulado a incidência de nenhuma taxa de juros, normalmente liquidamos estas operações aplicando uma taxa de juros vinculada a indexadores, principalmente INPC ou CDI, nos mesmos termos utilizados amplamente para transações em geral no mercado.

11.3 Outras informações relevantes

Em linha com iniciativas de fortalecimento das práticas de governança da Ânima Educação e dos segmentos de negócio, em especial da Inspirali, a qual detém nossa vertical de Medicina, iniciou-se, em 2021, uma reestruturação societária que tem por objetivo estratificar os resultados de nossas verticais e segmentos de negócio e permitir que o Grupo avalie movimentos estratégicos para seus negócios (incluindo eventuais parcerias e/ou movimentos estruturados de mercados de capitais). Houve a celebração do instrumento de rateio de custos, despesas e eventuais receitas compartilhadas entre a Ânima Holding S.A., a Inspirali Educação S.A., a VC Network Educação S.A. e suas subsidiárias, tudo decorrente do acordo de investimento celebrado entre as partes Anima Holding S.A. e DNA Capital Consultoria Ltda, datado de 29 de novembro de 2021. Assim, em 31 de março de 2022, foi aprovada a conversão da totalidade das ações ordinárias nominativas de titularidade da ÂNIMA, equivalentes a 45% do capital social da VC Network (controlada diretamente pela Ânima Educação e indiretamente DNA Capital), em ações preferenciais nominativas, com direito a voto. Às ações preferenciais será garantida a distribuição do dividendo prioritário e fixo, o qual será equivalente a todo o lucro líquido do respectivo exercício social que não for oriundo dos cursos de Medicina, conforme critérios de rateio determinados no contrato assinado entre as partes. Tais critérios foram objetos de verificação independente por firma de auditoria, KPMG. Essa transação foi avaliada pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme política da Ânima Educação para Transações entre Parte Relacionadas. A KPMG recomendou que os critérios de rateios fossem revisados pelo menos anualmente.

Para as demais potenciais transações com partes relacionadas, a Auditoria Interna contemplou em seu Plano de Auditoria a execução de procedimentos analíticos que envolveram a identificação de potenciais transações com partes relacionadas com o objetivo de avaliar se são razoáveis, equitativas, condizentes com práticas de mercado e em conformidade com a Política de Transações com Partes Relacionadas.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
18/02/2021		2.569.624.313,76
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
403.868.805	0	403.868.805

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
23/11/2020		4.000.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
0	0	0

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, pois somos uma companhia nacional, com sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	28/12/2022
Data de vencimento	13/12/2029
Quantidade	800.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	788.984.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Conforme o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, observado o disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo 1º da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, e a partir de 13 de dezembro de 2023 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures CDI, sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures CDI ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI"). O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI deverá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida à Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI"), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI, a Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI, acrescido da respectiva Remuneração calculados pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, bem como Encargos Moratórios, se houver, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Prêmio de Resgate das Debêntures CDI").

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, e a partir de 13 de dezembro de 2023 (inclusive), realizar a amortização extraordinária das Debêntures CDI, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures CDI (“Amortização Extraordinária das Debêntures CDI”). Por ocasião da Amortização Extraordinária das Debêntures CDI, a Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI a ser amortizado, acrescido da Remuneração das Debêntures CDI, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures CDI imediatamente anterior até a data da efetiva Amortização Extraordinária das Debêntures CDI (“Data da Amortização Extraordinária das Debêntures CDI”), bem como Encargos Moratórios, se houver, acrescido de prêmio de amortização correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures CDI”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas
Outras características relevantes	A Debenturista deverá considerar antecipada e automaticamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão de Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI) e do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios e Despesas, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures e/ou de qualquer dos demais Documentos da Operação, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência das hipóteses presentes da escritura.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª (quinta) emissão de debêntures simples
Data de emissão	15/05/2024
Data de vencimento	15/05/2029
Quantidade	200.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	200.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Convertibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo. A Companhia poderá, observados os termos e condições da Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado de 15/05/2024, ou seja, 15/06/2026 (inclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso); (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio calculado conforme previsto na Escritura de Emissão. Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A oferta de resgate antecipado será operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão. A Companhia poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. As Debêntures resgatadas pela Companhia, neste caso, serão obrigatoriamente canceladas.
Características dos valores mobiliários de dívida	Amortização Extraordinária Facultativa Parcial. A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado de 15/05/2024, ou seja, 15/06/2026 (inclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures (“Amortização Extraordinária Facultativa Parcial”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, o valor devido pela Companhia será equivalente (a) à parcela Valor Nominal Unitário das Debêntures (Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso; (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio calculado conforme previsto na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas
Outras características relevantes	Vencimento: 15/05/2029 Vencimento Antecipado: As Debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, as quais estão detalhadas e descritas na Escritura de Emissão.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures simples
Data de emissão	16/08/2024
Data de vencimento	16/08/2029

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	360.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	360.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	360.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) livremente, entre Investidores Profissionais, conforme definidos no artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 30”); (ii) entre investidores qualificados, conforme definidos nos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta; e (iii) ao público investidor em geral após decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso); (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio calculado conforme previsto na Escritura de Emissão. Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A oferta de resgate antecipado será operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão. A Companhia poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. As Debêntures resgatadas pela Companhia, neste caso, serão obrigatoriamente canceladas.
Características dos valores mobiliários de dívida	Amortização Extraordinária Facultativa Parcial. A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado de 16/08/2024, ou seja, 16/09/2026 (inclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures (“Amortização Extraordinária Facultativa Parcial”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, o valor devido pela Emissora será equivalente (a) à parcela Valor Nominal Unitário das Debêntures (saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso; (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio calculado conforme previsto na Escritura de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas
Outras características relevantes	Vencimento: 16/08/2029 Vencimento Antecipado: As Debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, as quais estão detalhadas e descritas na Escritura de Emissão.
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Emissão de Notas Comerciais Escriturais
Data de emissão	30/09/2024
Data de vencimento	27/09/2027
Quantidade Unidade	140.000
Valor nominal global R\$	140.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	122.500.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação privada. As Notas Comerciais Escriturais serão registradas para colocação privada em sistema de registro sem participação de integrante do sistema de distribuição. As Notas Comerciais Escriturais não serão negociadas publicamente por meio da B3, ressalvada a possibilidade de negociação privada, fora do âmbito da B3, mas com a informação do novo titular sendo atualizada em seu sistema.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Facultativo Total”); a amortização extraordinária parcial facultativa das Notas Comerciais Escriturais (“Amortização Extraordinária Parcial”), e, a qualquer tempo, adquirir previamente as Notas Comerciais Escriturais Aquisição Facultativa. Por essas ocasiões, os termos serão de acordo com condições previstos no Termo de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante deliberação em Assembleia Geral de titulares de Notas Comerciais Escriturais.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Debêntures simples
Data de emissão	15/05/2025
Data de vencimento	15/05/2029
Quantidade Unidade	150.000
Valor nominal global R\$	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	150.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	Nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) livremente, entre Investidores Profissionais, conforme definidos no artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30"); (ii) entre investidores qualificados, conforme definidos nos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta; e (iii) ao público investidor em geral após decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso); (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio calculado conforme previsto na Escritura de Emissão. Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A oferta de resgate antecipado será operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão. A Companhia poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. As Debêntures resgatadas pela Companhia, neste caso, serão obrigatoriamente canceladas.
Características dos valores mobiliários de dívida	A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, 15 de maio de 2027 (exclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa Parcial"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, o valor devido pela Emissora será equivalente (a) à parcela Valor Nominal Unitário das Debêntures (saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso; (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio calculado conforme previsto na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas
Outras características relevantes	Vencimento: 15/05/2029 Vencimento Antecipado: As Debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, as quais estão detalhadas e descritas na Escritura de Emissão.
Valor mobiliário	Debêntures

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Debêntures simples
Data de emissão	15/10/2025
Data de vencimento	15/10/2029
Quantidade Unidade	300.000
Valor nominal global R\$	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	300.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) livremente, entre Investidores Profissionais; (ii) entre investidores qualificados, conforme definidos nos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta; e (iii) ao público investidor em geral após decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, 15 de abril de 2027 (exclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, observadas as condições estipuladas abaixo (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso); (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio conforme previsto na Escritura de Emissão. Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, 15 de abril de 2027 (exclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures (“Amortização Extraordinária Facultativa Parcial”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, o valor devido pela Emissora será equivalente (a) à parcela Valor Nominal Unitário das Debêntures (saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas; acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso; (c) dos Encargos Moratórios, se houver; e (d) de prêmio conforme previsto na Escritura de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas
Outras características relevantes	Vencimento: 15/10/2029 Vencimento Antecipado: As Debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, as quais estão detalhadas e descritas na Escritura de Emissão.
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Emissão de Notas Comerciais Escriturais
Data de emissão	29/05/2026
Data de vencimento	15/05/2031
Quantidade	250.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	250.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	250.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação privada. As Notas Comerciais Escriturais são objeto de colocação privada, em titularidade inicial da Titular, sem qualquer esforço público de venda e/ou distribuição perante investidores e o mercado em geral por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo Total A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos no Termo de Emissão, a seu exclusivo critério, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, independentemente de aprovação do titular das Notas Comerciais Escriturais, promover o resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo"), sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Notas Comerciais Escriturais. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Atualizado das Notas Comerciais Escriturais a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Atualizado; (c) dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se houver; e (d) de prêmio equivalente a (i) 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 18º (décimo oitavo) mês (exclusive) e o 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive), contados da Data de Emissão; e (ii) 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 36º (trigésimo sexto) mês (exclusive) e a Data de Vencimento, em qualquer dos casos, multiplicando pelo prazo remanescente, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento, incidente sobre os itens (a) e (b) acima ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"). O Valor do Resgate Antecipado Facultativo será calculado de acordo com fórmula a ser prevista no Termo de Emissão;
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante deliberação em Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	3	13	133
Nota Comercial	0	1	0

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações de nossa emissão são admitidas a negociação na B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO sob a sigla “ANIM3”.

As Debêntures para colocação privada, de nossa 4ª emissão, nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures, as quais serão subscritas e integralizadas de forma privada pela Debenturista, sendo que (i) as Debêntures emitidas no âmbito da 1ª série servirão como lastro dos CRI CDI (conforme abaixo definido), doravante denominadas “Debêntures CDI”; e (ii) as Debêntures emitidas no âmbito da 2ª série servirão como lastro dos CRI IPCA, doravante denominadas “Debêntures IPCA”.

As Debêntures de nossa 5ª emissão foram depositadas (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) a negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As Debêntures de nossa 6ª emissão foram depositadas (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) a negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As Debêntures de nossa 7ª emissão foram depositadas (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) a negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As Debêntures de nossa 8ª emissão foram depositadas (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) a negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que, até a data deste Formulário de Referência, os nossos valores mobiliários não são admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que, até a data deste Formulário de Referência, não emitimos títulos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos oriundos da nossa 4ª (quarta) Emissão de Debêntures estão sendo destinados para (i) reembolso de montantes já incorridos nos 24 meses anteriores à data de encerramento da Oferta Restrita pela Ânima Educação ou pelas Subsidiárias Destinadas (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), em razão dos pagamentos de aluguéis dos Imóveis Lastro (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures); e (ii) pagamento de montantes ainda não incorridos, a título de aluguéis dos Imóveis Lastro, ambos devidos no âmbito de Contratos de Locação (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), conforme identificados na Escritura de Emissão de Debêntures (conforme abaixo definido).

Os recursos oriundos da nossas 5ª (quinta), 6ª (sexta), 7ª (sétima) e 8ª (oitava) Emissões de Debêntures foram destinados para usos corporativos ordinários e reforço de caixa.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

Formador de mercado

Em 21 de dezembro de 2017, o BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A foi contratado pela Companhia como instituição devidamente autorizada a atuar como formadora de mercado em relação às ações ordinárias de emissão da Companhia.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Paula Maria Harraca	Diretor Presidente	Registrado	
Átila Simões da Cunha	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente**DECLARAÇÃO****PARA FINS DO ITEM 13.1, DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22**

Paula Maria Harraca, argentina, divorciada, administradora de empresas, identidade de estrangeiro nº V757784M (CGPI/DIREX/DPF) e CPF nº 018.469.186-93, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo - SP, na qualidade de Diretora Presidente da Ânima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria "A" junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo-SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 ("Companhia", "Ânima", "Ânima Educação", "Ânima Holding" ou "Sociedade"), atesta, por meio desta declaração, que:

- a. reviu o Formulário de Referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/09, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.



PAULA MARIA HARRACA

Diretora Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores**DECLARAÇÃO****PARA FINS DO ITEM 13.1, DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22**

Átila Simões da Cunha, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade no 22.942.915-4/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 178.893.298-65, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº. 1.250, 9º andar, Vila Madalena, São Paulo – SP, CEP 05435-001, cidade de São Paulo - SP, na qualidade de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Ânima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria "A" junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo - SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 ("Companhia", "Ânima", "Ânima Educação", "Ânima Holding" ou "Sociedade"), atesta, por meio desta declaração, que:

- a. reviu o Formulário de Referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/09, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

**ÁTILA SIMÕES DA CUNHA**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.